UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADES DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA FÍSICA
CONVÊNIO DINTER-MINTER USP/UEA

EDILENE DA SILVA MADURO

Versão Corrigida

**TERRITÓRIOS DE VIDA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO COM A
COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ -
MANAUS/AM**

SÃO PAULO – 2013

EDILENE DA SILVA MADURO

**TERRITÓRIOS DE VIDA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO COM A
COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO NA
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ -
MANAUS/AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e da Faculdade do Estado do Amazonas (DINTER) como requisito para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós- Graduação em Geografia Física.

Orientador: Prof. Dr. Ailton Luchiari

EDILENE DA SILVA MADURO

Territórios de Vida e Resistência: um estudo com a comunidade de N. S. do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - Manaus/AM

Esta tese será julgada para obtenção do Título de Doutora em Geografia Física pelo curso de Doutorado de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Aprovada em: _____

Banca examinadora

Profª. Dra.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Profª. Dra.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Profª. Dra.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Profª. Dra.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.	_____	Instituição	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

Dedico

*Ao meu filho querido e amado Alexandre Felipe, que
no seu mundo autista me ensinou a enfrentar a vida
de forma mais serena.*

*Aos meus pais pelo exemplo de vida e amor pelos
filhos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus que na sua infinita bondade me concedeu mais esta vitória.

Aos meus pais queridos e amados Gemini Duarte Maduro (in memoriam) pelo espelho de vida que foi para nós filhos e Gezilda da Silva Maduro que, tanto sofreu com minha ausência e com quem conto nas horas difíceis, principalmente, por suas incansáveis preces para o êxito deste trabalho.

Ao meu orientador Professor Dr. Ailton Luchiari, pelas suas pertinentes orientações no decorrer deste trabalho e por se mostrar presente, porém sem sufocar e com sua experiência foi mostrando que os acertos tornam-se vitórias e os erros algo que ainda devem ser conquistado.

A todos os professores Doutores da USP Luís Venturi, Emerson Galvani, Alfredo Queiroz e minha homenagem póstuma ao querido professor Dr. Jorge Raffo que se deslocaram com boa vontade até Manaus para as aulas presenciais.

Às Professoras Doutoradas Sueli Furlan e Simone Resende por terem aceitado meu convite para compor minha banca de avaliação e por me mostrarem o caminho para esta pesquisa.

À Mônica Cortêz Pinto por sua valiosa contribuição no âmbito do geoprocessamento para se produzir a cartografia socioambiental de Livramento.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhadas pela torcida.

Às amigas, Aldeneia, Neliane, Simone Marcela, Nonata, Geraldo, Nilciana, Isaque, Solang, Nazaré e Fernanda pelo apoio moral e a torcida.

À Professora Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi pelas pertinentes orientações.

À Secretaria Estadual de Educação por permitir o desenvolvimento da pesquisa, autorizando meu afastamento com ônus para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos moradores de Livramento que participaram e me apoiaram durante levantamentos de campo, especialmente D. Rosenir e seu esposo Paulo que me acolheram em sua casa e com os quais compartilhava o almoço na mesma mesa com muita alegria, à Sra. Francisca Cavalcante Carvalho – presidente da comunidade de Livramento, que gentilmente intermediou meu contato com alguns entrevistados, a D. Francisquinha, a D. Dária, a D. Júlia, a D. Valda e D. Sueli que sempre solícitas, me ajudavam com informações e davam apoio logístico na hora de servir o lanche aos convidados da pesquisa.

Faço uma referência especial aos pioneiros de Livramento: Sra. Maria Lopes da Silva e o Sr. Naval Xavier de Carvalho, Sr. Sandoval e Sr. Silvano pela coragem de enfrentar e

resistir aos violentos embates com o homem que se dizia dono das terras onde hoje é Livramento, vocês são a pedra angular da resistência.

Meu carinho e gratidão também vão ao senhor Chagas e sua esposa D. Maria, que além de saberem cuidar da terra para garantir sustento da família, dão exemplo de solidariedade quando dividem a produção da roça com quem não tem nada.

Aos jovens de Livramento pela boa vontade de participar da pesquisa e por manterem a chama acesa da esperança por dias melhores junto aos seus pais.

Ao Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados do Estado do Amazonas - FAPEAM, cujo apoio financeiro contribuiu grandemente para a realização da pesquisa.

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, especialmente, a querida amiga Socorro Monteiro, que gentilmente respondia às minhas solicitações.

A todos e a todas que foram citados aqui, que compartilharam desse trabalho, parte de uma etapa de minha vida, meus sinceros agradecimentos.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Manaus-AM

"Na floresta tem árvores que morrem pelo seu próprio tempo e tem árvores que morrem pela mão do homem. A que morre pelo seu próprio tempo tem mais chance de renascer".

(Sr. Chagas Tavares, 67 anos, agricultor de Livramento).

MADURO, Edilene S. *Territórios de vida e resistência: um estudo com a comunidade de Nossa Senhora do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Manaus/AM*. 239 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RESUMO

Em que pese sua relevância, as Unidades de Conservação ainda são responsáveis pela geração de impactos e conflitos nos territórios nos quais se encontram, porque provocam mudanças sociais representativas quando a sua criação não leva em consideração os saberes e os fazeres de seus moradores. Na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, uma das seis comunidades que integram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, na área rural de Manaus, vivem populações tradicionais indígenas e não indígenas que, depois de terem seus territórios transformados na referida reserva, estão passando por transformações nos seus modos de viver e se reproduzir causadas pela nova ordem de política ambiental imposta, estranha às suas práticas. Na tentativa de assegurar seus territórios contra as ameaças de perdas pelas especulações diversas que as rondam e garantir seus lugares de vida e trabalho, essas populações adotaram estratégias de uso e posse dos espaços em forma de quintais, sítios e roças. Cultivando no sistema roça-capoeira-floresta, produzem variedades de mandiocas, macaxeiras e frutíferas que se enquadram no modelo agrobiodiverso. Seus cultivos aproveitando capoeiras são percebidos como modo de deixar os solos em descanso enquanto roçam outra capoeira velha. Esse modelo está entre as boas práticas para a gestão territorial. Suas práticas de pesca, caça e extrativismo florestal, baseadas em saberes locais, lhes asseguram fontes de recursos alimentares e medicinais. Dessa maneira, ao reinventarem seus territórios de uso e abrigo e suas formas de reprodução de vida, essas populações demonstram ter um refinado modo de se relacionar com a natureza, o que lhes dá poderes para continuar onde estão. Para levantar esses dados, foi adotada a técnica da pesquisa participante, especialmente a categoria observação participante. Foram feitas várias entrevistas abertas e foi usada a técnica de análise de conteúdo para tratá-las. Esta pesquisa mostra que é possível sim haver conservação com pessoas vivendo em UCs e confirma que as estratégias que essas populações têm de delimitar territórios lhes dão resistência e poderes para continuarem onde estão e resistir às investidas de expropriação.

Palavras-chave: Populações tradicionais. Unidades de Conservação. Território. Gestão ambiental.

MADURO, Edilene S. *Lands of life and resistance: a study with the Nossa Senhora do Livramento community in the Tupé Sustainable Development Reserve – Manaus/AM*. 2390 p. Thesis (Doctorate in Geography) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ABSTRACT

In spite of their importance, Conservation Units (CUs) are still responsible for impacts and conflicts in the areas where they are located, as they cause significant social changes when they are created without taking into account the knowledge and actions of their dwellers. In the Nossa Senhora do Livramento community, one of the six communities that form the Tupé Sustainable Development Reserve, in the rural area of Manaus, Amazonas, Brazil, traditional (indigenous and non-indigenous) communities, after having their lands turned into the aforementioned reserve, are undergoing changes with respect to their lifestyle and reproductive habits, as a result of being inflicted with a new environmental policy system that is strange to their practices. Trying to avoid all the threats of losing their lands and keep the places where they live and work, those populations have adopted strategies to use and own the places as backyards, smallholdings and clearings. By using the clearing-secondary forest-forest system of cultivation, they produce varieties of manioc, cassava and fruits that are in accordance with the model of agrobiodiversity. Their secondary forest-based crops are seen as a way to rest the soil while they clear an old secondary forest. That model is among the good practices for land management. Their fishing, hunting and forest extraction methods are based on local knowledge and provide them with food and medicinal resources. Therefore, by reinventing the lands which they use and where they live, as well as their reproductive habits, those populations prove to have a refined way to relate with nature, which gives them the power to stay in their places. In order to obtain those data, participatory research was used, more specifically participant observation. Several open interviews were conducted and then treated using the content analysis technique. This research shows that conservation with people living in CUs is indeed possible, and confirms that strategies to delineate the lands of those populations provide resistance and power so that they can stay and face the threats of expropriation.

Keywords: Traditional populations. Conservation Units. Land. Environmental management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: (A; B; C; D) Oficinas de mapeamento mental.....	28
Figura 2: Cartografia Socioambiental de Livramento.....	29
Figura 3: Mapa de Unidades de Conservação do Amazonas.....	39
Figura 4: Mosaico Baixo Rio negro	62
Figura 5: Limites e localização das comunidades na REDES do Tupé e no seu entorno.	65
Figura 6: Mapa de localização da área de estudo.....	77
Figura 7: Ponte sobre o Igarapé do Mari que dá acesso ao Distrito 2.....	81
Figura 8: Igreja de N. S. do Livramento na enchente de 2012.....	83
Figura 9: Escola Municipal de Ensino Fundamental São José.....	84
Figura 10: Período de vazante (seca), margem do Igarapé do Mari entrada para sede de Livramento.	85
Figura 11: Voadeiras ancorada na Marina do Davi.....	86
Figura 12: Posto Médico de Livramento.....	87
Figura 13: Ocorrência de campina no limite final do sítio Nova Vida.....	108
Figura 14: Transição entre (praias, campinas); (caatinga, campina alta);(terra firme) com Palmeira de Inajá.....	110
Figura 15: Sr. Naval mostrando restos de carvão encontrado em seu sítio.....	111
Figura 16: Caieira encontrada pelo Sr. Chagas em seu sítio.....	112
Figura 17: Artefato encontrado no quintal de morador.....	113
Figura 18: A) Capoeira fina, B) Capoeira Grossa.....	115
Figura 19: A) Capoeira Nova no Sítio Nova Vida B) Capoeira Velha no Sítio Meu Aconchego.....	117
Figura 20: A) Quintal agroflorestal B) Canteiro de hortaliças; C) Terreiro; D) Terreiro área de lazer	120
Figura 21: A) Criação de galinhas em sítio; B) Criação de galinhas e patos em quintal.	121
Figura 22: A) Canteiro em jirau; B) Horta protegida por telhas.....	122
Figura 23: Canteiros de plantas medicinais.....	123
Figura 24: Quintal agroflorestal em Livramento.....	124
Figura 25: A) Mapa mental do sítio Meu Aconchego; B e C) fotos representando o mapa metal.....	127
Figura 26: A) Mapa Mental do sítio Nova Vida; B) e C) Fotos representando o mapa mental.....	128
Figura 27: maloca de rituais e danças.....	134
Figura 28: Jaratiwá (casa de palmeira <i>jará</i>) lugar de reuniões e preparo do açaí e outras comidas para rituais.....	134
Figura 29: (A) Quadra de roça no “Sítio Meu Aconchego” (B). Quadra de roça no Sítio Nova Vida.....	139
Figura 30: (A) Manejo de palmeiras em capoeira. (B) Caminhos reflorestados.....	140
Figura 31: Cama de caieira para produzir carvão depois da coivara.....	140
Figura 32: Mandioca olhodinha (espécie da várzea).....	142
Figura 33: variedades de mandiocas em sistema agrobiodiversidade.....	143
Figura 34: Sucessão roça-capoeira-floresta, sítio Nova Vida.....	144
Figura 35: Sucessão roça-capoeira-floresta, sítio Meu Aconchego.....	144
Figura 36: (A). banca de ralar mandioca (B). Forno de Farinha do Sítio Meu Aconchego. ..	154
Figura 37: Casa de Farinha (A). Fornos de farinha e gareira do Sítio Nova Vida (B).....	154
Figura 38 :Piquiarana derrubada pela “ventania de mata”.	159
Figura 39: Morrão atingido por raio. Fonte: Maduro, 2012	159

Figura 40: Territorialidades de pesca.	163
Figura 41: Territorialidades de caça.	170
Figura 42: Territorialidades de extrativismo vegetal.....	175
Figura 43: Bijuterias de Sementes da floresta.	176
Figura 44: Esteira de arumã.....	177
Figura 45: Instrumentos musicais de madeiras.....	177
Figura 46: Praia do Livramento - margem do Igarapé do Tarumã Mirim.....	178
Figura 47: Flutuante-Porto de Livramento.	179
Figura 48: Voadeira - principal meio de transporte de Livramento.	179
Figura 49: Morro do Livramento – lugar de turismo.	183
Figura 50: Casa indígena.	184
Figura 51: Trilha ecológica.	184
Figura 52: Casa-de-Farinha comunitária.	184
Figura 53: Lugar de turismo.	186

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CONAED – Conferência Amazônica de Educação
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DG – Departamento de Geografia
FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
FFLCH – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
FLORESTA – Florestas Estaduais
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Governo Federal Brasileiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa Da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
PNMA – Programa Nacional do Meio Ambiente
PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
REDES – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Nacional
RESEX – Reserva Extrativista
SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEUC – Secretaria Estadual de Unidades de Conservação
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIs – Terras Indígenas
TQs – Terras de Quilombolas
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UIPN – União Internacional para a Proteção da Natureza
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UPI – Unidade de Proteção Integral
USP – Universidade de São Paulo
UUS – Unidade de Uso Sustentável
UPILTTA – União dos Povos Indígenas de Livramento, Tarumã – Açu e Tarumã – Mirim.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Plantas cultivadas em canteiros nos quintais..... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2: Tabela 2: Produção agrícola no subsistema roça agroflorestal de Livramento . **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 3: Frutíferas cultivadas em sítios e roças..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Plantas cultivadas em canteiros nos quintais	122
Tabela 2 - Produção agrícola no subsistema roça agroflorestal de Livramento.....	147
Tabela 3 - Frutíferas cultivadas em sítios e roças.....	148
Tabela 4 – Espécies florestais manejadas.....	152
Tabela 5: Espécies Capturadas/caçados	172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. AMAZÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO.....	31
1.1 O contexto das UCs na Amazônia e seus serviços ambientais.....	31
1.2 Manaus e as políticas de intervenção socioambiental	42
2. REDES DO TUPÉ: origem e atributos ambientais.....	55
2.1 Formação das comunidades da REDES do Tupé.....	57
2.2 Situação fundiária da REDES do Tupé	66
2.3 Caracterização Social do Tupé	67
3. HISTÓRIA DE VIDA E FUNDAÇÃO DE LIVRAMENTO.....	67
3.1 Localização de Livramento	76
3.2 Caracterização física e demográfica.....	78
3.3 Organização socioespacial e estrutura comunitária.....	80
3.4 Educação e saúde.....	83
4. DIALOGANDO COM A GEOGRAFIA.....	88
5. PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EMPREENDIDO PELA COMUNIDADE DE LIVRAMENTO	104
5.1 A paisagem pelo olhar dos ribeirinhos	104
5.2 Quintais: lugares de mulheres	118
5.3 Sítios e as sociabilidades	125
5.4 Territorialidades e práticas simbólicas	133
5.5 Tempo de “montar” a roça	137
5.6 Tempo de “desmanchar” a roça.....	151
6. ESTRATÉGIAS DE MANEJO DE RECURSOS E SUAS PECULIARIDADES PARA A CONSERVAÇÃO	157
6.1 Saberes ecológicos e melhoramento de espécies	157
6.2 Tempo de pescar e os saberes das águas	161
6.3 A caça e os saberes de captura.	168
6.4 Extrativismo vegetal: usos, conflitos e oportunidades.	173
6.5 Turismo e a reinvenção de lugares como possibilidades	180
7. PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE LIVRAMENTO SOBRE OS SEUS TERRITÓRIOS DE VIDA E TRABALHO.....	190
7.1 Olhares alternativos sobre a realidade	190
7.2 Significado da REDES do Tupé para os moradores.....	191
7.3 Atitudes de proteção e cuidado com o lugar	194
7.4 Expectativas e projeções futuras em Livramento.....	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208
APÊNDICE A.....	234
ANEXOS.	227

INTRODUÇÃO

A criação de áreas naturais oficialmente protegidas ou Unidades de Conservação (UCs) tem sido uma das principais estratégias adotadas na conservação, proteção e uso sustentável de recursos naturais em todo o mundo e em especial na Amazônia. A instituição e consolidação dessas áreas é importante para conservar os ecossistemas porque direciona esforços técnicos e legais e recursos financeiros para a proteção e o uso sustentável de espaços geográficos definidos.

As áreas protegidas para a manutenção da vida são de extrema importância, principalmente para as funções que desempenham, pois satisfazem diversas necessidades sociais, econômicas e políticas da sociedade que perpassam pelas funções reguladoras climáticas, funções produtivas no que tange segurança alimentar, funções informativas educativa/científica até outras funções como habitação de populações indígenas e não indígenas, recreação, turismo além da proteção da natureza.

Em que pese sua relevância para a humanidade, as UCs trazem, em regra, mudanças nas práticas de uso dos territórios comuns vivenciados e, por conseguinte, novas formas de relações com os recursos naturais por parte dos grupos envolvidos. Entende-se, que Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) por se tratar de uma reserva que permite o uso direto dos recursos, esses grupos sociais têm o direito de participar do processo de criação, planejamento e gestão destas áreas, conforme previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), para que a qualidade de vida em bases sustentáveis, tão propagada na Lei nº 9. 985/00 possa ser alcançada.

Entretanto considera-se, que como objeto de investigação em construção, as UCs requerem que sejam desveladas as relações entre grupos sociais (tradicionais ou não) e recursos naturais, bem como os processos de mudanças sociais, territoriais e consequentes formas de uso, controle e conservação de recursos. Ademais, quando se trata de políticas públicas a preocupação é ainda maior, uma vez que o tempo das populações residentes, de suas necessidades e anseios seguem ritmos diferentes daquele exigido para a elaboração, discussão, implementação e gestão dessas políticas, o que gera um descompasso que pode levar ao descrédito da população envolvida em relação ao Estado.

Mesmo tendo evoluído em seus aspectos políticos, as UCs ainda são responsáveis pela geração de impactos e conflitos nos territórios nos quais se encontram, gerando mudanças sociais representativas sejam estas positivas ou negativas tanto para os residentes como para os que vivem em seu entorno.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé) localizada na Bacia do Baixo Rio Negro criada em 2005, desde sua implantação até o presente momento ainda não dispõe de plano de manejo ou um plano de ação que regularize o uso de recursos de forma compatível com os propósitos de sua criação, conforme rege o artigo 15 do Decreto 4.340/02, o qual determina, que a partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

As populações tradicionais que lá vivem antes da criação da REDES do Tupé vêm enfrentando dificuldades diversas com as severas restrições impostas sobre suas práticas cotidianas de vida, tais como fazer roças, caçar, extrair produtos florestais, além de conviverem com conflitos causados pela extração ilegal de madeira por pessoas não residentes, pesca predatória realizada por barcos de pesca comerciais vindos de outros lugares, que adentram o território da reserva limitando as espécies incidentes no rio e igarapés, o turismo desordenado, a situação fundiária irregular e problemas de conflitos entre os residentes causados pelas disputas de interesses sobre recursos, precária assistência social, enfim problemas socioambientais diversos característicos de territórios protegidos, onde os discursos entre as partes interessadas ainda ocorrem de maneira assimétrica.

Entendemos que não basta criar novas UCs é preciso também estabelecer normas de uso e manejo para elas. Parques e reservas no Brasil e na Amazônia, com raras exceções, não foram muito além dos seus decretos de criação e não contam sequer com planejamento para pôr em prática seus objetivos. Pode-se dizer que são áreas protegidas que só existem no papel.

É necessário que as agências responsáveis pela proteção ambiental planejem o uso adequado de cada área protegida. A presença de RDS pode ser tomada como benefício se as populações envolvidas utilizarem-se de seus mecanismos de gestão (maiores possibilidades de decisão e ação) para planejar de acordo com suas reais necessidades, também estabelecendo bases para a sustentabilidade futura.

Portanto, o desejo de estimar os efeitos da criação de uma unidade de proteção e as prováveis mudanças na vida de quem escolheu um lugar para viver, se reproduzir e ser feliz é deveras, um momento de inquietação levando em conta que as populações ao sofrerem restrições em suas práticas culturais acabam estabelecendo formas de usos estratégicos e territorialidades variadas numa tentativa de resistência às injustiças e ameaças de perdas de territórios, bem como, usos inconsequentes gerados pelas intenções e interesses divergentes dos atores envolvidos.

Ressalta-se, que na zona rural da Amazônia, em particular de Manaus hoje transformadas em Unidades de Conservação (UCs), as populações tradicionais (ribeirinhos, indígenas, pescadores, piaçabeiros, arumãzeiros, etc.) se encontram em ambientes que aos poucos estão sendo recriados por eles e a instituição de UCs trouxe mudanças nas relações entre cada um destes grupos, nas relações entre estes e a floresta e seus recursos, enfim, não só nas estratégias e práticas de construir, definir, produzir, formar e garantir território, mas também nas configurações sociais e geográficas.

Motivou este estudo, a curiosidade de responder até que ponto a presença da população ribeirinha de Livramento oferece resistência e garante seus territórios de vida e trabalho contra os interesses capitalistas que rondam a área; bem como, se suas estratégias de produzir e delimitar territórios lhes dão poderes para continuar onde estão. Questões estas cruciais e historicamente persistentes na Geografia, principalmente pelo processo de transformação territorial contemporâneo que vem passando a Amazônia, em particular, a região do baixo Rio Negro.

Nesta perspectiva, o presente trabalho se justifica por ter buscado através de seus resultados suscitar reflexões à luz da Geografia e a partir de uma abordagem territorial, questões que envolvem unidades de conservação e suas repercussões na vida de quem nela vive.

O fazer do mapeamento participativo entre os moradores de Livramento, considerando seus interesses e expectativas reveste-se de importância por ter oportunizado um exercício de aprendizagem coletiva, visando não só capacitá-los, como também inseri-los em um futuro projeto de gestão participativa. Buscou-se também atender a uma demanda crescente de pesquisa nas inúmeras unidades de conservação recém-criadas no Amazonas, aprofundando-se o debate sobre gestão de territórios protegidos em Manaus.

Pelos diversos olhares a que se propõe a pesquisa, ela se converte numa contribuição tanto para Geografia Física como para Geografia Humana, adentrando na Geografia Cultural e Geografia Crítica, pois enfatiza os elementos particularmente humanos da relação do homem com seu meio ambiente, com o seu trabalho, com sua forma de organizar e delimitar territórios, bem como seus sentimentos e idéias a cerca desses lugares, seus valores, crenças, suas simbologias e práticas.

A região mesológica onde se desenvolveu esta tese faz parte do Mosaico de Áreas protegidas do Baixo Rio Negro e insere-se na Reserva da Biosfera e no Corredor Ecológico da Amazônia Central. A região do baixo rio Negro se caracteriza pela alta diversidade biológica

e sociocultural. Além disto, o Mosaico converge com territórios de grupos sociais historicamente estabelecidos nessa área possuidoras de alto valor cultural, o que evidencia competências de gestão e desenvolvimento territorial sustentável.

A criação de UCs nessa região ocorreu nos anos de 1980 e 1990, época em que não havia consulta popular o que gerou enormes conflitos que se perpetuam até o momento atual. Hoje, as áreas protegidas se configuram como fundamentais instrumentos de desenvolvimento territorial e conservação. Porém, a questão fundiária ainda se constitui como elemento de conflitos, o que exige novas e criativas saídas no ordenamento territorial da região que levem em conta os contextos sociais, ecológicos, econômicos e políticos das margens do Rio Negro e de seus habitantes e à convergência entre conservação e qualidade de vida.

O recorte territorial da investigação foi a comunidade de Nossa Senhora do Livramento, uma das seis comunidades que integram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé) pelo fato de ser a mais antiga, a mais antropizada, por conseguinte, a que possui maiores conflitos socioambientais gerados pela ausência de envolvimento na gestão ambiental e ordenamento territorial da reserva onde estão inseridos.

A decisão pelo tema Territórios de Vida e Resistência: um estudo com a comunidade de Nossa Senhora do Livramento, deu-se em face dos laços de amizade e afeição travados com esta comunidade desde 1998 quando desenvolvíamos, de forma voluntária, palestras de educação ambiental voltadas para questões de disposição inadequada de resíduos e desmatamento de mata ciliar do entorno do igarapé do Mari. Questões estas que vinham se instalando devido ao adensamento populacional que começava a ocorrer com a chegada de novos moradores vindos de Manaus e de outras cidades interioranas do Amazonas.

Outro motivo que ensejou esta pesquisa foram as experiências vivenciadas junto a esta comunidade, através de trabalhos de extensão universitária como professora de Geografia do ensino superior, levando alunos para vivenciar no campo, a prática de educação ambiental e sua interface com as questões socioambientais enfrentadas pela comunidade. Nessa ocasião, foi formalizado e implementado o “Projeto Educação Ambiental com Populações Ribeirinhas”, com o apoio de uma Instituição de Ensino Superior do âmbito privado de Manaus, o que nos rendeu em 2009, o Prêmio Nacional Cidadania Sem Fronteira promovido pelo Instituto da Cidadania do Brasil e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Aproveitando todas estas experiências vividas e querendo dar visibilidade às questões estranhas experimentadas por àquela população, buscamos o doutorado como uma oportunidade de levantarmos e tratarmos cientificamente à luz da Geografia, os fenômenos de

transformações e estranhamentos por quais vem passando a comunidade de Livramento, depois da instituição da RDS do Tupé.

Portanto, na perspectiva de se levantar e confrontar saberes que despontam singularidades construídas e compartilhadas entre os atores envolvidos (agência gestora e moradores), espera-se que a diversidade de resultados seja um marco na produção de conhecimento sistemáticos sobre a relação homem-ambiente na Amazônia, em especial na comunidade de Livramento.

O grupo focal foram moradores comuns que desenvolvem atividades de agricultura familiar e representantes de categorias como Associação de Moradores, União de Povos Indígenas de Livramento e do Tarumã Mirim/Açu (UPILTA), representante da Associação Das Dez Mulheres Indígenas Artesãs, representante do Clube de Jovens e representante do Clube de Mães. A escolha por estes grupos se fez por serem heterogêneos em nível de interesses e apresentarem autodeterminação ao reivindicarem o reconhecimento como indígenas, trabalhadores rurais e cidadãos ribeirinhos. Logo, os diversos olhares nos permitiram compreender como a comunidade relaciona-se, distribui-se no espaço e utiliza os recursos naturais.

Importa dizer, que as mobilizações sociais para afirmação étnica e de direitos, para fins de cadastramento e censo de terras vem aumentando consideravelmente na Amazônia, devido às exigências dos órgãos fundiários oficiais, que para reconhecê-los, ditam regras de “tradições e costumes”, práticas de autonomia produtiva, além da própria mobilização reivindicatória. Isso fez surgir múltiplas formas associativas agrupadas por diferentes critérios tais como: raízes locais profundas; fatores político-organizativos; autodefinições coletivas; consciência ambiental; e elementos distintivos de identidade coletiva. (ALMEIDA, 2004).

No caso dos moradores de Livramento, ao se autodenominarem “ribeirinhos”, incorporam além de outros, um critério geográfico combinado com uma representação pelo rio, no caso o rio Negro. Aliás, as mobilização organizativas vem sendo uma tendência entre as populações tradicionais indígenas e não indígenas na Amazônia, vide o caso do Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Fundos de Pasto, Movimentos dos Ribeirinhos da Amazônia e de inúmeras outras associações como a dos castanheiros, dos piaçabeiros, dos extrativistas, dos arumãzeiros et., que correspondem territorialidades específicas onde realizam seus modos de vida e sua reprodução social, que vem refletindo nos textos constitucionais das leis e decretos nacionais.

Segundo Gatti (2005), grupo focal é um grupo de pessoas reunidas para discutir e comentar um tema, sendo que o pesquisador deve respeitar o princípio da não diretividade, cuidar para que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências e intervenções positivas e negativas, emissões de opiniões particulares ou outras formas de intervenções por parte do investigador. Mas isso não significa uma posição do tipo “laissez-faire”¹ por parte do moderador.

Partindo dessas premissas, a pesquisa em pauta teve como objetivo geral conhecer o processo de territorialização empreendida pela comunidade de Livramento e como objetivos específicos levantar as formas de uso e apropriação dos territórios por aquelas populações, bem como, elencar as estratégias de manejo capazes de garantir conservação, conhecer as percepções dos moradores sobre o lugar que vivem. Para tanto, fez-se o mapeamento mental dos territórios de uso e trabalho, desvelando as territorialidades experienciadas por essas populações para fins de futura ferramenta de gestão.

Para atingir seus objetivos, este trabalho desenvolveu-se através da análise qualitativa de investigação e se caracteriza em dois momentos distintos, mas complementares: *Pesquisa bibliográfica e documental* que se estendeu por todo o trabalho e a *pesquisa de campo*.

A vantagem da abordagem qualitativa, segundo Minayo (2002), é que ela propicia a construção de instrumentos fundamentados na percepção dos atores sociais envolvidos, tornando-se assim válida como fonte para esclarecimentos de indicadores, índices, variáveis, tipológicas e hipóteses. No caso desta pesquisa, tivemos que imergir no mundo dos moradores de Livramento, em especial em suas atividades cotidianas para conhecer as práticas que lhes garantem sobrevivência e tudo que envolve seus saberes e fazeres nos quintais, sítios e roças, bem como seus mitos e símbolos usados para representar a floresta e os seres que aí vivem, no fito de comprovar a hipótese de que estas práticas lhes conferem poderes que justificam suas permanências no lugar onde estão.

Além disso, a pesquisa qualitativa permite interpretações mais plausíveis dos dados quantitativos, auxiliando na eliminação do arbitrário, que segundo Minayo (1994) escorrega pela operacionalização dos modelos teóricos elaborados longe das situações empiricamente observáveis. O grande mérito da pesquisa qualitativa neste trabalho é a possibilidade de se desvelar e determinar com precisão conceitual rigorosa a essência genérica da percepção ou das espécies subordinadas pelos indivíduos de forma empiricamente observáveis.

¹ *Laissez-faire* é a contração da expressão em língua francesa que significa literalmente deixar fazer.

O momento da pesquisa bibliográfica e documental caracteriza-se pela coleta de informações já existentes, permitindo o levantamento de várias informações técnicas, jurídicas e históricas que se estendeu por todo o decorrer do trabalho. Nesta etapa foram analisados documentos oficiais como o Plano de Manejo da REDES do Tupé, que ainda está em processo de elaboração pela SEMMAS e o Decreto de Criação da reserva (ANEXO 1), a fim de conhecermos os objetivos, a missão, significância e todas as proposta contempladas na política da agência gestora. No levantamento bibliográfico foram analisadas algumas produções científicas como dissertações, teses e artigos científicos que já existem sobre a reserva.

O segundo momento, que corresponde à prática de campo, buscou-se conhecer o processo de territorialização imprimido pelos moradores de Livramento, mais especificamente, suas formas de relação com a natureza através do uso da terra (solo), tentando entender seu mundo subjetivo, ou seja, o significado que dão para o lugar e olhares, por exemplo. Para tanto, utilizou-se os pressupostos da pesquisa participante.

Segundo Gil (1999), esta pesquisa se caracteriza pelo envolvimento do pesquisador e dos pesquisados no processo de investigação e propõe papel ativo desses sujeitos na coleta, na análise, e interpretação dos dados.

Como pretendíamos interagir com os informantes, compartilhar suas rotinas, preocupações e experiências vivenciadas, tentando entendê-los, utilizamos para coleta de dados entre os participantes a abordagem técnica da observação participante. Para Brandão (1999), a grande vantagem desta técnica é que ela é um instrumento dentro da ação popular. O papel do intelectual (educador, o cientista social, o agente de mudança) nesse momento, é ser um ouvinte atento das decisões dos movimentos populares, das necessidades comunitárias efetivas, nesse caso, dos moradores de Livramento.

Nesse contexto, a técnica da observação participante se constituiu elemento fundamental e imprescindível para a pesquisa em pauta, porque possibilitou a aquisição de vários conhecimentos do cotidiano comunitário que serviram de base para análise e interpretação das opiniões dos sujeitos observados.

Foram utilizadas entrevistas abertas e semiestruturadas de forma individual, permitindo a troca de idéias entre o pesquisador e o respondente. As conversas informais foram gravadas e depois transcritas para serem analisadas à luz dos referenciais bibliográficos levantados. Visando não se desvirtuar do foco de interesse durante as entrevistas para

conhecer suas percepções e expectativas sobre a comunidade, foi elaborado um roteiro de assunto sequenciais, conforme consta no (APÊNDICE A).

Além do gravador, utilizou-se a máquina fotográfica para registrar e ilustrar o trabalho; bem como o diário de campo, que serviu para registrar as reflexões individuais e coletivas para depois analisá-las e contextualizá-las.

Em meio a um turbilhão de sentimentos e conflitos é impossível para o pesquisador ser um elemento neutro, pois mesmo na posição de observador participante ou não, ele vai interagir e queira ou não ele vai influenciar na ação, no contexto, na realidade observada e estudada. Isso porque o pesquisador trás sua bagagem intelectual, seus valores, sua ideologia (do grupo ou classe social) que vão interferir na dos sujeitos observados.

De qualquer forma, manter-se neutro é humanamente impossível diante da análise e interpretações dos fenômenos observados, quando se utiliza a técnica da observação participante, uma vez que as observações de cada um são muito pessoais sendo influenciadas por fatores como história de vida, aptidões, predileções, conceitos, valores e “visão de mundo”, por conseguinte, recheadas de subjetividades.

Para tratar as entrevistas e todas as informações orais levantadas, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Para Bardin (2002), não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo e aplicação muito vasto que é o das comunicações.

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados (exemplo: análise temática), mas pode ser também uma análise dos significantes (análise léxica, análise dos procedimentos). A grande proposta da Análise de conteúdo é lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do “construído”, rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade.

Embora a técnica da análise de conteúdo despreze a subjetividade na interpretação dos fenômenos, considera-se que o subjetivo deve ser levado em conta. O ideal seria a objetividade e a subjetividade em constante dialeticidade. Entendemos que, somente objetividade, corre-se o risco de haver perda do horizonte humanístico, por outro lado, somente subjetividade corre-se o risco de excesso de psicologismo, ou seja, muita racionalidade nociva à pretensão de fundamentação da filosofia o que deveria, portanto, ser evitado a todo custo na interpretação dos fenômenos.

Todavia, como o significado e as intencionalidades ocupam posições centrais nas ciências sociais, optamos pela metodológica da análise do conteúdo para a interpretação dos dados, permitindo a compreensão mais aprofundada dos sentidos dentro da dialética entre objetividade e subjetividade, pois é impossível quando se interage com grupos sociais singulares, como os ribeirinhos de Livramento, deixar de lado nossa bagagem cultural tão carregada de afinidades regionais, porém evitando o positivismo.

Na realidade, nossa intenção foi tornar visível as situações de vida que estão escondidas entre os moradores daquela comunidade e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia de seus status quo, não nos contentando com a descrição da forma pela qual os fenômenos se apresentam, mas investigando o modo pelo qual são produzidos. Logo, a análise de conteúdo por permitir esta flexibilidade, se prestou às nossas intenções.

A pesquisa de campo ocorreu de maio a dezembro de 2012. As inserções ao campo ocorreram sempre nos finais de semana e feriados, dada à impossibilidade de reunir os participantes em outros dias, pois muitos costumam se deslocar para Manaus para tratarem de interesses particulares, outros para trabalharem, outros porque estão na escola, no caso dos jovens, ficando mais disponíveis os agricultores locais.

Antes de partimos para o levantamento de campo, foi formalizada uma carta ao então secretário da SEMMAS (ANEXO 2) solicitando o consentimento deste órgão para se realizar a pesquisa, naquele momento ainda constava o título do projeto original de pesquisa antes da qualificação, o qual foi modificado depois.

Devido à distância que se tem de um lugar para outro, especialmente os sítios com roçados que ficam distantes das casas dos agricultores, foi visitado um sítio de cada vez. Normalmente, a pesquisadora estava acompanhada de outra pessoa para auxiliar na logística de marcação de pontos com GPS a fim de não interromper as conversas ao longo das caminhadas que duravam em média de 2 a 3 horas entre idas e vindas, dependendo da localização do sítio e da vazante do rio, quando os lugares ficam mais distantes. A incursão ao campo se fazia no prazo máximo de até às 18:00 horas quando costuma passar a última voadeira transportando passageiros de volta a Manaus.

Nosso contato na comunidade foi sempre através da líder comunitária, que nos indicava as pessoas com quem poderíamos contar para realizarmos as entrevistas. Por exercer certa influência na comunidade, a presidente comunitária foi a pessoa que serviu de ponte de contato entre os demais participantes e facilitou o acesso aos locais como o barracão do centro comunitário e a escola municipal para as reuniões e para se produzir o mapa mental com os

moradores. A líder comunitária, de forma específica, recebeu e assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO 3) no qual a convidava e solicitava sua permissão para participar da mesma. Todavia, por motivos particulares, sua participação restringiu-se apenas em facilitar os contatos e conseguir os locais de reuniões.

Todos os informantes receberam uma cópia e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE convidando-os a participar da pesquisa, bem como, explicando os objetivos da pesquisa. (ANEXO 4).

Como pretendíamos imergir no mundo subjetivo dos moradores para compreender os significados e as intenções dadas aos lugares comuns, bem como suas noções de pertencimento ao lugar, elegemos as pessoas que efetivamente possuem profunda relação com o lugar, aqui considerado espaço onde os fenômenos são vivenciados, experienciados, valorados e percebidos, para produzir o mapa mental que depois fez gerar a cartografia socioambiental de Livramento.

Tuan (1983) considera o lugar como componente do mundo vivido, para este autor, o espaço é experienciado quando há lugar para se viver. Considera-se nesta pesquisa que o lugar antecede o espaço, pois a vivência e experiência num lugar levam à construção de identidades com o espaço. O território nasce a partir da dominação e/ou apropriação, quando começam as relações de produção entre os grupos envolvidos, melhor dito, quando se começa a dar funcionalidade a um determinado espaço, que pode ser tanto para abrigo, quanto para uso de recursos naturais.

O território de Livramento, antes de sua apropriação, era apenas um lugar chamado “Sítio Velho” onde as pessoas expropriadas de outros lugares começaram a se apropriar na tentativa de garantir reprodução de vida física e social.

A partir dessas premissas, elegemos dentro do grupo focal, pessoa que desenvolvem atividades de agricultura (3); artesãos (4); estudantes (5); donas de casa (4); e operário (01), para representarem através dos mapas mentais alguns lugares e objetos, que podem ser físicos ou não.

A pesquisa embasou-se na abordagem territorial de Haesbaert (2011), por representar um caminho para se identificar e interpretar, numa perspectiva processual, as relações, olhares, ritmos e identidades imbricados na dinâmica socioespacial dos territórios de populações ribeirinhas, ora transformados em Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Através desta abordagem desvelamos o território dentro de suas combinações funcional e simbólico, ou seja, material e imaterial, na perspectiva de Haesbaert (2011). Onde

o material se faz representar pelos quintais, sítios, roças e lugares de turismo, enquanto o imaterial são os lugares imaginados, idealizados como revela as territorialidades e cosmologias em Livramento. A abordagem teórica do território recebeu tratamento especial pelo olhar da Geografia no capítulo 3- Dialogando com a Geografia, onde se faz uma incursão nos pressupostos conceituais da Geografia Crítica na perspectiva de Haesbaert (2011).

O terceiro momento da pesquisa se caracteriza pelo fazer dos mapas mentais. É o momento em que os moradores de Livramento constroem de forma participativa, as representações gráficas dos lugares vividos, conhecidos, imaginados e usados. É quando eles transformam em imagens os saberes e fazeres que cada um detém dos lugares percebidos. Constituem-se em mapas feitos a mão livre com títulos e legendas.

O mapeamento é um instrumento voltado para planificar o uso do território indígena e não indígenas e as atividades produtivas, para ordenar e estabelecer os assentamentos humanos e o desenvolvimento das sociedades indígenas em harmonia com o potencial natural de suas terras (SALINAS, 2006, apud GAVAZZI, 2012).

Pirró (2010) considera-se, que projetos de mapeamento participativo realizados com grupos indígenas, povos tradicionais, pequenos agricultores, extrativistas e associações de moradores, envolvem membros dessas comunidades nos trabalhos de mapeamento dos territórios que vivem e trabalham e possibilitam o levantamento de dados referentes ao uso e ocupação da terra, a delimitação das fronteiras dos territórios, o etnozoneamento em terras indígenas, proporcionando dados para discussões sobre desenvolvimento local e subsidiando planos de manejo de unidades de conservação.

Numa perspectiva política, Furlan, et al (2009, p. 28) ressalta a importância de se reforçar a participação comunitária nos processos de tomada de decisão uma vez que “(...) a centralização na tomada de decisões, relacionadas com o manejo e uma área, desfavorece a credibilidade no cumprimento de compromissos pelo Estado”.

Todavia, mesmo sendo importante, o mapeamento participativo como estratégia de extrema utilidade para a gestão de territórios protegidos, Fox et al (2008) adverte que o povo é excluído dos processos de reconhecimento e planejamento do território devido aos instrumentos validados de obtenção de dados e gestão serem apoiados na linguagem cartográfica científica. Sendo assim, as tecnologias de informação espacial da cartografia participativa é uma oportunidade de habilitar estas populações excluídas para fazerem os mapas de seus lugares e expressarem seus saberes e fazeres no uso dos recursos.

Sendo mais enfático, Fox et al (2007, p. 72) afirma:

“O mapeamento participativo com base nas comunidades é visto como extensão lógica do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais. Habilitam as comunidades a representar suas terras e o uso dos recursos, assim como afirmar a legitimidade de seus direitos sobre os recursos, apropriando-se das técnicas e modos de representação do estado.”

Portanto, reconhecer e possibilitar a participação dos moradores de Livramento no mapeamento mental de seus lugares lhes permite afirmar legitimidade de seus direitos e apropriarem-se das técnicas e modos de representação adotados, dando-lhes a chance de se comunicarem com o Estado e assim, assegurarem suas existências.

O modelo das experiências com a cartografia indígena do governo do Acre, cujas ações estão proporcionando condições para os Agentes Agroflorestais Indígenas daquele Estado, também mostra que os resultados permitem os zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir de diagnósticos das atuais formas de uso (individuais e coletivos) e dos recursos naturais e suas potencialidades identificadas.

O mapeamento mental realizado junto aos moradores de Livramento, inspirado naqueles modelos com devidas adaptações, teve como objetivo demonstrar como eles percebem e ordenam seus territórios, ou melhor, os lugares ocupados e usados, a fim de se propor uma gestão territorial baseada em seus saberes e necessidades, capaz de contribuir na consolidação de planos de gestão territorial e ambiental da comunidade.

Pretendeu-se também, oportunizar uma experiência em educação popular de maneira que permitisse a troca de saberes entre os agentes da pesquisa (moradores) e o agente educador (pesquisador). Pois os participantes ao serem convidados para desenhar o mapa mental que representasse seus territórios de vida e trabalho, tiveram a oportunidade de refletir acerca do uso e manejo de recursos, ordenamento territorial e ações políticas para resolução dos conflitos vivenciados, ampliando assim suas visões críticas acerca de seus direitos como cidadãos.

Antes de fazer o mapeamento mental para se produzir a cartografia social de Livramento, foram marcados os pontos com GPS dos lugares como quintais, sítios e roçados. Também foram georreferenciados outros lugares, como pontos de turismo, lugares de cosmologias, fonte de águas, etc. assinalados nos mapas mentais, durante as oficinas para o mapeamento mental (Figura 1).

Figura 1: (A; B; C; D) Oficinas de mapeamento mental.

Fonte: Moradores de Livramento, 2013.

A Cartografia Socioambiental de Livramento foi gerada a partir dos desenhos dos mapas mentais. Para se produzir estes mapas foram distribuídos pincéis, lápis de cores diversas, réguas, canetas esferográficas de vários modelos, papel cartolina e papel A3, além de uma imagem do Google Earth da área de Livramento para servir de base. Foi solicitado que os grupos se dividissem em equipes, mas deixando-os livre para escolher seus grupos, que eles representassem em forma de desenho no papel, o lugar onde vivem, incluindo todas suas formas de atividades cotidianas e relações com esses lugares. Foi combinado que após a feitura dos mapas mentais, eles deveriam apresentá-los. Mas, devido à duração das atividades, não foi possível eles apresentá-los no mesmo dia, ficando marcada outra data. Porém não aconteceu, pois mesmo convidando-os eles não apareceram para apresentar. Mesmo assim, aproveitando as legendas dos mapas mentais e os pontos georreferenciados foi possível gerar a Cartografia Socioambiental de Livramento (Figura 2).

CARTOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Legenda

Casa de moradores	Maloca	Igreja católica	Fazenda
Escola	Campo de futebol	Torre	Cemitério
Posto de saúde	Galinheiro	Fonte	Oficina de instrumentos
Cachoeira	Templo Adventista	Barraca	Casa de farinha comunitária
Porto/Flutuante	Templo Batista	Casa de farinha/Sítios	Castanheira/Lugar de assombração

Área de pesca	Sítio arqueológico
Área de roça	Limites
Área de caça	Caminho
Praia	Hidrografia

AUTOR: MADURO, 2013

Nessa perspectiva do mapeamento participativo, o ponto de partida foi a elaboração de um mapeamento, que pudesse se integrar a um processo de gestão territorial. Esse tipo de cartografia que se quer participativo entende ligar os atores e o território, construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que nessa relação uns e outros se transformam (JOLIVEAU, 2008).

Os mapas comunitários podem conforme já se referiu Colchester (2002), na leitura de Acelrade Coli (2008, p.19), serem “ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre a demanda de terra, como também para planificar o manejo dos recursos naturais”. Podem também fortalecer as comunidades reafirmando seus valores e seus conhecimentos quando são resgatadas e valoradas práticas tradicionais de uso da terra ou mesmo “habitus” fortalecidos pela cotidianidade dos fazeres.

Os mapas foram elaborados com auxílio do software ArcGis versão 10, esse é um software pago, por isso foi utilizado uma cópia do órgão gestor da REDES do Tupé, ou seja da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Manaus, da qual foi pedida autorização. Foi utilizado para coletar os pontos o GPS de navegação, os arquivos em formato shapefile cedidos pela SDS (Secretaria de Desenvolvimento e Sustentabilidade do Amazonas) foram solicitados através de ofício. As informações referentes à hidrografia foram adquiridas através do site da Agência Nacional de Águas – ANA.

Todos os mapas foram elaborados conforme, consta no Datum SAD 69, considerando-se, que a maioria dos arquivos adquiridos encontrava-se nesse formato facilitando assim o trabalho na elaboração dos mapas.

Espera-se que esta pesquisa contribua como proposta de inserção da comunidade foco no processo de políticas públicas participativas, que contemplem e fortaleçam as ações daqueles moradores, haja vista que suas atividades para reprodução de vida, relação com o meio ambiente baseadas em seus costumes dão evidências de que estão sim no caminho de boas atitudes de cuidados e práticas com seus lugares de abrigo e trabalho.

Seus envolvimento no fazer dos mapas mentais demonstraram que há abertura a uma gestão mais democrática que concilie a conservação das riquezas naturais e culturais da Reserva. Existe a percepção de que a reserva pode até existir, mas desde que lhes deem alternativas de sobrevivência.

Considera-se que a presença do pesquisador interfere na realidade investigada e que os resultados deste trabalho influenciam a população pesquisada, no sentido de ajudá-la a se apropriar do conhecimento produzido, dotando-as de capacidade de pensar por si mesma. Por

isso, há o compromisso do pesquisador em retornar os resultados das experiências vivenciadas aos moradores de Livramento.

1. AMAZÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

1.1 O contexto das UCs na Amazônia e seus serviços ambientais

Amazônia continua sendo um grande desafio da história contemporânea. Ao ser estudada deve-se examiná-la não só na sua realidade de geografia física, considerando a soberba bacia hidrográfica, a floresta múltipla na classificação botânica, o bioma amazônico enfim, nas inter-relações dos ecossistemas a interessar as singularidades que envolvem a Ecologia e o habitante que está inserido nessa.

Do ponto de vista da estrutura da vegetação e do regime hídrico, esta região permaneceu quase que inalterada até as últimas décadas, o mesmo não ocorrendo com o Homem, uma vez, que durante as primeiras fases da colonização europeia, os grupos indígenas que habitavam essa região foram os que sofreram os maiores impactos. Em decorrência dos constantes choques entre índios e portugueses durante quase três séculos de colonização, séculos XVI e XVII e XVIII, a estrutura social, econômica e religiosa de diversos grupos tribais sofreram grandes modificações.

Muitas etnias foram dizimadas pelas guerras e doenças, outras se deslocaram para as cabeceiras dos grandes rios e muitas se miscigenaram pelo contato com a civilização europeia, num primeiro momento, e depois, pela influência das levadas de nordestinos atraídos pela extração da borracha que também deixaram marcas de sua cultura na região. Os europeus e seus descendentes introduziram sistemas de utilização de recursos naturais (plantações monocultoras, extrativismo de único produto, pastagens, criação de bubalinos, etc.) que ignoraram as diferentes condições do meio ambiente amazônico.

Entretanto, a transição do século XX para o século XXI, marca um período de profundas transformações e demandas de mecanismos de regulação no interior do sistema de gestão do meio ambiente internacional e em especial na Amazônia, que sob a influência do discurso do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável respectivamente vão determinar nova ordenação do território amazônico.

Por sua dimensão territorial e posição diferenciada que ocupa no cenário geopolítico da América do Sul, a Amazônia tornou-se centro das atenções da política internacional,

notadamente pelos riscos eminentes de perda da biodiversidade provocada pela destruição da maior floresta do mundo e o consequente desequilíbrio global.

Logo, envolta nas contradições da atual modernidade, que alimenta a ideia de um progresso ilimitado, contrastando com a escassez e finitude dos recursos naturais, a região amazônica tornou-se alvo de interesses e pressões externas, notadamente pelos recursos estratégicos e vitais que dispõe para a segurança planetária.

A inadequada forma da política de desenvolvimento rural aliada ao fluxo migratório para a região é incompatível com a necessidade de preservação e conservação dos recursos florestais, muito embora nos últimos tempos, tenha se intensificado a busca por alternativas para conter a devastação dos recursos naturais, bem como, por sistemas de manejo sustentáveis para manutenção da diversidade biológica.

Hoje existem orientações das ciências biológicas, sociais e ambientais, que do ponto de vista econômico, social e ambiental é aconselhável manter a cobertura florestal na Amazônia. Dentre as várias funções da floresta Amazônica que justificam mantê-la em pé para o funcionamento de ecossistemas, a principal delas é a proteção de todas as outras formas de vida. As outras funções são preservação dos recursos genéticos e fitoquímicos e de interações ecológicas co-evoluídas entre plantas e animais; interação entre a floresta e a química da atmosfera (com possíveis efeitos globais) e proteção dos solos contra a erosão (HIGUCHI et al., 2009).

O mundo reconhece os serviços ambientais prestados pela floresta. No entanto, poucos são capazes de dimensionar e valorar tais serviços. Em geral, estes serviços são frequentemente subavaliados por não terem preço no mercado tradicional e porque os efeitos totais de sua destruição não são ainda percebidos antes que os benefícios de curto prazo cessem.

O acesso e o uso da biodiversidade é um dos temas mais polêmicos ligados à relação homem-natureza, pois além da extrema complexidade no âmbito das ciências naturais, ele ainda tem uma indissociável ligação com o conhecimento das populações tradicionais associado que levam às implicações jurídicas, sociais, políticas, filosóficas, ideológicas etc.

Toda controvérsia em torno desse tema está ligada aos saberes baseados na tradição, que tiveram sua importância reconhecida na Convenção da Diversidade Biológica (CDB)²,

² A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi assinada por 156 países, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, 5-14 de junho de 1992). Seus objetivos foram a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, levando em conta

que admite a soberania dos governos sobre seus recursos genéticos e os obriga a “[...] “respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais, relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica [...]” (artigo 8, alínea “j”)³.

Os números em torno do tamanho da biodiversidade e o pequeno número de espécies utilizadas na Amazônia são controversos, Batista et al (2000), por exemplo, revela que a fauna íctica, composta por mais de 1.5000 espécies conhecidas entre 1979 e 1983, apenas 18 respondiam por 90% das 300.000 toneladas comercializadas por ano, em toda a região. Estes mesmos autores também revelaram que, em toda bacia, apenas 43 espécies ou grupos de espécies fazem parte da dieta regional, embora a preferência recaia apenas sobre dez espécies (acará, curimatã, jaraqui, matrinxã, pacu, pescada, pirarucu, sardinha, tambaqui e tucunaré), com nítida liderança do tambaqui (*colossoma macropomum*).

Pesquisas sobre vegetais, apesar dos obstáculos legais até para a retirada de amostras para estudos científicos, são as detêm a maior quantidade de informações sobre possibilidades de uso. Clay, Sampaio e Clement (1999), através de recursos do PPG-7 e apoio do Sebrae do Amazonas publicaram uma pesquisa exaustiva sobre várias espécies, demonstrando as possibilidades de uso das partes das plantas que podem ser armazenadas no mercado.

Clements (2008) também ressalta que os povos indígenas domesticaram perto de 50 espécies frutíferas na Amazônia, embora tenham feito uso de um número ainda desconhecido delas, mas alerta que, com exceção do açaí (*Euterpe spp.*), guaraná (*Paulinia cupana*) e cupuaçu (*Theobroma grandifolia*), as demais estão fora do mercado.

Cabe ainda refletir a possibilidade de uso das madeiras de lei, que por terem seus cortes proibidos ou restritos, empurram as populações tradicionais a cortá-las e vendê-las para serrarias clandestinas a usá-las na construção de suas moradias, como vem ocorrendo na região do rio Cueiras, no baixo Rio Negro (IPÊ, 2007), onde a exploração de madeira comercial já começa a ocupar o espaço das tradicionais formas de acesso aos recursos da biodiversidade, podendo gerar uma diminuição ou abandono completo das práticas agrícolas, tão importantes elos para a segurança alimentar das famílias que lá vivem.

todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias. Seu texto teve aprovação no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994.

³ O artigo citado foi alterado pela MP 2.186/2001, para enfatizar a proteção do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, o reconhecimento do direito dessas populações decidirem sobre o uso dos conhecimentos e incluir esses saberes na esfera do patrimônio cultural brasileiro. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm>, visitado em 01/08/2013.

Não caberá aqui comentar a miríade de pesquisas de melhoramento e cultivo de espécies da flora e da fauna amazônica, pois isto é notório e vem sendo desvelado ao longo do tempo. De certo, o que se sabe é que a biodiversidade amazônica nunca foi prioridade governamental, embora alguns pesquisadores tenham aderido a esse caminho, abandonando algumas pesquisas por falta de financiamentos, enquanto o governo, por negligenciar e enveredar por outros descaminhos, o da ineficiência e deficientes políticas públicas.

A Amazônia tem influência estratégica também na minimização do aquecimento global provocado pelas emissões de dióxido de carbono e metano liberados pelos Estados Unidos da América, União Européia, China e Rússia, que juntos ameaçam um aumento de temperatura superior a 2°C na Terra, e cujos efeitos serão catastróficos com vendavais, enchentes, secas e calor, conforme mostra o relatório científico do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês).

Foi na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, denominada de COP – 15, realizada em Copenhague – Dinamarca em 2009, que se definiram novos objetivos internacionais para fixar metas de redução de gases de efeito estufa. O Brasil, um mês antes, em reunião coordenada pelo físico Luís Pinguelli Rosa e o então governo brasileiro, fixou a meta de redução das emissões brasileiras desses gases de 36, 1% a 38, 9%, até 2020. Quando pelo menos, 20% serão oriundos da redução de 80% do desmatamento da Amazônia e 16% das ações da Agricultura (CARVALHO, 2010).

O estado do Amazonas, por exemplo, possui pouco mais de 1,57 milhões de km², com 98% da sua vegetação conservada. Desses, 1,40 milhões são de florestas primárias, ou seja, virgens. Esta área corresponde a mais ou menos um terço da Amazônia brasileira. O Amazonas é o estado com a maior área de floresta conservada no Brasil, e cerca de 50% da sua área estão protegidas por Unidades de Conservação, reservas extrativistas, parques nacionais, estaduais e federais e também terras indígenas (INPE, 2009).

Dos nove estados que compõe a região amazônica, o Amazonas, depois do Amapá, do Acre e do Tocantins, é o estado que possui a menor taxa de desmatamento na Amazônia, cerca de 98% do estado está conservado (INPE, 2009).

Visando manter este status, formas de manejo sustentável dos ecossistemas têm sido propostas ao longo do tempo pelas políticas públicas do estado. No entanto, muitas delas ainda desconsideram as singularidades dos espaços e dos saberes das populações humanas que habitam tradicionalmente nesses diversos ecossistemas.

Um exemplo desta realidade são as unidades de conservação de proteção integral, que na sua própria concepção preconizam o deslocamento de grupos humanos que dependem diretamente da exploração de recursos naturais e mesmo as unidades de uso direto, como as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável que permitem populações no seu interior estão vivendo um paradoxo: de um lado, novas formas de interação com a floresta e de outro, inadequados planos de manejos desvinculados da cultura das populações envolvidas (caboclos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, varzeiros, piaçabeiro, pescadores etc.) o que se tem mostrado ineficiente tanto para atender às necessidades dessas populações quanto para a conservação dos recursos naturais em questão.

Não é demais lembrar, que essa assimetria dos discursos entre políticas ambientais e as populações residentes advém do modelo de unidade de conservação adotado no Brasil e no terceiro mundo, que por sua vez, derivou da concepção de áreas protegidas construídas no século XIX nos Estados Unidos que tinha como objetivo proteger a vida selvagem (wilderness) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento das áreas protegidas estava baseada na visão do homem como inevitável destruidor da natureza, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, antes da intervenção humana.

Dessa maneira, o modelo descrito imprime uma dicotomia conflitante entre ser humano e a natureza; supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais e que, estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio. Apesar das incoerências do passado, novos modelos de conservação da natureza começaram a ser discutidos e implementados, especialmente nos países do Terceiro Mundo com a participação das populações tradicionais residentes nos territórios transformados em áreas protegidas.

Essas novas experiências partem da necessidade de se respeitar os direitos dessas populações no acesso aos seus territórios e recursos naturais, os conhecimentos e sistemas de apropriação da natureza, ou seja, sistemas de manejo gerados no contato com a natureza e a diversidade cultural das comunidades tradicionais.

Portanto, um fator que tem sido de grande valia para se formular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade sócioambiental, refere-se ao conhecimento ecológico-cultural das populações residentes. As UCs que têm levado isso em consideração nas suas ações têm demonstrado alcançar seus objetivos com maior grau de

legitimidade e sucesso do que aquelas que expulsam direta e indiretamente os grupos sociais de suas áreas.

Não obstante, passados os momentos de dilemas entre o permanecer ou sair de áreas protegidas, dependendo da categoria a que são submetidas as populações locais, o mundo vem implementando modelos conservacionistas positivos que funcionam em uma perspectiva de conservação sensível à cultura, particularmente na Austrália, Costa Rica, Nepal e Canadá, onde legislações nacionais que protegem os direitos dos povos nativos à terra, não deixam às organizações conservacionistas internacionais, outro caminho a não ser colaborar com as comunidades nativas e produzir modalidades criativas para proteger os habitats de vida selvagem e a biodiversidade e, ao mesmo tempo, permitir que os nativos do lugar continuem seu modo de vida tradicional (DOWIE, 2008).

No Brasil, os Kayapó, uma população indígena da Amazônia, com os quais o governo brasileiro e a Ong Conservação Internacional (CI) do Brasil formaram um projeto cooperativo de conservação, é outro exemplo de conservação que valoriza a cultura local. Líderes dos Kayapó, renomados por sua militância, recusaram-se abertamente serem tratados como parceiros qualquer num negócio bilateral entre o Governo e uma ONG, como ocorre frequentemente, em planos de manejo cooperativo. Eles exigiram ser um parceiro com os mesmos poderes na mesa de negociação. Como consequência, o Parque Nacional do Xingu, é o primeiro do continente controlado pelos índios e criado para proteger o modo de vida dos indígenas da Amazônia que estão determinados a permanecer dentro das divisas do parque.

A antiga Estação Ecológica Mamirauá, no Amazonas, que, mesmo antes de ser redefinida oficialmente para a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), passou a ser exemplo de reconhecimento do papel exercido pelas populações locais com relação à proteção e conservação ambiental, pois se observou que os grupos sociais detinham vasto conhecimento acumulado sobre o mundo natural, que permitia, por meio de seus sistemas de manejos eficientes, manter o equilíbrio dos ecossistemas e a reprodutibilidade dos recursos naturais (WITKOSKI, *et al.*, 2009).

Mesmo enfrentando oposição por parte das oligarquias locais, os governos do Acre e Amapá optaram por investir em modelos que beneficiassem suas populações tradicionais e seus ecossistemas florestais. Desenhadas como uma política voltada para os povos da floresta, o Acre pautou seu programa na experimentação e difusão das possibilidades de aproveitamento da floresta alicerçando-se em dois instrumentos técnicos, o do Zoneamento

Ecológico Econômico (ZEE)⁴ e do manejo florestal múltiplo, como elementos básicos para subsidiar as decisões de governos e realizar suas políticas de ordenamento territorial. As experiências dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) atuando nos processos de Gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre é um modelo que marca a construção da governança⁵ no âmbito das políticas públicas ambientais no Brasil (GAVAZZI, 2012).

No Amazonas, o Projeto para Redução de Emissões do Desmatamento (RED) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma envolve o estabelecimento de uma UC de Uso Sustentável em uma região sob alta pressão de desmatamento, cuja criação e implementação efetiva só foi possível graças à perspectiva de efetivação de um mecanismo financeiro de geração de créditos de carbono oriundos da Redução de Emissões do Desmatamento – RED, que vem sendo planejado pelo Governo do Amazonas. Os recursos a serem angariados permitirão ao Governo local efetivar a implementação de todas as medidas necessárias para o controle e monitoramento do desmatamento dentro dos limites do projeto, além de reforçar o cumprimento das leis e melhorar as condições de vida das comunidades locais (HIGUCHI et al., 2009).

A implementação das atividades do Projeto RDS do Juma proposta no DCP⁶ (documento de concepção do projeto) resultará, até 2050, na contenção do desmatamento de aproximadamente 329.483 hectares de floresta tropical, o que corresponde à emissão de 189.767.027,9 toneladas de CO₂ para a atmosfera, baseando-se no cenário de linha de base esperado para a área onde foi criada a RDS do Juma. Além dos benefícios climáticos esperados com a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) do desmatamento, esperam-se gerar diversos benefícios sociais e ambientais na área do projeto, através da aplicação dos recursos financeiros em programas como o fortalecimento da fiscalização e controle ambiental; geração de renda através de negócios sustentáveis; desenvolvimento comunitário, pesquisa científica e educação e pagamento direto por serviços ambientais do programa bolsa floresta.

Os exemplos acima revelam, que a implementação de uma política de uso sustentável dos recursos naturais, não deve se orientar apenas pela intenção de resguardar a diversidade *per se*, mas deve priorizar também o próprio conhecimento étnico das populações com vistas

⁴ O ZEE criado em 1990 pelo decreto nº 99.540 estabelece o Zoneamento Ecológico Econômico do território nacional com prioridade para a Amazônia Legal, porém foi pouco efetivado face as divergências que ocorreram sobre suas metodologias.

⁵ “maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento” (WORLD BANK, 1992, p. 1 apud Niro Higuchi et al., 2009).

⁶ O DCP (documento de concepção do projeto) pode ser baixado em português, a partir do site da Fundação Amazônia Sustentável (www.fas-amazonas.org).

à criação de estratégias ecotecnológicas voltadas para uma produtividade substancial e equilibrada.

Considera-se que a perspectiva do desenvolvimento sustentável não se limita somente em regular os processos econômicos em relação aos processos ecológicos, de modo a criar mecanismos de conservação e revalorização dos recursos naturais, cumpre também o papel de viabilização efetiva do desenvolvimento social das populações. Melhor dito, o desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida de categorias sociais que devem ser chamadas a participar desse novo ideário de política pública implícito na governança.

A criação de Unidades de Conservação constitui-se em uma das principais estratégias para promover a manutenção da qualidade ambiental em qualquer ecossistema. O Estado do Amazonas, mundialmente conhecido pela riqueza de seus recursos naturais, contempla áreas protegidas, que incluem Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) e terras indígenas.

O desenho atual do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) é composto por unidades que representam a quase totalidade das categorias existentes no SNUC. Por meio do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e suas instituições vinculadas, o Estado do Amazonas expandiu em aproximadamente 10 milhões de hectares a área legalmente protegida na forma de unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral.

Segundo o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), no Amazonas, cerca de 35% do território é composto por Unidades de Conservação (UC), englobando 84,6 milhões de hectares de áreas protegidas distribuídas em 111 UCs. Sendo 47 federais – abrangendo 23, 6 milhões de hec.; 41 estaduais – abrangendo 18,8 milhões de hec.; 23 municipais – abrangendo 1,8 milhão de hec.; e Terras Indígenas com 42 milhões de hec. Nestas UCs vivem caboclos, ribeirinhos, indígenas e remanescentes de quilombolas (SDS, 2013) (Figura3).

Figura 3: Mapa de Unidades de Conservação do Amazonas.

Fonte: SDS, 2013.

Além de ampliar a quantidade de áreas protegidas, a qualidade da implementação destas unidades obteve avanços significativos. A promulgação da Lei, em 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), representa esse avanço. A partir da sua criação, amparada no SNUC, as relações entre o Estado, o cidadão e o meio ambiente são reguladas e passam a ser preservados importantes remanescentes de ecossistemas do Amazonas, considerando, ainda, seus aspectos naturais e culturais (SDS, 2009).

Era de se esperar, que a imensa área protegida do Amazonas deveria, teoricamente, ser protegida de ameaças ambientais como garimpo, grilagem de terra, desmatamento e exploração irregular de recursos. No entanto, o que tem são conflitos de todas as ordens causados pelas sobreposições e/ou disputas entre Terras Indígenas, territórios de quilombolas e outras populações tradicionais vivendo em territórios de UCs.

A conservação da floresta amazônica passa então a refletir a necessidade de pôr em prática o desenvolvimento sustentável, conciliando o aproveitamento de recursos naturais à proteção ambiental. Por meio de políticas públicas e de ações concretas no âmbito das Unidades de Conservação (UC), o desenvolvimento sustentável começa a fazer parte do cotidiano social e os espaços territoriais, que têm seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, passam a ser legalmente protegidos

pelo poder público e também a fazer parte dos cenários de desenvolvimento sustentável e valorização dos serviços ambientais no Amazonas (SDS, 2009).

O Sistema Estadual De Unidades De Conservação (SEUC), baseado no SNUC, estabelece que as Unidades de Conservação sejam divididas em dois grupos com características específicas: No primeiro grupo, de Unidades de Proteção Integral tem-se, no Estado do Amazonas, as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As reservas privadas são de duas categorias: RPPN, de Proteção Integral e Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), de Uso Sustentável. As mesmas começaram a ser instituídas, no Estado, a partir de 2009.

No segundo grupo, de Unidades de Uso Sustentável, encontram-se, representadas no SEUC, as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLORESTA), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), os Rios Cênicos e a Estrada Parque, que reúne conceito de beleza cênica e uso público nestas duas novas categorias.

Mesmo quando pertencem a um mesmo grupo, as UCs têm níveis de proteção diferenciados. No topo do sistema, estão as Rebio. Essa categoria do SEUC é a mais restritiva, e tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. A pesquisa científica é a única atividade humana permitida, sem restrições, para esta categoria de unidade (SDS, 2009).

Os Parques Estaduais são das Unidades de Proteção Integral, constantes no SEUC, as áreas mais abertas à ação humana. Neles é permitido, além da realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico.

Um destaque no desenho atual do SEUC é dado aos Mosaicos de Unidades de Conservação do Estado, que reúne UCs de categorias diferentes, incluindo UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável, cuja gestão é feita de forma integrada e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, visando à compatibilização da presença da diversidade biológica, a valorização cultural e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (SDS, 2009).

No SEUC, mediante as atuais políticas de governo, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são as mais representadas. Estas unidades abrigam comunidades tradicionais, cuja subsistência baseia-se em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos

naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Há, também, as Reservas Extrativistas (RESEX), que como na RDS são administradas por conselhos deliberativos com participação de representações das comunidades residentes, de instituições governamentais locais e de instituições da sociedade civil organizada.

As Florestas Estaduais (FLORESTA) têm como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a pesquisa científica e o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, com ênfase em métodos para manejo sustentável de florestas nativas. Elas permitem, inclusive, o uso sustentável e manejo dos recursos madeireiros. São as únicas unidades do sistema que não permitem propriedade privada dentro de suas áreas.

Com menos representação no SEUC, até o momento, estão às áreas que podem ser decretadas a conviver com as propriedades privadas. São as categorias menos restritivas de todo o sistema: Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Na primeira (ARIE) é permitida a propriedade privada. Essas áreas são, em geral, de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, e têm como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local.

A segunda categoria (APA) - é representada por áreas de ocupação humana, geralmente localizadas próximas às cidades, nas quais, a propriedade privada não só é permitida, como prevalece sobre a área, que existe mais no sentido de facilitar o ordenamento territorial. A Estrada Parque e Rio Cênico são duas novidades dentro do Sistema Estadual do Amazonas, sendo unidades de conservação em forma de faixas lineares em áreas de domínio público ou privado, compreendendo a totalidade ou parte de uma estrada ou rio. Estas áreas devem possuir notável valor panorâmico, cultural ou recreativo, incluindo, em seus limites, o leito e todas as terras adjacentes, públicas ou privadas, essenciais para a sua integridade paisagística e ecossistêmica (SDS, 2009).

Mesmo havendo o aumento e implemento de UCs na Amazônia, em particular no Amazonas, que deu nova configuração à geografia da conservação desta região, a efetividade das UCs como instrumento de conservação, assim como para prestar serviços ambientais só será atingida à medida que se mudem as estratégias de envolvimento entre os tomadores de decisão e as populações residentes dentro ou no entorno de seus limites.

Sobre a questão da efetividade das UCs na Amazônia, Mello (2006) sustenta que, o desafio para implementar políticas públicas envolvendo dimensões biológicas, sociais e, sobretudo, políticas, é a compreensão das complexas relações entre as funções da biodiversidade e as diferentes formas de uso que ela pode ter, em função de ser um conceito amplo e ainda em construção que acaba refletindo nas formas complexas de interagir por parte dos agentes gestores e das populações envolvidas.

De todo modo, o envolvimento da sociedade e de diferentes esferas governamentais é fundamental para o êxito das Unidades de Conservação. O entendimento e participação da sociedade local com relação aos objetivos desta nova forma de gestão territorial voltada à conservação e manejo sustentado dos recursos naturais são imprescindíveis.

Nas UCs de uso sustentável os moradores tradicionais devem ser reconhecidos e promovidos a uma das principais vozes principalmente na gestão das modalidades de áreas protegidas como Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mas também em todas as UCs que permitem moradores (Floresta Nacional/Estadual (FLONA ou FLORESTA), Área de Proteção Ambiental (APA).

Isso remete a reflexão de que, conservar não significa guardar a floresta com todo seu acervo de recursos naturais enquanto os povos, que dela dependem, vivem em condições de miséria, simplesmente por falta de políticas públicas que respeitem seus direitos como cidadãos e como agentes detentores de todo o conhecimento capaz de reverter o estado precário no qual se encontram. Há que se pensar em uma ação/projeto do Estado que promova a interdisciplinaridade entre conhecimento científico e os saberes das culturas tradicionais.

Decodificar os saberes dos povos da Amazônia é não permitir uma apropriação capitalista da riqueza genética Leff (2001), que só beneficia os de fora e expropria os da terra. A biopirataria é um exemplo de descuido e negligência das políticas públicas, que vem deixando o setor industrial internacional se apoderar tanto dos recursos naturais, como dos saberes de quem os detém. Somente se pode falar em desenvolvimento sustentável na Amazônia quando se agregar valor aos saberes e fazeres dos povos que nela vivem, e se efetivar seus envolvimento nas decisões.

1.2 Manaus e as políticas de intervenção socioambiental

A noção de sustentabilidade implica em uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de um desenvolvimento,

respeitando a capacidade de suporte dos ambientes, sejam estes construídos ou naturais (HOGAN, 1993).

Percebe-se no espaço urbano de Manaus contradições diversas com conflitos sociais e interesses distintos. Grupos hegemônicos conseguem por meio da especulação imobiliária, aumentar seus patrimônios, enquanto que as classes de menor poder aquisitivo lutam pela sobrevivência. Temos assim, um espaço que se apresenta constituído por diferentes feixes de relações de poder fragmentado e articulado.

Manaus é uma cidade que conseguiu se desenvolver graças a sua posição geográfica privilegiada na Amazônia. A cidade localiza-se próximo à confluência dos rios Negro e Madeira com Solimões, em um dos principais pontos do eixo e navegação fluvial da Amazônia, por onde passam os fluxos de toda a bacia da Amazônia ocidental.

Embora o porto da cidade diste 20 km do encontro das águas dos rios Negro e Solimões, Manaus comporta-se efetivamente como uma cidade fluvial de confluência. Não é um ponto terminal da navegação amazônica, ao contrário, apresenta um aspecto-centrípeto-centrífuco, articulado a circulação atlântica e aquela vinculada aos mais distantes lugares da Amazônia brasileira e sul-americana (AB'SABER, 1953).

Favorecida por essa importante posição geográfica, Manaus foi condicionada para desempenhar a função de cidade portuária, concentrando o fluxo do sistema hidrográfico da Amazônia Ocidental. Por conseguinte, essa função urbana se tornaria a principal força de desenvolvimento da cidade, inicialmente impulsionada pela Economia da Borracha (1852 a 1913) e, posteriormente, pela implantação do modelo Zona Franca a partir da década de 1960, quando Manaus recebeu grandes investimentos na melhoria de sua infraestrutura, como o aeroporto internacional Eduardo Gomes; o porto, que passou por reformas em suas instalações para atender às novas demandas que surgiam e implantaram-se serviços de telecomunicações (OLIVEIRA, 1998).

A forma como se deu a produção do espaço em Manaus, contem uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras pela contradição e diversidade.

Foi no século XIX, período áureo da economia da borracha, quando Manaus passou a comandar o sistema socioeconômico mercantil extrativista, que o efetivo de Manaus passou de 5.000 para 75.000 habitantes, o que fez com que a cidade se posicionasse entre as dez maiores capitais do país. A expansão demográfica partiu do pequeno contingente de apenas

cerca de 5.000 habitantes, para 30.757 em 1900 e para 60.000 em 1907, por conta dos investimentos em serviços públicos implantados (MELO, 1990).

Manaus cresceu sobre a porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes de encostas pouco inclinadas, separadas pelas calhas variavelmente encaixadas dos igarapés (AB'SABER, 1953). Devido, porém, aos limites naturais que o rio Negro impõe a oeste e a sul, Manaus cresceu em um espaço que se estende por 180 graus, principalmente para o norte e a leste da cidade (MELO E MOURA, 1990).

Na realidade, Manaus é uma cidade entrecortada por igarapés que foram ocupados pelas populações de baixa renda desde os tempos faustos da borracha, enquanto a elite ocupava as áreas nobres do centro da cidade, com seus casarões de arquitetura europeia. Outrora, estes igarapés possuíam um valor de uso para a população manauara, eram praticamente, “balneários” lugares de lazer dos cidadãos, mais que isso, eram as rodovias aquáticas utilizadas pelos moradores para passeios e deslocamentos de um para outro lugar, através das catraias – pequenos barcos movidos a remo pelos catraieiros – homens que trabalhavam neste meio de transporte.

Com o passar do tempo, novas intervenções aconteceram no sentido de desenvolver Manaus, desta feita já no século XX, Manaus ganha destaque econômico com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), porto de livre comércio e polo industrial criado com o objetivo de promover o desenvolvimento, tanto social como econômico, não apenas da capital Manaus, mas de todo o Estado, pois sua finalidade era também criar no interior um centro industrial, comercial e agropecuário.

A implementação da Zona Franca trouxe uma série de transformações na dinâmica do crescimento da capital amazonense, principalmente no tange ao tecido urbano, pois a cidade de fato cresce e se urbaniza. A taxa de urbanização cresceu entre as décadas de 1970 e 1980 de 91% para 96,6% e permanece crescente nas quatro últimas décadas (MOURA E MOREIRA, 2000), porém as desigualdades de renda continuam até os dias atuais.

A questão social após a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), suscitou uma série de conflitos fundiários, êxodo rural, e uma “precoce inchação urbana e marginalização social” (OLIVEIRA, 1996, p. 75). O autor questiona o espaço urbano de Manaus e revela em seus estudos, que “metade da população da cidade vive em favelas e casebres fluviais”. Para o autor, “o crescimento é urbano, mas em sua essência, quem realmente cresce é a pobreza” (OLIVEIRA, 1996).

Apesar de todas as críticas, a ZFM foi e ainda é uma estratégia de integração territorial importante. De certa forma conseguiu cumprir com o objetivo de compensar a distância em relação aos grandes centros de consumo, embora o isolamento não tenha sido totalmente vencido.

A situação da cidade de Manaus até hoje é no mínimo, paradoxal. Manaus é uma das maiores cidades brasileiras em população, além de ser uma das cidades mais ricas do país, no entanto, apesar de todos esses resultados, metade da população vive na pobreza. Há um crescimento espacial e demográfico, inversamente proporcional, pois o centro da cidade, antes valorizado por infraestrutura, perde espaço para a periferia, que também se equipa de serviços urbanos. E a periferia, antes percebida como lugar distante, sem serviços e destinadas aos pobres, se destaca e eleva o preço da terra (RIBEIRO FILHOS, 1999).

No atual século XXI, Manaus passa por novas intervenções políticas que determinaram novas transformações na produção de seu espaço. Dentre estas intervenções estão a construção da ponte Rio Negro, inaugurada em 2011; a implantação do gasoduto Coari–Manaus, construído no período de 2006 a 2009 e a criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM), criada pela Lei Estadual pública em abril de 2007 (SOUSA, 2013, p. 2).

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) é a mais recente região metropolitana criada no Brasil. Instituída em 2007, pelo governo do estado do Amazonas, comporta os municípios de Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Careiro da Várzea, Iranduba e Itacoatiara. O fato é que com a expansão do espaço em Manaus, alteraram-se as dinâmicas locais/regionais que provocaram interesses políticos diversos.

Para Sousa (2013), a reestruturação do espaço em Manaus, conforma-se em benefício para poucos e especialmente lucrativas para alguns. O autor enfatiza, que as transformações socioespaciais decorrentes da RMM e da ponte Rio Negro são seletivas e excludentes e não se traduzem efetivamente em melhores condições sociais para a população.

Na cidade de Manaus está claro que há infraestrutura privilegiada para o vetor central e o recente eixo para Zona Oeste (acesso à Ponta Negra/ Tarumã) se comparado às demais áreas da cidade menos valorizadas, que sofrem com vias de péssimas condições de acesso aos bairros populares. A valorização fundiária, passa pela apropriação dos investimentos públicos pelos proprietários das áreas mais urbanizadas, se beneficiando da mais-valia urbana, ou seja o preço dos terrenos se valorizam conforme sua localização (BARTOLI, 2011).

Em Manaus, o agravo decorrente do aumento das migrações para o eixo das áreas da expansão urbana, ocorrido com o crescimento demográfico da sua população, principalmente a partir da segunda metade do século XX, pressionou a ocupação de novos espaços com o uso, exploração, descaracterização, fragmentação e sub fragmentação da paisagem e, em alguns casos, até a total eliminação da mesma (COSTA NETO; TELLO *et al.*; 2010).

A pressão sobre os espaços de Manaus faz com que as Unidades de Conservação tenham uma relação muito estreita com os processos de ocupação do espaço urbano, em face da expansão acelerada da cidade, que possui seus limites demográficos restritos por limites naturais (Rio Negro ao Sul) e jurídicos (Jardim Botânico “Adolfo Ducke” a nordeste e Área Militar do Puraquequara ao Leste), ficando como alternativa de expansão territorial urbana, pela sua proximidade, justamente as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, como no caso da REDES do Tupé à Oeste.

Os espaços territoriais especialmente protegidos, sujeitos a regime jurídico especial são definidos no Código Ambiental de Manaus através da Lei n.º 605/2000 como as áreas de preservação permanente; as unidades de conservação; as áreas verdes; os fragmentos florestais urbanos; as praias, as ilhas, as cachoeiras, a orla fluvial e os afloramentos rochosos associados aos recursos hídricos.

Em que pese o amparo legal citado acima, Silva (2004), ao fazer um estudo sobre o crescimento populacional da cidade de Manaus e o seu impacto sobre o meio ambiente, levantou questões como invasões de áreas com cobertura vegetal, que segundo ele têm se tornado cada vez mais constantes, tendo como consequências a ocupação de áreas, conquistadas pela derrubada de floresta primária.

Segundo esse autor, a maior parte dos episódios de invasão – espontâneos ou organizados – que ocorreram em Manaus, nas últimas décadas, foi direcionada para áreas até então preservadas com florestas primárias. É frequente em Manaus, as invasões de áreas verdes, tanto nos espaços de reserva de loteamento, condôminos ou desmembramentos, previstos nas leis do uso e de parcelamento do solo, quanto em áreas que apresentem cobertura florestal ou vegetação densa, embora não sejam consideradas como de preservação permanente.

A ocupação e poluição dos igarapés é outro problema enfrentado por Manaus. Conforme relatos de Silva (2004) em todo o município, a extensão dos igarapés principais alcança aproximadamente 70 km, sem qualquer saneamento básico abrigando, em razão do significativo déficit social, cerca de 400 mil habitantes. A concentração e crescimento

populacional às margens dos igarapés se justificam, do ponto de vista dos interesses das famílias, pela facilidade de acesso ao transporte coletivo, trabalho, escola, comércio e outros indicadores socioambientais declara ainda o autor.

Para Oliveira (2008), Manaus ampliou seus domínios espaciais, com a interiorização pelas “terras firmes”, num modelo de ocupação mista, entre as intervenções planejadas pelo Estado (conjuntos habitacionais) e ocupações espontâneas, como por exemplos: conjuntos habitacionais como os de Flores no bairro do mesmo nome e o “Costa e Silva” no bairro da Raiz todos construídos com casas e ruas numeradas, na tentativa de solucionar o problema dos desabrigados da antiga Cidade Flutuante surgida com a inchação populacional ocorrida na década de 1960 quando do advento da Zona Franca.

Com a emergência das questões ambientais na ECO 92, a preocupação com o meio ambiente passa a ser pauta nas agendas dos governos globais. O modelo de desenvolvimento regional da Amazônia visto como desastroso, do ponto de vista da inserção social e dos impactos ambientais, passa a ser um dos desafios daquele tempo e de agora.

Foi no âmbito do Programa Nossa Natureza criado no limiar da Conferência ECO 92 e adotado como estratégia destinada para a ocupação da Amazônia, que se amplia a discussão do ordenamento territorial da Amazônia e ao mesmo tempo se formata o Zoneamento Ecológico-Econômico (MELLO, 2006).

No Estado do Amazonas, por exemplo, há 25 Unidades de Conservação Municipais. Mesmo não se dispondo de um registro claro dessas UCs, como o da sua extensão e situação, nem das suas atividades, 12 delas fazem parte do Projeto Corredor Biológico localizado no norte do estado. As demais áreas estão situadas nos municípios de Manicoré, Apuí, Humaitá, Boca do Acre, Lábrea e Tabatinga. Com relação às RPPN, há duas no Estado, uma delas no Município de Manaus.

As unidades de conservação municipais e privadas são figuras reconhecidas na legislação ambiental brasileira, especificamente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As municipais são decretadas pelas autoridades do nível municipal e compreendem, em geral, áreas pequenas porque, via de regra, os municípios não são proprietários de grandes extensões de terra.

As de propriedade privada são reconhecidas pelo SNUC como Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Estas UCs contam com o apoio fiscal da União, do estado e do município, caso a área se destine à conservação da biodiversidade. Também existe a Área de Relevante Interesse Ecológico que é geralmente um território pouco extenso, porém dotado de

características naturais extraordinárias, cujo objetivo é manter os ecossistemas naturais. Nesse caso as áreas podem ser públicas ou privadas (BRASIL, 2000).

O processo de desmatamento provocado pelas pressões da expansão horizontal e do crescimento interno da cidade, principalmente em matas de terra firme localizadas dentro da área urbana, vem ocasionando a fragmentação dos remanescentes florestais intraurbanos com empobrecimento de sua biodiversidade e a ameaça à continuidade das matas existentes entre a Reserva Ducke e as florestas situadas ao norte da cidade de Manaus (PMM – GEO MANAUS, 2002).

Sobre a situação da fauna na área urbana de Manaus, Subirá (2002) adverte:

O impacto da fragmentação de habitat sobre a fauna é tema de muitas investigações científicas. A fragmentação influi na dinâmica reprodutiva das espécies, na estrutura e diversidade das comunidades e nas interações animais-plantas, como dispersão de semente e polinização. Em áreas urbanas, este cenário se torna mais grave, pois ocorre que os fragmentos atingem tamanhos mínimos; muitos deles são eliminados totalmente; à distância entre eles e a matriz onde estão inseridos dificulta ou impede totalmente a migração dos animais (SUBIRÁ, 2002, p. 35).

Embora este quadro seja comum em muitas cidades brasileiras, em Manaus possui o agravante de ter um número maior de espécies nesta situação. Manaus também apresenta uma peculiaridade, não sendo a fragmentação do habitat e a eliminação de fragmentos/morada as únicas ameaças, mas também o comportamento da população que agride e mata os animais, que se aproximam das residências, muitas vezes para consumo da carne..

Para atender as demandas da área ambiental e melhorar a estrutura administrativa no âmbito municipal, foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – SEDEMA, através da Lei Municipal nº 2.021, de 12 de julho de 1989.

A SEDEMA, hoje SEMMAS (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade) foi instituída com a atribuição de formular e executar a política municipal de desenvolvimento e meio ambiente da cidade de Manaus em consonância com as diretrizes estabelecidas pela política nacional de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e de meio ambiente.

No início da atual década, a Lei Municipal nº 605, de 24 de julho de 2001, instituiu o Código Ambiental do Município de Manaus, na forma do art. 65 da Lei Orgânica do Município. O Código Ambiental define a política ambiental do Município, seus objetivos e instrumentos, além de criar o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA.

O Código Ambiental de Manaus, aprovado pela Lei nº 605, de 24 de julho de 2001, considera o *Planejamento Ambiental* o principal instrumento da Política Ambiental Municipal, devendo fixar as diretrizes de ação com o objetivo básico de garantir o desenvolvimento sustentável do Município. O Código enfatiza que o planejamento deve ser um *processo dinâmico, participativo, descentralizado e lastreado na realidade socioeconômica e ambiental local, levando em conta as funções da zona rural e da zona urbana de seu território* (PMM – GEO MANAUS, 2002).

Conforme relatório da CEPAL et al. (2007), a ausência de planejamento urbano continuado e a perda do controle sobre o crescimento da cidade acabaram por gerar muitos problemas ambientais em Manaus.

Em que pese a atuação das recentes Administrações Municipais por meio dos programas de lotes urbanizados, paisagismo dos logradouros públicos, saneamento dos igarapés e educação ambiental, a cidade defronta o agravamento dos problemas ambientais, sobretudo no que diz respeito ao crescimento populacional, à ocupação desordenada do solo, à destruição das coberturas vegetais, à poluição dos cursos de água e à deficiência de saneamento básico.

Manaus possuía em 2005 mais de 1.400.000 habitantes, com uma concentração de 99,35% na área urbana. Nos últimos 40 anos, a Zona Franca foi responsável pela atração de um grande fluxo migratório oriundo do interior do estado, do Nordeste brasileiro e de outras regiões do país. Em consequência, a população de Manaus cresceu mais de 500%. Nesse período, observou-se um relaxamento sistemático do cumprimento das normas urbanísticas e de edificação previstas no Plano-Diretor Local Integrado de Manaus e na sua legislação complementar, em vigor desde meados da década de 1970 (CEPAL et al., 2007).

Conforme senso demográfico, a cidade de Manaus passou de 171.343 habitantes em 1960 a 1.802.525 habitantes em 2010⁷. Ainda perdura em Manaus problemas como o do lixo, que mesmo a maior parte ser coletada direta ou indiretamente, ainda um volume significativo é queimado ou lançado em terrenos baldios e cursos de igarapés, constituindo um dos principais problemas ambientais da cidade.

Outra situação problemática em Manaus é a da poluição dos igarapés resultante da sua ocupação. Dados não oficiais indicam que Manaus contava em 2002 com cerca de 300 mil pessoas residentes em faixas marginais dos cursos de água (a maior parte em palafitas precárias implantadas sobre espelhos de água ou em áreas sujeitas a inundações). O

⁷ IBGE. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

lançamento indiscriminado de lixo e toda sorte de detritos nos igarapés constitui outro problema ambiental grave. A ação da Administração Municipal na retirada sistemática dos resíduos sólidos neles acumulados, como parte do Programa “SOS Igarapés”, e outras megas operações de limpeza, foram uma iniciativa pioneira que reduziu a poluição e teve grande alcance pedagógico (CEPAL et al., 2007).

No final do século XX e início do XXI, a cidade de Manaus vem passando por novas intervenções urbanas que culminaram com modelos pré-estabelecidos mundialmente. Financiamentos pelo Banco Mundial (BIRD) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) passam a incorporar o discurso ambiental com o intuito de promover políticas urbanas que favoreçam os interesses da reprodução capitalista (BEZERRA VILAÇA, 2011)

Segundo o IBGE (2010), só as bacias do Igarapé do Educandos e do São Raimundo (áreas central de Manaus), passaram a receber maior contingente populacional da cidade nos últimos anos, cerca de 580.000 ribeirinhos e 7.000 famílias (36.000 pessoas) viviam em áreas ambientalmente vulneráveis, consideradas de riscos.

O Programa PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus está aterrando estes e outros igarapés da área central de Manaus e remanejando a população pobre, que ocupa suas margens, para lugares da periferia da cidade onde se encontram mananciais de florestas primárias e, por conseguinte, onde estão se estabelecendo as unidades de proteção, como por exemplo a área da APA - Margem Esquerda Do Rio Negro Setor Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim.

A deficiência dos sistemas de esgotamento sanitário de Manaus deve-se não só ao processo de crescimento intenso e desordenado da cidade, mas também à ausência de investimentos na manutenção e expansão das redes coletoras e unidades de tratamento nas últimas décadas. A precariedade da situação pode ser aquilatada pelo fato de que a empresa privada que assumiu no Governo anterior a concessão dos serviços, até então da responsabilidade de empresa pública estadual, não dispõe de um cadastro completo do sistema de esgoto existente. Dados oficiais registraram que em 2001 o índice de atendimento do sistema era de 15% da população total da cidade (PMM – GEO MANAUS, 2002).

Um levantamento feito pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) em 2011 mostra que no geral, as unidades de conservação mais próximas à região urbana de Manaus apresentam as maiores percentagens de desmatamento. As categorias estaduais e municipais de unidades mais desmatadas foram as APAs e as RDSs (Quadro 1).

Quadro 1: Dados desmatamento nas Unidades de Conservação de Manaus

Unidades de Conservação	Jurisdição	Área total da Unidade (ha)	Área Desmatada (ha)	% Desmatada
PAREST Sumaúma	Estadual	51,0	50,0	100,0
REDES do Tupé	Municipal	11.973,7	2.964,9	24,8
APA Caverna do Maroaga	Estadual	376.246,5	29.539,4	7,9
RDS do Rio Negro	Estadual	103.058,5	5.743,6	5,6
PAREST do Rio Negro – Setor Sul	Estadual	155.881,6	2.010,8	1,3
PARANA de Anavilhanas	Federal	360.550,2	1.899,5	0,53
PAREST do Rio Negro – Setor Norte	Estadual	148.627,9	736,5	0,5
RDS Amaná	Estadual	2.311.190,6	9.050,6	0,4
PARANA do Jaú	Federal	2.408.261,3	3.721,8	0,15
RESEX do Rio Unini	Federal	865.210,2	1.036,3	0,12
APA da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Tarumã-Acu/Tarumã-Mirim	Estadual	56.024,3	9.999,1	17,8
APA da Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari/Solimões	Estadual	649.444,8	462.082,3	71,1
APA da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuazinho	Estadual	574.690,3	12.538,5	2,2

Fonte: FVA, 2011.

A RDS do Tupé, *locus* dessa pesquisa, foi apontada no quadro como a segunda unidade de conservação mais desmatada ficando atrás da PAREST (Parque Estadual) Sumaúma, zona urbana de Manaus. Segundo a (FVA, 2011), pela proximidade de Manaus as duas unidades de conservação estão passando por um processo de desmatamento e degradação causados pela grande pressão populacional advinda da zona urbana de Manaus.

Livramento, por exemplo, objeto de nossa investigação é uma das seis comunidades que integram a REDES do Tupé, possui uma densidade populacional de 8,09 habitantes/ km², portanto é a mais antropizada da reserva, fato que pode justificar sua posição negativa em relação aos altos índices de desmatamento e perda de biodiversidade.

Por outro lado, os principais desafios para evitar o aumento do desmatamento e degradação dessas áreas são a falta de recursos financeiros e de empenho dos órgãos gestores dessas unidades (unidades federais - ICMBio, estaduais - CEUC e municipais – SEMMAS); dos instrumentos legais de gestão (planos de manejo ou gestão e os conselhos); fiscalização dos órgãos competentes, principalmente em relação à grilagem de terras; de instrumentos para a regularização fundiária; de ordenamento territorial; de planos diretores saindo do papel; de

parcerias, para gestão integrada das unidades, entre os órgãos gestores, governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil e inclusão da população local na discussão para planejamento e implementação de estratégias de crescimento aliadas a conservação. Vencendo os principais desafios, será possível garantir um futuro mais adequado para a população local e para as unidades de conservação do entorno e proximidades de Manaus (FVA, 2011).

No âmbito municipal, em março de 2012 o governo de Manaus ampliou o quantitativo de áreas protegidas da cidade para 17 Unidades de Conservação, enquadradas em diversas categorias, que ao todo somam 19.199,95 hectares, o que representa um acréscimo de 53,49% no total de áreas protegidas em Manaus. (Quadro 2).

Quadro 2: Áreas Protegidas de Manaus Gerenciadas pela SEMMAS

ESPAÇO PROTEGIDO	ÁREA TOTAL (ha)	LOCALIZAÇÃO	INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO	ENDEREÇO
Reserva Ecológica Sauim Castanheiras	95	Área urbana	Decreto 87.455 de 12 de agosto de 1982	Avenida André Araújo, s/n – Distrito Industrial II
Parque Municipal do Mindu	40,8	Área urbana	Lei 219 de 11 de novembro de 1993	Rua Perimetral, s/n – Parque Dez de Novembro
Parque Municipal das Nascentes do Mindu	16,2	Área urbana	Decreto 8.351 de 17 de março de 2006	Rua Andorinha, s/n – Comunidade Santa Bárbara – Cidade de Deus
Área de Proteção Ambiental do Tarumã/Ponta Negra	22.698,8	Área urbana, de transição e rural	Decreto 9.556 de 22 de Abril de 2008	Margeia todo o igarapé Tarumã-açu, zona Oeste de Manaus
ESPAÇO PROTEGIDO	ÁREA TOTAL (ha)	LOCALIZAÇÃO	INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO	ENDEREÇO
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé	11.973,0	Área rural	Decreto 8.044 de 25 de Agosto de 2005	Margem Esquerda do rio Negro, à montante de Manaus – Zona rural, distante 25 km da área urbana. Atualmente a administração está instalada na sede da Semmas (avenida André Araújo, 1500 – Aleixo)
Área de Proteção Ambiental Parque Linear do Bindá	5,8	Área rural	Decreto 1.499 de 27 de março de 2012	Margeia parte do igarapé do Bindá, zona centro-sul de Manaus
Área de Proteção Ambiental Parque Linear do igarapé do Gigante	155,1	Área urbana	Decreto 1.500 de 27 de março de 2012	Margeia todo o igarapé do Gigante, zona Oeste de Manaus

Área de Proteção Ambiental Parque Ponta Negra	39,8	Área urbana	Decreto 1.501 de 27 de março de 2012	Área de lazer da Ponta Negra, zona oeste de Manaus
Área de Proteção Ambiental Adolpho Ducke	18.240,8	Área urbana, de transição e rural	Decreto 1.502 de 27 de março de 2012	Engloba a reserva experimental Adolpho, fazendo a ligação desta à área do igarapé do Puraquequara
Área de Proteção Ambiental UFAM, INPA, ULBRA, ELISA MIRANDA, LAGOA DO JAPIIM E ACARIQUARA	759,15	Área urbana	Decreto 1.503 de 27 de março de 2012	Engloba as áreas institucionais e dos conjuntos descritos na nomenclatura da unidade
Reserva Honda	16,4	Área urbana	Decreto 8.501 de 05 de Junho de 2006	Bairro Colônia Japonesa
Reserva dos Buritis	5,5	Área urbana.	Decreto 9.243 de 03 de Setembro de 2007	Bairro Redenção
Reserva Águas do Gigante	35,1	Área urbana	Decreto 9.645 de 27 de Junho de 2008	Condomínio Alpha Ville – Estrada do Turismo
Reserva Norikatsu Miyamoto	76,9	Área rural	Decreto 9.503 de 06 de Março de 2008	Estrada AM 010, km. 33
Reserva Bons Amigos	31,97	Área Rural	Decreto 9.854 de 26 de dezembro de 2008	BR 174, km 15
Reserva Sócrates Bonfim	230	Área Urbana	Decreto 0152 de 08 de junho de 2009	Condomínio Praia dos Passarinhos – Estrada do Turismo
Reserva Nazaré das Lages		Área Rural	Portaria do Ibama nº 049/95	Avenida Desembargador Anísio Jobim, km 11 – Colônia Antônio Aleixo

Fonte: SEMMAS, 2013.

Pelo novo decreto, Manaus passa a ter 17 áreas protegidas, com mais de 5,1 milhões de árvores. Antes do decreto, a cidade possuía seis áreas de proteção, que juntas protegiam aproximadamente 3% do território do município. A partir da criação das novas áreas, 4,85% do município passam a ser protegidos e a ter o uso ordenado. O reforço à proteção das áreas com o decreto é uma ferramenta importante também no combate às invasões (SEMMAS, 2012)⁸.

Mesmo sendo importantes, a criação de Unidades de Conservação é responsável pela provocar impactos e conflitos nos territórios nos quais se encontram, gerando mudanças sociais representativas, sejam estas positivas ou negativas, tanto para moradores do interior como do entorno dessas UC's. No caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

⁸ <http://semmas.manaus.am.gov.br/>, visitado em 22/12/2012.

objeto desta reflexão, mesmo sendo um modelo de proteção que permite o uso direto de recursos, as populações estão enfrentando restrições severas que acabam levando-as a desconsiderar as regras institucionais de gestão do território e uso dos recursos naturais, gerando conflitos dos mais diversos.

Entende-se que criar novas unidades de conservação é um passo importante, mas não suficiente para proteger a Amazônia. Faz-se necessário, que essas áreas sejam bem administradas e cumpram as funções para as quais foram instituídas. Infelizmente, a maior parte das unidades de conservação no Brasil existe apenas no papel – salvo as exceções. Até bem pouco tempo faltavam planos de manejo para nortear ações práticas elementares de fiscalização e educação ambiental. Faltam também programas capazes de gerar benefícios para os moradores do interior dessas áreas.

Mesmo enfrentando conflitos por causa das sobreposições de múltiplos territórios e padecendo de problemas sociais crônicos graves como saúde, educação, saneamento e emprego, reconhece-se que as UCs no mundo e em especial na Amazônia estão avançando, face às mudanças de paradigmas, mas há muito a se fazer para que estas áreas se transformem em espaços privilegiados para o desenvolvimento sustentável.

Precisamos urgente de novos e eficazes instrumentos de gestão capazes de promover a autosustentabilidade de nossas reservas e a qualidade de vida daqueles que vivem nessas remotas áreas do Brasil. Trata-se de um desafio que requer um enfrentamento emergencial diante da crise ambiental que vivemos. Para tanto, é necessário arrojo, ousadia, competência e um forte espírito de parceria entre as diferentes esferas de governo, cooperação internacional, instituições de pesquisa, entidades ambientalistas, movimentos sociais e empresas privadas.

Ressalta-se que, toda constituição de uma unidade de conservação implica alterações nas relações entre grupos sociais e meio ambiente, num processo de mão dupla, em que a proteção ambiental é socialmente construída ao mesmo tempo que influencia as populações locais e suas relações com a sociedade abrangente.

Portanto, as unidades de conservação não são apenas territórios construídos pelas práticas dos grupos sociais. Ao serem criadas e implementadas, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais.

2. REDES DO TUPÉ: origem e atributos ambientais

Os maiores problemas encontrados pelo homem para a preservação e conservação da natureza, tais como se colocam atualmente, estão na realidade ligados aos da sobrevivência do próprio homem sobre a Terra. Logo que se considerou suficientemente forte para seguir apenas as leis elaboradas por ele mesmo, comete um erro capital em não respeitar certas leis de alcance geral. Há um divórcio entre o homem e seu meio, pois o elo que unia ambos foi rompido unilateral há muito tempo.

Por tudo isso, a humanidade deve reconsiderar essa posição de indiferença e orgulho, e adotar uma nova postura que nos permita viver em harmonia ou simbiose com a natureza. A natureza não deve ser preservada para se sobrepor ao homem, mas sim porque a sua manutenção constitui a única probabilidade de sobrevivência material para a humanidade.

Todo o discurso de “desenvolvimento sustentável”, meio ambiente, mudanças ambientais e outras tantas terminologias surgem como pano de fundo à (re) estruturação maior desencadeada pela expressão “exclusão” socioambiental. Pela teoria da produção do espaço, não se pode reduzir à localização ou às relações sociais de posse. Ele representa uma multiplicidade de fatores sóciomateriais e socioambientais

Nesse contexto, a busca por alternativas que conservem de maneira harmoniosa homem – natureza tem chamado atenção de muitos ambientalistas e órgãos governamentais e não governamentais, haja vista a criação de muitas UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável, como é o caso da Reserva de Desenvolvimento do Tupé, (REDES do Tupé).

As unidades de conservação são utilizadas como um instrumento efetivo para lidar com o desmatamento em terras públicas e diante de fronteiras agrícola. Partindo dessas premissas, o governo municipal considera que a importância da REDES do Tupé é determinada pelo seu patrimônio natural e cultural protegidos em seus limites. Esses critérios incluem endemidade de fauna e flora, representatividade regional de paisagens e sítios arqueológicos. Em sua localização junto ao Mosaico das Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro e por está inserida no Projeto Corredores Ecológicos é uma das unidades que protegem o Bioma Amazônia (SEMMAS, 2008).

A REDES do Tupé foi criada, conforme decreto já citado, com o objetivo “preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais que lá vivem, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o

conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações” (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS, 2005).

Os atributos ambientais da reserva, que motivaram sua criação consta em sua rica diversidade biológica. Em relação aos recursos florestais, as principais tipologias florestais predominantes são: Floresta Ombrófila Densa e Floresta de Campinarana. Foram encontradas 92 espécies florestais entre madeiras, não madeiras e medicinais. Entre as espécies de flora Ameaçada de Extinção: Ucuúba *Virola surinamensis* e Castanha-da-Amazônia *Bertholletia excelsa*, ambas consideradas vulneráveis (SEMMAS, 2008). Na bacia do lago do Tupé foi identificado, um total de 118 táxons de fitoplânctone 117 táxons de algas (desmídias) (SEMMAS, 2008).

Em relação aos Recursos faunísticos da REDES do Tupé foram identificadas 17 espécies de mamíferos; 121 espécies de aves; 44 espécies de Anfíbios; 23 espécies de répteis; 84 espécies de peixes, 11 espécies de esponjas, 8 espécies de fungos; 20 famílias de insetos aquáticos. Esses dados reforçam a importância da Reserva do Tupé para a conservação da fauna regional. Uma Espécie de fauna ameaçada de extinção que merece destaque é o *Saguinus bicolor*, Sauim-de-Manaus, endêmico da região situada entres os rios Cuieiras e Urubu a Reserva representa um importante abrigo para parte da população desse mamífero (SEMMAS, 2008).

O turismo e a pesquisa científica são usos potências mais evidentes da REDES do Tupé. Paisagens de beleza cênica, como lagos, cachoeiras, praias, trilhas e matas de igapós, e de interesse histórico e cultural, como sítios arqueológicos, devem ser valorizados e se enquadram como potenciais de serviços ambientais. A área total dessa reserva é habitada por uma população humana constituída de 2.508 habitantes distribuídos em 836 famílias. As famílias residentes nas comunidades desta reserva utilizam a área para desenvolver atividades produtivas como cultivo de roçado, extração de madeira, produção de espetos de madeira, prestação de serviços, turismo e produção de artesanato. As atividades de subsistência realizadas pelos moradores são a caça, a pesca, o extrativismo de coleta e a agricultura (SEMMAS, 2008).

As principais dificuldades enfrentadas pela gestão da REDES do Tupé, são extração ilegal de madeira, a pesca predatória com uso de bomba e malhadeira, o turismo desordenado, a situação fundiária e a implantação de energia elétrica que só chegou até em Livramento em 2009, através do Programa Federal Luz Para Todos.

Conforme o órgão gestor, os principais desafios da gestão dessa unidade são: Regularização fundiária; Controle eficaz para evitar a entrada de novos moradores; Combate a extração de madeira, caça e pesca ilegais; Garantir a Sustentabilidade na elaboração de Projetos Comunitários; Recursos Humanos e Financeiros; Realizar atividades com as comunidades da zona de amortecimento⁹; Recuperação de áreas degradadas e concluir a implantação da energia elétrica nas demais comunidades (SEMMAS, 2008).

Dessa forma, percebe-se, que conciliar o uso dos recursos naturais de modo sustentável com as práticas das populações residentes na reserva, com possibilidades de trazer melhorias na qualidade de vida desses e ao mesmo tempo garantindo a conservação do ambiente, parece ser o maior desafio da agência gestora, uma vez que unidades de conservação não são apenas territórios construídos pelas práticas dos grupos sociais, ao serem criadas, elas influenciam e transformam essas práticas, numa configuração mutável, conflituosa e complexa de relações sociais.

2.1 Formação das comunidades da REDES do Tupé

Ao considerar o espaço rural como uma composição de formas de dominação diversificadas dentro de uma singularidade, é importante resgatar a história das comunidades da REDES do Tupé, como elementos que destacam os vários momentos de formação das 6 (seis) comunidades numa espécie de “recorte” provisório dessa diversidade apresentada. Neste sentido, é necessário introduzir de forma sucinta a discussão de um possível conceito de comunidade.

O termo comunidade muito utilizado no Brasil se deve muito a influência da Igreja Católica progressista, onde na Amazônia, o termo chega a substituir a de aldeia, de povoado e acaba por nomear qualquer local.

Entretanto, Almeida (2010, p. 131) aponta que, no Brasil, o reconhecimento das comunidades tradicionais vem passando por um processo de evolução por meio de vários instrumentos jurídicos:

⁹ A zona de amortecimento é definida como o entorno de uma unidade de conservação (UC) onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Essa zona foi prevista para servir de filtro aos problemas ambientais que o meio externo gera, essa medida é de grande importância, pois com a diminuição de impactos negativos do exterior para o interior assegura-se um aumento na proteção e na integridade ecológica Artigo 25 da lei do SNUC 9985/00.

[...] o reconhecimento jurídico das “comunidades tradicionais” reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento a partir de 2002 devido a uma série de medidas governamentais que podem ser enumeradas do seguinte modo: implementação de dispositivos constitucionais do poder executivo, por meio de comissões e/ou grupos de trabalho interministeriais, instituídos por portarias e decretos.

Características como essas são relacionadas com mais frequência ao espaço rural, e para Castiel (2004) a ideia de comunidade está ligada a alguma localidade geográfica na qual as pessoas compartilham interesses, afinidades, laços relacionais solidários, trocas simbólicas e uma certa homogeneidade. Souza (1996) afirma que no século XX os condicionamentos sócio históricos de cada sociedade alteram o contexto do urbano e do rural, tornando complexa uma definição objetiva de comunidade. Os conceitos tradicionais de comunidade ainda estão pautados na dicotomia rural-urbano e não atentam para as contradições existentes nas sociedades, criando uma miragem de um lugar irreal. Este autor propõe que a compreensão da realidade de uma comunidade supõe a compreensão da realidade social global.

Na zona rural de Manaus, por exemplo, na região do baixo Rio Negro, o termo comunidade foi incorporado de fora do Estado – e é utilizado localmente pelas populações indígenas e caboclas para designar uma unidade sociopolítica, com territorialidade definida através de formas tradicionais de ocupação e gestão do território. São as famílias que formam uma comunidade, se apropriam e manejam coletivamente um território e são as delimitadoras da extensão do território comunitário.

Portanto, neste trabalho adotar-se-á o termo comunidade como localidade, levando em consideração essa referência estabelecida no dia-a-dia dos moradores e órgãos gestores da REDES do Tupé. Esta reserva está constituída por seis comunidades: Agrovila, Julião, Nossa Senhora do Livramento, Colônia Central, São João do Tupé e Tatu.

O Baixo Rio Negro, no momento da chegada dos colonizadores, era habitado principalmente pelos povos Tarumã, Manaó e Baré. Esses indígenas passaram por processos históricos de transformação cultural e perda populacional, chegando até a extinção absoluta de alguns deles, em decorrência dos empreendimentos mercantis e religiosos, guerras e epidemias instaladas após chegada dos colonizadores europeus. Os Baré localizam-se atualmente no Baixo Rio Negro, enquanto que os Manaó e Tarumã foram praticamente extintos (IPÊ, 2007).

O rio Negro esteve sujeito a menos migrações e reassentamentos durante a época do *boom* da borracha no século XIX, do que outras regiões da Amazônia. Muitos nordestinos migrantes colonizaram sucessivamente estas regiões, com a penetração mais intensiva ocorrendo nos afluentes sul do rio Amazonas/Solimões. No rio Negro, a produção da borracha era relativamente pequena devido à qualidade inferior das seringueiras locais (*Hevea microphylla* e *H. benthamiana*) em relação às árvores exploradas nos rios Madeira, Purus e Juruá (*H. brasiliensis*) (LEONARDI, 1999).

Os indígenas do alto e médio e baixo Rio Negro eram os maiores responsáveis pela produção nesta época e os padrões dependiam muito desta força de trabalho para os seringais do baixo e médio curso.

Antes de os europeus chegarem à Amazônia, no século XVI, os povos indígenas que habitavam a região eram numerosos, divididos em diferentes nações, com línguas e costumes próprios. Basicamente, dedicavam-se à pesca e à cultura da mandioca e promoviam um intenso comércio intertribal. Moravam em habitações amplas e arejadas, feitas de troncos de árvores e cobertas de palha (PMM, 2008).

Dentre os povos que habitavam o Rio Negro, três se destacavam pela valentia e heroísmo ante os conquistadores: os Manáo, os Baré e os Tarumã. Os Manáo, que constituíam o grupo étnico mais importante da área, habitavam as duas margens do Rio Negro, com população estimada em cerca de 10 mil índios no Século XVII, número avaliado após os primeiros violentos choques travados com os portugueses. É nesse contexto que tem início a história da Cidade de Manaus. Francisco Orellana foi o primeiro viajante a passar pela foz do Rio Negro, em 1542. Entretanto, só em 1639, é que a Expedição de Pedro Teixeira toma posse do Rio Amazonas em toda sua extensão.

Trinta anos depois, em 1669, o governador geral do Pará ordena a construção da Fortaleza de São José do Rio Negro – um ponto militar para resguardar o rio dos invasores holandeses e espanhóis, inimigos da Coroa Portuguesa (PMM, 2008).

A região que compreende o Tupé foi habitada por índios da tribo Baré. Fato confirmado através dos achados de fragmentos de peças de sítios arqueológicos, como cacos de louças feitas de barro e outros objetos de uso doméstico, fabricados por esses nativos moradores. Com a chegada dos colonizadores os índios foram abandonando suas terras e o Tupé foi se tornando desabitado (SILVA, 2006).

A fundação oficial da comunidade São João do Tupé data de 18 de abril de 1988, registrada do cartório de títulos e documentos. No entanto, a comunidade do Tupé começa

efetivamente a funcionar em julho de 1988 e deu seu primeiro passo através do projeto “Ajuda e Esperança do Pro Menor Dom Bosco”. A comunidade está situada na margem esquerda do rio Negro e Lago Tupé, sendo limitada por praia, mata de igapó e terra firme (SILVA, 2006).

Suas residências estão à margem do lago ou agrupadas na pequena vila que está se estruturando nas proximidades da praia. A praia do Tupé foi construída por seus moradores para terem uma alternativa de renda. A ocupação demográfica da área vem se dando ao longo de aproximadamente 40 anos (NELSON, *et. al.*, 2005).

A comunidade do Julião que juntamente com Livramento tiveram suas origens na ocupação da mesma propriedade particular, área que englobava o Tarumã-Mirim, igarapé do Acácio estreitando com o rio Cuieiras, onde havia um seringal em 1963, (NELSON, *et. al.*, 2005) foi oficialmente fundada no ano de 1992, com 20 famílias e 80 pessoas. A Associação Comunitária foi fundada em fevereiro de 1993.

A primeira década de ocupação é caracterizada como a mais difícil vivida pelos grupos de moradores que fundaram as comunidades. A comunidade do Julião situa-se na margem direita do Tarumã - Mirim em uma bifurcação formada pelos igarapés do Julião e Farias recebeu esse nome por causa do seu primeiro morador “Velho Julião” que juntamente com sua família, foi quem primeiro ocupou as terras onde se situa a comunidade (NASCIMENTO, *et al.*, 2007).

A comunidade Agrovila Amazonino Mendes se iniciou no ano de 1994, com 15 famílias, em torno de 80 pessoas. Está localizada à margem direita do Tarumã-Mirim e é recortada pelos igarapés Caniço e Acácio (NASCIMENTO, *et al.*, 2007).

O ramal da Colônia Central foi aberto em mata bruta em julho de 1994. A comunidade Colônia Central foi oficialmente fundada por Domingos Veloso Vaz, índio Dessana, em 1998, sendo o primeiro presidente da Associação Comunitária. Na época, tinham 10 famílias posseiras. A comunidade situa-se em uma área de terra firme, seu acesso é realizado através da trilha Central, trilha dos Índios e trilha da copaíba (NELSON, *et al.*, 2005).

A comunidade do Tatu ou Tatulândia está situada no igarapé do mesmo nome, na margem esquerda do rio Negro, na divisa com o Parque Estadual Rio Negro Setor Sul. Suas residências estão à beira do igarapé e tem uma pequena população de aproximadamente 20 famílias (SEMMAS, 2008).

As áreas protegidas do Baixo Rio Negro, em conjunto, totalizam aproximadamente 8 milhões de hectares de ecossistemas de água preta e de floresta tropical distribuído dentro de dez Unidades de Conservação (UC's), Conforme (Quadro 3).

Quadro 3: Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	JURISDIÇÃO	ÁREA TOTAL DA UNIDADE (ha)
Estação Ecológica de Anavilhanas	Federal	350.018
Parque Nacional do Jaú	Federal	2.272.000
Reserva Extrativista do Rio Unini	Federal	883.352
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Anamá	Estadual	2.313.000
Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul	Estadual	157.807
Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte	Estadual	146.028
Área de Proteção Ambiental Margem Esquerda	Estadual	586.422
Área de Proteção Ambiental Margem direita	Estadual	566.365
Área de Proteção Ambiental Tarumã	Estadual	56.793
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé	Municipal	11.973

Fonte: IPÊ, 2007.

O projeto do Mosaico de “Unidades de Conservação do baixo Rio Negro” (Figura 4) foi aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e teve início no final de 2006. Seus objetivos são: formar o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, envolvendo os atores sociais na sua gestão; elaborar e implementar o plano de Desenvolvimento Territorial do Mosaico, contribuindo para a implementação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades e Conservação (SNUC).

Figura 4: Mosaico Baixo Rio negro

Fonte: IPÊ, 2013.

Autor: Maduro, 2013.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu artigo 26, quando existir um conjunto de Áreas Protegidas de categorias diferentes ou não (por exemplo: parques, estações ecológicas, reservas extrativistas e terras Indígenas), em proximidade, justapostas ou sobrepostas, seria interessante a constituição de um Mosaico com gestão integrada e participativa, de forma a considerar a conservação da biodiversidade, a valorização da diversidade sócio cultural e o desenvolvimento local sustentável.

A proposta do Mosaico de Áreas Protegidas no baixo rio Negro deu-se pela necessidade de integrar a gestão desta diversidade de áreas que se apresentam fisicamente conectadas, bem como os atores sociais da região, solucionando assim a situação de isolamento e dificuldade de gestão de cada Área Protegida individualmente. A preterida conexão realiza-se nos aspectos da gestão participativa e compartilhada, formando um corpo único de um grupo diverso de atores sociais, facilitando os processos de comunicação, interação e gestão de projetos de desenvolvimento territorial e conservação ambiental.

As políticas do poder público municipal direcionadas para proteger o a região do Lago do Tupé, começaram em 1990, quando declararam a Praia do Tupé como Área de Relevante

Interesse Ecológico (ARIE), pela Lei Orgânica do Município de Manaus. Em 1995, pela Lei Municipal Nº 321 foi criada a Unidade Ambiental do Tupé (UNA-Tupé) definindo-se também os limites territoriais dessa área, e passou a integrar o sistema Municipal de Unidades de Conservação (IPÊ, 2007).

Em 1999 o Decreto Municipal No 4.581, de 18 de junho instituiu aquela área como “Espaço Territorial de Relevante Interesse Ecológico”, e atribuiu a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA), hoje SEMMAS, a gestão ambiental daquela localidade. Por meio da Portaria No 18/99, de 24 de junho, a SEDEMA instituiu o Regulamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE-Tupé), definindo os seus limites espaciais, estabelecendo diretrizes e estratégias para implantação e o funcionamento dessa unidade.

Em 2002, pela Lei No 671/02 e atendendo ao que estabelece a legislação federal referente ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), a UNA-Tupé foi reenquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé (REDES do Tupé).

Através do Decreto Nº 8044 de 25 de agosto de 2005, assinado pelo então prefeito de Manaus, a REDES do Tupé foi regulamentada com área total de 11.973ha e perímetro de 47.056 m, com o objetivo básico de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por estas populações.

No processo de sua criação foi estabelecido que a REDES do Tupé teria como missão preservar a natureza, que para tanto, demanda investimentos financeiros e de recursos humanos para a manutenção da integridade física dos limites da unidade, assim como, na educação ambiental para os moradores da unidade com o intuito de demonstrar a importância da preservação, no aprofundamento do conhecimento da unidade para a conservação das espécies e ecossistemas e no contínuo monitoramento ambiental que subsidie a conservação (SEMMAS, 2008).

Ainda de acordo com esse órgão, para valorização do conhecimento tradicional e seu aperfeiçoamento para o manejo do ambiente devem-se promover processos de formação e qualificação dos moradores, disseminando e registrando as informações de forma a ficarem disponíveis para o público envolvido com a sustentabilidade da unidade.

O nome Tupé vem de um termo indígena -*Tupé*, que em Tupi, significa entrançado, tecido trançados com talos da planta arumã que nasce nas margens de rios e igarapés, usado para fabricar objetos de arte, tapetes, esteiras, toldos de barcos, dentre muitas outras utilidades. Daí a origem do nome dado ao Lago, à praia do Tupé, à Comunidade São João do Tupé e à REDES do Tupé (SEMMAS, 2008).

Cabe salientar que o termo Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS nesta pesquisa foi substituído por REDES, uma vez que há uma tese defendida pela equipe do Programa Tupé da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que adotou esta sigla, ao invés de RDS para designar a categoria dessa unidade de conservação com a justificativa de que a REDES do Tupé foi utilizado na Lei Municipal nº 671/2002 (MANAUS, 2002) e todos os outros documentos legais daquela unidade de conservação; REDES tem forte simbologia regional uma vez que esse termo designa utensílios estreitamente relacionados com as tradições das populações amazônicas – rede para balançar e descansar, rede de pesca; e REDES tem forte significado educativo, uma vez que destaca a relevância das redes (entrelaçamento) de agentes e agências sociais para viabilização do desenvolvimento sustentável, construídas coletivamente a partir de um mesmo objetivo, de contribuições individuais e de reflexões coletivas (CHATEAUBRIAND et al, 2009).

A REDES Tupé localiza-se na zona rural, à margem esquerda do rio Negro, a oeste de Manaus distante aproximadamente 25 km em linha reta do centro da cidade, a uma altitude média 20m acima do nível do mar. Apresentando os seguintes limites: começa na confluência do rio Negro com a margem direita do igarapé do Tatu (03° 03' 02,241"S e 60° 17' 46,121"W), seguindo por este até sua nascente (03° 01' 18,293"S e 60° 19' 10,903"W); desse ponto, segue por uma reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia (02° 58' 03,139"S e 60° 19' 10,404"W), daí, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tarumã -Mirim (02° 57' 25,023"S e 60° 12' 45,624"W), e por fim segue pela margem direita do igarapé Tarumã-Mirim até a sua foz como o rio Negro (03° 01' 42,851"S e 60° 10' 30,770"W), seguindo pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do igarapé Tatu (Figura 5).

Figura 5: Limites e localização das comunidades na REDES do Tupé e no seu entorno.

Fonte: SEMMAS, 2012

O acesso à Unidade a partir de Manaus é feito exclusivamente por meio fluvial, através do rio Negro. O transporte mais utilizado são as lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima (ACAMDAF) localizada na praia da Ponta Negra que transporta diariamente passageiros para as comunidades da REDES do Tupé e de seu entorno. O tempo de viagem até a Unidade varia de acordo com a embarcação e a potência do motor, que podem durar de 20 a 30 minutos.

No interior desta Reserva, o deslocamento pelos igarapés é facilitado no período da cheia, (inverno amazônico), dezembro a maio, mas fica bastante prejudicado durante o verão amazônico, época de vazante (junho a novembro).

Essa Unidade de Conservação, pelos seus atributos ambientais, é considerada um importante marco da administração pública municipal de Manaus junto ao Mosaico das Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro. Inserida no Projeto Corredores Ecológicos, é uma das áreas protegidas do Corredor Central da Amazônia. Possui importância estratégica dentro deste mosaico, seja por sua localização privilegiada, próximo ao chamado Estreito, área importante para controle da região, através da proteção e fiscalização efetiva da navegação do Rio Negro; seja por abrigar em seu interior uma diversidade biológica riquíssima e o desafio de conciliar estes recursos com as populações tradicionais residentes (SEMMAS, 2008).

2.2 Situação fundiária da REDES do Tupé

No que concerne à situação fundiária da Reserva, em conversa com técnicos da agência gestora, esta se encontra em fase de regularização, a SEMMAS tem procurado os meios necessários para realizar a regularização fundiária, já contatou com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), através da Faculdade de Direito, para assinarem Termo Aditivo ao Convênio que marcará o início dos trabalhos. Em breve, a SEMMAS cumprirá o que ordena a Lei No 9.985/00 (SNUC) que as “populações tradicionais” residentes na REDES terão sua situação regularizada através de um contrato de concessão de direito real de uso. Um levantamento socioeconômico foi feito na área junto aos moradores, com a finalidade de formar um banco de dados para agilizar o processo (SEMMAS, 2011).

Foi informado também, pela SEMMAS, que atualmente o processo de regularização fundiária está em fase de levantamento de dados juntos aos cartórios e órgãos responsáveis pelas questões agrárias, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), sendo realizado por um técnico da Coordenadoria de Áreas Protegidas da SEMMAS; pois a área compreendida pela REDES do Tupé abrange terras públicas e privadas, que ainda não foram cadastradas e matriculadas em nome da SEMMAS.

Os terrenos das seis comunidades, Agrovila, Julião, Livramento, São João, Colônia Central e Tatu situados nesta reserva, foram georreferenciados pela SEMMAS/UFAM com o objetivo de ampliar o conhecimento ambiental e iniciar a estruturação participativa de banco de dados socioambientais da Unidade.

Para implementar o Plano de Manejo da Unidade, é imprescindível que toda a área esteja matriculada em nome da SEMMAS, principalmente para que se proceda à concessão de posse e uso às famílias tradicionais residentes e para a concessão da exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis (SNUC, 2000).

A entrada de novas famílias na reserva não é permitida, entretanto, isso acaba acontecendo mesmo sem autorização, visto que, atualmente, o órgão gestor não possui nenhum método de controle eficaz. Após a regularização fundiária, os moradores mais antigos assinarão, juntamente com a Prefeitura Municipal de Manaus, através da SEMMAS, um contrato de direito real de uso. As situações de exceção, caso das pessoas que possuem propriedades de veraneio na Reserva, entre outras, serão analisadas pelo Conselho Deliberativo da REDES do Tupé (SEMMAS, 2008).

2.3 Caracterização Social do Tupé

A REDES do Tupé é uma categoria de Unidade de Conservação que admite a permanência de populações humanas no seu interior. A caracterização social trás informações de como vivem essas famílias residentes e de como pode ser a readequação da sua ocupação para que todos os objetivos da Unidade sejam alcançados, buscando manter um convívio saudável e sustentável com o meio ambiente (SEMMAS, 2008).

A população da reserva abrange migrantes tanto do interior do Estado do Amazonas, como de outros Estados como cearenses, alagoanos, paraibanos, maranhenses, piauienses, paulistas, paranaenses, cariocas, catarinenses e várias etnias como Tikunas, Miranha, Baré, Mura, Apurinã e Xicrin, remanescentes que se deslocaram do Alto Rio Negro.

Na Reserva, tanto amazônidas quanto migrantes partilham um modo de vida ligado à agricultura familiar, extração de produtos da floresta, caça e pesca. No Rio Negro, os deslocamentos de famílias e grupos são relativamente comuns e frequentes. Porém, há poucos estudos sobre os fatores que motivam a mobilidade destes grupos do ponto de vista nativo. O mesmo se verifica em relação à conexão entre território e migração, e outras visões do mundo que ligam a territorialidade à ideia de região e de fronteira.

A dinâmica territorial envolve um *continuum* urbano-rural, onde grupos deixam locais mais isolados para viver nas áreas mais próximas ou nos próprios centros urbanos como Manaus. Muitas vezes, estes também se estabelecem posteriormente em comunidades nas margens dos rios, porém mais próximas a estes centros, sem abandonar o vínculo com a cidade.

Nas comunidades da REDES do Tupé, alguns moradores se deslocam com certa frequência de um lugar para outro. Constroem casas, cultivam plantas frutíferas e, em decorrência de necessidade financeira, de proposta de compra de sua propriedade ou por desejo de mudar de moradia, vendem suas casas e passam a morar em outro lugar da comunidade. Algumas famílias se mudam para Manaus, mas em função do processo de adaptação, algumas não conseguem se acostumar à vida na cidade e dar continuidade ao processo de reprodução de vida física e social, aí acabam retornando.

3. HISTÓRIA DE VIDA E FUNDAÇÃO DE LIVRAMENTO.

O território agrega elementos de um passado, presente e futuro, ou seja, o espaço atual é decorrente de histórias e tradições imemoriais, acrescido de processo muitas vezes idôneos

de apropriação do espaço por terceiros, logo o território é uma espécie de projeto futuro que tenta reconciliar com passado inscrito numa luta presente por sonhos e expectativas.

Para entender o processo de formação de Livramento houve necessidade se buscar conhecer o passado através dos depoimentos dos pioneiros da comunidade, a fim de captarmos de suas experiências vividas os acontecimentos desde suas chegadas no passado em que a comunidade era apenas uma localidade, mantendo a idéia das antigas “locações” denominada para os barracões de seringais instalados em toda calha do Rio Negro, na fase áurea da borracha, até o presente momento.

A história de vida segundo Moreira (2002, p. 55) diz que:

“Busca a visão da pessoa acerca das experiências subjetivas de certas situações. Estas situações estão inseridas em algum período de tempo de interesse ou se referem a algum evento ou série de eventos que possam ter tido algum efeito sobre o respondente”.

Os métodos utilizados para que o pesquisador possa coletar os dados podem ser além da entrevista aberta: diário, cartas, relatos autobiográficos gravados em vídeo ou som. Podem ainda ser usados documentos como: processos judiciais, atas de reunião, discursos, artigos de revistas, dentro outros.

O investigador que usa a história de vida para a coleta de dados, tem como objetivo registrar fielmente o que contam os sujeitos. Para isso, pode utilizar registros públicos ou registros pessoais, como os referidos.

Existe uma divisão, feita por Denzin 1989 (apud MOREIRA, 2002), que separa a história de vida em três tipos: 1) a história de vida abrangente: toma a vida dos sujeitos investigados desde suas memórias mais antigas até o dia em se escreve o documento; 2) a historia de vida tópica: interessa-se por um segmento da vida do sujeito; 3) a história de vida editada: pode ser tanto abrangente como tópica, caracterizando-se pelo fato de o pesquisador tentar dar explicações de caráter sociológico, fazer comentários ou questionar o material coletado.

Existem dois tipos de História de Vida: a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão. A História de Vida tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos

fornece um material extremamente rico para análise. Neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (MINAYO, 2003).

Para as finalidades a que se propôs esta pesquisa, abordamos como uma entrevista em profundidade na qual o pesquisador constantemente interage com o informante. Sua principal função foi retratar as experiências vivenciadas antes e depois da chegada dos moradores em Livramento, assim como, o processo de ocupação e lutas para permanecerem no lugar por eles apropriados coletivamente.

Para levantarmos a origem da formação de Livramento, baseada na história de vida, procuramos saber quem eram os moradores mais antigos, supondo que eles seriam nossa fonte viva nesta construção. Como já éramos familiarizados da comunidade, não foi difícil encontrá-los. A própria presidente da Associação dos Moradores de Livramento nos indicou o próprio pai e outra senhora conhecida como a segunda pessoa a chegar em Livramento.

Logo marcamos nossa entrevista e retornamos no final de semana seguinte. Usamos como estratégia um gravador e adotamos as conversas informais junto aos depoentes, orientamo-nos apenas por um roteiro para deixá-los mais à vontade. Usamos o diário de campo para fazermos anotações de detalhes que escapavam entre as conversas e que nos davam pistas para seguir outros caminhos da investigação, como exemplo, os relatos sobre os artefatos arqueológicos encontrados em seus sítios e os significados que tem para eles o porto flutuante como meio de mobilidade dos moradores.

No intuito de facilitar e reavivar suas memórias, dividimos as conversas em dois momentos: Moradia antes de Livramento e chegada em Livramento. Considerando, que a maioria desses moradores migraram de outros lugares sonhando em ter um lugar para viver, trabalhar e ser feliz. Ao elegerem e demarcarem a localidade do Sítio Velho, margem do Igarapé do Marí, como seus lugares de abrigo, fizeram-no a partir de suas experiências íntimas com a paisagem, dentro da perspectiva ideal e, lutas pela posse de um lugar para uso de recursos, na perspectiva material.

A identidade que os ribeirinhos de Livramento forjaram com o lugar, (TUAN, 1984) é essencial para que eles permaneçam nele e se perpetuem física e simbolicamente. Então, buscamos desvelar as experiências desses indivíduos, priorizando eventos, processos, causas e efeitos que ajudaram a forjar a comunidade.

Para obtermos sequência de conversas, traçamos um roteiro básico visando manter o foco da conversa:

- a) Onde morava antes de Livramento?

- b) O que fazia antes de vir para Livramento?
- c) Por que veio para Livramento.
- d) Como era Livramento quando chegou aqui?

Fomos apresentados para os dois moradores mais antigos, não pela idade, mas pelo tempo de residência na comunidade. A primeira narradora foi a senhora Maria Lopes da Silva, 59 anos, agricultora, de etnia Miranha, apontada como uma das fundadoras de Livramento porque foi a segunda pessoa a chegar à localidade e o Senhor Naval, 83 anos, ex-regatão, agricultor aposentado, nascido no município de Barcelos, alto Rio Negro, filho de cearense com Tikuna, terceiro morador a chegar em Livramento, sem escolaridade: *“nunca sentei no banco de uma escola, mas aprendi a ler sozinho pelo mundo”*.

Moradia Antes de Livramento

[...] Meu pai e todos nós morávamos no Alto Solimões em um seringal chamado Nicoroá de lá fomos para outras colocações (pontos de barracões de seringais) chamadas de Iwapeacú, depois fomos para uma locação chamada Copeá, acima de Coari. Ali era um lugar de muita fartura. Meu pai fez amizade com um senhor que morava em Manaus e este o convidou para vir pra Manaus e meu pai veio. Em Manaus, em 1970 passamos poucos dias, logo fomos levados para o Igarapé Tarumã-Açu, lá não se conseguia plantar nada por causa de praga de saúva que devorou nossa plantação de 2hec de roçado. Desgostamos de lá, meu pai foi convidado por um senhor que já morava aqui, que disse que havia muitos terrenos que estavam sendo loteados por uma mulher em Manaus. Meu pai foi lá com ela e conseguiu um terreno aqui. (Sra. Maria, 59 anos, agricultora).

[...] eu vivia na localidade de Aracá, de quem vai a esquerda do rio Negro, meu pai trabalhava na extração de piaçava, lá, para fazer vassouras. Depois ele trabalhou com corte de seringa, no rio Negro, perto de Barcelos. Minha mãe, depois de quatro filhos morreu, lá não tinha remédio, lá até hoje é uma calamidade. Eu era criança e ajudei meu pai no seringal, depois ele morreu, e eu sai do rio Aracá em 1947. Já era regatão e dirigia barcos. Em 1951 vim para Manaus, minha madrasta com meus irmão ficaram em Aracá.” Em Manaus fui trabalhar de mecânico de motores de barco, no tempo dos portugueses, tempo dos motores estrangeiros. Eu fiquei em Manaus de 1951 até 1954. Na época que Manaus enfrentava uma crise econômica “danada” porque havia parado a exportação da borracha .Foi na época que matou-se aquele Getúlio Vargas. Quando dominei a técnica de consertar motores, eu comecei a viajar pela Amazônia. Eu saía daí de Manaus, do bairro do igarapé de Educandos e ia até São Paulo de Olivença, levando mercadorias pro meu tio lá, pra ele vender, ele também era regatão. Eu e meu tio começamos e vender mercadorias juntos, de Fonte Boa pra cima. Eu só casei com 42 anos. Enquanto regatão, eu ganhei dinheiro, porque eu era econômico. Fiquei um tempo em Tonantins, onde casei. Em Tonantins eu tinha sítio grande e trabalhei com roçado. Cheguei a ter um roçado maduro grande, tinha 2 quadras e meia. Parei mais de viajar porque minha mulher adoeceu. Depois de algum tempo, me mudei pra Manacapuru – Solimões. Deixei a mulher em

Manacapu e fui de novo pra Manaus, trabalhar na Jonasa como motorista de barco, mas como eu não tinha carteira, eu desisti. Aí conheci em Manaus o Sandoval que já morava pra cá nesta localidade. Ele extraia carvão aqui e vendia em Manaus. Aí ele me convidou pra trabalhar com ele na extração de carvão daqui. Lá ele me trouxe pra cá. Só tinha Sandoval aqui e Davi, que vigiava as terras do Zeca Nascimento aqui. Ele dizia que isso aqui era tudo dele.” (Sr. Naval, 83 anos, agricultor).

Chegada em Livramento

Barracão “Sito Velho” – marco de posse do lugar

[...] Em 1971 o lugar era conhecido apenas por “Sito Velho”. Viemos pra cá, logo que chegamos tivemos que ficar na casa do senhor Pedro Pinto, que é pai do atual agente de saúde aqui do posto. Nós eramos todos meninos ainda. Nós ficávamos na casa de um depois de outro. Na beira do igarapé do Mari, haviam poucas pessoas morando. Aqui era um marizal, por isso que é chamado de igarapé do Mari (fruta regional). Aqui era tudo mato, muita árvore de mari, agora não existe mais estas árvores porque virou comunidade.

[...] Em 1972 começou a chegar mais gente. Nesse tempo meu pai fez nossa casa, eu me casei e fiz minha casa aqui do outro lado do igarapé, meus 10 filhos nasceram aqui. Aqui pra sobreviver a gente fazia carvão, todo mundo fazia carvão. Depois começamos a plantar roça. Meu sítio aqui, não é bonito mas dá pra gente de manter um pouquinho. Minha casa era feita de paxiúba, parede de paxiúba e coberta de palha de buritiana, daquelas grossas. Aqui logo no início só se produzia carvão, depois foi que se começou a roçar. Todo carvão era vendido em Manaus. A gente ia de canoa com sacas de madrugada vender em Manaus. Com o dinheiro do carvão, a gente comprava mantimento como feijão, jabá mas principalmente querosene para o candeeiro. Naquele tempo as coisas eram mais difíceis, porque não tinha luz, mas ao mesmo tempo mais fáceis, porque tudo era mais barato.

[...] Conforme foi chegando mais gente e se instalando no barracão do Sítio Velho, começaram os conflitos. Isso porque apareceu um homem se dizendo dono das terras todas aqui. Era um empresário de Manaus. Quando os próprios moradores construíram um posto médico e uma escolinha de madeira, o homem se embrabou e mandou os capangas deles, tacar fogo em tudo, foi um papouco só. Esta perseguição durou por muito tempo, até chegar um senhor de etnia Baré que era professor, que nos ensinou a como nos organizar para resistir. Momento de União entre os moradores, aconteceu com a chegada do professor Silvano, que até hoje mora na comunidade mas, pouco sai porque anda desgostoso, segundo seus amigos. Depois que queimaram a escolinha e o posto médico os moradores começaram a sentir que precisavam resistir, nessa ocasião todos se reuniram e escolheram alguns moradores para fazerem um abaixo assinado orientados pelo professor Silvano. (Sra. Maria, 59 anos).

[...] o que me atraiu nesse lugar foi a beleza do igarapé do Mari, era pra eu ter passado direto, mas eu vi que a água daqui favorecia. Agora quando tem seca, já não dá mas nem pra chegar aqui. Aqui eu trabalhei duro por 6 anos, com carvão, porque o Zeca não deixava a gente plantar nada. Quando nós percebemos que estávamos perdendo pro Zeca, nós no organizamos em

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, éramos 18 trabalhadores (Sr. Naval, 83 anos).

[...] O nome Livramento nasceu foi porque a perseguição do Zeca era tanta, que nós fizemos uma promessa pra Nossa Senhora que se nós conseguisse a libertação do Zeca, nós colocaríamos o nome de N. S. do Livramento. Em 1973 fizemos uma vaquinha e construímos o posto medico de paxiúba com assoalho batido e coberta de palha. Nessa época ganhamos um posto médico também. Um dia Zeca soube e veio tocar fogo em tudo com os capangas dele. Nós nos reunimos e fizemos um abaixo assinado, saí viajando pelo rio Negro por aí e conseguimos 600 assinaturas, aí levaram pro prefeito de Manaus. Mas a calma só chegou depois de 7 anos. O “livramento” (Sr. Naval, 83 anos).

[...] quando eu vim pra cá eu tinha muitos sonhos. Queria... queria... não, eu tenho um motor, antes minha casa era de alumínio, agora é de brasilite. Na Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, somos registrados como população ribeirinha de agricultores rurais. (Sr. Naval, 83 anos).

[...] no inicio nós podíamos fazer tudo, caçar, pescar, tirar madeira e plantar. Hoje não podemos fazer nada por causa da SEMMAS. Eu já tive momento de querer sair daqui, mas hoje já não mais, por causa de minha avançada idade, não tenho mais forças pra lutar. (Sr. Naval, 83 anos).

[...] Livramento pra mim é uma dádiva divina que nós ganhamos, tivemos o privilégio de chegar até hoje com vida. (Sr. Naval, 83 anos).

Embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta, aos rios e à violência de interesses exógenos, que matam e desmatam, a Geografia Humana Regional é fundamentalmente urbana. O censo do IBGE (2000) aponta que já naquela época, 70% dos habitantes da Amazônia moravam em cidades. No entanto, de acordo com Gonçalves (2008), o processo que ensejou essa ocupação se deu, de um lado, como resultado de um determinado modelo agrário e, de outro, por um modelo industrial que não abarcava a população regional. Assim sendo, a população urbana regional será sempre vista como invasora quando busca afirmar necessidades elementares de sobrevivência como, por exemplo, ter um pedaço de chão, muitas vezes de água numa palafita para morar.

Cabe lembrar que o espaço rural da Amazônia é caracterizado, basicamente, pela exploração extensiva do capital natural e pela expansão da fronteira agrícola, sem perder de vista o passivo ambiental decorrente, devido às políticas públicas que, ao orientar a ocupação desse espaço, sinalizaram, pode-se afirmar, de maneira frágil para uma estratégia de uso sustentável dos recursos naturais; pela heterogeneidade de interesses que atuam nesse espaço e os conflitos socioambientais resultantes, como a concentração fundiária, a grilagem de terras públicas e luta pela terra, o acesso e o uso dos recursos hídricos, minerais, pesqueiros, florestais e o acesso e a preservação do patrimônio genético.

Em particular, a evolução de estrutura fundiária na região Norte, ocorre associada às transformações da produção agropecuária (expansão da pecuária e da produção de grãos) e se

traduz nos conflitos estabelecidos em torno do acesso, da posse e do uso do solo amazônico (SCHRÖDER, 2010).

Os conflitos de terra no Estado do Amazonas vêm ocorrendo desde a época do descobrimento, envolvendo os conquistadores, indígenas e população tradicional. Alguns séculos depois da chegada dos colonizadores, os caboclos da Amazônia organizaram uma das mais violentas guerras contra a Regência, em defesa dos interesses regionais, que foi chamada Cabanagem, em que os rebeldes dominaram por algum tempo extensas áreas da região e até cidades importantes como Manaus, Santarém e Belém.

Atualmente, o que caracteriza o Amazonas é o avanço do latifúndio acompanhado da violência contra índios, seringueiros, posseiros, agricultores familiares, lideranças sindicais e religiosas. Dos 27 maiores latifúndios do país, 12 estão localizados no Estado do Amazonas. A questão fundiária ainda é um grande problema na Amazônia: 47% da área é de terras devolutas ou em disputa. No Amazonas, 60% do território é de domínio da União (CARVALHO, 2010).

Como consequência do avanço do latifúndio, vem ocorrendo o esvaziamento da zona rural em função de política formulada pelo governo, de concentração populacional na Zona Franca de Manaus¹⁰. Infelizmente o abandono do interior e a propaganda ilusória intensificada dos empregos das indústrias nacionais e multinacionais funciona de forma eficaz. Dessa forma registra-se o estacionamento ou a diminuição populacional de muitos municípios amazonenses.

Sabe-se que o processo de despovoamento do interior da Amazônia não é de agora, o impacto colonial e nacional não foi homogêneo. As populações que fugiram das várzeas no primeiro século da conquista europeia sentiram pressões em períodos posteriores. Alguns foram extintos culturalmente logo depois, enquanto outros grupos conseguiram um grau de isolamento que lhes permitiu o reajuste aos ecossistemas da terra firme e do cerrado. O impacto das missões, do Diretório pombalino, da era da borracha foram sentidos de forma diferentes em cada região e por cada grupo étnico específico (OLIVEIRA, 1983).

Desde a década de setenta do século XX quando entramos na fase agropecuária com seus elementos marcantes – os desmatamentos, as grilagens e os conflitos agrários, provocados pela formação de grandes fazendas na região amazônica incrementadas pelos incentivos fiscais do governo federal, que os conflitos agrários vêm se intensificando.

¹⁰ Manaus tem um milhão, setecentos e dezoito mil e quinhentos e oitenta e quatro habitantes e concentra mais de 50% da população do Amazonas, calculada pelo IBGE em 2.641.251 habitantes. Em 1970 início da Zona Franca, Manaus tinha 311.622 habitantes (IBGE/2010).

Essa realidade reflete-se em Manaus, onde, com o empobrecimento da classe trabalhadora e dos migrantes, a população mais carente é expulsa das áreas centrais, através de programas de remoção e renovação urbana ou são expulsas indiretamente pelos elevados impostos, alugueis e especulação imobiliária e passam a ocupar de forma desordenada as margens dos igarapés que entrecortam e rodeiam a cidade.

Com o grande afluxo de imigrantes, a cidade reestrutura-se: a população de melhor poder aquisitivo desloca-se para condomínios e bairros planejados; a zona central e arredores vem sendo ocupados por escritórios, sedes de empresas, consultórios médicos, lojas etc., enquanto a população de baixa renda vem penetrando as áreas anteriormente ocupadas pela classe média, preferencialmente, ao longo de igarapés, com toscas palafitas (IBGE, 1991) ou invadindo terrenos na periferia de Manaus que logo se transformam em verdadeiros formigueiros humanos se entrelaçando em disputa pelo espaço.

É na zona urbana de Manaus que ocorre a maioria dos conflitos pela posse da terra no Amazonas. São milhares de casos de ocupações publicados na imprensa local envolvendo posseiros, latifundiários urbanos, grileiros, especuladores imobiliários, “políticos, pistoleiros, seguranças e policiais civis.

Foi com o advento da Zona Franca de Manaus que sítios e fazendas vizinhas ao perímetro urbano ficaram supervalorizados e passaram a ser disputados pelos grileiros urbanos, imobiliárias, movimento social organizado e levas de famílias sem-teto provenientes do interior e dos Estados vizinhos, como o Pará, Rondônia, Maranhão e Acre.

Casos típicos de “invasões” ocorreram, principalmente, nas margens e sobre o leito dos igarapés de Manaus, como foi o caso do Igarapé do Tarumã Mirim, local onde se formou a comunidade de Nossa Senhora do Livramento.

Aliás, a região do Igarapé do Tarumã Mirim, especialmente, no Lago do Tupé na década de 1970, perto de 30 famílias de agricultores entraram em conflito com José S. S. Nascimento, conhecido como Zeca, quando sob ameaças de morte, polícia e pistoleiros foram utilizados contra os agricultores, em embates constantes. Esse episódio coincide com os relatos dos moradores de Livramento.

Pode-se dizer, que a história de ocupação da comunidade de Nossa Senhora do Livramento está muito relacionada com o fenômeno do processo de urbanização e produção do espaço da cidade de Manaus. O conflito entre cem famílias de posseiros dessa área com o conhecido empresário de Manaus, que se dizia “dono” de 50 mil hectares de terras, teve início

em 1970, durando 21 anos, e só terminou quando a Prefeitura Municipal de Manaus negociou com o empresário a desapropriação em 1991, pondo fim ao caso.

A ocupação humana dessa área foi impulsionada pela abundância de terras vazias que começaram a ser ocupadas por pessoas que não tinham espaço para viver, se reproduzir e ser feliz e que na luta pela vida, fugiam do trabalho exaustivo de vigiar terras alheias ou que não conseguiram se adaptar ao novo modelo de trabalho trazido pela Zona Franca de Manaus.

Em meio a esse embate estavam caboclos, ribeirinhos e índios destribalizados ou índios urbanos, como propõe o antropólogo Bernal (2009,) explicando que, na Amazônia encontram-se 98% dos índios do Brasil, se tomarmos a realidade do Estado do Amazonas como paradigmática, e concretamente a cidade de Manaus, constatamos que pelo menos a metade dos índios que vivem fora das terras indígenas no Amazonas pertence à terceira geração de pessoas nascidas na cidade.

Isso significa que pelo menos um terço do total da população indígena do Brasil está constituída por pessoas que não somente são índios nas cidades, mas índios da cidade: nasceram ali e vivem ali e viverão ali – muito provavelmente – a vida toda, enfatiza esse autor.

A presença dos indígenas na cidade de Manaus se explica pelos conflitos de terra que continuam a ser percebidos tanto pelos índios quanto pelo resto da sociedade – como um dos maiores problemas indígenas no Brasil.

A presença de mais da meta de dos índios do Brasil em zonas não declaradas oficialmente como territórios indígenas, e majoritariamente nas grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belém e Manaus, entre outras, modifica radicalmente este panorama. Os problemas são hoje mais amplos e mais complexos. Na verdade, o grande problema dos índios brasileiros continua sendo o do seu espaço vital no meio de uma nação que se constrói acima das suas terras de origem.

Os caboclos e ribeirinhos que vivem nessa área são os interioranos herdeiros da cultura indígena que já perderam suas ligações com a terra, vivem na cidade e por não se acostumarem com a nova forma de trabalho trazida pelo modelo Zona Franca, migram pra zona rural em busca de novas oportunidades que lhes garantam sobrevivência mantendo laços com a terra.

Dessa maneira, se valoriza objetivos distintos no episódio de Livramento. Enquanto o antigo “dono” das terras onde se estabeleceu Livramento – empresário rico, especulador fundiário, dono de outras terras em Manaus se preocupava em manter seu latifúndio intacto,

sem fazer uso de nenhuma atividade, apenas querendo acumular riquezas, os ribeirinhos e os indígenas, por sua vez se preocupavam em sobreviver e ter um lugar para a reprodução de suas vidas. Desta percepção de destino dado a um mesmo lugar, nasce um confronto, ora mais ameno, ora mais violento, de modo que, pelos rumos que se tomava a situação não proporcionava entendimentos ou recuos de nenhum dos “oponentes”.

Pode-se dizer que, hoje os moradores de Livramento estão passando por um segundo “empate” às suas retiradas, quando empreendem novas formas de territorialidades, na verdade eles estão se reafirmando sobre seus lugares, seria uma forma de compensar onde o Estado fracassou. O medo de ter seus territórios privatizados os leva a reinventar novos lugares de uso para imprimir poder e resistir aquele estar inseguro que o mundo externo claramente conspira para destruir.

3.1 Localização de Livramento

Para a formação da identidade do lugar a relação entre a pessoa e toda a aura que a envolve é essencial. Experiência, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar (MELLO, 2011).

A importância do território é fundamental para a construção do sentimento de pertencer e da identidade do ribeirinho. Em Livramento, o morador identifica seu território por atributos ambientais, não apenas pelo que a comunidade evidentemente tem como ecossistemas, mas pelo modo como se relaciona com os mesmos.

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento (ou apenas Livramento) se localiza na bacia do Tarumã-Mirim. Essa bacia muitas vezes é confundida com a bacia do Tarumã-Açu. Ambas as bacias ficam próximas da área urbana de Manaus e fazem parte da região denominada área rural do Tarumã (em tempos remotos o igarapé Tarumã-Mirim já foi um afluente do rio Tarumã-Açu). A sede da comunidade está localizada na margem direita do Tarumã-Mirim (o que impede o acesso à área urbana de Manaus por via terrestre) e pertence à Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a REDES do Tupé. Porém ela surgiu antes da criação da Reserva.

A comunidade de Livramento possui sede localizada geograficamente à Lat.03°01'39,539"S e Long. 60°10'32,551"W, aproximadamente 20,71Km em linha reta do Porto de Manaus (Figura 6).

Figura 6: Mapa de localização da área de estudo.

Fonte: Maduro, 2013

As comunidades localizadas na margem esquerda do igarapé Tarumã-Mirim possuem acessos por via terrestre, sendo que para tanto é necessário atravessar o rio Tarumã-Açu, o que pode ser feito por pontes localizadas nos ramais da rodovia BR-174 (Manaus – Boa Vista). O acesso por via terrestre se faz pelas estradas vicinais, que não possuem cobertura asfáltica e são bastante tortuosas e acidentadas.

A primeira comunidade da região do Tupé foi Livramento, fundada em 5 de agosto de 1973 por um grupo de trabalhadores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este local era apenas conhecido como Mari. Mais tarde foi chamada de Santa Madalena Sofia, e em decorrência da escola que foi incendiada por pessoas que se diziam donas das terras ocupadas. A comunidade passou a se chamar Nossa Senhora do Livramento, como promessa dos moradores que queriam se livrar das ameaças e emboscadas do homem que se dizia “dono” das terras. Nessa época, a principal atividade econômica da comunidade era a produção de carvão para o mercado consumidor de Manaus.

O acesso à Livramento a partir de Manaus é feito exclusivamente por meio fluvial, através do rio Negro. O transporte mais utilizado são as lanchas da Associação dos Canoeiros

da Marina do David e Fátima (ACAMDAF) localizada na Ponta Negra que transporta diariamente passageiros para as comunidades da REDES do Tupé e de seu entorno. O tempo de viagem até a Unidade varia de acordo com a embarcação e a potência do motor, que podem durar de 20 a 30 minutos.

No interior da REDES do Tupé a mobilidade dos comunitários é intensa, e o deslocamento pelos igarapés é facilitado no período da cheia (inverno amazônico), mas fica bastante prejudicado durante o verão amazônico (junho a outubro).

3.2 Caracterização física e demográfica

A vegetação da comunidade de Livramento é caracterizada como floresta tropical de terra-firme, com estrutura e composição florística bastante diversificada e definida pelo tipo de solo e relevo em platô, vertente, campinarana e baixio (PROAMBIENTE, 2002).

O clima é quente e úmido. A temperatura média anual é de 27°C. A umidade relativa do ar média anual fica em torno de 80%. A precipitação média anual aproximadamente é de 2.300mm. Apresenta um período chuvoso que vai de novembro a junho e um período seco de julho a outubro (PROAMBIENTE 2002).

Os recursos hídricos existentes no assentamento pertencem às bacias hidrográficas dos rios Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim. São rios de água preta, ácidas e pobres em minerais. O nível das águas pode variar de 1,5 a 3 metros na época da cheia que alcança seu máximo no mês de junho PROAMBIENTE (2002).

Os solos da área em questão são classificados como: Latossolo Amarelo nos platôs, podzólico Vermelho-Amarelo nas encostas e Arenos Hidromórficos nos baixios. Quanto a textura, é argilosa nos platôs, nas encostas varia de argilo arenosa (próximos aos platôs) e areno argilosa (próximos aos baixios) e nos baixios é arenosa, sendo solos muito ácidos (PROAMBIENTE 2002).

A população de Livramento, segundo Rayol (2007) se constitui, em aproximadamente 969 moradores, distribuídos entre 323 famílias, classificados como moradores eventuais (ME) e moradores permanentes (MP). Os moradores eventuais, conforme esta autora são aqueles que possuem casa na comunidade apenas para veraneio e por isso se deslocam para lá somente nos finais de semana.

Porém dados fornecidos através do controle da Associação de Moradores indicam que no presente momento existem 858 moradores, distribuídos em 182 famílias, sendo moradores

permanentes 608 e como moradores eventuais 250. A saída de 111 moradores entre 2007 e 2012 ocorreu por motivos diversos, busca de melhores oportunidades em Manaus e inseguranças sobre o destino da reserva.

Por ser a mais antiga da reserva, Livramento é a mais antropizada, apresentando uma densidade populacional de 8,09 habitantes/ km². Por conseguinte, Livramento é a comunidade que apresenta maiores impactos socioambientais, levando-se em conta a forma desordenada como foi ocupada e estruturada e o grande contingente de imigrantes que pra lá se deslocaram.

Embora a entrada de novas famílias na Reserva do Tupé não seja permitida, isso acaba acontecendo mesmo sem autorização, visto que, atualmente o órgão gestor não possui nenhum método de controle eficaz. Após a regularização fundiária, os moradores mais antigos assinarão, juntamente com a Prefeitura Municipal de Manaus, através da SEMMA, um contrato de direito real de uso. As situações de exceção, caso das pessoas que possuem propriedades de veraneio na Reserva, entre outras, serão analisadas pelo Conselho Deliberativo da REDES do Tupé (SEMMAS, 2008).

Por conta da indefinição jurídica fundiária da área, todos os moradores estão na situação de posseiros. Entretanto, conforme consta no Plano de Manejo que está em elaboração pela SEMMAS desde 2008, a situação fundiária encontra-se em fase de regularização, para tanto, foi realizado um convênio com o curso de Direito da UFAM que está trabalhando para regularizar as terras de toda REDES do Tupé.

Em comunicação pessoal com técnico da SEMMAS (2011), esse órgão gestor pretende o mais breve possível, cumprir o que ordena a Lei No 9.985/00 (SNUC) que as “populações tradicionais” residentes nas RDSs tenham sua situação regularizada através de um contrato de concessão de direito real de uso. Um levantamento socioeconômico foi feito na área junto aos moradores, com a finalidade de formar um banco de dados para agilizar o processo, entretanto este levantamento ainda não consta no Plano de Manejo em elaboração.

Conforme o Plano de Manejo (SEMMAS, 2008), o processo de regularização fundiária está em fase de levantamento de dados juntos aos cartórios e órgãos responsáveis pelas questões agrárias, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM), sendo realizado por um técnico da Coordenadoria de Áreas Protegidas da SEMMAS; pois a área compreendida pela REDES do Tupé abrange terras públicas e privadas, que ainda não foram cadastradas e matriculadas em nome da SEMMA.

Segundo levantamento socioeconômico de Chateaubriand (2009, *et al.*), a maioria dos moradores de Livramento vivia em Manaus antes de se mudar para lá. Há uma significativa presença de migrantes vindos de diversos municípios do Estado do Amazonas e migrantes como cearenses, alagoanos, paraibanos, maranhenses, piauienses, paulistas, paranaenses, cariocas, catarinenses, goianos e alguns nativos de identidades de Baré, Mura, Tikuna, Apurinã e Xikrin, que se deslocaram mais recentemente do Alto Rio Negro.

Conforme Noda (2006)¹¹, os motivos das migrações para Livramento variam entre a busca por melhores condições de vida, em busca de melhores oportunidades de trabalho, em função de parentescos e outros correspondentes como: “porque gostou da comunidade; por causa da tranquilidade”, “achou atraente a localidade”, etc.

Em Livramento é comum se ver casas fechadas durante a semana, estas pertencem aos moradores classificados como “moradores eventuais”, porque só chegam à comunidade para passar os finais de semanas ou férias com parentes e amigos. Geralmente são pessoas de melhor escolaridade e poder aquisitivo.

Antes da criação da reserva, muitos posseiros vendiam seus lotes de terras por preços irrisórios para os especuladores imobiliários que chegavam procurando terrenos para serem revendidos aos moradores de Manaus que desejassem adquirir sítios para lazer nos finais de semana.

Em conversa pessoal com a presidente da comunidade, ainda ocorrem vendas de terrenos por parte de alguns moradores da comunidade. Por não haver título definitivo de propriedade, os terrenos são vendidos mediante apenas recibos passados pelo vendedor.

3.3 Organização socioespacial e estrutura comunitária

Conforme levantamento realizado por Chateaubriand (2009), a área da comunidade está subdividida em quatro distritos: Distritos 1- Sede; Distrito 2 – Morro; Distrito 3 – Ramal e Lago da Sorva e Distrito 4 – Igarapés Diúna, Tachi e Tarumã Açu.

No Distrito 1 fica a sede da Comunidade, que tem acesso pelos Igarapés Tarumã – Mirim, do Mari e ou da Vovó. Nesse distrito, os 133 lotes têm área variando de 148,402 m² (sede da associação comunitária) a 3.701,074m² (área do campo de futebol da comunidade) e sua ocupação se restringe ao funcionamento de equipamentos comunitários, à moradia e ao

¹¹Trabalho resultante de pesquisas sobre Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar realizadas através do projeto Água e Cidadania e a ACISAM (Associação Cientistas Sociais da Amazônia) disponível em (eliana_noda@yahoo.com.br).

desenvolvimento de atividades relacionadas ao convívio das famílias que vivem no local ou que vão até ele passar finais de semana e/ou temporadas de (férias, entre outras) (CHATEAUBRIAND, 2009).

Distrito 2 – Morro (Figura: 07) possui 91 lotes com área variando entre 199, 372 m² (Lotes 160) e 3.029,460m² (Lote 168). Nesse distrito, a numeração dos lotes saltou alguns números por motivos de grande número de lotes existentes com menores áreas. Esse distrito também possui 27 ocupantes (moradores permanentes e/ou eventuais) cujos lotes não foram identificados durante os levantamentos de campo, e dois equipamentos comunitários (CHATEAUBRIAND, 2009).

Figura 7: Ponte sobre o Igarapé do Mari que dá acesso ao Distrito 2..
Fonte: Maduro, 2011.

Distrito 3 – Ramal e Lago da Sorva possuem 119 lotes estão dispostos no entorno do Lago da Sorva e da Rua do Ramal, com área variando de 235,960 m² (Lotes 182B) a 26.375,625 m² (Lote 226). Alguns desses lotes têm sua área em parte ou no todo sobrepostas a lotes dos Distritos 2 e 3 da comunidade Julião (outra comunidade da REDES do Tupé). Esse distrito também possui 26 ocupantes (moradores permanentes e/ou eventuais cujos lotes não foram identificados durante os levantamentos de campo e dois equipamentos comunitários (CHATEAUBRIAND, 2009).

Distrito 4 – Igarapé Diúna, Tachi e Tarumã Açu, os 43 lotes possuem áreas que variam entre 529,388 m² e 22.125,852 m². Alguns desses lotes têm suas áreas em parte ou no todo sobrepostas a lotes do Distrito 3 da comunidade de Julião. Nesse distrito foi registrada a

existência de cinco ocupantes (moradores permanentes e/ou eventuais) cujos lotes não foram identificados durante os levantamentos de campo e de um equipamento comunitário (CHATEAUBRIAND, 2009).

Nesse levantamento, Chateaubriand *et al.* (2009), ao georreferenciarem 386 lotes, constataram que a maioria desses se destina à residência, alguns são ocupados por estabelecimentos comerciais e outros se destinam à agricultura. Em geral, os terrenos onde estão as edificações são de terra firme, sendo que alguns deles estão próximos ao curso d'água e uma minoria se estabeleceu na várzea.

No que se refere às características das edificações a maioria, quase absoluta, das casas em Livramento, são de madeiras, outras de alvenaria com coberturas prevalecendo o zinco, algumas com amianto, outras de telhas de barro e uma minoria são cobertas com palha. A forma de construção e uso dos banheiros pelos moradores de Livramento variam em (99) fora de casa, (52) dentro de casa, utilizam o banheiro do vizinho (15) e usam o mato (05) (CHATEAUBRIAND, 2009).

A água que os moradores de Livramento consomem tem origem de poços próprios (83), outras fontes (40), Rio ou Igarapé (25), cacimba (36), de mina (04) e utilizam poço da escola (05). Quanto à forma de armazenamento das águas utilizada pelos moradores consta que (46) usam outros recipientes, usam baldes (08), possuem água encanada (07) e usa o próprio poço apenas (01) (CHATEAUBRIAND, 2009).

Durante nosso levantamento em campo, observou-se que os moradores se queixam da má qualidade da água consumida por eles e que por isso, as crianças costumam adoecer frequentemente com problemas intestinais, principalmente diarreias e verminoses, rotavirus e outras contraídas via oral.

O levantamento mostra ainda que os Distritos 1, 2 e 4 e parte do Distrito 3 estão sobrepostos por parte da Área de Proteção Ambiental do Rio Negro Setor Tarumã Açu – Tarumã Mirim, criada pelo governo do Estado do Amazonas, através do Decreto nº 16.498 de 02/04/1995 e alterado pela Lei nº 2.646, de 22/05/2001 (CHATEAUBRIAND, 2009).

Em Livramento se encontra a maior quantidade de equipamentos públicos, de toda a reserva, tais como uma escola que atende tanto moradores da reserva quanto moradores do entorno, o posto de saúde municipal que atende também o mesmo público, uma igreja católica (Figura 8) e cinco templos evangélicos, centro social, Sede da Associação Comunitária, cemitério, campo de futebol, Clube de Mães, cuja a sede não conseguiram terminar a obra por falta de apoio da agência gestora.

Figura 8: Igreja de N. S. do Livramento na enchente de 2012

Fonte: Maduro, 2012.

A infraestrutura básica existente nas outras comunidades da REDES do Tupé são escolas, posto de saúde e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável com banheiros públicos e alojamento para funcionários da SEMMAS, barracas de alimentação na praia do Tupé, além de Meios de Comunicação instalados por órgãos públicos, centros comunitários, gerador de energia, poços artesanais, igrejas e comércios.

A energia elétrica chegou em Livramento através do Programa Luz Para Todos do Ministério das Minas Energia em 2009, embora a infraestrutura tenha começado com a colocação dos postes em 2005 pela Manaus Energia, concessionária da Eletrobrás responsável pela abrangência do município de Manaus. A mesma apresentou o EIA/RIMA (Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impacto Ambiental) à SEMMAS em 2007, onde se comprometeu em compensar os danos ambientais causados na unidade pelo projeto, oferecendo cursos de capacitação para reprodução de mudas para os comunitários da reserva.

3.4 Educação e saúde

Nas comunidades ribeirinhas da reserva não existem escolas de ensino médio, de forma que os alunos necessitam se locomover para Manaus diariamente, caso desejem continuar seus estudos. As duas maiores escolas (ensino fundamental) da bacia do Tarumã-

Mirim ficam nas comunidades Nossa Senhora de Fátima, que não pertence à Reserva, mas fica na fronteira da REDES do Tupé (margem esquerda do Igarapé Tarumã Mirim), e Nossa Senhora do Livramento. Muitos alunos dessas escolas não residem no local, e precisam se deslocar diariamente durante a semana. Da mesma forma, a maioria dos professores que lecionam nessas escolas reside na área urbana, e também se desloca diariamente. Para transporte dos alunos e, quando possível, dos professores, existe um barco próprio, doado pela SEMMAS.

Livramento possui uma escola de Ensino Fundamental (Figura 9) que funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo tanto crianças da comunidade como do entorno. A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), é responsável pela política de educação das escolas da reserva.

Figura 9: Escola Municipal de Ensino Fundamental São José.
Fonte: Maduro, 2011.

Para enfrentar a sazonalidade dos rios, especialmente nas secas (vazante) Figura 10, foi criado um calendário específico, com adaptação cronológica dos dias letivos, para atender as necessidades de acesso à escola das comunidades da zona rural de Manaus.

Figura 10: Período de vazante (seca), margem do Igarapé do Mari via fluvial para sede de Livramento.
Fonte: Maduro (2010).

Em geral, as crianças da REDES do Tupé dispõem de poucos materiais escolares para o desenvolvimento das atividades de aprendizagem, ficando tão-somente com o básico: caderno, canetas, lápis e borracha. Nem todas as bibliotecas das escolas dispõem de material literário infantil, que seriam um dos responsáveis pelo despertar dos imaginários das crianças. Há apenas livros didáticos, em sua maioria longe de trabalharem o imaginário infantil e a criatividade das crianças, simplesmente apresentam respostas prontas e acabadas (NASCIMENTO, *et al.*, 2007).

Os pais apresentam baixa escolaridade, o que na prática lhes impossibilita de oferecer uma orientação mais sistemática aos filhos no tocante ao desenvolvimento das tarefas escolares, visto que não adquiriram conhecimentos formais que lhes favorecem uma prática orientacional mais incisiva aos filhos, que hoje é considerado de extrema importância para o bom desempenho escolar das crianças (NASCIMENTO, *et al.*, 2007). Somam-se a esses problemas as dificuldades de acesso impostas pelas distâncias geográficas que também refletem na qualidade de aprendizagem dos alunos.

Os professores, que na maioria das vezes residem em Manaus, para chegarem às escolas diariamente utilizam transporte fluvial (voadeiras) Figura 11, que partem da Marina do Davi em Manaus até às comunidades da reserva e muitas vezes apresentam problemas mecânicos, falta de combustível, falta de regularidade e pontualidade. A falta de aulas para as crianças acabam por comprometer o rendimento escolar dos alunos.

Figura 11: Voadeiras ancorada na Marina do Davi.

Fonte: Maduro, 2012

No que concerne aos eventos culturais são festejados aqueles do calendário da igreja Católica e Evangélica. Nesse caso, as festas comemorativas aos dias de santos são muito significativas entre os católicos e atraem pessoas de diversos lugares. Na REDES do Tupé, duas comunidades realizam festas tradicionais organizadas pela igreja católica. As principais festas religiosas são: a Festa de N. Sra. do Livramento (19 de agosto no Livramento) e Festa do Padroeiro São João Batista e São Pedro (respectivamente nos dias 24 e 29 de junho na São João do Tupé), com novenário e o tradicional arraial, onde acontece uma Programação Cultural (danças folclóricas, bandas musicais, torneios de futebol, bingos, leilões, e comidas típicas).

As festas podem ser motivadas também pelo nascimento de uma criança, pela posse de uma nova diretoria da associação de uma comunidade ou simplesmente pela vontade de se encontrarem. As festas constituem momentos propícios aos encontros e reencontros de amigos e familiares distantes, consolidando ou criando laços efetivos. Em geral, os jovens ficam motivados, pois concebem esses momentos como iniciação aos contatos que acenam para a formação de casais e, portanto, a constituição de novas famílias.

A saúde dos comunitários de Livramento é assistida pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), que mantém um posto de saúde no local (Figura 12). Os serviços de saúde, que atendem também a população da REDES do Tupé, contam com um técnico de saúde e

uma auxiliar de enfermagem, cuja função é realizar coleta de sangue para o diagnóstico da malária e encaminhar os pacientes para Manaus (EIA/RIMA, 2007).

Figura 12: Posto Médico de Livramento.

Fonte: Maduro, 2013

As doenças mais frequentes nos últimos anos nas comunidades da REDES do Tupé são a malária, ocorrendo com intensidade em períodos específicos, como na vazante; viroses, pneumonia e rotavirus (NASCIMENTO, *et al.*, 2007 ;EIA/RIMA, 2007).

Segundo levantamento do EIA/RIMA (2007)¹², o consumo humano de água potável na reserva, se constitui em uma das ações de saúde pública de maior impacto na prevenção de doenças e diminuição da mortalidade. Portanto, o consumo de água de manancial subterrâneo que não atenda os padrões de potabilidade recomendados precisa ser evitado, principalmente por meio do acesso à informação e da promoção de políticas públicas que garantam o acesso generalizado à água adequada ao consumo humano.

O RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), que consta no Plano de Gestão Ambiental da Reserva, em elaboração, recomenda que programas de educação sejam estimulados para

¹² EIA – Estudo de Impactos Ambiental encomendado e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) , constantes no Plano de Manejo da Reserva (SEMMAS).

conscientizar a população sobre a prática de desinfecção de águas de poços perfurados para o abastecimento.

4. DIALOGANDO COM A GEOGRAFIA

“Perder seu território é desaparecer”
(BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996).

Para auxiliar na compreensão do ideário e imaginário dos moradores da Comunidade de Livramento, aqui identificados como populações tradicionais ribeirinhas da bacia do baixo Rio Negro - Amazônia Central é necessário adentrar inicialmente nas questões conceituais relacionadas a território, territorialidade e desterritorialização. Está implícito nesse estudo entender o processo socioambiental onde historicamente essas populações tradicionais lutaram e conquistaram um lugar para viver e que depois de estabelecidos foram surpreendidos com a transformação da demarcação do lugar em unidade de conservação.

Essa reflexão nos conduzirá por caminhos que possam auxiliar na busca do entendimento das implicações da transformação do espaço vivido historicamente. Os sentidos dessas vivências e ideias foram coletados a partir das descrições de campo, pautadas na observação participante e em relatos ancorados na história e vivências transmitidas pelos moradores por meio das entrevistas e grupos focais (oficinas). Neste capítulo procuramos apresentar os pressupostos teóricos, relacionando-os com exemplificações empíricas coletadas junto aos moradores, procurando abstrair o conteúdo latente tanto nas falas quanto nos comportamentos observados.

Ressalta-se que, a região do baixo Rio Negro, foco desta pesquisa, vem sofrendo intensa transformação socioeconômica a partir de regulamentações políticas de preservação ambiental. Os ribeirinhos assim como outras populações tradicionais (seringueiros, castanheiros, pescadores, arumãzeiros, piaçabeiro, indígenas, etc.) passaram a viver em territórios de conservação na Amazônia, convivem com o problema central da contradição entre os interesses nacionais e internacionais de um lado (proteção do meio ambiente) e os interesses dessas populações (garantia da própria vida) do outro, mesmo tendo seus direitos

garantidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo decreto nº 6.040/2007¹³.

Diante desses embates, um passo importante dado pelos geógrafos e demais cientistas sociais tem sido o do reconhecimento e compreensão das diversidades de lutas territoriais. Assim, entre a pluralidade de situações intermediárias estão aquelas nas quais não existem território único, mas território amplamente disputados, intensificando assim as lutas internas e externas e a necessidade de negociações que contemplem questões de concessões e conciliações de interesses diversos, bem como de exercício de justiça e garantia do direito ao território construído.

Na emergência dessas complexidades, utilizando-se de categorias e métodos diversos, muitos geógrafos tendem cada vez mais a examinar as unidades de conservação e seus contextos, considerando a configuração territorial e o conjunto de relações que definem territorialidades em um dado momento e em determinado espaço. Se preocupando em analisar ainda o arranjo institucional e os regimes de propriedade que fazem os territórios existirem.

Nesse contexto, esses profissionais examinam os limites do controle territorial e ambiental e tentam explicar os embates entre atores sociais envolvidos e suas mudanças de estratégias e de táticas. Assim, as unidades de conservação são antes de tudo examinadas como territórios de exercício de poder habitado por grupos sociais com identidades territoriais, símbolos e marcas distintivas, já existentes ou (re) inventadas (GUERRA e COELHO, 2009).

Convergindo às preocupações acima, Haesbaert considera que na qualidade de geógrafos, estamos preocupados em elucidar as questões atinentes à dimensão espacial e a territorialidade como componentes indissociáveis da condição humana e que por isso, decretar uma desterritorialização, ou seja, perda de territórios, “absoluta” ou o “fim dos territórios” seria paradoxal se levarmos em conta que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou de forma mais restrita, sua territorialização. Sendo mais enfático, o autor diz que [...] “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico “territorial”. (HAESBAERT, 2011, p. 37).

O conceito de território teve sua origem nas formulações do etnólogo Friedrich Ratzel, no contexto histórico da unificação alemã em 1871, e concomitante à institucionalização da Geografia como disciplina nas universidades europeias. O território, para ele, é uma parcela

¹³ A PNPCT estruturou-se a partir de quatro eixos estratégicos: 1. Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais, 2. Infraestrutura, 3. Inclusão Social e 4. Fomento e Produção Sustentável.

da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, coletividade esta que teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para sua população, recursos que seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicos existentes. E, mais importante, em seu conceito de território considerado por muitos determinista, tem por referencial o Estado.

A contraposição a estas idéias vem, sobretudo, dos trabalhos do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache através da escola francesa de Geografia conhecida como possibilismo, que se efetivou no final do século XIX e início do século XX com trabalhos que tinham a noção de região como contraponto ao de território. Dessa maneira, o conceito de região teve uma primazia frente a outros conceitos espaciais, o que acabou levando ao descrédito do território como conceito explicativo da realidade.

Foi somente na década de 1970 que o território volta a ser debatido como conceito explicativo da realidade. Entre alguns autores que retomam a discussão sobre o conceito de território, podemos citar o geógrafo norte-americano Jean Gottmann, tendo como referência a obra *The significance of territory*, publicada em 1973.

Gottmann (1973) centraliza sua abordagem no significado do território para as nações, e sustenta que a relação das pessoas com seu território apresenta-se de diversas forma - geográficas, culturais, econômicas e principalmente políticas (geopolíticas), nesse sentido o autor segue a mesma linha do território preconizada por Ratzel ou seja, prevalência do território estatal, por isso suas formulações são consideradas limitadas.

O primeiro a contestar e sobrepujar essa limitação ao debate sobre território e que se tornou referência para a Geografia foi o geógrafo Claude Raffestin em 1993 com a obra *Por uma geografia do poder*. Como alternativa analítica a esse território estatal, Raffestin defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais. O autor critica a ao que ele denomina de “geografia unidimensional”, ou seja o território que se referencia exclusivamente ao poder estatal. Segundo este autor, a exacerbação do poder estatal, em Ratzel, está na caracterização dos conflitos que seriam tão somente aqueles entre Estados – guerras entre Estados – enquanto, outras formas de conflitos não seriam consideradas relevantes. Assim, surge uma Geografia do Poder ou dos poderes, e uma melhor significação da Geografia Política que assume uma análise da multiplicidade de poderes, por tanto, dos múltiplos atores, enquanto a Geopolítica aborda o poder de um Estado ou da relação entre dois ou mais Estados, caracterizando-se efetivamente como uma Geografia do Estado.

Outro geógrafo clássico que se destacou nos debates sobre território, enfatizando sua ligação com relações de poder ou seja, a sua dimensão política, foi Robert Sack em 1986 através da obra *Human Territoriality*, que mesmo dentro desse enfoque, não restringe a dimensão política ao papel do Estado, nem ignora a interseção com as dimensões econômica e cultura da sociedade.

Para Sack, como “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (SACK, 1986, p. 6).

Nesse caso para o autor, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar. Sack também declara que:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significados (SACK, 1986, p. 219).

As contribuições mais importantes deste autor para o debate sobre território dizem respeito a dois aspectos. De um lado a flexibilidade e a abrangência deste conceito, pois através desses o autor analisa desde uma comunidade indígena norte-americana até os territórios no âmbito familiar de um lar comum (por exemplo, “territórios” proibidos de uma criança pequena dentro de casa), passando também pelos territórios da igreja católica. Logo, o conceito presta-se a análise em diferentes escalas e normas de conduta e de convivência cultural e política.

Foi por meio da Geografia Crítica, articulada ao pensamento dialético materialista, que Haesbaert (2006) reforça a necessidade de discussão filosófica de território.

Nessa perspectiva, para o autor todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações - funcional e simbólico, pois exercem domínio sobre o espaço

tanto para realizar “funções”, quanto para produzir “significados”. “O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com (s) modelo (s) de sociedade (s) vigente (s), (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista)” e recursos florestais extraídos por ribeirinhos da comunidade de Livramento visando subsistência (HAESBAERT, 2011, p. 59) grifo nosso.

Um exemplo de que território tem combinações funcional e simbólica pode ser percebido no seguinte depoimento de uma moradora de Livramento quando diz:

[...] O índio é assim...ele tem que ver o rio, porque se ele não ver o rio, ele não está satisfeito e aqui onde fiz minha casa eu posso ver o rio grande (Rio Negro) [...] aqui eu sou artesã e retiro material pra fazer meu artesanato daqui mesmo da floresta. Eu coleto tucumã, tento, paxiubinha e faço o artesanato e vendo aqui mesmo [...] Agora estamos construindo a maloca que fica bem aí perto, quando ficar pronta a gente quer ver se consegue trabalhar com turismo aqui. Isso dá pra sobreviver. Nós vamos ganhar com nosso artesanato e fazendo ritual pra turistas [...]. A gente tem a UPILTA¹⁴ que já é reconhecida pela SEMMAS¹⁵, mas a gente precisa se organizar pra desenvolver o turismo, pra isso a gente precisa organizar e terminar a maloca. (Diana - Bué na língua Baré, 36 anos, artesã).

No contexto acima, percebe-se que longe de se limitar a uma extensão geométrica do espaço, o território é um produto de articulação entre dimensões naturais, sócio-políticas e culturais, pois enquanto a natureza oferta certas condições materiais (produtos da floresta) que em larga medida moldam a existência, a dimensão sócio-política (associações, sindicatos etc) institui modos de controle e apropriação dos espaços, já a dimensão cultural (que permeia todas as demais dimensões) expressam a carga simbólica que modula as maneiras de como este espaço é apropriado, povoado, transformado e explorado delineando as territorialidades.

Entretanto, o conceito de território e territorialidade não é exclusivo da Geografia, por tratarem da espacialidade humana outras ciências fazem uso de suas perspectivas:

(...) Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve incluir a interação sociedade-natureza) a Ciências Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligadas à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (como “força produtiva”); a

¹⁴ União dos Povos Indígenas de Livramento - Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim formada pelos moradores de etnia (Baré, Miranha, Tikuna e Mura).

¹⁵ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus, órgão gestor da REDES do Tupé.

Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia enfatiza as relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo”. (HAESBAERT, 2011, p. 37).

Diante da polissemia de territórios, Haesbaert (2011, p. 40) adotando uma análise teórico-metodológica e ontológica, propõe um esquema-síntese de várias noções de territórios em três vertentes:

“Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Natural (naturalista) introduzida depois pelo autor, por ser ainda pouco veiculada nas Ciências Sociais, mesmo sendo a mais antiga, se utiliza de noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico”.

Não obstante, o autor alerta que essas vertentes estão muito atreladas às posições filosóficas adotadas por cada pesquisador. Dessa maneira, um marxista histórico ou dialético defenderá uma noção material de território, enfatizando, principalmente, o aspecto econômico, mas contextualizado historicamente e levando em consideração as relações sociais nas quais está inserido.

Portanto, face às proposições teóricas, existem pelo menos duas perspectivas a serem consideradas na definição de território, uma **ideal** e outra **material**. Na perspectiva materialista pode-se considerar ainda três formas de abordar o território – naturalista, econômica e política.

Na perspectiva ideal a definição de território tende a enfatizar os aspectos simbólicos e não visíveis de um grupo na delimitação de seu território. A Antropologia é a ciência que mais vem trabalhando com a dimensão ideal ou “apropriação simbólica”, pois:

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da via dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (GODELIER, 1984, p. 14).

Ainda na perspectiva ideal do território, de acordo com o antropólogo Godelier (1984) cada sistema social e econômico cria um modo específico de uso dos recursos naturais e do trabalho, e conseqüentemente, cria normas para o bom e mau uso dos recursos naturais. O mesmo autor considera que, no interior das relações materiais com a natureza existe um aspecto não-material que unifica as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações sociais com a natureza.

Embora não seja tendência das sociedades atuais adotarem uma concepção de território baseada na natureza como fonte necessária à reprodução de vida de determinado grupo, isto ainda é fato de análise entre vários grupos sociais da Amazônia, considerando a histórica vocação extrativista da região – drogas do sertão, seringa, castanha, babaçu, sorva, etc.. Assim, para se entender o processo material e simbólico de produção dos ribeirinhos agricultores de Livramento é essencial que se leve em conta os mitos e símbolos ou seja, as cosmologias usadas por esses grupos para representar a floresta e os seres que aí vivem. O processo de produção na agricultura tradicional incorpora elementos simbólicos que atuam não sobre a natureza, mas sobre as forças sobrenaturais que garantem uma produção proveitosa e por vezes, castigam os agricultores com atitudes ambiciosas.

Relatos levantados com agricultores de Livramento mostram que a posse social do território implica não somente em relações com o meio ambiente e com o grupo social envolvido, mas também em conexões simbólicas com o mundo não-material.

[...] todo mundo sabe aqui qual é o limite de seu terreno¹⁶. Aqui... a senhora tá vendo esta capoeira fina ? Começa o meu. A senhora tá vendo a limpeza (desmate) do terreno, minha casa-de-farinha, minhas frutíferas, e meu roçado mostram que este aqui é o meu terreno. [...] Eu planto na época da lua crescente. No último dia da lua nova, quando já vai entrar no quarto crescente. Toda família vai plantar, esposa, filhos, netos e quem tiver de folga. Todos levam mudas de alguma coisa. [...] Agente planta muitas espécies de mandiocas – Manaquiri, juracá, camarão, juruapé, surubim. As melhores pra fazer farinha são a camarão e a Manaquiri. As sementes (manivas) delas eu trouxe de Barcelos (alto Rio Negro) e Autazes (Solimões) [...] quando estou plantando minha roça eu converso com ela pra ela dá bem

¹⁶ Os moradores chamam de terreno a dimensão total de seus sítios e roçado só onde tem plantação de mandioca.

bonita. [...] minha esposa também cuida com carinho das manivas, cuida como se fosse uma criança, ela não gosta que a gente maltrate as manivas. [...] No tempo de farinhada, toda família participa. (Sr. Chagas, 76 anos, agricultor).

[...] Tempo de mesa farta é no tempo da vazante do rio, que é tempo de pescar, é tempo de *dabucuri* (dançar) pra atrair tucunaré, agente pega muito tucunaré com *pinawaca*¹⁷, aí a gente faz moqueado (assado no bafo), aí faz *dabucuri* de novo e bebe caxiri¹⁸ pra festejar fartura. (D. Maria, 69 anos, agricultora e artesã).

Vista como um modelo no contexto simbólico indígena e rural no Brasil, a mandioca é percebida de forma diferente entre várias etnias que vivem na bacia do Rio Negro, entre as mulheres Baré de Livramento, por exemplo, a mandioca nasce de uma adolescente chamada Mani que após morrer, é enterrada pela sua mãe e de seu corpo brota o “tronco” da mandioca, que passa a se chamar “maniva”. Este fato não é visto como um gesto triste, mas sim de recompensa por um tratamento dado. Mani se transforma na *batata* da mandioca e com o tempo cresce dela as manivas, vistas como parte de Mani que vai ser guardada, protegida e propagada. Os relatos subsequentes respaldam o carinho da esposa do Sr. Chagas com as manivas de seu roçado:

[...] o nome maniva vem de Mani. Mani era uma índia que morreu, enterram ela numa aldeia. Na cova dela brotou vários galhos, quando puxaram esses galhos, viram as batatas grandes e diferentes em cada galho. Os índios plantaram esses galhos e passaram a comer suas batatas”. (Sr. Chagas, 76 anos, agricultor).

Percebe-se que os conceitos e representações do mundo natural e seus recursos são distintos em sociedades tradicionais, assim como suas racionalidades, pois dispõem de um conjunto de regulamentos conscientemente elaborados para atingir seus objetivos.

Mesmo que a Geografia enfatize mais a dimensão material do território, fato presente até mesmo na Geografia Cultural, que enfatiza o subjetivo dos indivíduos, alguns autores vêm se associando à corrente humanística ou idealista da Geografia, mas preferindo utilizar outros conceitos, como lugar e paisagem, para analisar fenômenos ligados à dimensão cultural do espaço. Mesmo assim, encontramos alguns autores que enfatizam mais abertamente a perspectiva ideal-simbólica do território. Entre eles estão os geógrafos franceses Bonnemaizon e Cambrèzy (1996).

¹⁷ Apetrecho de pescar tucunaré fabricado pelos indígenas.

¹⁸ bebida indígena feita de macaxeira, mandioca, cana, cará e batata-doce.

Para estes autores, há um enfrentamento hoje entre a lógica funcional e a lógica identitária pós-moderna contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e de éticas distintas frente ao território. O território reforça sua dimensão como representação, valor simbólico. O território se define por um princípio cultural de identificação ou de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. A ligação dos povos tradicionais nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades “primitivas” ao espaço de vida era mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço era “ocupado” de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-religiosa:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a habitar a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON E CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14).

Nessa direção, muitos grupos sociais tradicionais e não-tradicionais passam a se organizar no sentido de reivindicar o direito de permanecer em seus territórios e afirmar suas territorialidades e identidades, como as Dez Mulheres Indígenas Artesãs de Livramento, a União dos Povos Indígenas do Livramento, Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim (UPIILTTA), Associação dos Moradores de Livramento que conquistam dessa forma, empoderamento, ou melhor dito, força, que lhes projeta para uma condição de sujeitos políticos no processo de negociação de conflitos e os aproxima da gestão da unidade de conservação, e abrem espaços para a discussão de propostas de viabilizar a compatibilidade dos “usos” que estabelecem no território com a conservação da biodiversidade.

Na dimensão material de concepção **naturalista** há uma naturalização do comportamento humano, ou seja, há uma vinculação do comportamento humano com a dos animais. O autor que mais se notabilizou dentro desta perspectiva foi Robert Andrey. Baseado numa leitura neodarwinista de territorialidade, afirmou “que não só o homem é uma “espécie territorial”, como este comportamento territorial corresponde ao mesmo que é percebido entre os animais” (1969 [1967], p. 10).

Embora sua tese tenha sido contestada por muitos, o geógrafo sueco T. Malmberg através de sua obra *Territorialidade Humana* (1980) baseado em suas concepções fez a seguinte afirmação:

Territorialidade comportamental humana é principalmente um fenômeno de ecologia etológica com um núcleo instintivo, manifestada enquanto espaços mais ou menos exclusivos, aos quais indivíduos ou grupos de seres humanos estão ligados emocionalmente e que, pela possível evitação de outros são distinguidos por meio de limites, marcas ou outros tipos de manifestações de adesão, movimentos ou agressividades (MALMBERG, 1980, p. 10-11).

Guardadas as devidas proporções das analogias, o antropólogo José Luís García (1976) acha que tal estudo vai cair no antropocentrismo pela falta de dados objetivos sobre o significado real da conduta animal, sobretudo se nos introduzirmos no mundo motivacional e ainda porque dificilmente tal proposta salvará o incógnito espaço que separa a espécie animal da humana.

O próprio Haesbaert (2011) também alerta que outra lição que se pode tirar diante de alguns fenômenos desse estudo, como o dos conflitos pelo domínio de recursos (como petróleo, as terras agricultáveis e, em alguns casos, ainda que de forma mais indireta, a água), é a de que, mais do que nunca, separar natureza e sociedade, comportamento biológico e comportamento social são no mínimo, arriscados.

O território, assim vem sofrendo várias leituras, mesmo através das Ciências Sociais que privilegia sua vinculação a relação de poder, também incorpora uma dimensão “natural” em sua constituição, ou pelo menos, a capacidade de as relações sociais de poder se imporem sobre a dinâmica da natureza.

Em outra perspectiva, o território “natural” (nada “natural”) às avessas é aquele que se define a partir das chamadas reservas naturais ou ecológicas. Obrigado a reinventar a natureza através de concepções como ecologia, biosfera e meio ambiente, o homem se viu na contingência de produzir concretamente uma separação que nunca teria existido entre espaços “humanos” e “naturais”, como numa leitura da Geografia que separava paisagens naturais e paisagens culturais ou humanizadas (SAUER, 1997, p.54).

Foi nessa concepção dicotômica entre sociedade e natureza que foram criados os primeiros parques e reservas no mundo, tendo como referência o Parque de Yellowstone nos EUA, que muito influenciou as políticas públicas ambientais nos países periférico.

Assim, a reclusão a que algumas áreas do planeta foram relegadas, em função de sua condição de áreas “protegidas”, provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausuras ao contrário, já que muitas vezes tem praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. É claro que, aí, as questões de ordem cultural, política e econômicas envolvidas são tão importantes quanto às questões ditas ecológicas. De qualquer

forma, trata-se de mais um exemplo, muito rico, de um território interpretado numa perspectiva materialista e que, embora entrecruze fortemente áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, também é bastante focalizada a partir de perspectiva como as da Ecologia (HAESBAERT, 2011).

O autor alerta que, dentro da dimensão material do território, é necessário que, de alguma forma se adote a dimensão “natural”, que em alguns casos essa ainda se revela um de seus componente fundamentais. Mas que isso nunca se faça de forma dissociada. Daí a importância da proposta de Bruno Latour (1991), para quem devemos nos mover muito mais no campo dos “híbridos” sociedade-natureza. A questão central, portanto não é questionar a existência de visões naturalistas (como as questões aqui tratadas), mas como desenvolver instrumentos conceituais para repensá-las e interpretá-las dentro desse hibridismo em que cada vez mais estão se transformando.

Na concepção de base **econômica**, quem se destacou no cenário brasileiro, foi o geógrafo Milton Santos. O território para SANTOS (2002)¹⁹ configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Nessa discussão o autor prefere distinguir o “território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados” (SANTOS, 2000, p. 12).

Haesbaert (2011) diverge quanto aos termos empregados por Santos já que pra ele são duas formas distintas de produção do território enquanto recurso - os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.

Ampliando a abordagem que privilegia a dimensão econômica do território Santos declara:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (2000, p. 2).

[...] o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (SANTOS, 2000, p. 129).

¹⁹ SANTOS, M. A. natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

Na perspectiva de Santos o “uso” (econômico), sobretudo é o definidor de território. Isso pode justificar a crescente preocupação com a conservação dos recursos naturais como uma das questões que, de modo geral, está sendo concebida principalmente pela funcionalidade econômica, reduzindo a abrangência e a centralidade face às novas concepções implicadas no conceito de desenvolvimento.

A dimensão material com perspectiva econômica vem se ampliando até mesmo entre os antropólogos que costumam priorizar o mundo simbólico entre eles Maurice Godelier, que em sua obra *O Ideal e o Material: Pensamento, Economia, Sociedade* define território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto uma porção do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112).

Em se tratando de sociedades tradicionais ribeirinhas como as de Livramento, refere-se a mais elementar forma de territorialidade, pois dependem estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra (físico), o meio no qual o grupo social inserido é o que o transforma, é o que o defende, protege e ama o lugar, pois é a sua fonte de vida conforme relatos de um dos primeiros moradores.

[...] Aqui eles pensam que a gente não sabe de nada, mas a gente sabe que não pode desmatar perto dos rios, que tem que deixar uma certa distância da mata na beira, se não o rio seca, que a gente só pode derrubar onde se vai cultivar, que não se pode mais caçar os bichos que ainda aparecem [...] Eu não deixo que o povo penetre pra extrair materiais, né. Como pau-de-escora, “moirão” essas coisas.... [...] Quando o rio enche, aqui vem gente de fora muitos de Manaus, do Rio Negro, vem de toda parte. Muitas madeiras. Ai, a gente chega lá e “empata”. [...] Aqui, quando eu fiz minha casa, minha roça, todo meu plantio eu quis garantir minha segurança, né. [...] Livramento pra mim é uma dádiva divina que nós ganhamos, tivemos o privilégio de chegar até hoje com vida. (Sr. Naval, 82 anos, agricultor, etnia Tikuna).

[...] Quando chegamos aqui, logo percebemos as dificuldades do solo, então pensamos em alguma coisa que aproveitasse as coisas que temos aqui no nosso sítio, e atrair as pessoas que vem pra cá querendo descansar e se divertir e gastar aqui no nosso sítio. [...] Os peixes do meu açude, eu além de preparar para os turistas que vem aqui, eu também vendo pra quem vem aqui comprar. (Sra. Sueli, 55 anos, presidente do Clube Mães de Livramento).

Os relatos demonstram uma atitude de proteção e cuidado com o lugar enquanto abrigo e garantia de sobrevivência tal como na não-dicotomização geográfica entre Natureza e sociedade, não é possível ver o corpo social fora do corpo da Natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades. Mais uma vez esta discussão nos remete à noção de híbridos (sociedade-natureza) de Bruno Latour (1991) já citado, para quem a civilização moderna produziu, mas que ao contrário de pensá-los em sua interrelação, continuam sendo interpretados através dos binarismos ou seja, de forma dissociada e das lógicas identitárias.

Na concepção de base **política** o território ganha ampla tradição no campo das questões políticas fundamentadas nas idéias de Ratzel, como já dito, se notabilizou na Geografia Política com suas discussões ao fazer associação entre território e os fundamentos do Estado. Segundo Moraes (2000, p. 19) “na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado espacial, pois no mundo moderno constituem áreas de dominação ‘estatal’ e, mais, ‘estatal nacional’. Assim para Ratzel:

Embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (1990, p. 74).

Inspirado na natureza biológica do homem para explicar algumas de suas conclusões mais importantes em relação ao espaço e ao território, Ratzel faz uma analogia entre os “espaços vitais” da Biogeografia à realidade territorial do Estado que ele considera como também “uma forma de propagação da vida na superfície da Terra”. Assim ele funda a concepção biogeográfica do Estado onde solo (natureza) tem uma relação íntima com o Estado (território) Ratzel (1988). Mais uma vez o espaço é visto como fonte de recursos, e o “espaço vital” seria o espaço ótimo para reprodução de um grupo social ou de uma civilização, onde os recursos aí disponíveis, na visão do autor, devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existente (HAESBAERT, 2011).

Ao contrário do que se imagina, em tempos mais recentes o enfoque de Ratzel antes com perspectivas materialistas latentes, passa a enfatizar o conceito idealista de natureza que passa a ser utilizado para interpretar o Estado e como consequência, o território.

Outro que amplia sua dimensão de território foi o geógrafo Jean Gottman que, antes sustentava ser o território uma entidade jurídica, administrativa e política, passa a incorporar uma dimensão mais idealista ao procurar entender os territórios, notadamente os estatais, ao mesmo tempo ligados à ideia de movimento, e não de apenas fixação ou enraizamento e estabilidade.

Entretanto, a dimensão política de território, ou seja suas ligações de poder para além de sua perspectiva jurídica e estatal, ainda é a que a melhor responde pela conceituação de território e as contribuições mais importantes dentro deste debate vêm de Claude Raffestin e Robert Sack porque não restringem a dimensão política ao papel dos Estados, nem ignoram a interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade.

Mesmo sendo criticado por alguns autores que consideram suas definições extremamente materialistas e pouco relacionadas com os elementos constitutivos do território, Raffestin ameniza tal situação ao declarar que :

[...] O espaço e o tempo são suporte, portanto condições, mas também trunfos. Eis por que Lefebvre tem toda razão quando diz que “o espaço é político”. Em todo caso, o espaço e o tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos e, portanto, trunfos. [...] O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos [...] Composto-se de “duas faces”, “expressão” material e “conteúdo” significativo, simbólico, o espaço é relacional, ‘inventado’ pelos homens” (1993, p. 59-60).

Nesta leitura de território, Raffestin supera a diferenciação estanque proposta em outro momento entre espaço – “prisão original” – e território – a “prisão que os homens constroem para si” e imprime uma visão relacional de território mas mantendo a dimensão do poder, pois não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico (HAESBAERT, 2011).

Portanto, levando em conta que território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores (Raffestin, 1993), o espaço que nos interessa conhecer nesta perspectiva é sempre o espaço (físico) demarcado e transformado pela presença histórica e formativa dos atores envolvidos (populações ribeirinhas) e suas formas de se relacionar com a natureza, já que estão, praticamente, com suas intervenções e mobilidades restritas ou vedadas posto que estão subordinados às normas estabelecidas no interior de um território (ora delimitado como unidade de conservação) - regulado pelo governo.

Sack por seu turno, ao contrário de Raffestin, que enfatiza o domínio de territórios informacionais, ou seja, territórios condicionados por linguagens, signos e símbolos, vai trabalhar muito ao nível material. Sack (1986, p.6) define a territorialidade (termo mais usado para se referir a território) como:

[...] “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território”.

Tanto Sack como Raffestin propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente diferente daquela pensada pelos biólogos, que a relacionam a um instinto natural vinculado ao próprio comportamento dos animais. Apesar de centralizar-se na perspectiva política, Sack também reconhece as dimensões econômicas (uso da terra) e cultural (“significação” do espaço) da territorialidade, “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2011, p. 86).

Em síntese, a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle” (SACK, 1986, p. 28). Assim sendo, articulando a leitura, o território se torna um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização – internamente (*unidade de conservação*) a este território, e de classificação (*reserva de desenvolvimento sustentável*) – na relação com outros territórios. Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais” (*população ribeirinha*) tanto pelo fato de estarem subordinado a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites (*moradores de Manaus e comunidades do entorno da reserva*) HAESBAERT, 2011). Grifos nosso.

Nessa perspectiva, criar novos recortes – como novos Estados ou unidades de conservação, por exemplo, é um exercício de poder (relações de poder e de controle territorial) e o reconhecimento ou a criação de novas referências espaciais de representação social. Pode-se, com um novo recorte ou “fronteira”, legitimar certas identificações sociais previamente existentes ou, o que é mais comum, ao mesmo tempo criar ou formar outras. Entretanto, como todo processo de representação territorial é altamente seletivo, somente

alguns espaços serão “representativos” da(s) identidade(s) que eles ajudam a produzir ou reforçar.

Isso explica a formação do Mosaico do Baixo Rio Negro, região da REDES do Tupé que foi formalizado pela adesão voluntária dos gestores das UCs que o compõe com base na identidade territorial que envolve a conectividade ecológica-funcional e o contexto histórico e cultural da região.

Aliás, nos últimos tempos quem mais vem alimentando o debate sobre o conceito de território é justamente as questões ligadas ao controle, “ordenamento” e gestão do espaço, onde se inserem as chamadas questões ambientais. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial exprime de forma mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território, que segundo Haesbaert (2011) seriam: em primeiro lugar, seu caráter – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões.

Como nunca se consegue dar conta de um estado da arte sobre um determinado tema, Haesbaert (2011) preocupado em imprimir um sentido relacional ao território, afirma que:

[...] “o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociável da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos” (p. 93).

Na pesquisa em tela, qual por vezes lidamos com as subjetividades, com os desejos e ânsias dos atores sociais com os quais interagimos, o território foi considerado antes de tudo, um espaço de referência para a constatação da identidade desses atores, no caso comunidade rural ribeirinha, pois é físico – material, é político, é econômico, é simbólico e é também natural, pois envolve um complexo hibrismo sociedade-natureza. Além do que, diante do desafio a que se propôs a pesquisa, uma abordagem territorial pode representar um caminho para se identificar e interpretar, numa perspectiva processual, as relações, os usos, olhares,

ritmos, anseios, conflitos e identidades imbricados na dinâmica sócio espacial dessas populações no interior de um território (ora delimitado) como unidade de conservação.

Logo, fica evidente que tendo como pano de fundo a noção de espaço “híbrido” ou seja, interação entre sociedade/natureza/político/econômico/cultural, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço (fixos/fluxos, etc.), o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural, logo se presta para fundamentar este trabalho.

5. PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EMPREENDIDO PELA COMUNIDADE DE LIVRAMENTO

5.1 A paisagem pelo olhar dos ribeirinhos

A posse social do território em Livramento, dentro de uma perspectiva integradora Haesbaert (2011) implica não somente em relações com a natureza (fonte de recursos, abrigo) e com a sociedade (grupos, indivíduos, Estado) que a compõem, mas também em conexões simbólicas com o mundo ideal (imaterial) ou seja, os significados dado aos lugares.

Ao se observar o cotidiano dos moradores de Livramento, percebe-se que eles se relacionam com a floresta, rios, igarapés e “terra firme” ao mesmo tempo. Esses ambientes estão intrinsecamente relacionados às formas como esses grupos encontram para garantir suas sobrevivências e reprodução de suas práticas socioculturais. Por conta disso, os ribeirinhos de Livramento, quando não estão trabalhando no roçado, não significa que eles estejam desocupados ou desempregados, porque na realidade, eles estão pescando, coletando ou fazendo “*biscates em outro roçado de vizinhos*”.

Essa experiência com vários lugares demonstra que esses moradores produzem mais de um território que implica em um multipertencimento territorial, ou seja, dominam vários territórios que irão compor uma trama de territorialidades, num complexo jogo de poder entre pessoas, grupos sociais e recursos que estão dispostos no ambiente.

Assim, as formas de territorialidade vão se mostrar diferentes em relação aos tipos de uso do lugar e a competição que será criada pelos usos e no interior do mesmo uso. O sentido de valor ao espaço do cotidiano encerra o uso e a afetividade individual e coletiva. Os cursos d’água demarcam ou apontam um tempo em que o ritmo e a organização social se interligam.

O período da vazante e da cheia indicam o momento de partida ou saída de barcos, canoas, *rabetas*²⁰ e pessoas.

A vida produtiva guiada pelo ciclo da natureza faz com que os ribeirinhos adotem ações e referências simbólicas como as descritas abaixo:

[...] “existe o tempo de viver, o tempo de morrer, o tempo de plantar, o tempo de colher, o tempo de pescar, o tempo de caçar, o tempo de vender, o tempo de nascer novas filhas (árvores) que vão continuar a floresta” (Sr. Chagas, 67 anos, agricultor).

A distância tempo-espaço também influencia a dinâmica do trabalho dos moradores de Livramento. No tempo porque tudo gira em torno da sazonalidade dos rios e no espaço, porque os lugares se tornam mais distantes na época da vazante e mais próximos no período das cheias. A distância da casa do senhor Chagas, por exemplo, segundo ele “*daqui de minha casa até minha roça são 2hora de caminhada pelo ramal*²¹, em tempo de seca. Em época de cheia eu pego minha rabeta no porto de Livramento e levo 15 minutos pelo rio”.

Essa dinâmica com os vários lugares se expressa nas palavras de um dos fundadores da comunidade: “*minha vida é uma eterna Amazônia em movimento constante, porque vivo em atividade de mudar de uma para outra terra*” (Sr. Naval, agricultor local, 83 anos, etnia Tikuna).

É dentro desse “*continuum*” processo de dominação/apropriação que os grupos sociais de Livramento controlam uma “área geográfica”, ou seja, o “território” visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos Sack (1986), tentando se (re) apropriar da terra, fazer dela sua novamente, porém nunca mais espontaneamente. Para se entender esse processo, faz-se necessário um olhar antes, nas relações sociais/naturais travadas nesses lugares, ou seja, nas territorialidades experienciadas.

O conceito de território possui uma relação bastante estreita com o de paisagem. Considera-se o território um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais (FURLAN et al., 2007).

A paisagem em Livramento é percebida de forma distinta daquele utilizado pelo senso comum ou por outros campos do conhecimento. Ela é definida como uma unidade visível, que

²⁰ Pequenas canoas com motor de polpa

²¹ Ramal: caminhos estreitos que ligam um lugar à outro.

possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos do passado e do presente que lhe confere diferentes arranjos territoriais.

As populações tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseada na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer e também manejando quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo. (DIEGUES, 2008).

Viver e trabalhar com agricultura em Livramento requer um conhecimento específico da terra (solo), para que a decisão e o modelo de uso sejam eficientes. Isso porque os ecossistemas de águas pretas que integram essa região, do ponto de vista de suas limitações ecológicas, são considerados os mais frágeis da Amazônia (JORDAN E HERRERA, 1981) por serem ácidas e deficientes em nutrientes esses rios determinam a formação de solos podzólicos²², que segundo os agricultores *“só prestam pra plantar abacaxi e caju porque gostam de areia e para outros cultivos, precisa de coivara”*.

As atividades produtivas e econômicas dos ribeirinhos de Livramento se realizam em torno do extrativismo, pesca, caça e agricultura familiar, cujos os papéis nas atividades de trabalho são bem definidos e com hierarquia nas etapas das atividades. A agricultura tem como principal componente a mandioca e destina-se exclusivamente para o sustento da família. Somente quando há excedente de algum subproduto, como a farinha de mandioca, goma ou algumas frutas, é que são comercializados interna ou externamente à comunidade. A pesca é realizada de forma artesanal e também visa o sustento da família. Devido às restrições de normas da reserva, a caça é uma atividade incipiente e quando feita, visa complementar às necessidades proteicas dos indivíduos. As atividades do extrativismo visam à geração de renda através da manufatura de artesanato que são comercializados na própria comunidade.

Entretanto, dada às condições do ambiente, produzir em Livramento requer um domínio sobre a paisagem para se evitar fracassos nas formas de uso. A topografia é o primeiro aspecto considerado pelo agricultor para a classificação local da paisagem e escolha da área para a agricultura. Os aspectos da topografia local estão associados com tipos

²² Podzol: solos esbranquiçados ou cinzento. O horizonte A é fortemente lixiviado e pobre em nutrientes.

específicos de vegetação, de solo e de manejo humano. Assim, a terminologia usada em Livramento incluem palavras como:

[...] a caatinga fica dentro do mato. Na beira do rio só tem vala, que a gente chama de terra-alta e terra-baixa. Terra-baixa fica perto do rio, a gente pode plantar, mas a gente não derruba, por causa do açazeiro, patauazeiro, buritizeiro, tem muitas palmeiras, até hoje ainda tem. Quer dizer, lá no nosso terreno ainda tem porque ninguém deixa eles derrubarem. [...] Aqui na terra-alta a gente derruba pra fazer roça, né, pra nos manter. Pra gente comer farinha, comer batata, comer alguma coisa de lá, porque nós não temos de onde comer”. (D. Maria, 69 anos, agricultora, etnia Baré).
 [...] eu chamo de campina o mato ralo, ali... “barreira” porque é a terra que quebra e fica barranco e ali..., a mata fechada que é a “mata bruta” (mata sem uso). (Sr. Chagas, 67 anos, agricultor, etnia Mura).

Há na região florestas úmidas sobre solos argilosos, avermelhados e porosos, no entanto, a vegetação predominante no alto, médio e baixos cursos do Rio Negro, é a caatinga amazônica, também chamada de floresta de campina ou campinarana do tupi rana = falsa; “falsa campina” (OLIVEIRA, 2001 et al.). Seus solos são extremamente ácidos, arenosos e lixiviados. Apesar de uma diversidade de espécies relativamente baixa, apresenta alto número de espécies endêmicas, cujo recurso genético se adapta a condições adversas extremas.

A caatinga denominada acima pela moradora refere-se às áreas encharcadas porque sofrem inundações sazonais, onde prevalecem as palmeiras como açazeiro, buritizeiros, patauazeiros, bacabazeiros etc.; as terras-baixas são as áreas intermediárias e as terras altas ou terras firmes são os platôs.

Os agricultores de etnia Baré, Mura e Tikuna que vivem em Livramento percebem na transição da terra-alta para as posições mais baixas do relevo, uma diferenciação na morfologia do solo com aumento gradual na quantidade de areia que vai influenciar na vegetação e aumento dos fatores limitantes para o crescimento vegetal, promovendo estratégias diversas de usos da paisagem e dos recursos.

Na Bacia do Rio Negro há muitas diferenças entre as formações florestais sobre areia branca, designadas caatingas altas ou campinarana, as formações mais arbustivas, designadas caatingas baixas e os campos abertos, denominados campinas (Figura 13). Essas definições são difíceis de serem aplicadas, pois fazem parte de uma transição contínua em que os limites não estão claros. Nas formações arbustivas e campestres (campinas), não existe a justaposição das copas das árvores, formando um teto ou dossel (OLIVEIRA, 2001 et al.). As poucas árvores são geralmente restritas a algumas espécies. Nas pequenas manchas de campina no baixo Rio Negro, predomina o macucú (*Aldina heterophylla*), uma leguminosa com copa

larga, que atinge nesses ambientes no máximo 10 metros de altura. Em outras, predomina o umiri (*Humiria balsamifera*). As espécies de árvores dominantes nesses ambientes podem mudar de uma localidade para outra, por isso dificilmente uma generalização se aplica a toda a região do Rio Negro.

Figura 13: Ocorrência de campina no limite final do sítio Nova Vida.
 Fonte: Maduro, 2012.

Como em quase toda a calha do Rio Negro, a construção da moradia e as atividades de agricultura em Livramento ocorrem na *terra firme*, devido as variações das inundações e a impossibilidade de se praticar atividades agrícolas nos solos extremamente pobres das áreas mais baixas. Em Livramento os agricultores classificam o solo de acordo com a textura, coloração, estrutura, estágio de sucessão, intensidade e histórico de uso. Sendo os principais atributos utilizados para nomear e classificar os solos, a textura e a coloração. Os ribeirinhos agricultores não reconhecem a terminologia solo, eles denominam “terra” para toda formação geomorfológica da paisagem, conforme relatos:

[...] Logo que cheguei aqui, tratei de fazer minha casa na parte mais alta. [...] Antes eu escolhia as terras mais planas pra fazer meu roçado, agora não dá mais pra escolher porque não tem tanta terra.[...] A terra melhor pra fazer roçado é quando a gente cava e ver se ela é vermelhinha ou amarela. A terra muito amarela, as plantas dão muito feias. A “terra preta” as plantas ficam boas. [...] A gente tem aqui “terra amarela”, “terra meio preta” e a “terra meio

enferrujada”. A melhor pra se plantar é a “meio preta” porque ela é mais mole, acho que ela é boa porque pegou mais folhas mortas da terra.[...] Em outras partes, embora tenha árvores a terra não dá. Acho que é a qualidade das árvores que influenciam para que a terra seja boa ou ruim. [...] tem árvore que nem mioca come ela, porque a gente pode quebrar que ela não apodrece. A árvore *bufuro* (apodrecida) é que dá terra boa. É a qualidade da madeira apodrecida que dá um bom adubo”. (Sr. Chagas, 67 anos, agricultor).

[...] As frutíferas fora do roçado não aguentam as frutas, elas caem todinha. Mas lá na roça a gente consegue tirar o abacaxi, cana, macaxeira, banana, batata, cará, cupuaçu, abacate além de mais de 30 tipos de mandioca – amarela, branco, creme, tem de todo tipo. [...] As terras aqui são de ferrugem, piçarra como vocês chamam. Nós chamamos de pedregulho. [...] a terra só melhora se a gente fizer coivara, mas mesmo lá no roçado, a gente não pode demorar pra tirar a mandioca, porque se não apodrece”. (D. Maria, 69 anos, agricultora e artesã).

[...] A vida longa de uma roça depende da *atuação* (resistência) dela. A *atuação* de um roçado depende da terra. (Sr. Chagas, 67 anos, agricultor).

Sobre a decomposição da biomassa vegetal, especialmente da biomassa foliar, esta ocorre acima da camada de raízes, onde os nutrientes são absorvidos diretamente pela ação das micorrizas²³ (MORÁN, 1990, p. 314). Stak e Jordan (1978), em uma experiência utilizando marcadores isotópicos, observaram que 99% do cálcio e do potássio foram absorvidos pela camada de raízes, que capturaram efetivamente todos os nutrientes. Esses autores relataram que o nível de infecção de micorrizas nas raízes das florestas, é muito mais alto nas áreas de caatinga do que nas áreas de terra firme da região do baixo Rio Negro.

Os solos denominados *barrentos* ou *barro* são facilmente reconhecidos nas regiões de terra firme na Bacia do Rio Negro pela sua consistência mais dura e granulação mais fina, sendo denominados a depender da coloração como *barro vermelho*, *barro amarelo*, *barro branco* e *tabatinga* sendo esta última um tipo de barro branco mais endurecido. Os solos arenosos, localmente denominados de *areial* são reconhecidos pela sua textura granulosa. A areia classificada em areia branca, encontrada nas paisagens mais baixas (*praias*, *campinas*) e em terra-firme (*caatinga*, *campina alta*) e areia amarela, encontrada em *terra-firme* e em barrancos na beira dos igarapés (Figura 14).

²³ Micorrizas: associação simbiótica da raiz de uma planta com as hifas de determinados fungos.

Figura 14: Transição entre (praias, campinas); (caatinga, campina alta); (terra firme) com Palmeira de Inajá.

Fonte: Maduro, 2012.

Ainda a respeito da paisagem que compõe Livramento, Hill e Morán (1983), dando nome de restinga, relatam que as atividades agrícolas nessas áreas são muito precárias devido à falta de nutrientes e à acidez dos solos, e as populações amazônicas, tradicionalmente, cultivam as restingas ao longo das margens dos rios.

O termo restinga na Amazônia, conforme Ab'Saber (1987), é usado para se referir às áreas próximas aos rios que experimentam inundação sazonal com deposição aluvial, mesmo que ácida, contém matéria orgânica suficiente para permitir o cultivo de plantas adaptadas à alta acidez e à alta saturação de alumínio, como a mandioca. A baixa biomassa vegetal e o alto teor de compostos secundários resultam em baixíssima biomassa animal, o que vai determinar que a caça seja uma opção menos produtiva do que em outras regiões amazônicas (LATHRAP, 1968; CARNEIRO, 1968 et al.).

As *terras*, em Livramento, são reconhecidas pela sua origem na natureza ou relacionadas com sítios arqueológicos. São denominadas respectivamente de “*terra preta*” e “*terra meio preta*”, as chamadas cientificamente de terra preta de índio (TPI). Para os indígenas do baixo Rio Negro “a *terra preta* ou *terra meio preta* tem origem natural ou das

mãos de deus”, os agricultores de Livramento associam a origem da terra preta com a prática dos roçados no passado.

[...] onde tem terra preta ou terra meio preta é o solo que já foi queimado há muito tempo atrás pelos nossos ancestrais. É o melhor solo pra se plantar”. Um das comprovações da existência de terra preta nessa região, é quando eu escavo a terra pra fazer as “leiras” (covas), logo aparecem restos de carvão no fundo do buraco, que dá uma cor escura à terra” (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, etnia Mura).

[...] “A prova de que não existe mata virgem aqui, é quando cavamos 40 cm de fundura, já topamos com carvão. As vezes até menos. É o carvão formado de nossos ancestrais. [...] Isso é a Amazônia em movimento, ela nunca parou. Nós aprendemos que nunca pára o trabalho. É movimento porque a gente colhe de uma terra e abre outra terra, em outro lugar” (Sr. Naval, agricultor local, 83 anos).

Para comprovar que a “terra preta” ou “terra meio preta” tem origem a partir das ações de civilizações passadas que, segundo esses agricultores, “faziam coivara pra fazer roçado”, eles mostram os restos de carvão achados em seus sítios (Figura 15).

Figura 15: Sr. Naval mostrando restos de carvão encontrado em seu sítio.

Fonte: Maduro, 2012

Tanto esses agricultores como outros comunitários acreditam que as terras de Livramento eram habitadas por civilizações indígenas que se espalhavam pela bacia do Rio Negro, no caso os Tarumã, Baré e Manaó que foram, segundo eles, os que viveram antes alí,

por isso, para esses moradores, não existe “mata virgem porque todas já foram derrubadas um dia para fazer roças”, conforme suas palavras:

[...] quando eu vim derrubar a mata grossa, eu fiz caieira pra fazer carvão dos paus derrubados. Quando eu escavei, eu encontrei tanto carvão com as leiras (covas) com as travessas de caieira feitas pelos antigos – uma tora de pau inteirinha enterrada aqui mas eu deixei aí”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] O tuxaua Ajuricaba atravessou de Manaus pra cá, pra estas terras, lutando contra os portugueses que queriam pegar os índios pra trabalhar, pra fazer escravo. Aí os portugueses guerreando, conseguiram amarrar Ajuricaba, enquanto outros morreram. Mas quando eles foram levar o Ajuricaba, ele se jogou da canoa, lá no encontro das águas. [...] os descendentes de Ajuricaba aqui, somos nós – eu sou tataraneta dele, porque o Ajuricaba era bisavô de minha mãe. Por isso todo este lugar aqui da Reserva tem coisas dos nossos “parentes” (D. Maria, 69 anos, agricultora).

Existe entre os moradores de etnia Baré, muita recordação do tempo em que viviam nas aldeias da região de Santa Izabel do Rio Negro (Alto Rio Negro) e chama atenção, os relatos de histórias de lutas e resistências contra a invasão e ocupação de seus territórios pelos portugueses no período colonial. Para esses moradores, o martírio dessa resistência foi o tuxaua Ajuricaba líder dos Manaó, a mais importante tribo do Rio Negro, que mais tarde deu origem ao nome da cidade de Manaus.

Todos os relatos dão evidências de que a presença de solos antropogênicos (Terra Preta de Índio) em Livramento tem sua origem a partir dessas presenças, conforme os restos de caieiras encontrados no sítio do agricultor Chagas (Figura 16).

Figura 16: Caieira encontrada pelo Sr. Chagas em seu sítio.
Fonte: Maduro, 2012

Outra evidência de que a região do Tupé, em particular Livramento, pode no passado ter sido território de abrigo das etnias citadas, constam em outros relatos:

[...] isso tudo aqui era lugar dos índios lutando com os europeus. Dessa ponta aqui até ali na fazenda, é tudo pedaço de caco velho, a gente encontra pedaços de coisas, quando a gente planta por aí tudinho. A gente encontra pedaços de coisas (cerâmicas) como este prato velho”. [...] os Baré viviam aqui nessas terras onde é hoje a reserva. Ali na praia onde encosta os barcos a gente acha assim... os potes, os potes desse tamanho enterrado, nós encontramos bem uns três, só que o pessoal, de noite, foram e roubaram”. [...] agora eu não tenho nenhum desses objetos encontrados, o que eu tinha os estudantes compraram, trocaram, levaram, já só existe os pedaços, não sabe. (D. Maria, 69 anos, agricultora).

[...] Aqui, outro elemento de grande valor é o sítio arqueológico, que poderia ser aproveitado como atração turística. (Sr. Astero, 52 anos, presidente da UPILTTA).

Os achados cerâmicos em Livramento (Figura 17) coincidem com as pesquisas de Sanford et al. (1985) quando apontam que a presença de populações humanas no alto Rio Negro é estimada em pelo menos 6.000 anos. Onze áreas de terra preta de índio foram identificadas em uma área de 40 km ao longo do Rio Negro. As mesmas pesquisas mostram que a cerâmica associada a esses solos antropogênicos foi datada em 3. 750 A.P (antes do presente).

Figura 17: Artefato encontrado no quintal de morador.

Fonte: Maduro, 2012

Esses relatos também vêm de encontro com os estudos de Lathrap (1970) quando indicam que nas confluências dos rios Negro e Solimões-Amazonas, os assentamentos humanos tinham o padrão de tornar ambientes propícios à agricultura em qualquer estação do ano, como é atestado pela disputa de áreas de solo de terra preta de índio (TPI) na mesorregião centro-amazonense (IBGE, 2007).

Outro tipo de solo percebido é a piçarra, resultado da mistura entre barro amarelo e pedras, sendo considerado um tipo de solo raro na região e meio fértil para os agricultores de Livramento, mas tido como solo fértil por indígenas do alto Rio Negro (RIBEIRO, 1990).

A fertilidade do solo também é deduzida pelos agricultores locais pelo processo sucessional da vegetação. Chamam de “terra fraca ou cansada” o solo das capoeiras finas (Figura 18 a e b) e “terra forte ou descansada” o de capoeiras grossa. Este critério de classificação não se refere à “terra preta” ou a “terra meio preta” que são consideradas por esses agricultores, um tipo de solo que “sempre dá”. A história e a intensidade de uso do solo correspondem a um atributo também importante na caracterização e escolha do solo para a agricultura, podendo ser classificado em “terra velha” ou “nova”. A nova corresponde a solos oriundos da derrubada da mata bruta ou de capoeiras grossas, enquanto a velha se refere ao uso sucessivo de um mesmo espaço por muitos anos.

Chama atenção a percepção dos agricultores de Livramento sobre o processo de sucessão do sistema agrícola e denominações dadas por eles, que inclui uma acurada observação da dinâmica da composição florística, da estrutura florestal e da recomposição do solo. A capoeira, por exemplo, serve para delimitar a área de um terreno ou território familiar. Normalmente, estes lugares levam o nome da pessoa que derrubou a mata para “montar” um roçado e a mesma se refere ao lugar como “minha capoeira”. Desta forma uma capoeira para ser utilizada por outra pessoa deve ter a concessão de seu “dono” ou da pessoa que herdou o lugar, conforme se verifica nos seguintes relatos:

[...] Tempo de deixar vir a capoeira é o momento de descanso do solo. Tem “capoeira grossa” e tem “capoeira fina”. A fina é quando a mata está com 2 ou 3 anos, e a grossa é quando a mata está com mais de 4 anos. A capoeira grossa é a que vamos de novo derrubar pra fazer roça e carvão. Mas a gente saber quais as árvores que se pode fazer carvão e as árvores que vão crescer e dá madeira grande e ajudar a reflorestar”. “[...] As árvores que não vão crescer grande é a que a gente derruba. São as ingá-xixi, embaúba-branca, louro-branco. [...] olha só! esta mata aqui, é só abrir, já sabemos que é terra do Dr. Antônio, porque onde está esta capoeira foi ele quem fez o roçado antes” (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

Sobre dá nomes aos espaços usados, confirma o debate teórico de que o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material de natureza. A força desta carga simbólica é tamanha que o território é visto como “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos. (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, p. 14).

Temos aqui, um exemplo de que sociedades tradicionais constroem seus territórios dentro de uma perspectiva materialista, ou seja, para usufruto de seus recursos naturais, mas também incorporam uma dimensão ideal (não materialistas), enquanto expressam uma “apropriação simbólica” (capoeiras), denotando o que Godelier (1984, p. 114) chama de “poderes invisíveis”, pois:

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem”.

Figura 18: A) Capoeira fina, B) Capoeira Grossa

Fonte: Maduro, 2012.

No que se refere ao processo de sucessão ecológica, as últimas etapas consideradas como o momento de “abandono” do roçado para a regeneração, são na verdade uma continuidade do sistema, onde através do controle de sucessão o agricultor de Livramento se utiliza das potencialidades de uma capoeira ou de um sítio. Ressalta-se que, contrário ao que

se imagina, a idade não é o critério mais utilizado para identificar as capoeiras, mas sim a estrutura da vegetação e a presença de espécies indicadoras.

Assim, o tempo de sucessão ecológica espontânea chamado pelos agricultores de “descanso da terra” varia entre eles, conforme relatos:

[...] aqui é “capoeira fina” (capoeira nova) no meu roçado dura de 2 a 5 anos. Enquanto isso estou roçando em outro lugar dentro do meu sítio mesmo” (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, etnia Mura).

[...] deixo encapoeirar, até virá capoeira grossa no mínimo por 8 anos porque procuro outro lugar para roçar, mas uma área pequena que não dê prejuízo, ou seja, pra que o pessoal que fiscaliza a reserva não venha punir a gente” (Sr. Naval, agricultor local, 83 anos).

Dentre as espécies indicadoras de sucessão ecológica encontram-se no primeiro estágio *jurubeba*, *cajuçara*, *carirú-grande*, *vassourinhas*. Esta paisagem é percebida pelos agricultores, como uma fase do sistema agrícola em que os solos estão cansados ou sem fertilidade, pois a capoeira está “nova”. No segundo estágio vem, segundo os agricultores, “a mata que vai sombrear o solo” que são *Itaúna*, *dina*, *envira*, *lacre*, *angelim*, *cupiúba*, *copaíba*, *louro*, *maçaranduba*, *biorana*, *amapá*, *sorva*, *aquariquara*, *matamatá*, *morrão*, *marupá*, *goiaba-de-anta*, *pupunheira* e *periquiteira* que são espécies que formam a paisagem da “capoeira velha” (Figura 19), cujos solos já estão descansados. Entretanto, os territórios de uso dos solos podem se tornar mais produtivos através da sucessão ecológica manejada pelos agricultores, conforme relatos:

[...] Eu replantei muitos cupuzeiros, bacaba, pupunheira, biorana, súcuba, Angelim, Amapá, jacareúba, louro, cedrinho dessas, eu já replantei umas dez sementes, no dia que for preciso eu retirar destas árvores mães, as filhas já estão aí crescendo ao redor. Tem também a guariúba que serve pra fazer móveis, canoas, serve pra tudo... eu a preservei porque não preciso me servir dela, só fiz a limpeza ao redor dela. [...] Este pé de copaíba, que o vento quebrou, eu já replantei também. [...] quando não tenho sementes, eu vou atrás dos amigos que chegam de outros lugares, aí eles conseguem sementes.[...] quando cheguei aqui, quem me conseguiu sementes foi o Naval. Ele me arranhou manivas de macaxeira e mandioca”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] A gente deixa a terra fertilizar, ou seja, a gente deixa a terra receber o adubo sozinha. A gente deixa a terra em descanso de 5 a 8 anos, pra voltar a plantar a macaxeira. [...] pra combater as plantas invasoras a gente usa a “bimbarra” (ferro de cova) pra chegar num pé desses que está “brolhando”, aí a gente corta e aí passa uns 6 meses pra “brolhar” de novo. “[...] quando a terra é *areial*, não dá nada, aí a gente precisa adubar. Aqui a gente segue as

recomendações dos técnicos: a gente cava uma vala alí em cima e aí pega um saco de adubo químico e sai jogando até fora. Aí deixo lá aberto, quando chove, ele desce, ele escorre, aí fertiliza a terra” (Sr. Naval, agricultor, 83 anos).

As complexas relações que os agricultores de Livramento têm com o meio ambiente, mostram sua interação constante com esse meio, no qual seu trabalho vem deixando marcas na paisagem. Essa constatação ilustra o que o geógrafo Sauer (1998) diz ao enfatizar as marcas visíveis que o ser humano deixa na paisagem, definindo-a como “ uma área composta por associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 1998, p. 23).

Figura 19: A) Capoeira Nova no Sítio Nova Vida B) Capoeira Velha no Sítio Meu Aconchego.
Fonte: Maduro, 2012.

Sobre a recuperação do solo a partir da sucessão ecológica adotada por cada grupo social, Uhl (1983) relata que depois do corte e da queima, a camada de raízes sobrevive por dois anos. Se o terreno é abandonado antes da camada de raízes desaparecer totalmente, uma recuperação da área pode ocorrer sem muitas dificuldades. Porém, com período de cultivo de três anos ou mais, a floresta pode levar até 100 anos para se recuperar, reitera o autor.

Percebe-se que a sucessão no sítio Meu Aconchego, que deixa a terra descansar de 5 a 8 anos, a vegetação se apresenta mais densa, se configurando no que o agricultor denomina de capoeira velha, onde o solo está mais descansado. Enquanto que na sucessão ecológica no sítio Nova Vida, dado ao menor tempo de abandono do solo entre 3 a 5 anos as espécies

vegetais são mais rarefeitas, configurando-se no que o agricultor denomina de capoeira nova, onde o solo ainda está cansado.

Depreende-se que, os agricultores de Livramento antes de partirem para a delimitação de seus territórios de abrigo, recursos, controle e/ou referência simbólica eles fazem reconhecimento das condições da “terra que dá” e a “terra que não dá” que se referem às terras férteis e não-férteis respectivamente, tendo como base seus saberes, esses agricultores não só manipulam suas terras (solos) e as espécies que ocorrem nelas, como também as classificam com nomes distintos. Ao manipularem esses ambientes e sua flora, conseqüentemente, modificam as espécies da fauna, que acabam resultando numa maior diversidade de espécies nesses habitats manipulados que nas florestas consideradas nativas (GOMÉZ-POMPA, et al., 1992).

As denominações e classificações baseadas nesses saberes podem ser entendidas como “um sistema de poder e, portanto, podem fornecer autoridade a essa comunidade para exercer seu sistema tradicional de manejo. Isso é particularmente importante em países tropicais onde o conhecimento científico é ainda insuficiente” (RUDDLE, 2001, p. 291, apud MACHADO et al., 2009).

A inserção de espécies arbóreas e posterior manejo, o sistema agrícola passa a se configurar como sítios, que são sistemas agroflorestais com alta biodiversidade na maior parte dos casos. Nesses casos, fala-se também em um sistema integrado roça-sítio-floresta como espaço de uso temporário. (CARDOSO, 2008).

Vale ressaltar que, o sistema agroflorestal vem sendo um sucesso entre os Kaxinawá, Katrukina, Manchinei, Apurinã, Yawanawá e Yaminawá das reservas indígenas do Acre que, através da formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) vem obtendo consideráveis avanços no processo de gestão territorial e ambiental em terras indígenas do Estado, marcando uma nova fase no movimento indígena acreano. Os AAFIs através de seus saberes, práticas e estratégias estão contribuindo no desenvolvimento das atividades de gestão e manejo ambiental de suas comunidades (GAVAZZI, 2012).

5.2 Quintais: lugares de mulheres

Os quintais são subsistemas de uso da terra do sistema agrícola que envolve o manejo de árvores, arbustos e ervas de uso múltiplos intimamente associados a cultivos agrícolas

anuais e perenes e à criação de animais domésticos de pequeno porte, sendo o conjunto intensamente manejado pela mão de obra familiar (NODA et al., 2006).

Em Livramento os moradores fazem distinção entre roça, sítio e quintal conforme relatos:

[...] “aqui perto de casa, no quintal, a gente planta mangueira, abiu, cupuaçu, abacate, graviola, mas tudo tem “broca” a terra não dá. Quando cheguei aqui, eu fiz um roçadinho aqui ao redor de minha casa, mas não deu, porque é muito pequeno, só tem 9 x18, aí fiz meu roçado lá longe, no sítio, pra poder dá” (D. Maria, 69 anos, agricultora, etnia Baré).

Os quintais implantados pelos moradores de Livramento constituem a área ao redor de suas casas e se enquadram no sistema agroflorestal, onde são cultivadas espécies frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, ornamentais e outros “*dependendo do tamanho*”. Nos quintais também destacam-se ainda os “terreiros, locais próximos da casa do morador, onde há apenas o cultivo de plantas ornamentais, geralmente, servem como área de lazer para as famílias. Van Leewen (1995) descreve “terreiro” como a parte do pomar caseiro mais próximo à casa que é manejado de forma diferente do restante do pomar caseiro (figura 20).

Figura 20: A) Quintal agroflorestal B) Canteiro de hortaliças; C) Terreiro; D) Terreiro área de lazer
 Fonte: Maduro, 2012.

O cultivo de plantas herbáceas ornamentais foi observado em todos os quintais de Livramento, seja na frente ou ao lado das casas e têm como principal objetivo enfeitar e dá cores e beleza ao ambiente . Estas plantas são cuidadas principalmente pelas mulheres, que todos os dias têm a preocupação de regá-las e uma vez por mês adubá-las com materiais preparados na própria família. A obtenção das plantas ocorre através das mulheres que trocam entre si mudas de plantas para enriquecer seus jardins caseiros.

O manejo dos quintais se dá uma vez por semana através da capina e da varrição, entretanto o desbaste e a poda ocorrem quando necessário, ou seja, quando a planta a ser manejada esta comprometendo a casa do morador ou influenciando no desenvolvimento de outras plantas de grande interesse para este.

No que se refere à criação de pequenos animais, os moradores externaram que gostariam que fosse implantado na reserva *um projeto de criação de “galinhas caipiras”, mas que tivesse uma assistência permanente por parte dos técnicos*” a fim de evitar prejuízos conforme relatado:

[...] há dois anos atrás eu tinha uma grande criação de patos e galinhas, mas deu um “mal” aqui que matou todas as galinhas, nós tivemos um grande prejuízo. Nós não sabíamos o que fazer”. [...] as galinhas que crio aqui eu preparo pratos especiais para os turistas que aqui vem visitar meu terreno, mas nossa criação é toda para nossa alimentação”. (Sueli, 55 anos, Presidente do Clube de Mães de Livramento).

[...] aqui, por enquanto eu crio só galinhas, mas em outras terras fora daqui eu crio muitas coisas”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, etnia Tikuna).

[...] aqui no quintal eu crio galinhas e patos pra ajudar em nossa alimentação. As vezes, eu vendo pra vizinhos”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

É comum entre os moradores venderem entre eles ou para os visitantes, os excedentes de sua produção, que podem ser frutas como pupunha, açaí, manga, banana e outros produtos como macaxeira, goma, tapioca, “*dependendo do que está dando*”. Em geral a criação de galinhas e patos (Figura: 21) é voltada para o consumo da própria família, “*apenas quando visitantes procuram é que se vende*”. Toda criação tem como finalidade principal a complementação da produção obtida em outras áreas de produção dos moradores, como as roças e as capoeiras melhoradas. A concorrência de espaços provocada pela grande demanda por terras, que ocorreu com a chegada dos novos moradores antes da criação da reserva, fez com que os agricultores procurassem terras mais distantes de suas moradias para cultivar.

Embora a criação de animais seja incipiente, ela tem importância significativa na dieta local, assegurando um item proteico durante períodos de escassez de pesca ou para comercialização em situações de emergência.

Figura 21: A) Criação de galinhas em sítio; B) Criação de galinhas e patos em quintal.
Fonte: Maduro, 2012.

A outra diferença entre sítios e quintais é que estes últimos se constituem em lugares cujos cuidados ficam sob a responsabilidade das mulheres. Nos quintais podem ser encontrados micro-espacos de cultivos e experimentais: os *canteiros*, erguidos em troncos ocos de árvores ou canoas velhas para evitar ataque de formigas e galinhas, recebem o nome de *jirau* e plantam-se plantas condimentares, medicinais e ornamentais (Figura 22); a *horta* é o lugar protegido por tábua ou cerca para evitar invasão de galinhas e outros animais e o entorno da casa, que também pode ser chamado de *terreiro*, com plantas condimentares, ornamentais, medicinais e frutíferas (Tabela 1).

Figura 22: A) Canteiro em jirau; B) Horta protegida por telhas.
Fonte: Maduro, 2012.

Tabela 1: Plantas cultivadas em canteiros nos quintais

PLANTAS CULTIVADAS EM CANTEIROS NOS QUINTAIS	
MEDICINAIS	HORTALIÇAS
Boldo Crajirú Hortelã Malvarisco Mexi Algodão Limão Alho	Pimenta Pimenta-de-cheiro Cariru Cebolinha Alfavaca Tomate Cuminho
TOTAL 08	07

O *lugar das frutíferas* é pluriestratificado e se compõem apenas de espécies arbóreas. Estes também podem ser considerados como espaços onde se muda as plantas para posterior transplante para os roçados.

Em geral os quintais são considerados espaços de uso permanentes e imediatos porque contém os canteiros suspensos com *plantinhas medicinais* que fornecem remédios como *boldo*, *crajiuru*, *malvarisco* e *hortelãzinho*, (Figura 23) para tratar de doenças comuns entre as crianças como cólicas e diarreias por exemplos, e adultos. Também nos “*canteiros costuma-se cultivar hortaliças como cheiro verde, cebolinha, chicória, alfavaca, pimenta-de-cheiro, cariru, pimentas murupi que servem para temperar nossas calderadas*”. Construídos logo que os moradores se estabelecem e constroem suas casas, os quintas são enriquecidos com frutíferas e por isso ficam muito parecidos com sítios.

Figura 23: Canteiros de plantas medicinais.
Fonte: Maduro, 2012.

Devido a grande variedades de espécies cultivadas, os quintais de Livramento se enquadram na categoria de quintais agroflorestais (Figura 24), pois sua importância decorre de sua produção ser constante e mais intensiva, proporcionando produtos variados em diferentes quantidades em uma área reduzida que complementam a necessidade e renda do produtor, além de serem verdadeiros bancos de germoplasma *in situ* ou seja, no próprio quintal, garantindo os cultivares de maneira contínua.

Sobre esta questão, a etnobotânica Laure Emperaire relata que, “os recursos domesticados ou cultivados são, na sua essência, resultado de uma interação entre características biológicas das espécies, condições ecológicas e pressões de seleção e práticas agrícolas de um ou vários grupos”. (2001, p. 225-234).

Dubois (1996) também relata que o quintal agroflorestal é utilizado para obter alimentos ricos em proteínas, vitaminas, e sais minerais. Normalmente, o quintal é utilizado para assegurar um fluxo pequeno e contínuo destes produtos complementares e às vezes, para produzir excedente para venda. Outra vantagem desse tipo de quintal é que requerem baixos insumos e podem representar uma fonte adicional de renda.

Figura 24: Quintal agroflorestal em Livramento.

Fonte: Maduro, 2012.

O modelo agroflorestal pode ser considerado um sistema perfeito de garantia à sobrevivência de comunidades que o praticam, dada sua grande diversidade de espécies de produtos que garantem a segurança alimentar e nutricional desses grupos, conforme relata Gavazzi (2012, p. 249):

“Esses modelos oferecem diversidade de produtos e contribuem na segurança alimentar e nutricional da população indígena, pois apresenta uma grande quantidade de espécies e variedades de frutas. Além da produção de frutas que, na sua grande maioria, compõe os modelos agroflorestais, oferecem suprimento de materiais como lenha, palha, madeira para construção e outros recursos necessários para a manutenção da vida cultural dos povos indígenas; como as plantas sagradas, medicinais, ornamentais, de uso nas pescarias e etc. Além de oferecerem melhoria na alimentação, recurso para a cultura material e imaterial, esses modelos também contribuem na recuperação e na recomposição de áreas degradadas, na aproximação da caça no entorno das aldeias, na fertilidade natural do solo, na restauração de serviços ambientais, como da proteção de nascentes, da recuperação de matas ciliares, da captação de carbono, etc.” (p. 249).

A intensificação de muitos processos de degradação e o meio ambiente, principalmente na Amazônia, tem provocado intensas buscas de alternativas capazes de amenizá-los. Entre estas alternativas está a utilização de sistemas agroflorestais, que vem sendo apontada para a reutilização das áreas já desmatadas, representando um novo enfoque no uso integral da terra (FEARNSIDE, 1998, BRANDÃO, 2004).

Constata-se que o arranjo territorial nos quintais de Livramento comprova que, as atividades e relações produzidas nesses territórios - lugares de acontecimentos sociais, estão visceralmente associados aos aspectos funcionais e simbólicos e que na produção desses lugares, tem-se a preocupação de seu uso, apropriação e identificação com os mesmos. Logo, suas práticas baseadas em seus saberes podem contribuir para as atividades de conservação e manejo da unidade de conservação na qual estão inseridos.

5.3 Sítios e as sociabilidades

Os sítios são os lugares mais produtivos de Livramento, pois são neles que ocorrem as diversas atividades agrícolas com variedades de espécies que garantem a subsistência do agricultor e de sua família. Os sítios são também os lugares carregados de significados, pois é onde as famílias costumam se reunir para trabalhar, cuidar da terra, plantar, “fazer farinha”, “montar” e “desmontar” a roça, “cuidar das plantas e garantir sementes para as próximas plantações”.

Os sítios são também os lugares onde se caça, pesca e se extrai as sementes, os remédios para as doenças, palhas e madeiras para manufatura do artesanato, a casa, a canoa, os cabos de enxadas, pás e terçados para continuarem suas atividades domésticas e trabalhos. Por toda sua funcionalidade, os sítios são tratados com muito zelo pelos membros das famílias que deles se utilizam e quando chega o “tempo da farinha” é quando acontece o *ajuri*.

Mesmo que estejam justapostos, os agricultores fazem distinções entre *terrenos*, *sítios* e *roças*, referindo-se a “meu terreno” quando querem expressar o tamanho e os limites da área sob seu domínio e “meu sítio” quando querem expressar posse sobre toda a área. Somente se referem “meu roçado”, quando estão falando das espécies plantadas, mas especialmente onde tem plantação de mandioca, conforme declaram:

[...] o terreno de minha roça eu aproveitei no tempo em que foi medida toda essa área pelo INCRA, em 1986. Porque aqui ninguém podia mexer nada.

[...] aqui começou o meu roçado, bem ali onde tem aquelas estacas. [...] eu já tenho esse terreno desde quando cheguei aqui, mas não fiz minha casa aqui porque pra morar aqui é difícil pra xuxu. [...] essa área aqui, lá no INCRA não tem separação nenhuma, essa área aqui dá doze hectares e meio”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, etnia Tikuna).

[...] aqui começa o meu terreno. Minha área tem mais de 80 hectares.[...] não dá pra criar animais porque o meu sítio fica longe de minha casa. [...] aqui é “capoeira fina” (capoeira nova) que no meu roçado dura de 2 a 5 anos, dá pra eu plantar de novo mandioca. [...] no meu sítio eu planto diversas espécies de plantas frutíferas como abacate, cupuaçu, pupunha, açaí, castanha, são todos do meu plantio e eu provo que tudo fui eu que plantei. [...] eu não me sinto seguro em relação ao meu sítio porque ninguém aqui tem propriedade, todos nós somos considerados posseiros, mas isso não nos dá segurança pra querer ampliar nossa plantação”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

Dessa maneira, para os moradores, sítio, conforme o mapa mental desenhado por eles (Figuras 25 e 26) abrange todo o terreno enquanto roça é somente onde tem plantação de mandioca mesmo tendo outras espécies de vegetações consorciadas. Em geral, por falta de espaços na comunidade, os moradores procuraram terrenos distantes de seus locais de moradias para implantar seus sítios com roças.

Figura 25: A) Mapa mental do sítio Meu Aconchego; B e C) fotos representando o mapa metal.
Fonte: Endreyna, 15 anos (Neta do dono do Sítio) 2012.

Figura 26: A) Mapa Mental do sítio Nova Vida; B) e C) Fotos representando o mapa mental.
Fonte: Dilauro, 20 anos (Filha do dono do Sítio) 2012.

Ordenar as coisas no espaço para desenvolver atividades é o mecanismo que move o sujeito no mundo. Essa ordenação das coisas consiste em atuar e cuidar dos espaços apropriando-se deles. Este é o processo de total experienciamento dos lugares, a dimensão de viver no espaço. Assim, a apropriação engloba formas de interação entre indivíduos e ambiente que expressam a afirmação do ser sobre os lugares, através de uma utilização particular do espaço (FISCHER, s.d).

No mapa mental dos sítios pode-se observar que existe toda uma ordenação dos espaços utilizados pelos agricultores e sua família dentro do sistema sítio-agroflorestal, que vai desde lugar de roça, a casa-de-farinha, o galinheiro, a área de lazer, o caminho de acesso replantado com mudinhas, as plantas frutíferas e o igarapé onde nas vazantes costumam pescar. As singularidades dos lugares e as espécies cultivadas são descritas a partir de seus saberes.

[...] da minha casa pro meu roçado, eu mesmo fiz a o “ramal” (caminho estreito), tem 2,5 km, há 16 anos não tinha nada de fruteiras, eu notei a que a terra não “dava” era só *mata grossa*, era só um bacabal. Eu plantei um monte de cajueiros, conforme ia abrindo o ramal. As espécies que tinham aqui, eram só “paracaxi”, “tintarana” e “goiaba-de-anta”. [...] aqui nós fizemos o papel de morcego porque juntamos um monte de semente de *tucumã*, *jaci*, *mangueira*, *cupuaçu*, *marí*, *azeitona*, *açaí*, *castanha* num saco e saíamos espalhando por dentro da *mata*. Ai nasceu um monte delas por aqui. Aqui a terra não é boa pra frutas, mas pra outras dá”. [...] quando era *mata bruta* eu tombei tudinho pra fazer carvão e depois eu aproveitava e já fazia a roça. Eu fazia coivara, que é um monte de *pau* seco queimado que a gente toca fogo pra fertilizar a terra e plantar as frutas, aí dá bonito. As frutas são coco, caju, azeitona, tudo isso dentro do roçado”. [...] Quem faz a capina da roça sou eu, eu tiro o *mato* que sufoca a roça”. [...] no meio dessa *mata bruta* existem algumas árvores nativas, àquelas mais altas ali, que nunca pegaram um machado na tronqueira porque nunca foram derrubadas”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, dono do sítio Meu Aconchego).

[...] na margem do ramal do meu sítio, a gente encontra muitas matas mortas, mas existem muita *mata bruta* nativas como pau-doce, guariúba que faz barco dela, copaíba, amapá biorana, súcuba, macucú, aquariquara, envira, cumarú, fava e outras...” (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

Essas percepções guardam semelhanças com os indígenas agricultores do Rio Cueiras, que também integra o mosaico de unidades de proteção do baixo Rio Negro, ao classificar, identificar e nomear plantas cultivadas por suas propriedades morfológicas e atributos agrônômicos, utilitários e mágicos (CARDOSO, 2008). Tal como àquela população, o critério mais utilizado entre os agricultores de Livramento para a classificação e descrição das plantas cultivadas, integra a dimensão da inversão do trabalho humano sobre os vegetais e sobre a paisagem expressos na forma como são cultivados, se plantados, semeados ou de forma espontânea e nas proximidades com o espaço doméstico.

Quanto maior a dependência da propagação/manutenção em relação ao ser humano, mais a planta é vista como proximidade ao meio doméstico. O grau de interação vai do espaço doméstico ao florestal, assim os agricultores de Livramento distinguem as plantas em *mata* ou

mata bruta, mata grossa, mata inteira, pau e mato. A *mata* refere-se à floresta como um todo, *mata bruta, mata grossa* ou *mata inteira* denominam as florestas nativas que ainda não foram exploradas, que não significa que sejam virgem, *pau* refere-se a frutífera, madeira que tem utilidades e *mato* refere-se a todo mato sem utilidade, como os matos invasores das roças.

Nomeiam-se também as *plantas* que são todas as espécies cultivadas, inclusive as mandiocas e macaxeiras, as *plantas do mato*, que se referem aos vegetais que podem ser retirados da floresta ou da capoeira e serem cultivados, mas estes não estão totalmente sob controle humano. Em geral, são ordenadas em famílias como as *palmeiras* e as *fruteiras da mata*. As *palmeiras* possuem grande importância na vida dessas pessoas sendo muito utilizada na alimentação, para fabricação de artesanato e construção. As *palmeiras da mata* são transplantadas de unidades de paisagem como os chavascais, no caso do açaí, buritizeiro e bacabeira para os roçados. Outras palmeiras que nascem espontaneamente na fase de sucessão ecológica são *inajá, bacabinha*, estas e outras palmeiras como a *pupunha* e *tucumã* são protegidas na hora de fazer derrubada na *capoeira grossa* para fazer roça.

[...] No mato a gente retira madeira e faz roça. Só que as palmeiras a gente não derrubava porque dá fruta. A gente não pode derrubar porque a gente já sabe cultivar desde os tempos de nossas bisavós, a gente não derruba *tucumanzeiro, açazeiro, bacabeiro, patauazeiro, o açaí da caatinga* (açaí-do-mato) e a *inajá*, a gente não derruba porque a gente como, né. (D. Maria, 69 anos, agricultora, etnia Baré).

[...] Cada vez que desmontamos nossa roça, não devemos plantar qualquer *mato*, não. Nós temos que retirar e plantar novamente em algum lugar as *matas* grandes que foram derrubadas. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, etnia Mura).

Emperaire (2002) e Pantoja Franco *et al.* (2002) também encontraram estes tipo de classificação entre os seringueiros. A categoria *mato ou mato bruto* pode envolver alguns vegetais que podem ser reproduzidos e manejados nos agroecossistemas, porém que não dependem diretamente da mão humana para sua propagação e manutenção ao longo do tempo. Podendo ser incorporados ao roçado espontaneamente, disseminados por aves, mamíferos ou insetos, transplantados da floresta ou protegidos durante a derrubada e queima da vegetação.

Dentro desta categoria, à semelhança com os indígenas agricultores do rio Cueiras (CARDOSO, 2008), encontram-se as famílias, como as árvores, denominadas de *paus*, que são subdivididos em tipos como *cedrinho, lacre, periquiteira e biorana* que são utilizados

como madeiras. A família *mato* refere-se às espécies invasoras do roçado como os *capins*, *jurubebas* e *tiriricas* ou às espécies arbustivas e de gramíneas encontradas em capoeiras, nos roçados ou na floresta. As frutas também são classificadas pelos ribeirinhos agricultores de Livramento como *frutas de batata* e *fruta de raiz*. As frutas de batata correspondem aos tubérculos, como *batata-doce*, *cará*, *mangarataia* e as *manivas de mandioca* e *macaxeira* são nomeadas como frutas de raiz. Os carás são ainda nomeados binominalmente de acordo com a cor em *cará-roxo*, *cará-preto* e *cará-branco* e as *batata-doce* em *batata-doce-branca* e *batata-doce-vermelha*.

As plantas de porte arbóreo ou arbustivo portadoras de “raiz de verdade” e que dependem da mão humana para sua existência, são cultivadas nos roçados, quintais e sítios. Estas espécies são geralmente selecionadas para formarem os espaços agroflorestais dentro do processo de sucessão do roçado e são muito apreciadas para alimentação, medicina, atração de caça, adubo e sombreamento. As principais espécies deste grupo são: *mangueira*, *abacateiro*, *cupuzeiro*, *biribá*, *jambo*, *graviola*, *goiaba*, *ingá*, *abiu* e *ata*.

Os ribeirinhos agricultores também percebem a categoria de *frutinhas do mato* que são *goiaba-de-anta*, *umari*, *uxi* e *bacaba* que servem como atrativo para a presa quando vão caçar. Também são nomeados os *matos sagrados* com significados cosmológicos que também são poupados de corte quando vão desmatar para fazer novo roçado, conforme relatos:

[...] a revolta do “corisco” (raio) veio sobre mim, a árvore de jatobá foi partida ao meio e atirada e fincada no meio da minha roça. Isso foi Deus que autorizou porque eu estava desmatando. Deus permitiu isso porque eu ia fazer minha barraca bem aí onde o tronco dela foi fincado. O jatobá é uma árvore sagrada porque ela é boa pra fazer remédios. Foi um aviso de Deus. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, etnia Mura).

[...] pra tratar da saúde, a gente procura na mata nossos remédios. A gente tira *jacaré-cipó*, *saracura-mirá*, *jatuá*, todos estes têm na mata nativa e não se derruba eles. A gente planta *mexi*, *algodão*, *limão*, *alho* e *malvaíscos*. Assim, a gente tira da mata os remédios pra curar nossas doenças, mas a gente chama os demônios também”. (D. Maria, 69 anos, agricultora, etnia Baré).

Os relatos pontuam duas situações que ilustram nossa abordagem teórica: uma relacionada com a forma de concretização das territorialidades, uma vez que há exercício de poder material – onde a área do território dos sítios e os objetos constituintes dele (plantações, capoeiras, casa de farinha) estão sob influência/dominação/apropriação dos moradores, e outra na perspectiva do poder ideal – onde as estratégias desses sujeitos, presentes nas

configurações do sítio, suas ações, seus discursos e manifestações imprimem o poder simbólico sobre a área.

Ressalta-se que, concomitante às essas formas de manifestações de poder sobre seus territórios de uso e trabalho, existe o fator da insegurança entre esses moradores, provocada pelas questões fundiárias da reserva que ainda não foram resolvidas pelo governo. Mesmo assim, esses atores demonstram ter consciência de suas situações como posseiros.

Para esses moradores, o direito ao território se confunde ao direito de ser proprietário de terra. Ser dono de um terreno não assegura o direito de autonomia cultural e de valores. No caso de populações ribeirinhas não lhes assegura o modo de vida e autonomia de escolha sobre o seu futuro, não lhes assegura o território como lugar. Trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello, 1990).

Destarte, mesmo sofrendo influências de culturas alheias às suas, esses moradores ainda preservam muito costumes que comportam elementos simbólicos, através do quais eles não somente agem sobre o mundo natural, mas também sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza que podem dar ou recusar uma boa colheita ou uma pesca e caças abundantes.

Os relatos remetem a questão de que as territorialidades (sítios, roçados, quintais) em Livramento, não são unidades homogêneas ou “todos”, conforme expressa Haesbaert (2011, p. 282) e sim, que elas são compostas de diferentes elementos que proporcionam configurações específicas e, por conseguinte, diferentes estratégias de uso e manejo dos recursos disponíveis.

Isso justifica a cadeia produtiva interdependente, que ocorre durante a abertura dos roçados pelos agricultores onde, das árvores retiradas pra fazer o roçado é feito o carvão, das frutas, inclusive a mandioca e macaxeira, percebidas como frutas, são retiradas as sementes e replantadas em outro local para garantir espécies, além de se produzir a farinha cujo excedente será vendido. No sítio ou quintais os canteiros de hortaliças são manejados com adubos produzidos pela própria família.

5.4 Territorialidades e práticas simbólicas

“A gente tira da mata os remédios pra curar nossas doenças, mas a gente chama os demônios também”. (D. Maria, 69 anos).

O modo de vida e as práticas de uso dos territórios das populações tradicionais (indígenas e não indígenas) comporta elementos simbólicos, através dos quais os homens não somente agem sobre o mundo natural, mas também sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma pesca e caças abundantes. Nesse sentido, a prática simbólica no processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre o mundo invisível. Essas representações não existem apenas através do processo de conhecimento, mas também são expressas numa linguagem, a qual representa uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão (DIEGUES e NOGARA, 2005).

Em tempo de rituais, os ribeirinhos agricultores de Livramento reúnem-se na “maloca” (Figura 27) ou na casa de palha denominada de “Jaratiwá”- “casa de casca da palmeira *jará*” (Figura 28). A casa é coberta com palhas das palmeiras *ubim-mirim*, *ubim-cutia* e amarrada com *cipó titica*, todas coletadas na própria comunidade. Da palmeira *inajá* retira-se a guia para montar a estrutura da casa, esta é uma espécie encontrada na *capoeira fina* do próprio sítio. Da planta do *arumã* – encontrada no igapó *se retira o talo para fazer tipiti, abano, esteira de dormir, descanso de panela, de prato e cesto de farinha*, todas são espécies muito demandada entre os ribeirinhos indígenas pela utilidade e resistência.

Figura 27: maloca de rituais e danças.

Fonte: Maduro, 2012.

Figura 28: Jaratiwá (casa de palmeira *jará*) lugar de reuniões e preparo do açai e outras comidas para rituais.

Fonte: Maduro, 2012.

A casa de palha Jaratiwá é dotada de significados para as mulheres de Livramento, porque é o lugar onde acontecem as reuniões da Associação das Dez Mulheres Indígenas Artesãs, fundada por D. Maria que faz questão de falar com orgulho e carinho dessa casa, porque além de ser o lugar onde as mulheres discutem e compartilham seus problemas, elas expressam alteridade e “*adquirem poder*” (*apitá kimbawa*) para reivindicar seus direitos e

melhorias para o lugar onde vivem. Ademais, D. Maria faz questão de dizer que foi ela e sua filha caçula quem construíram a Jaratiwá. É nesta casa também que se costuma colocar em prática a culinária indígena servida em dias de festa como, por exemplo, a *keampira*, calderada de peixe feita em panela grande com bastante pimenta, degustada com grandes beijos de farinha de macaxeira. Também é o lugar onde se prepara o iwukisé (vinho de açai) que se toma quando se tem vontade e pode substituir uma refeição, como o almoço, por exemplo.

[...] aqui a gente dança... a gente dança com maracá, lá na maloca, que fica ali pra cima, mas as vezes a gente dança aqui na casa de palha mesmo, perto de minha casa”. [...] os tempos de rituais acontecem nos dias de casamento, de aniversário de criança, dia do índio, quando nasce uma criança, quando a menina se forma moça. No momento dos rituais, a gente se une com todos os outros índios. Agora nem tanto, porque muitos estão debandados, chateados com a pessoa que tomava conta do turismo. [...] teve tempo que a gente fazia até casamento de “gringo” que vinha aqui e decidia casar aqui. [...] a gente também se reúne, pega umas folhas e vai “orar” lá naquela água, aí depois de benzer a água, a gente lava aquela pessoa que está doente, que tá fraca, que tá com má sorte na vida”. [...] tempo de *dabucuri* é tempo de dançar, brincar, pular. Quem participa são os que gostam de dançar, gostam de se divertir. Porque a dança é pra gente se divertir, pra não pensar em besteira. Também a gente bebe *caxiri* pra festejar. (D. Maria, 69 anos, agricultora).

[...] Eu frequento a igreja evangélica aqui, mas não deixo de acreditar no deus Tupana que tem força na mata. Nos tempos atuais de pobreza, reclamações, insatisfações eu venho aqui nesse lugar pedir a Tupana que ele derrame as suas forças sobre nós, pra que nós possamos manter nossa matéria neste mundo. (Diana artesã, 36 anos).

[...] aqui os lugares sagrados são as igrejas, depois a castanheira assombrada e o cemitério”. (Sr. Astéreo, Presidente da UPILTA, 52 anos).

[...] em abril a gente festeja o dia do índio e a gente faz rituais, mas depois que passei a frequentar a igreja evangélica, estamos evitando fazer rituais. Eu mudei depois que eu adoeci. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

Os relatos mostram que existe uma prática interligada de simbolismos e mitos com religiões ocidentais, refletindo um processo de mudanças nas tradições sociais desses grupos. Diegues e Nogara (2005) também identificaram tais mudanças entre as populações da Reserva Ecológica da Juatinga (Baia da Ilha Grande), onde as manifestações tradicionais e festas dos caiçaras estão desaparecendo fruto da influência do contato com o protestantismo que proíbe danças e cultos da cultura daqueles povos.

Tais declarações refletem que a prática simbólica no processo de vida e trabalho de populações tradicionais se constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre o mundo invisível, melhor dito, àquela não tangível ou incapaz de ser percebido.

Godelier (1984) considera que, cada sistema social e econômico cria um modo específico de uso dos recursos e do trabalho, e conseqüentemente cria normas para o bom o mau uso dos recursos naturais. Para esse autor, no interior das relações materiais com a natureza existe um aspecto não-material que unifica as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações sociais com a natureza. Assim, para se entender o processo material de produção dos ribeirinhos de Livramento é essencial se levar em conta os mitos e símbolos usados por essas populações para representar a floresta e os seres que aí vivem.

Pode-se dizer que, os mitos e símbolos usados por essas populações são as formas sutis de delimitar seus territórios, justificando o que Hall (1977, p. 96) diz: “*o território é, em todas as acepções da palavra, uma extensão do organismo*”. Nesta concepção, o homem teria criado extensões materiais de seu ser com o fim de marcar seu território tanto de forma clara como de forma mais sutil.

De acordo com Fischer (1994), a apropriação engloba formas de interação entre indivíduos e ambiente que expressam a afirmação do ser sobre os lugares, através de uma utilização particular do espaço. Assim, morar em algum lugar é mais do que habitar uma casa localizada num determinado ponto geográfico. É, sobretudo, se sentir parte daquele ambiente físico, o qual se constitui num universo de significados, seja de pertença, de habitabilidade ou de territorialidade. Tais significados se referem a um processo no qual as pessoas transformam os lugares em algo pessoal, exercendo sobre este um domínio físico e psicossocial através de atividades que indicam seu repertório pessoal e coletivo. Este modo de agir sobre o lugar se dá a partir das experiências de vida e das aquisições culturais, cujo repertório define para o indivíduo um senso de pertencimento ao lugar e compromisso social (CANDIDO E HIGUCHI, 2005). Esse compromisso se constitui a pedra angular para transformações, principalmente de preservação dos recursos naturais e de convivência social.

5.5 Tempo de “montar” a roça

“Tempo de plantar! vamos todos pra roça” (Sra. Maria, 69 anos).

A roça constitui-se como o espaço por excelência da agricultura na Amazônia. É um espaço que nasce de um distúrbio (o corte e queima da floresta) e visa à segurança alimentar de uma família, de uma comunidade local ou de uma região. Esse distúrbio é criticado e marginalizado por setores do ambientalismo e por planejadores de desenvolvimento, que veem nesta prática, respectivamente, a destruição das florestas tropicais e a improdutividade perante o mercado (O'BRIEN, 2004).

As roças em Livramento podem ser entendidas em termos de sistemas ecológicos ou agroecossistemas ou como um *continuum* entre as unidades agrícolas e os ecossistemas naturais, onde se pratica ativamente a coleta e o cultivo de uma ampla diversidade de plantas num complexo dinamismo espaço-temporal (ALCORN, 1989). O autor define agroecossistema de forma mais ampla como um conjunto integrado de campos de cultivo com ecossistemas florestais e agroflorestais, vistos também como ecozonas. Posey (1997) corrobora com Alcorn ao acrescentar que a roça também pode ser entendida como uma unidade de manejo agrícola, sendo parte de um mosaico de unidades de paisagens ou ecozonas mais amplas.

Mesmo estando contíguos ao sítio, os roçados ocupam apenas uma parte do sítio, que pode ser uma área de 50m² a 100m² até mais, dependendo da disponibilidade de mão-de-obra para sua feitura. Mesmo ocupando menor área, as roças são as unidades mais produtivas da comunidade por ser o lugar onde as famílias cultivam espécies anuais destinadas principalmente para subsistência. Inseridas nos sítios, esses subsistemas têm como cultivo principal a mandioca consorciada com outras culturas como *banana*, *cupuaçu*, *abacaxi*, *abacate*, *cana-de-açúcar*, *milho*, *pupunha*, *batata doce*, *cará*, *açaí*, *castanha*, *macaxeira*, *araçá-boi*, *em geral*.

O trabalho nos roçados envolve a abertura, ano após ano, de novos espaços de cultivo, tendo em vista a manutenção das plantas cultivadas e a produção de alimentos. O sistema de cultivo segue o ciclo roça-capoeira-floresta, integrado em mosaico com outros espaços da floresta. Os roçados, a despeito do uso do fogo, seguem alguns princípios agroflorestais sucessionais e contribuem para a conservação da agrobiodiversidade e recomposição da floresta. As áreas abertas para cultivo são relativamente pequenas e, após o “abandono”, como está cercada pela floresta, rapidamente ocorre a regeneração florestal.

Os agricultores de Livramento costumam se referir ao processo de fazer roça como “*montar roça*” e ao processo de coletar da roça, como “*desmanchar roça*”, sendo estes determinados pela sazonalidade do tempo de estiagem e tempo de chuva que correspondem ao verão e inverno amazônico respectivamente, confirmando o dinamismo espaço-temporal relatado por Alcorn (1989). O tempo de roçar se caracteriza como uma atividade de trabalho familiar que tem hierarquia e todo um procedimento de seleção das espécies e sua ordenação no espaço roçado (Figura 29 A e B) caracterizando-se como uma montagem de “quebra-cabeça” onde cada peça (espécie) exige um pensar antes de ser colocada (plantada), conforme descrito a seguir:

[...] No verão (julho) a gente derruba, faz coivara espera uma chuva pra arriar as cinzas e aí a gente planta a roça logo, por causa da terra que é muito seca. Ai nós ficamos cultivando essa roça nove meses. Uma quadra a gente procura plantar ela em 15 dias no máximo, pra nascer tudo igual. Nessa quadra, a gente planta uns 6 a 7 mil pés de roça de mandiocas, umas três ou quatro espécies, sendo *corina*, *calaí*, *sete-homens* e a *janaucá*, estas são as espécies escolhidas porque cada qual dá melhor. Mas nós sabemos que existem muitas espécies. Aqui a gente tem também a *angelina* daqui da região, mas no momento a gente não tem ela, porque a gente se descuidou e perdemos a semente (manivas). As vezes a gente se descuida e perde. No momento eu peguei uma ali, de um amigo que não é da minha preferência, mas é boa. Mas a *angelina* eu peguei as manivas quando eu viajava no meu barco pra Codajás e Codajás Mirim (rio Solimões) eu trazia as manivas em cima do toldo do meu barco. Chegava aqui e distribuía entre os amigos que plantavam. Eu trazia sementes de macaxeira e mandioca. As espécies de macaxeira que eu trazia eram a *juruti*, *açaí*, *pagoa*, *pagoa-amarela* - um tipo bonito; a *candiru* e a *roxinha*. Do Solimões eu pegava outras que tem lá como *olhodinha*, *olho-roxo*. De todas estas espécies a que dá bem é a *olhodina*. Aqui, agora eu estou com uma árvore que tá dando no meu roçado”. [...] “a mandioca e macaxeira são plantadas na mesma época, mas são coletadas em tempo diferente, porque o tempo de maturação é diferente. A macaxeira leva 9 meses pra se maturar e a mandioca leva 12 meses. Pra mandioca, de uma cova pra outra, eu planto à distância de 80cm a 1metro porque se plantar “unidinho” ela não desenvolve. Cada pé de planta eu marco com uma varinha. [...] no meio da roça eu planto biriba, côco, abacate, ingá, pupunha, cupuaçu, caju, banana, buriti, abiu, abacaxi, mamão, limão”. Em tempo de roçar, o homem é responsável em fazer a clareira, fazer a coivara, plantar e cuidar, que nesse caso sou eu mesmo. Mas, quem colhe é toda a família. Todos vêm participar da colheita”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, dono do Sitio Meu Aconchego).

[...] a gente começa a derrubar no fim de maio (começo do verão), só que agora eu não estou derrubando mais “mata bruta”, por causa da preservação. Eu estou plantando onde estava a capoeira grossa, onde a terra estava descansando. A gente divide as quadras pra plantar. Minha mulher tem mania de dividir em quadra de abacaxi, quadra de mandioca, a quadra de bananeira, a gente mistura com a batata. As áreas mais queimadas, a gente planta batata, cará, cana-de-açúcar e banana, que dão bonito. Para as mandiocas, é normal, plantou por aí ela vai dando. As espécies de mandioca que eu planto são *ariauri*, *jurará*, *camarão*, *porcão*, *manaquiri*, *juruaté* e outras. Em tempo de plantar, vamos todos pra roça. Eu começo a plantar na época da lua no quarto crescente. Toda minha família participa da “montagem” da roça, meus filhos, filhas, netos, netas todos ajudam a montar a roça e no tempo de “desmanchar” a roça todos participam também, só não, quem está na escola”. [...] todo dia a gente vem na roça pra cuidar. Ver como ela está, ver a planta que morreu, tirar e plantar outras no lugar. Daí, passado um ano, vamos desmanchar pra fazer farinha”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, dono do Sítio Nova Vida).

Figura 29: (A) Quadra de roça no “Sítio Meu Aconchego” (B). Quadra de roça no Sítio Nova Vida.
Fonte: Maduro, 2012.

Observa-se que o trabalho de abertura do roçado segue uma sequência de técnicas baseadas nos saberes que envolve toda a família. Dentro de um processo espaço-temporal, o agricultor sabe escolher a “mata” ideal para derrubar, sabe o tempo de derrubar, plantar e colher. Sabe identificar o melhor solo para cultivar, sabe as espécies que deve plantar, se preocupando com o manejo de sementes (Figura 30 A e B) fazendo intercâmbios entre eles e os de fora e fazendo o reaproveitamento da madeira derrubada na capoeira grossa para produzir carvão (Figura 31) de autoconsumo, além de saber o tempo de deixar a terra descansar.

Isso demonstra que há uma atitude de cuidado com o território de uso baseadas em saberes e práticas culturais produzidas de forma coletiva, que mesmo localmente, se constituem em um patrimônio cultural e científico de grande relevância que deve ser

conservado. Atendendo em alguns pontos, o que prevê a Convenção de Diversidade Biológica (CDB).

Figura 30: (A) Manejo de palmeiras em capoeira. (B) Caminhos reflorestados.

Fonte: Maduro, 2012.

Figura 31: Cama de caieira para produzir carvão depois da coivara.

Fonte: Maduro, 2012.

A atitude de cuidado com o lugar que lhes provê a subsistência pode ser observada também, na forma de fazer o reaproveitamento de espécies que foram derrubadas e queimadas durante a coivara dentro de capoeiras velhas, para produzir o carvão que vai alimentar seus fornos de fazer farinha. Tal atitude os faz poupar espécies da floresta nativa.

A etapa da derrubada e a queima requer mão-de obra disponibilizada, geralmente familiar ou paga por diária, no caso de impedimento do dono da roça e saberes específicos

sobre as espécies vegetais e sobre o uso do fogo. Após a queima a família se utiliza de práticas baseadas em saberes refinados sobre o agrossistema e sobre as plantas cultivadas para incorporar recursos fitogenéticos de outros espaços produtivos, como dos quintais ou sítios.

São muitos os trabalhos realizados visando cuidar do roçado contra a entrada de espécies espontâneas, sendo a capina a mais importante delas. As técnicas de manutenção *in situ* (na própria roça) das plantas cultivadas e propagação como os replantes, são constantemente utilizadas, “*porém sempre em outra área, porque se replantar na mesma área não dá*” como declara o senhor Chagas, dono do sítio Nova Vida.

No que se refere às atitudes de manejo de sementes para garantir a manutenção de espécies, existe entre os agricultores um constante intercâmbio de sementes entre eles. Quando não há essa possibilidade, eles costumam ir buscar manivas em outros lugares onde sabem que existem e geralmente, vão pegá-las com agricultores das várzeas do rio Solimões e rio Amazonas ou, conforme eles relatam, “*quando eu não tenho semente, eu vou atrás dos amigos de qualquer lugar que chegam, aí eles conseguem sementes*”. “*Quando eu cheguei aqui, quem me conseguiu sementes foi o Naval. Ele me arranhou semente de macaxeira e mandioca*”.

Essas práticas reforçam o que Diegues (2004) pensa sobre o papel do conhecimento e manejo tradicional na conservação da biodiversidade, quando ressalta que o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerado no âmbito da sociedade não-urbano e industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração. Para esse autor, muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse contexto, para os ribeirinhos indígenas e não indígenas de Livramento, que sofrem influência da cultura indígena, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um *continuum* entre ambos.

Chama atenção, que algumas vezes, a mesma espécie de mandioca recebe nome diferente entre eles, como a maniva da mandioca *jurará* trocada entre um agricultor de etnia Mura e um de etnia Tikuna, passa a ser *janauacá* para este último, o mesmo acontecendo com manivas de macaxeiras. Existem também as espécies que brotam espontaneamente fruto de antigos roçados abandonados por antigos moradores, cujas capoeiras velhas estão sendo roçadas, ou que foram espalhadas por mamíferos como a *cutia*, a *queixada* ou pelos pássaros, às vezes trazendo novidade para o agricultor como a *angelina*, espécie nativa do rio Negro cuja maniva havia sido perdida por descuido do dono da roça. Dentre as espécies exóticas

trazidas do Rio Solimões, que se adaptou muito bem nos solos de Livramento, foi a *olhodinha*, considerada “uma espécie que dá bem” pelo Sr. Naval (Figura: 32):

[...] a mandioca *olhodinha* que eu tenho lá no meu roçado, eu trouxe lá do Solimões. Já a *angelina*, que eu havia perdido a maniva, eu descobri sem querer ela no meio do meu roçado, porque tinha sido anos atrás plantada pela D. Morena que abandonou o roçado, quando veio a capoeira eu derrubei pra plantar roça. Mas as vezes as sementes são espalhadas pelos bichos”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, etnia Tikuna).

[...] Nós conhecemos muitas espécies de manivas e sempre vamos atrás de mais. Tem maniva de *manaquiri*, *jurará*, *olhodinha*, *antinha*, *camarão*, *sete-homens* ixi...um bocado”. (Naval e Chagas).

Sobre estratégias de manejo, Balée (1993) ao estudar os Ka’apor mostrou que existe um manejo tradicional indígena que resulta num aumento de espécies de determinados habitats, ainda que esse resultado não tenha sido buscado intencionalmente. (GOMÉZ-POMPA, et al., 1992) também indicam que os índios, e pode-se dizer as populações tradicionais em geral, não só tem um conhecimento aprofundado dos diversos habitats e solos em que ocorrem as espécies, como também os classificam com nomes distintos.

Figura 32: Mandioca olhodinha (espécie da várzea).
Fonte: Maduro, 2012

Sobre a prática de plantar frutíferas no meio das roças, Morán (1990) fala que esta desempenha uma função útil na recuperação da área e na sucessão secundária, pois o plantio de árvores frutíferas na fase final de roças cria uma imitação da vegetação secundária que retarda gramíneas invasoras e favorece as árvores. Para esse autor, as árvores frutíferas atraem pássaros e morcegos, os principais agentes de dispersão de sementes da mata primária, que por sua vez trazem as sementes para a capoeira, acelerando assim a colonização da área abandonada, sem tal intervenção, o processo é muito mais demorado.

O que pode justificar a grande variedade de espécies de mandiocas (Figura 33) cultivadas pelos agricultores de Livramento em pequenos espaços de roçados de forma consorciada, é que estes podem ser percebidos não apenas pelo seu aspecto produtivo e ecológico, mas também como um lugar construído através de significados culturais (EMPERAIRE, 2006), que nesse caso, vai influir os significados dos agricultores ribeirinhos que vivem naquela comunidade.

Figura 33: variedades de mandiocas em sistema agrobiodiversidade.

Fonte: Maduro, 2012.

Ainda sobre estratégias de manejo de roça e a diversidade agrícola a ela associada, Emperaire (2006) e Eloy (2005) sustentam a hipótese de que as dinâmicas espaço-temporal, através de um *continuum* roça-capoeira-floresta (Figura 34 e 35) tem papel fundamental na construção da agrobiodiversidade nos roçados do rio Negro. Embora, muitas comunidades locais ainda preservem muitas de suas culturas, mudanças no padrão cultural dessas já começam a ocorrer face ao desinteresse de alguns jovens pela agricultura, a necessidade de escolarização e às migrações para Manaus em busca de novos trabalhos. A falta de mão-de-obra masculina vem fazendo com que haja a entrada de mulheres e homens mais velhos em todo o processo agrícola em Livramento. Observou-se que apenas uma família ainda costuma envolver a filha solteira e filhas casadas com crianças em todo o processo.

Figura 34: Sucessão roça-capoeira-floresta, sítio Nova Vida
Fonte: Maduro, 2012

Figura 35: Sucessão roça-capoeira-floresta, sítio Meu Aconchego.
Fonte: Maduro, 2012

Existe um aspecto interessante na relação das mulheres de Livramento com as plantas cultivadas nos roçados da família, especialmente, entre mulheres de etnia Baré, na qual, ainda é possível se ver o carinho com que elas tratam as manivas de mandioca e macaxeira como se cuidassem de uma criança. Ainda é possível se ouvir entre os Baré, a lenda da Mani, já citada e a lenda do Ati, que deu origem ao milho. Segundo eles, *“o Ati foi um índio morto numa briga, que quando enterrado em sua aldeia, no lugar onde estava enterrado nasceu uma planta igual cabelo, quando a arrancaram, viram que tinha uma espiga e a tribo passou a cultivá-la”*.

Os relatos denotam que as roças em Livramento, também são territórios de representações simbólicas entre as mulheres agricultoras de etnia Baré, conforme também identificado por Cardoso (2008a) no rio Cueiras, região do baixo Rio Negro.

Alguns estudos demonstram que a diversidade agrícola muda de acordo com a heterogeneidade ambiental e com os estágios sucessionais da paisagem, principalmente com as capoeiras, tendo como base as decisões dos agricultores, demonstrando que a variação de habitats, num nível horizontal e vertical influencia na diversidade (SALICK, 1989; DENEVAM *et al.* 1984).

Ressalta-se que, o termo agrobiodiversidade ou diversidade agrícola foi elaborado na Convenção da Diversidade Biológica (CDB) nos anos 1990. Neste documento a agrobiodiversidade é definida como:

“Um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: a variedades e a variabilidade de animais, plantas e microorganismos, nos níveis genéticos, de espécies, e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções-chaves dos agrossistemas, suas estruturas e processos” (CDB, 2000).

Nessa perspectiva, cada grupo social percebe de forma distinta a agrobiodiversidade, identificando, nomeando, manejando e utilizando esta riqueza de acordo com os saberes ecológicos locais. Nisto pode ser considerado, a dimensão cultural na construção da agrobiodiversidade. Sendo assim, as plantas cultivadas seriam “artefatos culturais” como registra Sauer (1997) dos ribeirinhos agricultores de Livramento.

Ressalta-se, que tanto a agrobiodiversidade quanto os espaços cultivados (CLEMENT, 2006) são construídos historicamente no processo de interação entre homem e ambiente onde

os saberes e práticas agrícolas tradicionais, entendidas como elementos das estratégias agrícolas possuem relevante papel.

Os conhecimentos ou saberes ecológicos tradicionais são compreendidos como um corpo cumulativo de conhecimentos, práticas e cosmologias, envolvidos em processos adaptativos dinâmicos e que perpassa de geração por geração por transmissão cultural, sobre a relação entre os seres vivos (incluindo os humanos) entre si e destes com seus ambientes (Berkes *et al.* 2000).

Em Livramento, o agricultor costuma cultivar de um a dois roçados por ano, além de aproveitadas as *capoeiras velhas* de onde continuam a extrair produtos que persistem no local por algum tempo, como por exemplo, banana, mamão, cana, mandioca e mudas de batata-doce. Por causa das proibições sobre a caça e pesca, as famílias agricultoras estão procurando cada vez mais diversificar seus roçados com espécies e variedades de mandiocas e macaxeiras (Tabela 2), além de muitas frutíferas (Tabela 3) consorciadas nas roças a fim de compensar a incipiência da caça e as vezes da pesca, conforme expressam:

[...] depois que a gente monta a roça, a gente só vai colher depois de 6 a 7 meses. Enquanto isso a gente colhe do roçado que já está maduro. Quando o roçado está maduro a gente tá colhendo e já está retirando a maniva pra plantar noutro lugar roçado, e assim vai... Porque se agente não aproveitar, a gente perde a semente. A mesma coisa com a macaxeira, com a banana e outras frutas. A roça nova é a que está nascendo ainda e a roça madura é a que está dando, é de onde a gente tira pra comer, então a gente sempre tá plantando e colhendo. A gente só faz dois roçados, porque se fizer mais, a gente não dá conta, então a gente vai perder e vai estragar a mata, porque a gente derruba e não se aproveita. Por isso, o governo proíbe. [...] acontece perda de semente quando a gente vacila, por exemplo, quando a gente não faz roça nova e vai arrancando e jogando, porque não tem onde botar, aí acaba, aí morre a semente, morre a maniva. Já aconteceu de a gente ficar sem maniva, aí a gente consegue com os vizinhos daqui mesmo (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, dono do Sítio Nova Vida).

[...] Nosso roçado agora tá com três meses, tá desta alturinha..., só que ano passado, nós não fizemos roçado, porque meu marido adoeceu muito e ninguém plantou. Quando não se consegue plantar, a gente faz alimento do pouquinho que a gente tem de roça pra comer. A gente faz farinha só pra nós mesmos, a farinha dura dois meses. Tudo que produzimos é só pro nosso consumo. Só quando sobra farinha, que a gente vende. A gente vende a goma de tapioca também. (Sra. Maria, 69 anos, agricultora).

Tabela 2 - Produção agrícola no subsistema roça agroflorestal de Livramento

MANDIOCAS E MACAXEIRAS CULTIVADAS NAS ROÇAS	
VARIEDADE DE MANDIOCAS	VARIEDADE DE MACAXEIRAS
Camarão	Juruti
Manaquiri	Açaí
Antinha	Pagoa
Ariauri	Pagoa-amarela
Jurará	Candiru
Porcão	Roxinha
Juruté	Manteiga
Corina	Olho-roxo
Caláí	Janauacá
Sete-homens	Pão
Janauacá	
Angelina	
Índia	
Oraninha	
Nará	
Olhodinha	
TOTAL 16	10

Em geral, no rio Negro, uma família cultiva em média de duas a três roças cada uma em estágios diferenciados de desenvolvimento e com objetivos agrícolas distintos. Alguns são abandonados após três anos de cultivo e a floresta deixada sob processo de regeneração para ser derrubada após alguns anos e outras são enriquecidas com árvores frutíferas, podendo ser manejadas por gerações (EMPERAIRE, 2000, *et al.*). Manter este conjunto de roçados em distintos espaço-temporalmente e a ligação entre eles e outros espaços florestais e agroflorestais significa manter a diversidade de plantas cultivadas e, por conseguinte, a segurança alimentar das famílias indígenas e *não indígenas* (EMPERAIRE, 2006), grifo nosso.

Tabela 3 - Frutíferas cultivadas em sítios e roças

FRUTÍFERAS	
CULTIVADAS EM SÍTIO	CONSORCIADAS EM ROÇADOS
Abacate	Abacate
Abiu	Abacaxi
Açaí	Abiu
Ata	Açaí
Bacaba	Araça-boi
Banana	Bacaba
Biribá	Banana
Buriti	Batata-doce
Cacau	Batata-vermelha
Caju	Biribá
Coco	Buriti
Cupuaçu	Cana-de-açúcar
Ingá	Cará
Jambo	Castanha
Limão	Cupuaçu
Mamão	Ingá
Manga	Limão
Mapati	Macaxeira
Maracujá	Mangarataia
Mari-gordo	Mamão
Pupunha	Milho
Tucumã	Pupunha
TOTAL 22	22

As estratégias de manejo do roçado e a diversidade agrícola a ela associada estão apoiadas na criatividade, na inovação e experimentação dos agricultores de Livramento e fazem parte de um pensamento no qual a diversidade é tida como recursos. Em nível local, esta diversidade agrícola pode estar sendo construída através dos saberes e práticas tradicionais apoiadas nas dinâmicas espaço-temporal dos agrossistemas, que conferem resiliência a esta prática produtiva.

Nas capoeiras do Sr. Chagas, por exemplo, floresceram espécies espontâneas como alguns pés de manivas plantadas anteriormente, durante o primeiro roçado e espécies disseminadas por aves, mamíferos ou insetos, transplantados da floresta ou protegidos durante a derrubada e queima.

Os ribeirinhos agricultores de Livramento sabem que, em boa medida, se manterem boas atitudes com a natureza, ela sempre lhes proverá os recursos de que necessitam, então eles procuram só derrubar a mata que vão utilizar para fazer o roçado e adotam um

comportamento de reutilizar as capoeiras evitando derrubar a mata primária. Também possuem noções de perigo quanto ao uso de produtos que podem prejudicar a saúde da terra com repercussões negativas nas suas, conforme demonstra seus relatos:

[...] a gente planta a roça e dentro da roça, planta as frutas e depois que tira a roça, fica o sítio”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, dono do Sítio Meu Aconchego).

[...] nunca usei agrotóxicos ou qualquer coisa assim. Nunca foi preciso eu usar, mas agora já estamos precisando usar. No momento eu estou enfrentando muitas pragas nas minhas plantações, mas não tenho condições de comprar nada pra combater”. [...] logo que cheguei aqui, plantei muita banana, nós trouxemos as mudas de Roraima, em balsa. Aqui pegava bem, mas agora por causa da doença que deu, não dá mais. Eu cheguei a ser o maior produtor de banana, o pessoal até se admirou porque ninguém conseguia produzir nada. Aí veio a praga e matou todos os pés”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, dono do Sítio Nova Vida).

[...] na minha plantação eu enfrento problema com as lagartas, quando corta aqui e acolá. Pra combater as pragas, quando tem, a gente compra em Manaus a uréia, aí dissolve 1k em 20 litros de água e rega. A gente não usa agrotóxicos, porque sabemos que aquilo faz mal pra saúde, não usamos nada...nada”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, dono do Sítio Meu Aconchego).

Esses atores sociais também fazem questão de expressar que suas atitudes de cuidados com a terra não são de agora, porque moram em reserva, mas trazem essas experiências dos seus pais nos lugares onde viviam antes.

[...] eu entendo que reserva de desenvolvimento sustentável é onde a gente pode tirar pra comer, beber, a gente pode caçar pra comer, mas sem fazer extravagância, e se matar, comer logo pra não deixar apodrecer. Também não pode vender a caça lá em Manaus, mas pode vender aqui pra um vizinho. [...] pra conservar a gente vai cultivar, não deixar os outros acabar com as coisas. Mas isso aí, a gente já vem trazendo de muito tempo, desde nossos pais, porque onde meu pai morava ali não tinha exploração não, de palmeira ou de alguma coisa. [...] meu pai me ensinou a cultivar, meu pai não deixou ouro nem prata, mas deixou confiança e respeito. (D. Maria, 69 anos, agricultora e artesã).

[...] esse jeito de plantar frutas como abiu, coco, cana-de-açúcar no meio do roçado, eu aprendi com minha mãe que era Tikuna e fazia isso nas terras dela” [...] a gente não derruba tudo, só o que vai cultivar, porque essa daí...vai ficar pra aguardar outro tempo pro trabalho”. [...] nesse meu sítio aqui, não dá mais pra fazer outro roçado lá pra baixo, porque tem o rio que passa e eu sei que não pode desmatar perto do rio se não ele seca. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos, dono do Sítio Meu Aconchego).

[...] preservar pra mim é não usar a mata, é não usar nada. Agora, quando eu preciso de uma madeira eu tiro, mas quando vou derrubar uma madeira, eu reparo e procuro um local pra ela cair pra não quebrar as outras pequeninas. Eu aprendi isso lá com meus pais. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos, dono do Sítio Nova Vida).

Conforme visto, os conhecimentos acumulados por estes ribeirinhos agricultores junto às suas práticas de manejo de roças, dentro do sistema agroflorestal, em sendo bem discutidos com esses atores, podem contribuir e muito com seus conhecimentos e experiências na gestão territorial e ambiental no contexto de políticas de conservação. Infelizmente, o conhecimento das comunidades ribeirinhas sobre os aspectos ecológicos é frequentemente negligenciado. É preciso reconhecer a existência, entre as sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais de se perceber a biodiversidade, além das oferecidas pela ciência moderna (DIEGUES, 2000).

Urge se discuta as regras de uso da terra e dos recursos naturais para ajudar a criar e a entender as novas regras compatíveis com a cultura de cada povo. Atualmente, os povos indígenas do Acre vêm discutindo outras práticas e estratégias para uso, o manejo e a conservação da biodiversidade, acrescentando práticas de uso e manejo da terra e de determinados recursos naturais, com novas normas que complementam as tradicionais ditadas pelo mito (GAVAZZI, 2012).

Em nível local, deve-se reverter o quadro de desencontro histórico entre políticas aplicadas visando à conservação e o desafio da interculturalidade e metodologia participativa que hoje se estabelece para a compreensão dos modos tradicionais de agricultura de populações amazônicas, em especial o modo de vida dos ribeirinhos de Livramento e suas práticas de roçados, considerando que estão inseridos em contextos de territórios controlados, que por si só limitam suas práticas culturais que podem ameaçar a segurança alimentar destas populações.

5.6 Tempo de “desmanchar” a roça

“tempo de farinhada! tempo de mesa farta!” (Sr. Chagas, 83 anos).

É na colheita da roça que ocorre o processo de beneficiamento e a seleção de plantas. Suas últimas etapas, consideradas como o momento de “abandono” do roçado para a regeneração são, na verdade, uma continuidade do sistema onde através do controle da sucessão o agricultor se utiliza das potencialidades de uma capoeira ou de um sítio. Mas o tempo de colheita é, principalmente, o tempo de mesa farta para as famílias de Livramento, conforme se expressam:

[...] a mesa farta acontece quando a gente tem roça bem madura, aí a gente faz pé-de-moleque, farinha, tira frutas, aí fica tudo bonito. Eu gosto muito, muito de trabalhar na roça. Eu gosto de ver fartura para minhas crianças, meus netos que moram comigo. A mesa farta começa a partir de abril, quando a roça começa a amadurecer. (D. Maria, 69 anos, agricultora).

[...] a gente começa a desmanchar a roça na época que se plantou. A gente retia mandioca, macaxeira, banana, abacaxi toda semana. O tempo que a roça atura é de 1 a 2 anos. Nesse tempo a gente faz farinha, pé-de-moleque, tira goma, faz beiju. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] No tempo de coletar a mandioca toda a família participa, e no tempo de farinhada, quem participa são as minhas filhas, quando não, elas chamam a mãe delas só pra dá o ponto, pois só ela é que é especialista no ponto da farinha, é uma beleza...”. [...] A gente traz esse jeito de fazer farinha, desde minha avó, do meu pai também que era cearense e gostava de fazer farinha. O cearense tem a técnica dele também e ele me ensinou. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos).

Conforme as falas, as roças se configuram como o principal espaço da cadeia produtiva de Livramento, por apresentarem alta diversidade de espécies e variedades de recursos se constituem a base da produção alimentar desses moradores. Os apetrechos utilizados para a feitura das roças são de baixo impacto, pois os agricultores adotam apenas o terçado, o machado, enxadas, a foice e a “bimbarra” (ferro de cova) como instrumentos de trabalho. O manejo das espécies, seus replantes e sua propagação permitem experiências *in situ* de plantas cultivadas (Tabela 4).

Tabela 4 – Espécies florestais manejadas

ESPÉCIES FLORESTAIS	MEDICINAIS PRESERVADAS EM SÍTIOS	MANEJADAS	NATIVAS PRESERVADAS EM SÍTIOS
	Amapá Súcuba Cipó-cravo Saracura-mirá Carapanaúba Copaíba Pau-doce Jatobá Fava	Louro Cedrinho Jacareúba Súcuba Amapá Angelim Bacaba Guaiuba Copaíba Biorana Inajá bacabinha	Guariúba Copaíba Amapá Biorana Súcuba Macucú Aquariquara Envira Cumarú Fava Pau-doce Tintarana Goiaba-de-anta
TOTAL	09	12	13

Os principais produtos cultivados, em termos de peso na alimentação são a mandioca, a macaxeira, a batata, a banana e o abacaxi que garantem a subsistência das famílias agricultoras por 1 a 2 anos, “*dependendo da resistência da roça*”. Logo, ao contrário do que se imagina, as estratégias de uso e manejo do solo, em ambientes de solos extremamente pobres e ácidos Cuevas e Medina (1986) como os da bacia do Rio Negro, no que se refere à produção agrícola, vêm obtendo êxito entre essas famílias e respondendo às expectativas de produção voltada para a subsistência aliada à conservação.

Pode-se dizer que os impactos das práticas agrícolas desses grupos, em nível local são reduzidos e as matas ainda estão bem preservadas por estas populações desde que chegaram a Livramento há 40 anos. Mas a razão para isso não tem mistérios - quase toda suas atividades agrícolas depende dos períodos de *pousio* e das *capoeiras*, que são a forma tradicional de deixar a terra fertilizar naturalmente usada pelos agricultores locais.

As roças, pela sua importância e funcionalidade, são lugares que despertam o lado lúdico do trabalho e a fraternidade entre as famílias, pois também ensejam o momento de reunir para produzir o principal alimento da família – a farinha. O lugar dessa reunião e, ao mesmo tempo, símbolo de prosperidade e sociabilidade é a “casa de farinha” (Figuras 36 A e B). A “farinhada” é o evento que mobiliza até os que estão distantes, sendo o *ajuri* a culminância desse momento, conforme relatos:

[...] *ajuri* é quando a gente se junta pra fazer alguma coisa, e não é só com a família, vizinhos também participam. A gente faz uma comida e oferece, como *chibé*, *caribé*, tudo agente bota pra eles comerem, tudo feito com a mandioca. O *ajuri* começa de manhã, anoitece, aí eles dormem um pouquinho aí de madrugada vão raspar mandioca, aí começa a farinhada. Tem as *gamelas* grandes assim...né, um senta de frente pro outro e aí cantamos a *urawa petekassuawa* (canção cantada quando estão fazendo farinha), ensinada pela minha mãe, lá em Santa Isabel do Rio Negro, é assim:

“Por que tu dormes até o dia amanhecer?

Tu és periquito-rei, pra ti dormir até o sol alto?

Não dorme, tu és tão lindo!

Não chora minha irmã, que nós não temos mãe

Pra gente tá chorando!

O peixe-boi no lago bate o rabo, então a gente não tem que chorar...”.

(D. Maria, 69 anos, agricultora).

[...] essa farinha é só pro rancho (consumo) da família. As vezes quando sobra, a gente vende. Quando fazemos uma quadra de 100x100, ou seja, 400m², ela dá 4 toneladas de farinha de mandioca. Com a macaxeira, é diferente, ela é só pra nós comermos cozida com manteiga e café, fazer pé-de-moleque e um beiju que é embrulhado na folha. Isso tudo é pra nossa casa. Aí a mesa fica farta, é uma beleza. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos).

[...] no tempo de farinhada, toda família participa. Uns carregam as mandiocas, outros vão ralando, as crianças vão peneirando. A mandioca boa pra fazer farinha é a camarão e a malhadinha. Da macaxeira, retirada a gente come, faz bolo pra comer e pra vender. [...] o destino da farinha é pra família. Dependendo da roça dá pra fazer 400k de farinha. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

O processo de produção da farinha envolve técnicas artesanais que são transmitidas de geração a geração. Este alimento se configura como um dos produtos essenciais à população rural amazônica. Além disso, sua feitura é um momento de união familiar e comunitária, pois as distintas etapas do trabalho envolvem disposição, efetivo de mão-de-obra e conhecimento prático. Os apetrechos (Figura 37 A e B) utilizados na produção da farinha são *peneira*, *gareira* (*canoa* utilizada para colocar a mandioca de molho), *banca de ralar* e *caititu* (ralador de mandioca). Os tipos de farinhas produzidas são farinha amarela (mandioca) e farinha branca (macaxeira). Pode-se tirar goma das duas espécies e a farinha de tapioca (sagú) produz-se das duas.

No que se refere a comercializar os excedentes na agricultura familiar de populações tradicionais na Amazônia, em particular, a dos ribeirinhos de Livramento, a maior parte de suas produções agrícolas entra no consumo direto da família, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente sob forma de mercadoria, são transformadas em bens de

consumo como bolos, tapiocas, tucupi ou mesmo a própria farinha, todos subprodutos da mandioca ou da macaxeira que são comercializados.

Excedentes, neste caso específico, não é o restante da produção oriunda da subsistência, mas o produto dos fatores de produção excedentes utilizados. No caso, estes fatores são a mão-de-obra, a terra com sua fertilidade natural ou induzida, os rios, lagos e igarapés, igapós com sua piscosidade, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política e das relações capitalistas de produção típica (MARTINS, 1975).

Figura 36: (A). banca de ralar mandioca (B). Forno de Farinha do Sítio Meu Aconchego.
Fonte: Maduro, 2012.

Figura 37: Casa de Farinha (A). Fornos de farinha e gareira do Sítio Nova Vida (B).
Fonte: Maduro, 2012.

O “tempo da farinhada” - em Livramento, é também o momento que se exercita a transmissão dos saberes dos pais para filhos e netos, sobre as técnicas do fazer e como fazer um dos principais alimentos de suas dietas. Bem como, o modo de extrair o veneno da *mandioca-brava* (*Manihot esculenta*) para que ela possa ser consumida. Todos cercados de cosmologias, conforme relatos:

[...] o tempo da farinhada se dá em qualquer tempo, depende de ter a roça amadurecida. Porque tem que amadurecer a mandioca pra poder arrancar, por de molho, ralar, fazer mistura e torrar. Se arrancar a mandioca verde ela dá farinha ruim. [...] pomos de molho 5 sacos de mandiocas, raspa, ajeita tudo nos coxos e deixa 3 dias de molho. No quarto dia, a gente tira e deixa ela amolecer, numa gareira (canao), aí depois, enquanto ela escorre pra ser ralada, a gente arranca outras mandiocas pra fazer a mistura. Se põe 8 sacos de molho pra ralar. A mistura é a mandioca ralada pra misturar com a “puba” (mandioca fermentada). Bota-se a mistura com a puba na prensa, aí ela casa. É o casamento delas que faz a farinha ficar cheirosa. Depois coloca ela na prensa, escorre na peneira. Aí o forno já está aquecido, aí coloca-se a filharada pra torrar. Enquanto um coloca a massa, a outra vai torrando. Por isso que vem todos participar”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] dentro de meio equitare eu plantei só uma espécie de mandioca, a “braba”. Ela é braba porque ela é venenosa. Ela mata qualquer bicho, até o ser humano, se não amansar ela. Pra amansar ela, a gente tem que pubar, botando ela de molho durante 3 dias e 3 noites na gareira, aí depois rala pra misturar. O tucupi mata um ser humano se a mandioca não for amansada”. “[...] a boa farinha nasce do casamento da “puba” com a “mistura”, mas se amansar a mandioca braba”. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos).

Sobre dominar técnicas de aproveitamento e beneficiamento de espécies, como a da *mandioca-brava* (*Manihot esculenta*), Lèvis-Strauss destaca que, o conhecimento das populações indígenas na elaboração de técnicas, muitas vezes complexas como, por exemplo, transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos ocorre porque “há uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e experiências pode fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis (1989, p. 30). Pode-se dizer que, de certa maneira isso vale também para as populações não-indígenas que vivem sob a influência das culturas indígenas, como os ribeirinhos de Livramento.

No que tange o uso do tipo de mandioca amarga – de acordo com seu conteúdo de ácido cianídrico, esta pode ser visualizada entre os diversos grupos sociais ao longo da bacia do Rio Negro (CHERNELA, 1997; CORBELLINI, *et al.*, 2004).

Para Clement (1999) o processo de domesticação das plantas cultivadas está totalmente correlacionado com o processo de domesticação de paisagens, que pode ser consciente ou inconsciente. Já Amorozo (2002) diz que, com o processo de domesticação, a relação de dependência entre o homem e as plantas passou a ser recíproca. E foi com o desenvolvimento da agricultura que a agrobiodiversidade passou a ser importante não só para garantir autonomia aos agricultores, mas para garantir a segurança alimentar global, uma vez que é fonte de material genético para o desenvolvimento de novas variedades, que por sua vez estão relacionadas a aumentos de produtividade, tolerância a estresse abiótico e adaptações a diversos ambientes, como os da bacia do rio Negro.

Isso alerta para o fato de que, o êxito de uma UC como alternativa de gestão territorial e ambiental dependerá da relação particular que os grupos sociais mantêm com seu respectivo território, tendo como base conceitual a cosmografia definida como os saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2003).

No que se refere à transmissão do conhecimento para perpetuar a cultura, em Livramento já é perceptível o desinteresse dos jovens pelas práticas tradicionais devido ao processo migratório desses jovens para a zona urbana em busca de melhores condições e qualidade de vida. Ademais, os pais vêm enfrentando um grande problema de restrições em relação a seus filhos poderem construir suas casas na reserva, depois que contraem matrimônio. Isso torna menos intensa, nos dias de hoje, a transmissão dessa rica diversidade de conhecimentos.

Esse desinteresse dos jovens de Livramento pelas práticas culturais de seus antepassados é sintoma social do aumento da desigualdade crescente visualizada na segregação, a cidadania, em seus pressupostos, parece estar abalada justamente pela herança da redemocratização política que atravessou o país no fim do ciclo militar, que implantou em seus ideários de bem-estar calcado no consumo durante a fase do “Milagre Econômico”, uma noção de consumismo com um fim em si mesmo. Nesse período, houve a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora do mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda (SANTOS, 2004)

Por tudo isso, envolver populações tradicionais como parceiros da gestão territorial e ambiental é um desafio e ao mesmo tempo, é uma estratégia de conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, quanto é um princípio ético e normativo de respeito aos meios de vida dos grupos sociais, com capacidade de atender aos anseios presentes e embasar as transformações futuras.

6. ESTRATÉGIAS DE MANEJO DE RECURSOS E SUAS PECULIARIDADES PARA A CONSERVAÇÃO

6.1 Saberes ecológicos e melhoramento de espécies

“A lua namora as palmeiras”
(Sr. Naval, 83 anos).

Um aspecto interessante entre as populações tradicionais, em especial os ribeirinhos de Livramento, é a existência de sistemas de manejo de recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, ao uso e coleta de recursos dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas de manejo tradicionais não são somente na forma de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de complexos conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas naturais.

Assim, entre as estratégias de manejo adotadas para obter melhoramento e manutenção de espécies, esses ribeirinhos agricultores estão utilizando a técnica denominada por eles de “técnica de capação” aplicada segundo eles, em qualquer espécie de plantas, especialmente, entre as palmeiras, com exceção da pupunheira, e o reflorestamento, melhor dito, propagação de espécies, conforme seus relatos:

[...] a técnica da capação é cortar o olho da planta. Por exemplo, eu planto, quando a planta está com 1 metro de altura, eu chego bem aqui... e corto ela, daí do corte pra frente, ela vai engrossar e brotar, e nos brotos vai dá frutas rapidinho. Qualquer espécie de planta se pode fazer isso, só não na pupunheira, pois se cortar ela morre. Para o tucumã a gente faz quando ele está baixinho, assim... amarrar o olho pela lua nova em dia de sexta-feira. Com ele é assim, a gente puxa o olho dele, porque quando ele arria a palha, ele tem dois guias, tem uma guia que abre duas folhas, se pega aquela folha, rasga a metade dela e dá um nó nas quatro pontas. Tudo tem que ser feito na sexta-

feira, pela lua nova. Quando a lua está escondida, a gente vai lá e faz isso em todo o plantio de palmeiras. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos).

[...] dentro da roça, além da mandioca e macaxeira, a gente planta também cana-de-açúcar perto da banana porque estas duas se dão bem. (Sr. Chagas, 67 anos.).

Os relatos mostram que esses agricultores desenvolveram formas particulares de manejo de recursos naturais, assim como outras atividades, que estão intrinsecamente relacionadas com as condições e ciclos da natureza que poderiam ser compatibilizadas a conservação do ecossistema da UC ao qual estão inseridos e o desenvolvimento desta. Embora os saberes tradicionais, nas últimas décadas venham participando de programas cooperativos de desenvolvimento local junto ao Estado, estes ainda mal aproveitados ou nem são considerados dentro das UCs, como em Livramento, por exemplo.

Ainda é premente a decodificação dos saberes desses grupos sociais relacionadas às suas práticas, como importante passo para o entendimento dos agrossistemas amazônicos. Urge que se quebre a assimetria que marca o diálogo entre os saberes tradicionais e as agências gestoras de UCs em geral.

Chama atenção a preocupação desses ribeirinhos agricultores em relação ao manejo de espécies que estão caídas na floresta (Figura 38) devido ao fenômeno percebido por eles como “ventania de mata” e outras árvores caídas (Figura 39) atingidas por raio as quais são percebidas por esta população como “árvores que morrem pelo raio enviado por Deus”. Para estes grupos, “tudo tem a ver com o ciclo de vida e morte determinado por Deus sobre a natureza” conforme se expressam:

[...] “quando Deus determina o dia que a natureza deve morrer ela morre. Tudo tem dia determinado, até a natureza morre no tempo dela. Olhe estas árvores caídas aqui, foi a ventania de mata que derrubou. Elas morrem pra dá vez pra outras. [...] as árvores mães morrem pra que as filhas nasçam, cresçam, floresçam e se tornem mata adulta. [...] aqui eu venho replantando mata como louro, cedrinho, jacareúba, súcuba, amapá, angelim. [...] dos matos caídos por causa do “ventania de mata” eu retiro as sementes e planto em outro lugar. Se fizer assim como a gente faz, nossa Amazônia, nunca vai ficar pobre de mata. [...] na mata tem árvore que morre pelo seu próprio tempo e tem árvore que morre pela mão do homem. A que morre pelo seu próprio tempo tem chance de renascer mais rápido”. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

Figura 38 :Piquiarana derrubada pela “ventania de mata”.

Fonte: Maduro, 2012.

Figura 39: Morrão atingido por raio. Fonte: Maduro, 2012

Fonte: Maduro, 2012.

As espécies arbóreas caídas em torno de pequenas clareiras são percebidas pelos ribeirinhos agricultores como “ventania de mata”, porque para eles “as árvores morrem pela força do vento na natureza enviado por Deus”. Para o mundo científico, essas árvores caídas são na realidade resultado do fenômeno conhecido como tempestade convectiva – downburst e se caracteriza por distúrbios atmosféricos que podem modificar a flora e a fauna local. Isto ocorre em virtude das atuais mudanças do clima global e das alterações no regime de chuvas. A severidade dos danos provocados por tempestades convectivas pode ser intensificada por

meio do aumento da frequência e magnitude de turbulências atmosféricas (NIRO HIGUCHI, et al., 2010).

Ressaltar-se, que o conhecimento da ecologia das espécies arbóreas amazônicas, de suas respostas a diferentes tipos de distúrbio, assim como dos mecanismos envolvidos nos variados estágios sucessionais, como roça-capoeira-floresta podem ser essenciais não só para a conservação, como também para o manejo dos recursos florestais. Em florestas temperadas, por exemplo, da Suécia, já foram propostos métodos e técnicas de exploração para o aproveitamento da madeira disponibilizada após distúrbios de vento, como furacões e tufões (Peterson & Leach, 2008).

Um estudo de viabilidade de aproveitamento de espécies arbóreas caídas por processos naturais, como os verificados em Livramento pode resolver, em parte, os conflitos gerados pelas restrições sobre a retirada de madeiras para construções ou reformas de casas dos antigos moradores, que reclamam por não poderem retirar nenhuma madeira para suas necessidades mais prementes como *“não tenho liberdade pra tirar mari pra fazer nosso piso, nossa barraca, nosso banheiro”*. *Ninguém pode tirar um pau pra fazer caibro. Eles vêm aqui e nos orientam que é melhor fazer nossa casa de alvenaria, porque dura mais.* Aqui se observa mais uma vez, que há uma mudança, melhor dito, um estranhamento nos costumes dessas populações impelidos pelas proibições, nesse caso construir casa de alvenaria além de não fazer parte do modo de vida dessas populações, os custos são altos tanto com materiais de construção como para transportá-los, uma vez que só se tem acesso à comunidade de barco que os impossibilitam de executar tal orientação.

Cabe dizer que, o uso de madeiras a partir da derrubada de árvores vivas tem sido um fator preocupante em UCs, logo, o uso de madeira caída (árvores mortas que se encontram caídas na floresta) representa uma alternativa duplamente importante, impede a derrubada de árvores e mitiga a emissão de GEE (Gases de Efeito Estufa) que são emitidos pela decomposição dessa massa florestal. Apesar desses aspectos positivos, o potencial madeireiro aproveitado para fins econômico é limitado e por isso o uso seria mais adequado para a produção de pequenos artefatos (ROCHA, 2010).

Depreende-se, que para as populações tradicionais, a diversidade de vida não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que têm um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. Pode-se até dizer que, a biodiversidade pertence ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura, como conhecimento, que permite a estas populações entendê-la, representá-la mentalmente,

manuseá-la, retirar e repor espécies e frequentemente enriquecendo-a *como fazem os ribeirinhos de Livramento* (DIEGUES, 2008). Grifo nosso.

6.2 Tempo de pescar e os saberes das águas

“Eu não tanjo o peixe!” (Sr. Chagas, 67 anos).

Antes da colonização, os povos indígenas da Amazônia sempre tiveram na pesca uma de suas principais práticas de subsistência, associadas às demais atividades extrativistas e agrícolas. Além de uma grande diversidade de espécies de peixe, o indígena comumente capturava o peixe-boi e a tartaruga, ou ovos desta que eram encontrados nas praias (VERÍSSIMO, 1970). Logo, a dieta alimentar destes grupos baseava-se fundamentalmente nos recursos pesqueiros oriundos dos rios, lagos, igarapés e igapós.

Os utensílios de pesca utilizados antes do contato com os colonizadores eram de baixo esforço de captura e de baixo risco na exploração dos estoques. Os indígenas praticavam a pesca utilizando apenas o anzol, o arpão e o arco e flecha. Não havia, até antes do contato com os colonizadores, o uso de apetrechos que levassem ao maior poderio de pesca como os que são utilizados largamente na pesca comercial da atualidade, como o arrastão e a tarrafa. (VERÍSSIMO, 1970).

Nas décadas recentes, a intensificação da pesca comercial no rio Negro, bem como na Amazônia de modo geral, tem sido promovida por inovações tecnológicas nos métodos de captura (malhadeira), no transporte (barco motorizado) e na conservação do pescado (gelo) (McGRATH et al., 1999).

Ao contrário de rios de águas brancas na Amazônia, como o Solimões e Amazonas, onde as inundações sazonais determinam a alta mobilidade dos grupos domésticos nas regiões de várzea (Lima e Alencar, 2001), o rio Negro possui referenciais geográficos fixos, que facilitam a construção da memória coletiva de determinado evento do passado, como certas Ilhas que remetem às referências históricas da época dos ‘cabanos’, do ciclo da borracha como as ‘colocações’ - lugar concedido aos seringueiros para coletar seringa (SILVA, 2011).

Em Livramento, o modo de apropriação do espaço de pesca são, via de regra, baseados no uso coletivo dos recursos, considerando que vivem em uma UC, entretanto, pelas restrições impostas pela reserva, os moradores armam suas armadilhas de pesca conforme

identificam os lugares piscosos (Figura 40). Isto é, eles demarcam seus territórios de pesca sobre certos trechos produtivos do rio, conforme relatam:

[...] a gente pesca aqui no rio grande (Rio Negro). A gente bota a malhadeira aí mesmo no rio, aí quando se quer pegar muito peixe mesmo, a gente vai pra banda do Janauacá, vamos também pra Ilhas de Anavilhanas (Alto e médio Rio Negro). A gente come peixe quase todo dia. Quando não se consegue peixe, a gente come nossa galinha. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] embora nós vivamos rodeados de água, nós não estamos podendo pescar, nem caçar por causa da proibição. (Sr. Naval, agricultor, 83 anos).

[...] nas reuniões com a Colônia de Pescadores de Manaus eles dizem pra não pescar tais peixes, mas como não pescar, se o peixe cai na minha malhadeira até eu tirar ele, já está morto, aí eu não vou estragar o peixe, eu levo. Também eu não poço ficar tangendo o peixe, o peixe não é galinha, mas eles não entendem isso. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

Os lugares de pesca, que esses moradores apropriam-se e armam suas malhadeiras, confirmam que a noção de território é muito ampla, ultrapassa o uso que a etnologia e a Geografia fazem dele. Os seres existentes (atores) se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. Assim, o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI E ROLNIK, 1986, apud HAESBAERT, 2011).

Figura 40: Territorialidades de pesca.

Fonte: Levi, 34 anos (Representante da UPILTTA) 2012.

O mapa mental produzido pelos moradores permite mostrar que os territórios de pesca se distribuem de maneira descontínua e no entorno de Livramento, abrangendo tanto o rio principal (rio Negro), como o igarapé do Tarumã Mirim (subafluente do rio Negro) e igarapés secundários, como igarapé do Mari, igarapé do Tachí, igarapé do Biuna, igarapé Furo do D. Pedro que são subafluentes do Tarumã Mirim e formam as áreas de igapós. Todos estes igarapés secundários, em tempo de estiagem secam, porque seus principais tributários – Rio Negro e Tarumã Mirim também ficam com baixo volume de água.

Os moradores de Livramento têm a pesca como uma das principais atividades culturais voltadas para a subsistência. Ela representa a melhor fonte de obtenção de proteína nas bacias de água preta, entretanto, o peixe é o recurso mais crítico para essas populações. O fator que contribui para isso é a escassez de peixe em rios de águas pretas, devido a sua baixa produtividade primária e secundária que os torna potencialmente menos produtivos para a pesca (SIOLI, 1951; GOULDING et al., 1988).

A sazonalidade do rio (vazante e cheia) influencia diretamente nas atividades de pesca desses moradores, e estes sabem o momento em que o rio fica mais e menos produtivo em termos de piscosidade, conforme demonstram. O uso de diferentes apetrechos de captura do

peixe varia de acordo com os conhecimentos dos hábitos alimentares e dos padrões de mobilidade de cada espécie. A malhadeira, por exemplo, é menos seletiva, capturando ampla diversidade de espécies de tamanhos variados e os lugares de pesca variam devido aos conflitos gerados pelas proibições, conforme relatos:

[...] a época boa de pescar é de setembro a novembro, tempo ainda de vazante, aí de dezembro a maio fica difícil por causa da cheia. Os peixes fogem tudo. [...] aqui na reserva a gente pesca de malhadeira, caniço, espinhel, espinhelinha e a pinawaca (caniço com três anzóis amarrados com penas de tucano coloridas para atrair o tucunaré), Agora, novembro, está na época de pegar muito peixe, porque ele está fora do igapó. Aí a gente lança o espinhel n'água ou então a malhadeira aí pega bastante. [...] as espécies que costume pegar com malhadeira no meio do rio são *dourado, Filhote de piraíba, pescada e tucunaré*. Mas eu pesco também de tarrafa e as vezes de anzol. As espécies que se pega com anzol são *carauaçu, jatuarana, piranha, matrinchã e aruanã*. Mas o lugar pra pescar bem com anzol é lá pra cima. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] quando o rio está enchendo é época boa pra pescar porque o peixe grande vai comer as piabinhas na beira. [...] este ano eu nunca tinha visto tanta fartura de sardinha como deu. As vezes a gente pesca de noite aqui perto mesmo, no igarapé do Mari e se pega *tucunaré* grande. [...] meses de setembro, outubro e novembro se pega peixe nos rios e igarapé do Tarumã Mirim. Lá pras banda da cabeceira do Tarumãzinho a gente pega *traíras* grande, do tamanho de um *bodego, branquinha, cará, jaraqui* e também grandes *piranhas*. (Sra. Maria Silva, 59 anos, uma das fundadoras da comunidade).

[...] o capim quando está entrando na água dá muitos besouros, lagartas que atraem os peixes como *sardinhas, branquinhas, pacu* e outros..., nesse capim se pesca bem. (Sr. Levi, 33, anos membro da UPILTA).

[...] aqui na época de fartura aparece gente vendendo peixe que pegam lá no Janauacá (lago do Solimões) ou às vezes pegam por aqui mesmo. [...] sempre aparece gente que vem vender peixe aqui pra gente. (Sra. Maria, 59 anos, uma das fundadoras da comunidade).

[...] o lago do Tatu aqui na reserva, é cheio de peixe, mas a gente não pode pescar, mas os turistas podem. [...] eu fico sentido porque o governo dá mais vez para os de fora. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] a pesca predatória que ainda acontece, nos deixa prejudicados porque os barcos geleiros de Manaus vem aqui pra pescar Jaraqui ovado e todos os peixes que vão passando e nós não podemos. (Astéro, 52 anos, presidente da UPILTA).

Os relatos denotam três situações observadas: Primeiramente, que os apetrechos de pesca utilizados pelos moradores de Livramento se enquadram na modalidade de pesca artesanal, tida por Bayley e Petrere Jr., (1989) como uma importante fonte de alimento e

renda para muitas populações humanas das áreas costeiras e fluviais do Brasil. Para estes autores, o peixe é o recurso sustentável mais valioso explorado nos rios amazônicos pelas populações ribeirinhas. Estima-se que os pescadores artesanais forneçam 60% do pescado dos rios amazônicos (BAYLEY e PETRERE Jr., 1989). Esses pescadores, em geral, possuem baixa renda e vem ao longo do tempo, sendo pouco considerados nas tomadas de decisões quanto ao manejo dos recursos pesqueiros (PETRERE Jr., 1989).

Baseados em seus saberes e práticas costumeiras, esses grupos sabem identificar certos pontos do rio onde determinadas espécies de peixes são encontradas mais facilmente. O fato de armarem suas malhadeiras em lugares onde percebem que o cardume vai passar em busca de alimento e a escolha de igarapés como lugares propícios para pescar a noite, mostram uma forma de territorialidade exercida por meio do controle dos trechos mais produtivos do rio. Melhor dito, o controle territorial das áreas mais produtivas do rio é efetuado por intermédio das armadilhas (malhadeiras) fixadas para captura de peixes, denotando um domínio sobre o espaço, na medida em que delimitam um território de uso visando excluir a presença de estranhos.

Dentre a diversidade de peixes que conseguem capturar nos lugares de pesca citados encontram-se: *cará-baru*, *traíra*, *peixe-cachorro*, *mapará*, *dourado*, *surubim*, *barú*, *pacu*, *pacuí*, *pescada*, *jaraqui*, *matrinxã*, *cubiu*, *jatuarana*, *sardinha*, *mauari*, *barba-chata*, *caracatinga*, *cará*, *cará-folha*, *cará-disco*.

Sobre esse controle em certos pontos mais produtivos de pesca, Chernela (1993) também verificou que existe uma correlação entre hierarquia social e direito de propriedade dos pontos mais produtivos de pesca entre os Uanano (população de língua Tukano) do alto rio Uaupés. Assim como, em outros rios oligotróficos do noroeste amazônico, os pontos mais produtivos de pesca são desigualmente distribuídos no ambiente, de acordo com variações espaço-temporais dos recursos. Em alguns desses pontos, como as cataratas e os igapós, certas espécies de peixe são abundantes por causa das condições de abrigo que estes habitats oferecem e pela concentração de alimentos provenientes do igapó (CHERNELA, 1993).

Segundo, o fato dessas populações perceberem que a vazante (verão) é o melhor tempo para pescar, considerado por eles como o momento em que os peixes saem do igapó e se dispersam pelo rio em busca de alimentos, coincidem com os relatos científicos de que os ‘peixes moradores’ correspondem aos tucunarés, carás (*Cichlidae*) e pacus (*Characidae*), por exemplos, os quais se deslocam pouco e habitam regiões específicas, concentrados em lagos, no verão, e espalhados pelo igapó, no inverno. Os peixes que realizam migrações sazonais

(‘peixes de arribação’) incluem os grandes bagres (*Pimelodidae*) e os cardumes de aracus (*Leporinus spp.*) e de sardinhas (*Hemiodontidae*) (MEIRA, 2006).

Isto justifica os relatos sobre os peixes encontrados nos igarapés próximos de Livramento, em tempo de cheia e confirma que muitos grupos humanos mostram um integrado sistema sociológico, resultado de um longo período de adaptação; em alguns casos, as práticas de subsistência levaram a um aumento da diversidade biológica, como é o caso das florestas tropicais (POSEY et al., 1984; BALEÉ, 1989).

Porém, muitas práticas culturais vêm sendo diluídas, desperdiçadas ou mesmo perdidas, em sociedades tradicionais, como a dos ribeirinhos de Livramento. Para Berkes (1999), a perda do conhecimento tradicional tem sido atribuída às inovações tecnológicas, às pressões devido ao crescimento populacional, à quebra dos sistemas tradicionais sociais, à perda do controle das populações locais sobre áreas e recursos, e às mudanças de visão devido à urbanização.

Por último, mas não menos importante, a questão da venda de peixe por pessoas de fora junto às comunidades do rio Negro revela um dos conflitos que estes moradores estão enfrentando em relação a barco pesqueiro ou mesmo barcos de turistas que ancoram nas imediações da comunidade para praticar pesca esportiva ou comercial.

Estes relatos coincidem com os de Creado (2004) quando diz que o rio Negro, assim como toda a Amazônia, está inserido em processo de intensificação de uso dos recursos pesqueiros, paralelo ao acirramento dos conflitos relacionados ao acesso dos mesmos. Os conflitos de pesca na bacia têm sido reforçados em consequências de atividades como pesca esportiva, comercial e artesanal e pelo acesso a territórios de pesca, limitados pelas extensas áreas protegidas, incluindo 32 unidades de conservação (UC), sendo 24 federais e oito estaduais, que ocupam uma área total de aproximadamente 200 mil Km², o que corresponde a 27% da área total de UC existentes na Amazônia Legal. Além disso, existem 38 terras indígenas (TI), com população superior a 52. 000 habitantes, distribuídas numa área de 270 mil Km², cerca de 38% da área total da bacia, correspondendo a 25% da área total ocupada pelas TI em toda a Amazônia Legal (SILVA, 2011).

Ademais, a nova fronteira da pesca esportiva na Amazônia vem se concentrando nos rios Negro, Tapajós, Trombetas e Xingu (PNDPA, 1999). Por conta disso, o estado do Amazonas tem recebido os maiores investimentos no setor, incluindo hotéis de selva, lodges de pesca esportiva e barcos-hotéis, os quais vêm atraindo pescadores de diversas partes do mundo. A temporada do turismo de pesca ocorre entre os meses de setembro a fevereiro

(período da seca), e o tucunaré (*Cichla spp.*), espécie sedentária que vive nos lagos e igapós, é um dos principais alvos da pesca recreativa (SILVA, 2003).

O rio Negro e seus tributários vem sendo rotas principais de pescadores amadores. O que vem ocasionando conflitos entre pescadores locais e amadores, como por exemplo, no município de Barcelos. Nesse município, cerca de trinta barcos e quatro hotéis de selva recebem de quatro a seis mil turistas anualmente, gerando aproximadamente 500 empregos diretos e mil empregos indiretos naquele município (ZEINAD et al., 2007). Esta autora relata que cerca de 50% das excursões que partem de Manaus para Barcelos, os visitantes, em sua maioria brasileiros, fazem questão de levar a maior parte dos peixes capturados durante as pescarias.

Cabe ressaltar, que esse aumento crescente da pesca esportiva nos anos recentes tem recebido estímulos de políticas governamentais nacionais estaduais e municipais no rio Negro. No âmbito federal e estadual, por exemplos, dois programas de incentivo ao turismo visam fomentar a pesca esportiva na região. Um deles refere-se ao convênio de cooperação técnica estabelecida entre a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o ordenamento da pesca esportiva. O outro é o Poloecotur, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outro fator vem estimulando as atividades turísticas na bacia do rio Negro ainda, como as autorizações concedidas pelo Departamento de Aviação Civil para a construção de aeródromos nos rios Aracá e Quiuini (Barcelos), baixo rio Negro, além de aeroportos no rio Jurubaxi, onde funciona legalmente uma pista de pouso da mesma operadora que atua no alto Unini (ZEINAD et al., 2007).

No âmbito municipal, a concessão de terras também vem estimulando a expansão de hotéis no Baixo Rio Negro. O Rio Negro Lodge, por exemplo, instalou-se na região em meados da década de 1990, amparado por uma concessão de terra (Lei nº 359, de 02/12/1997), fornecida pela Câmara Municipal de Barcelos. Mesmo não tendo cumprido as exigência legais referente à licença ambiental para seu empreendimento, outra unidade foi recentemente construída no rio Aracá (Rio Aracá Lodge) (SILVA, 2011).

Portanto, paira uma pressão e ameaça sobre os recursos pesqueiros nos lugares de pesca usados pelos ribeirinhos de Livramento, seja por meio da pesca esportiva, pesca comercial ou artesanal promovida por atores com interesses antagônicos (econômicos) que estão pondo em risco seus territórios de pesca apropriados por essa população, e uma iminente

desterritorialização, ou melhor, perda de território de quem o usa como abrigo e fonte de subsistência.

Uma síntese dos problemas aqui discutidos e que serve de pano de fundo dos discursos sobre a desterritorialização, é o movimento neoliberal, que prega o “fim das fronteiras” e o “fim do Estado” para a livre atuação das forças do mercado.

É justamente por meio desta forma versátil de reterritorialização dos “de cima” (*empresários da pesca, e de hotéis*) que se forja, por outro lado, grande parte da desterritorialização dos “de baixo”, (*populações ribeirinhas de Livramento*) através do agravamento da desigualdade e da exclusão pela concentração de renda, do capital (dos investimentos) e da infraestrutura, associada à ausência de política efetiva de redistribuição, aos investimentos mais na especulação financeira do que no setor produtivo gerador de emprego *ou apoio a projetos que gerem qualidade de vida dos atores envolvidos*, e à globalização da cultura do status e do valor contábil em uma sociedade de consumo estendida a todas as esferas da vida humana (HAESBAERT, 2011). Grifos nosso.

Portanto, a territorialidade da pesca nas águas de Livramento, sob essa ótica, pode ser pensada também como uma síntese contraditória, que no dizer de Raffestin (1993) pode construir “uma luta para preservar uma identidade e ao mesmo tempo uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.

6.3 A caça e os saberes de captura.

“A gente vive driblando os empates” (Sr. Naval, 83 anos).

O ecossistema de terra firme da Amazônia é formado por florestas, que ocupa uma área de aproximadamente 234 milhões de hectares, constituindo a parte mais substancial da região amazônica. Não sofre as inundações periódicas dos rios e apresenta uma alta composição heterogênea e dominância de espécies florestais (MELO, 1979 ; THIBAU, 2000).

As florestas de terra firme são os ecossistemas terrestres mais ricos em diversidade de espécies na biosfera e com maior produção de biomassa vegetal, embora sua riqueza biológica não seja em função da riqueza de solos, mas resulta de sofisticados sistemas de reciclagem de nutrientes e evolução das plantas adaptadas às condições químicas do solo (MORÁN, 1990).

Em que pese a caça ser uma das principais atividades realizadas pelas populações ribeirinhas, que habitam os sistemas de águas pretas, que associada à pesca, constitui-se fonte vital de proteínas e gorduras nesse ambiente, esta atividade em Livramento é relegada a segundo plano em termos de contribuição protéica, mas se constitui numa atividade relevante para essas populações em complementação à alimentação quando a “pesca está fraca” ou quando os “roçados não estão dando”, conforme relatos:

[...] quando eu não estou colhendo da roça ou quando a pesca está fraca, eu tenho que caçar. A gente caça aqui mesmo no meu sítio. (Sra. Maria, 59 anos, moradora há 40 anos).

[...] até janeiro, quando o rio está enchendo fica bom pra pescar, mas de fevereiro em diante, quando o rio já está cheio, os peixes somem. Aí a gente tem que comer galinha, paca, cutia, a gente tem que ir pra caça. [...] o alimento conseguido é destinado ao consumo de nossa casa, as vezes repartimos com os filhos casados.” (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] as vezes pra gente sobreviver tem que driblar os empates (proibições) daqui, pra poder chegar em casa com um produto que a gente sabe que tem que ser preservado, como um bicho de casco, mas a gente precisa se alimentar e alimentar nossa família. [...] eu cacei bastante quando eu enxergava bem. Agora não caço mais por causa de minha pouca visão e por causa das proibições. Mas tenho uns meninos que caçam pra nos ajudar. Um dia desses um foi denunciado porque ele foi caçar aqui na fronteira com a comunidade do Tatu e achou uma manada de queixada, aí ele matou alguns, quando ele estava dividindo com os outros moradores, o fiscal chegou e ele foi preso, ele foi denunciado pelo próprio morador com quem ele dividia. Agora não deixo mais”. (Sr. Naval, 83 anos).

Em geral, os moradores de Livramento costumam caçar em seus sítios ou se deslocam para as áreas menos habitadas da comunidade, pegando o ramal da Abelha ou ramal da Colônia Central (Figura 41) que dão acesso a outras comunidades, como a Colônia Central e Comunidade do Tatu, vizinhos de Livramento. Devido ao aumento populacional da comunidade, os animais afugentaram-se para áreas menos habitadas. Os moradores costumam também utilizar para caçar as áreas de igapó do Lago da Sorva, mostrado no mapa mental.

Quando conseguem uma caça, esta é repartida entre os familiares e dependendo da quantidade, entre os vizinhos. Antes, quando não havia energia elétrica, que só chegou na comunidade em 2009, os moradores costumavam salgar ou moquear a caça e os peixes capturados. O moqueado consiste em assar o peixe na caloria da fumaça, uma técnica de assar no bafo, que permite conservar o alimento por vários dias ou até meses. Com a chegada da energia, alguns moradores adquiriram eletrodomésticos como geladeiras que lhes permitem

mamíferos. Nas atividades de caça, os moradores usam como modalidade a “caça de espera”. Como estratégia para atrair a presa, eles armam suas redes debaixo de árvores frutíferas como goiaba-de-anta, umarí, uxi, bacaba, dependendo da espécie de fruta da época que cai. Como apetrechos de caça, os ribeirinhos usam espingarda e a lanterna.

Normalmente, esses moradores caçam à noite porque eles sabem que é o momento em que os animais vêm à procura de alimento na floresta, é quando “*o bicho está na comidinha, que eles ficam manso, aí é quando a gente consegue matar*”. Porém, depois que Livramento passou a ser reserva, as atividades de caça declinaram e atualmente são incipientes, somente por extrema necessidade, esses moradores recorrem à caça. Eles reconhecem que na reserva esta atividade é proibida e que há punições severas para quem as infringem, conforme relatado:

[...] antigamente, a gente caçava muito, tinha bastante caça, como porco-domato (queixada), veado, paca, tatu. Agora os bichos estão afugentados. Agora se eu quiser comer uma carne, eu vou comprar lá em Manaus, porque não quero ser preso. (Sr. Naval, 83 anos, agricultor).

[...] aqui nós estamos comendo salsicha, frango de granja, ovos de granja, enquanto alguns da vizinhança estão lá caçando à noite matando tatu, paca, cutia e nós que preservamos não fazemos isso. (Sr. Astéro, 52 anos presidente da UPILTA – União dos Povos Indígenas de Livramento, Tarumã Mirim e Tarumã Açu).

Parte da animosidade entre os próprios moradores pela prática da caça, ocorre devido à disputa pelos recursos de uso comum, no caso a caça é um recurso percebido como escasso dentro de Livramento, isso devido a pressão que sofreu pelo aumento populacional ocorrido antes da criação da reserva.

No mais, a prática da caça nessa comunidade varia segundo as condições materiais de existência de seus membros. Pode-se dizer que se tratam de modos de uso de recursos distintos. Assim sendo, uma vez que tais condições variam cabe ponderar que as práticas de uso comum não significam necessariamente “comunidade de iguais”, e evidenciam uma certa heterogeneidade e planos sociais diferenciados (ALMEIDA, 2010).

De certa maneira, na perspectiva ideal de território em uma unidade de conservação, as práticas de uso comum aumentam a liberdade de uso dos recursos naturais e ao mesmo tempo, que mais os protegem em termos ambientais, porque asseguram um acesso mais amplo a eles e ao mesmo tempo mais monitorados pela própria comunidade. As manifestações favoráveis dos moradores às regras de uso comum, no caso, às normas de uso

impostas pela reserva, faz com que eles se mobilizem coletivamente para garantir a sua reprodução. Como resultado, se consegue uma forma de manejo sustentável em tudo, porquanto articulada com um processo de produção contínuo.

Importa ressaltar, que a modalidade de captura de caça mostra que os ribeirinhos detêm saberes complexos sobre as espécies de animais, o que inclui domínio técnico sobre a armadilha, conhecimentos sobre as espécies-alvo e ambientes, adquiridos no entendimento formulado através do aprendizado prático e não sendo um saber simples e acessível a qualquer um. Dessa maneira, o modo de caçar dos ribeirinhos, permite o mapeamento mental dos padrões de distribuição e ocorrência dos animais (Tabela 5), sistematizados através das experiências acumuladas por gerações no relacionamento com a natureza, possibilitando formas de apropriação simbólicas dos recursos naturais e que os orienta na tomada de decisão sobre a gestão da atividade.

Tabela 5: Espécies Capturadas/caçados

ESPÉCIES CAPTURADOS/CAÇADOS	
PEIXES	ANIMAIS
Aracu, Baru, Barba-chata, Cubiu, Cará, Cará-folha, Cará-disco, Cará-açu, Cará-baru, Caracatinga, Dourado, Jaraqui, Jacundá, Jatuarana, Matrinchã, Mauari, Mapará, Pacu, Pacuí, Pescada, Peixe-cachorro, Sardinha, Surubim, Traíra	Cotia, Corica, Catitu, Gavião japacani, Gavião- toató, Paca, Papagaio, Queixada, Tatu, Veado
24 ESPECIES	10 ANIMAIS

Todavia, mesmo vivendo em uma unidade de conservação que permite o uso direto de recursos de forma manejada, as necessidades de uso de recursos naturais inerentes ao modo de

vida e sobrevivência dos ribeirinhos de Livramento raramente são reconhecidas. Muitas vezes, ocorrem “criminalização” de atividades corriqueiras e fundamentais para reprodução sociocultural dessa comunidade. Por exemplo, matar algumas queixadas para se alimentar em tempo de escassez de peixe passa a ser crime e seus praticantes penalizados rigorosamente, conforme relatos. Paradoxalmente, esses moradores são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo considerados como os principais responsáveis, e não o modelo urbano-industrial, pelo futuro da humanidade, corporificado na conservação da reserva na qual foram inseridos.

6.4 Extrativismo vegetal: usos, conflitos e oportunidades.

“do artesanato que tiro um trocadinho” (Diana, 36 anos, artesã).

A floresta de terra firme se apresenta como uma grande fonte de sobrevivência para as populações ribeirinhas, pois nela podem encontrar a matéria básica para a sua alimentação, construção de meio de transporte fluvial, artesanato e farmacopeia (NODA e NODA, 1994).

Os ribeirinhos se apropriam dos recursos florestais, baseados na reciprocidade com a natureza, percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais para organizar o trabalho na heterogeneidade das diversas formas de apropriação dos recursos naturais para reprodução de seu modo de vida. A floresta, assim como a terra e a água, tem importante função para a reprodução social dos modos de vida, a maioria dos grupos domésticos, como os de Livramento, desenvolve atividades de subsistência, na qual elaboram simbolicamente diferentes formas de organização do trabalho.

Porém, existe diferença nas atividades sociais desenvolvidas na floresta, cujas características atende aos interesses da subsistência e/ou da comercialização dos atores envolvidos. O emprego do termo extrativismo, refere-se ao sistema de exploração de produtos florestais destinados ao comércio regional, nacional ou internacional (EMPERAIRE, 2000).

A bacia do rio Negro tem tradição histórica com atividades econômicas realizadas em torno de produtos extrativistas. Emperaire (2000), por exemplo, identificou três estágios do extrativismo no médio Rio Negro no século passado, que podem ser parcialmente aplicados ao domínio geográfico da REDES do Tupé – baixo Rio Negro. Nos anos de 1930 – 1960, caracterizados por longas expedições para a extração de várias espécies de látex, como a balata (*Manilkara bidentata*), maçaranduba (*Manilkara hulberi*), rosadinha (*Manilkara sp.*) e ucuquirana (*Ecclinusa sp.*), a autora notou que os extrativistas eram muito dependentes dos

sistemas de patronagem e pouca agricultura era praticada. Durante o segundo período, de 1950-1980, o extrativismo se diversificava e passa a ser praticado durante o ano ou sazonalmente. As espécies mais exploradas neste ciclo foram sorva (*Couma spp.*), piaçaba (*Leopoldina piassaba*), castanha (*Bertholletia excelsa*) e seringa (*Hevea sp.*). As pessoas começaram a trabalhar mais restritas ao local onde residiam e a praticar a agricultura, caça e pesca. A fase final inicia-se em 1990, com o incremento da agricultura para a produção de farinha (EMPERAIRE, 2000).

Nas últimas décadas, o baixo Rio Negro vem sendo palco de atração para a exploração madeireira, devido a grande demanda por este recurso pelas empresas da construção civil da cidade de Manaus. A facilidade do transporte que a proximidade com a capital proporciona, vem intensificando a extração de madeira de forma clandestina, causando além de impactos ambientais, impactos sociais, pelas precárias condições de trabalho como é realizado.

Embora as atividades de coleta no baixo Rio Negro visem o autoconsumo, com a extração de madeira comercial já começa a ocupar o espaço das tradicionais formas de acesso aos recursos da biodiversidade podendo gerar uma diminuição ou abandono completo das práticas agrícolas, que são importantes elos para a segurança alimentar das famílias (IPÊ, 2007).

Em Livramento, a utilização dos recursos naturais pelos moradores está vinculada às necessidades de subsistência do grupo doméstico. Ele se efetiva a partir do conhecimento do sistema ambiental, da sazonalidade, do preço de mercado, porque produzem artesanatos para venda, da disponibilidade de recursos, da mão-de-obra, e se caracteriza como atividades extrativistas.

Em Livramento o extrativismo vegetal é uma atividade que se destina exclusivamente às necessidades dos grupos familiares, conforme relatam:

[...] Nossa casa antigamente era de pé de açaí com ubim (palha resistente). O açaí é uma madeira muito resistente, mais resistente que o cedrinho e outras por aí. [...] pra sobreviver eu faço artesanato de sementes. É quando ganho um trocadinho. [...] Eu retiro material pra fazer artesanato daqui da floresta mesmo, e vendo aqui mesmo para os turistas ou estudantes que aparecem.[...] as vezes vendemos na praia, quando tá de fora e as vezes para as pessoas que chegam pelo flutuante. [...] Eu colete tucumã, tento, paxiubinha. [...] como tem muita burocracia pra se fazer as coisas, a gente tirou escondido a palha lá do Vai-quem-quer, lá no finalzinho mesmo, onde tem muita palha.[...] a palha boa pra fazer maloca é a caranã, mas não se pode tirar” (Diana, 36 anos, artesã).

[...] pra construir a maloca, nós fizemos um ajuri entre a família. Enquanto um grupo apanhava a palha e trazia aí pra beira, outra turma já jogava a palha da beira pra cá pra terra, e assim foi...[...] aqui tem um senhor de etnia Satere-Mawé que faz instrumentos musicais como violão e flautas com madeira de menor valor. Ele está esperando autorização para montar uma escola de música na comunidade. (Sra. Maria, 69, agricultora e artesã).

Em geral, os moradores de Livramento, antes de ser criada a reserva, costumavam utilizar as áreas das cabeceiras do Lago Verde, Lago da Sorva, Igarapé do Arrombado e Igarapé da Almofada (Figura 42) onde há uma grande incidência de palmeiras como açai e resíduos vegetais (sementes, galhos, raízes) muito utilizados na produção de artesanato local. Faz pouco tempo, que as mulheres indígenas (Baré, Tikuna, Miranha, Tukano, Dessana, Apurinã e Xikrin) que vivem em Livramento, formaram a Associação das Dez Mulheres

Indígenas Artesãs, com o intuito de resgatar a identidade e organizar a produção e venda de artesanato, além de serem reconhecidas como artesãs.

Figura 42: Territorialidades de extrativismo vegetal.

Fonte: Diana, 38 anos (artesã de Livramento) 2012.

Os artesãos de Livramento costumam vender seus produtos na própria comunidade para os visitantes que chegam. Alguns artesanatos necessitam de tratamento, como secagem ao sol e/ou tingimento, para em seguida se transformarem em acessórios (bijuterias) (Figura

43). Outros são confeccionados com os talos do arumã = póapoa (baniwa) (*Ischnosiphon* spp.), da família das matantáceas, uma espécie de cana de colmo liso e reto, que oferece superfícies planas, flexíveis, que suportam o corte de talas milimétricas, o colmo da planta é descascado/raspado/ariado, pode ser tingido ou mantido na cor natural, também usado com casca, que lhe confere maior resistência e uma cor pardo clara laqueada. O arumã (ou guarimã) é utilizado pelos povos indígenas amazônicos, a partir do Maranhão, onde a planta (que tem várias espécies) cresce em regiões semialagadas (Projeto Arte Baniwa)²⁴.

Figura 43: Bijuterias de Sementes da floresta.
Fonte: Maduro, 2012.

É a partir do arumã encontrado nos igapós do Lago da Sorva e outros do entorno de Livramento, que se faz o Tupé (trançado) (Figura 44) muito utilizado pelas populações do baixo rio Negro, especialmente, pelas outras comunidades que integram a reserva. Desse trançado são confeccionados tapetes, esteiras, toldos de barcos, abanos, descansos de pratos, cestos, molduras, dentre outros. A riqueza cultural dos moradores de Livramento vai além da arte com o tupé e belas bijuterias, eles detém conhecimento sobre como fazer instrumentos musicais, como violão, a partir de espécies arbóreas de menor valor comercial, que ocorrem na reserva, em especial, em Livramento. (Figura 45). Por isso que, um inventário florestal é a

²⁴ Cf. em: [Http://artebaniwa.org.br/projeto](http://artebaniwa.org.br/projeto).

primeira etapa para pesquisas referentes à recursos naturais e também para a tomada de qualquer decisão relacionada ao uso da terra (NIRO HIGUCHI et al., 1982). Isso denota que, os saberes locais podem ajudar nesse inventário florestal e permitir um mapeamento e manejo dessas espécies, agregando valor de uso para a produção artesanal.

Figura 44: Esteira de arumã.
Fonte: Maduro, 2012.

Figura 45: Instrumentos musicais de madeiras.
Fonte: Maduro, 2012.

Os lugares de venda dos artesanatos, geralmente, acontecem no próprio morro, onde se concentra a maior parte das famílias indígenas. Em tempo de estiagem (verão) quando as praias aparecem, algumas artesãs se deslocam para a praia do Livramento (Figura 46) onde costumam ancorar os “barcos de recreios” com visitantes tanto de Manaus, como de outras partes do Brasil em busca de lazer, é nesse momento que os artesanatos são comercializados.

Figura 46: Praia do Livramento - margem do Igarapé do Tarumã Mirim.
Fonte: Maduro, 2012.

Outro lugar de venda, não só de artesanatos, mas de outros produtos como as frutas dos roçados que estejam “dando”, dentre elas pupunha, macaxeira, cupuaçu, manga, banana e abacaxi é o “flutuante” (Figura 44), espécie de trapiche que serve de “porto” nas comunidades amazônicas, em especial em Livramento. Este é um lugar de significado simbólico para os moradores, porque permite a fruição de vida, no que tange embarque e desembarque destes atores em busca de continuar as formas de reprodução social das vivências. Assim, o “flutuante-porto” exerce o papel preponderante de articulação entre mundos diferentes, ou seja, o mundo urbano e o mundo ribeirinho e a “voadeira” (Figura 47) é o meio que permite essa intermediação.

Figura 477: Voadeira - principal meio de transporte de Livramento.

Fonte: Maduro, 2012.

A posição do “flutuante” obedece a sazonalidade dos rios, ora ele está no igarapé do Mari, que em tempo de cheia permite o desembarque das pessoas em frente a sede da comunidade, lugar de maior mobilidade, onde se concentram o posto médico, a escola, a igreja, centro social e várias moradias, ora ele está na praia do Livramento, margem do igarapé do Tarumã Mirim, local mais distante da sede, porém não menos frequentado, porque é lugar onde os moradores buscam lazer em tempo de verão. É no flutuante, que acontecem os encontros, chegam as encomendas, deixam os recados, comercializam seus produtos e se reúnem para receber com festa, os visitantes ilustres em datas comemorativas, como “*a chegada do Papai Noel que vem trazendo presentes de Manaus.*”

Figura 488: Flutuante-Porto de Livramento.

Fonte: Maduro, 2012.

Para Silva e Malheiros (2005), a dinâmica das formas do cotidiano ribeirinho desempenha certas vivências e referências simbólicas e territoriais para os sujeitos que ali mantêm relações, pois é neste espaço de vivência que se materializa a cotidianidade entremeada nas dimensões da realidade amazônica, chamadas por estes autores de verticalidades e horizontalidades, de tal modo que os autores, ao se referirem à identidade ribeirinha ressaltam que o rio, o barco e o trapiche (flutuante) representam a identidade ribeirinha. Onde o rio indica não apenas o tempo da natureza (*as sazonalidades*) e as atividades ribeirinhas a ele relacionadas, mas principalmente, ao processo humano diante da natureza, o valor da troca, o movimento, as narrativas e histórias (Marin et al., 2005), seriam as vivências e sobrevivências nos portos e trapiches (flutuante) em Livramento.

O barco compõe a paisagem ribeirinha, cujo olhar alcança o colorido das embarcações e remete à memória do lúdico no rio, ao laço de parentesco e as afetividades que esse objeto desperta (RIEPER, 2005). O barco é o elo entre o homem e o rio, é a moldura da paisagem ribeirinha que indica de imediato a temporalidade residual. Pode-se dizer que é através do barco que há o encontro entre o cotidiano irreduzível com o tempo hegemônico da metrópole (SILVA E MALHEIROS, 2005). E o flutuante - porto de Livramento, é o lugar que materializa o encontro, a festa e as sociabilidades dos moradores, é *lócus* das vivências dos ribeirinhos, da troca material e simbólica (SILVA E MALHEIROS, 2005). Material porque é onde comercializam seus produtos florestais e agrícolas e simbólica, porque denota um valor afetivo observado na prática cotidiana do ir e vir de seus sonhos e esperanças.

6.5 Turismo e a reinvenção de lugares como possibilidades

A problemática do mundo moderno está relacionada aos avanços dos hábitos, dos costumes, do controle, da programação do cotidiano, do consumo dirigido que a sociedade urbana apresenta como características na produção social do espaço, haja vista que o processo de urbanização trouxe transformações em modos de vida e na dimensão do cotidiano em vários territórios, nos quais a simultaneidade de práticas sociais são diferentes no tempo, mas inscritas no espaço geográfico, pertencendo a um mesmo processo social (LEFEBVRE, 1999).

É diante do antagonismo das representações do espaço e das complexidades sociais que o turismo se desenvolve na Amazônia. O turismo começa a se integrar ao modo de vida

ribeirinho. Seu desenvolvimento traz um novo ritmo, estilo de vida, costumes, consumo e de tempos diferenciados nas relações dos Municípios, *das comunidades e vilarejos*. E a partir de uma necessidade da vida urbana, o turismo surge como alternativa ao trabalho desempenhado nos roçados, quintais, retiros *e sítios* (SOUZA, 2009). Grifos nosso.

De maneira geral, a economia das populações que integram a REDES do Tupé se movimenta pelo comércio de estivas, bebidas, pela agricultura de subsistência, pesca e coleta de frutas, trabalhos autônomos de pedreiros, serradores e venda de artesanato. Sendo a comunidade de São João do Lago do Tupé, que integra esta reserva, a que emerge com demasiado potencial para o ecoturismo (CARVALHO, 2007).

Entretanto, uma pesquisa realizada nessa comunidade para saber quais os benefícios concretos desta atividade para a vida de seus moradores, a grande maioria (80%) do total de 40 famílias residentes, responderam que o turismo vem trazendo pouco ou nenhum benefício para a comunidade, além do que os moradores destacaram que estão enfrentando sérios problemas socioambientais com lixo, poluição, violência, alcoolismo e desunião dos moradores (SILVA, et al., 2010).

Em Livramento, devido a problemas enfrentados com as exigências burocráticas sobre a abertura de roçados e proibições ao extrativismo diverso, que impedem suas atividades costumeiras de reprodução, os moradores vem adotando estratégias de ganhos através de atividades voltadas para o turismo. Eles já perceberam que nas comunidades vizinhas, fora da Reserva, no rio Ariaú, por exemplo, já é uma realidade, o que acaba gerando um clima de revolta e insatisfações com a agência gestora, por acharem que não têm a mesma oportunidade, conforme os relatos:

[...] a gente gostaria que o governo fizesse um projeto que gerasse trabalho. O escoamento de nossos artesanatos, ou um local que a gente pudesse receber turistas. A gente pode trabalhar com artesanato e rituais. [...] nós temos pessoas daqui que fizeram curso pra guia de turístico, mas não são aproveitados como deveriam. [...] a gente mesmo fez as trilhas na mata. [...] agente só quer terminar nossa maloca pra trabalhar com turismo, pra isso a gente precisa tirar mais palha, mas os empates não deixam (Diana, 36 anos, artesã, etnia Baré).

[...] a gente precisa comer e beber e pra isso, a gente faz artesanato e vende um aqui, outro ali, faz uma encomenda, aí vende pro pessoal das faculdades que vem aqui visitar a comunidade. Quem vive melhor aqui são os aposentados. Nós não temos aposentadoria como trabalhadores rurais, porque não temos título definitivo da terra. O aposentado aqui é o normal, que ganha salário mínimo, aí se der deu, se não der, tem que se virar. (Sra. Maria, 69 ano, etnia Baré).

[...] nós os jovens gostaríamos que viesse pra cá uma empresa de fazer artesanato com sandálias, eu sei fazer. Mas que avisassem os turistas. (Dilaura, 19 anos, etnia Baré.).

[...] nós aqui ainda dependemos muito da cidade e pra ir lá a gente tem despesas com transportes, alimentação, remédios e outras coisas. Então eu e meu marido resolvemos fazer alguma coisa que no nosso sítio pra atrair os turistas então fomos visitar outros lugares aqui perto pra ver como eles fazem turismo ecológico e também vimos programas na televisão e fomos montando o nosso. Isso pra gente ganhar um dinheirinho. (Sra. Sueli, presidente do Clube de Mães do Livramento).

[...] Aqui deveria ser aproveitado como atração turística. Isso seria uma alternativa de sobrevivência para nosso povo, aproveitando os recursos como o Lago do Tupé, em Livramento tem o ramal cheio de plantas medicinais, os animais que já estão reaparecendo como o sawin-de-colera, as preguiças, a cobra jiboia” (Sr. Astéro, 52 anos, presidente da UPILTA).

[...] Agora estamos terminando uma maloca grande pra trabalhar com turismo” (Diana, 36 anos, artesã, etnia Baré).

Em geral, os moradores percebem que suas culturas e costumes estão sendo desconsiderados pelo poder público e que as fortes sanções sobre suas práticas e modo de vida podem lhes desagregar à medida que seus pares pensam em deixar a comunidade em busca de sobrevivência, especialmente os filhos. Como forma de resistência a esses conflitos, esses moradores começam a se organizar e criar meios alternativos de sobrevivência.

Para tanto, eles estão reinventando os lugares que percebem que podem ser usados para o turismo, como o “morro dos indígenas” (Figura 49), assim chamado porque concentra a maior parte das famílias indígenas que quando chegavam na comunidade iam se acomodando neste lugar, a fim de manterem suas relações vizinhas de parentesco. O morro é ponto geográfico mais alto de Livramento, de onde se tem uma bela visão do rio Negro e de sua margem oposta com Manaus ao fundo. Esta localização privilegiada, já é percebida pelos moradores locais, como um atrativo turístico.

Figura 49: Morro do Livramento – lugar de turismo.

Fonte: Alessandra, 13 anos (Neta de agricultores de etnia Baré) 2012.

No morro as famílias construíram suas casas mantendo algumas originalidades e tradições, ou seja, são cobertas com palhas e de paredes de palhas (Figura 50). Existe também o “malocão”, já mostrado que serve de lugar de encontros, reuniões e rituais das famílias indígenas. “O ramal da Colônia Central, que liga Livramento a outra comunidade é percebido pelos moradores como ‘trilha ecológica’ (Figura 51) margeada com plantas medicinais; e a “casa-de-farinha comunitária” (Figura 52), no momento desativada, mas que vem servindo de atração aos que visitam a comunidade.

Figura 50: Casa indígena.

Fonte: Maduro, 2012.

Nesta casa, o morador de etnia Tariano trabalha confeccionando flautas a partir da palmeira jupati extraída na reserva. Em geral, o morador vende sua produção artesanal para os visitantes ou espera que seja deixada alguma gratificação pelos que desejam ouvi-lo tocar. Este fato confirma o que Diegues (2008) diz que no Brasil todas as comunidades tradicionais se encontram articuladas e dependentes da formação social capitalista.

Figura 51: Trilha ecológica.

Fonte: Maduro, 2012.

Figura 52: Casa-de-Farinha comunitária.

Fonte: Maduro, 2012.

Como consequência disso, sua reprodução econômica, ecológica e sociocultural passa pela última. Em alguns casos, como em Livramento, essa convivência é vivida no dia-a-dia pelos indivíduos inseridos na pequena produção mercantil. Ademais, esta situação mostra que, no plano ideal, os moradores do morro tanto exercem poder simbólico sobre seus lugares, através de suas moradias originais, como os usam fisicamente (materialmente) para obter meios econômicos para reprodução.

As territorialidades de turismo em Livramento também são descontínuas e ganham significados simbólicos à medida que os moradores percebem a possibilidade de adequar seus lugares de vida em espaços funcionais para garantir reprodução. Na margem do igarapé do Mari (Figura 53), principal acesso a Livramento, local onde tudo começou, existe um sítio que está sendo usado como lugar de lazer para turistas que querem passar o dia ou não. A família percebeu, que nos últimos anos, muitos barcos adentravam neste igarapé para pescar clandestinamente e buscar lazer aproveitando o ambiente mais calmo que já não existe nas outras praias do Rio Negro, como a praia da Lua e a praia do Tupé, próximas a Livramento.

No sítio existe um pequeno viveiro de peixes e criação de galinhas, que tanto serve para alimentar a família do sítio, como são comercializados na comunidade e entre os visitantes. No sítio são cultivadas frutíferas como ingá, cupuaçu, abiu, ata, tucumã, maracujá, manga e jambo. Além de ter horta em jirau com pimenta, pimenta-de-cheiro, carirú e cebolinha. Na intenção de demarcar e influenciar que este sítio é “lugar de turismo”, a

moradora aparelhou o local com apetrechos como tirolesa sobre o igarapé do Mari e disponibilizou pequenas canoas a remo para uso dos banhistas. Melhor dito, dotou o lugar com os equipamentos necessários para atrair os turistas. Esta atitude confirma que o fenômeno de territorialidade está ligado à demarcação de limites, que pode ser feita de forma concreta ou simbólica.

Segundo a moradora do sítio, “*depois que eu passei a explorar o turismo, os barcos que entravam no igarapé só pra pescar desapareceram*”.

Figura 53: Lugar de turismo.
Fonte: Sueli, 55 anos 2012.

As territorialidades do turismo em Livramento reforçam as abordagens conceituais de Haesbaert (2011) ao perceber o território como um espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não explícito (não manifestos), e que possui como referencial o lugar, ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. Neste território cada família estabelece mecanismos e meios de se reproduzir, por vezes formando microterritorialidades em que, no limite, cada unidade familiar pode ser considerada independente.

As atitudes dos moradores indígenas de Livramento de ordenar os lugares mantendo suas características culturais e ao mesmo tempo usando-os para servir suas necessidades de

reprodução de vida, através do turismo, coincidem com o que Lefebvre (1986) comenta sobre troca e uso na dominação e apropriação do espaço:

“O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto, mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipularam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo” (LEFEBVRE, 1986).

Ampliando-se o discurso deste autor, o mérito das questões sobre populações tradicionais em UCs e conflitos, o campo de luta não é mais a apropriação do território em si, mas o acesso e controle do conhecimento. O que está em jogo é a defesa do direito de continuar no território mantendo uma conexão vital entre produção de alimento e a terra. Já há sinalização de que é impossível se proteger a diversidade biológica sem proteger concomitante a sociodiversidade que a produz e conserva.

Em Livramento, os conflitos pela apropriação do território estão em relação direta com as necessidades de reprodução de vida. A luta pelo território está indissociada da luta pelo trabalho, e não é a forma de ganhos econômico que se encontra em jogo. Melhor dito, a questão é permanecer em seus territórios e garantir reprodução de vida de seus grupos através de suas atividades de trabalho nas roças, extrativismo diverso, pesca, caça e se possível, o turismo. Nesse campo, convivem elementos de tradição e modernização, como fundamentos das lutas pela propriedade e posse do território, seguindo o exemplo, em parte, das populações que exploram castanha, seringa, babaçu, açaí e outras espécies como fonte de trabalho na Reserva Extrativista Chico Mendes, no vale do rio Acre (CASTRO, 2000) e dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (GAVAZZI, 2012) que dentro de uma estratégia de promoção de desenvolvimento local, orientado para a soberania alimentar, estão conseguindo viver em um ambiente de abundância de recursos agroflorestais e naturais, no qual todos são beneficiados.

Tangenciando mais esta questão, Ianni (1996) diz que no mesmo curso da integração e homogeneização, desenvolve-se a fragmentação e a contradição. Ao encontrar outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo culturas e civilizações, logo se constituem as mais surpreendente diversidades. Tanto podem reavivar-se as formas locais, tribais, nacionais ou regionais como podem ocorrer desenvolvimento inesperados de ocidentalidade, capitalismo,

racionalidade. O mesmo vasto processo de globalização do mundo é sempre um vasto processo de pluralização dos mundos.

Pelo visto, em Livramento não existe mais a dicotomia entre a lógica do mercantilismo, ou seja, eles não conseguem mais produzir só pelo valor de troca, mas pela possibilidade do lucro. Os moradores devem atuar como vem atuando. Devemos assumir a questão da produção, escoamento e agregação de valor aos recursos naturais utilizados por estes grupos e a reinvenção de lugares de turismo aproveitando as alternativas desenvolvidas por eles. A capacidade dependerá da efetiva liberdade desses sujeitos efetivamente poderem escolher e decidir com liberdade, potencializando os resultados dessas escolhas dotadas de alteridade e autodeterminação. Do contrário, se promoverá uma exclusão territorial, melhor dizendo, desterritorialização no seu sentido mais estrito. A desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território como “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (WHELAN E WHELAN, 1995, apud HAESBAERT, 2011).

As vezes em Livramento essa relação com o mundo capitalista é percebida entre seus moradores de forma contraditória, ora ela é vista como uma oportunidade de se garantir reprodução social, ora ela é vista como uma ameaça aos seus territórios de vivência.

Essa insegurança é resultado dos conflitos de interesses, especialmente dos grupos capitalizados, que os fazem criar resistências à penetração dessas relações, através da organização de categorias de interesses e movimentos sociais, como o das Dez Mulheres Indígenas Artesãs que reivindicam reconhecimento como tais e melhorias de assistência social aos seus grupos e a UPILTA, que congrega todas as etnias como Baré, Tikuna, Tariano, Mura, Tukano e Miranha que vivem em Livramento.

Como cidadãos, ele também reivindicam direitos aos seus grupos. Numa atitude politizada de organização, estes grupos demonstram controlar até certo ponto, seus territórios contra o processo de possíveis transformações sociais introduzidas pela lógica estranha às suas, como se pode ver nos relatos a seguir.

[...] Aqui o turismo pra gente é fundamental, mas desde que fique em nossas mãos. (Sr. Astero, 52 anos, presidente da UPILTA).

[...] acho que a intenção do governo em criar a reserva é fazer um local pra turismo. Porque eles fazem a proibição pra ninguém vir morar mais aqui.[...] creio que eles querem entregar tudo para os estrangeiros. (Sr. Chagas, 67 anos, agricultor).

[...] vieram falar de um tal de desenvolvimento sustentável, mas eu não entendo o que é isso, porque eu estou vendo é a derrota”. [...] nós não temos força com o governo, porque somos pequenos. A única forma seria uma autoridade que falasse por nós pra quebrar esses empates e nos deixasse trabalhar como agricultor, cada qual no seu lote, criando, pescando. Não proibindo tudo. (Sr. Chagas, agricultor, 67 anos).

[...] não adianta tanta reserva pra guardar a mata os rios e igarapés, se os turistas vão poluir. Porque todos os igarapés como o do Tupé, Tatu, Lago do Jaraquí, o Lago do Ariaú estão poluídos pelos turistas. (Sra. Maria, 69 anos).

[...] eu prefiro um projeto que todo mundo plante sua roça e leve seus produtos pro governo comprar. E pra fazer essa roça, que a gente escolhesse o mato que deveria ser plantado. (Sra. Valda, 48 anos, artesã)

É fato e não podemos desconsiderar, que a categoria de populações tradicionais, em particular os ribeirinhos de Livramento, é formada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, já sinalizaram que estão receptíveis a constituir um pacto comprometendo-se a uma serie de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais. Nessa perspectiva, mesmo as sociedades que são culturalmente conservacionistas são, não obstante, em algum sentido, neotradicionais ou neoconservacionistas (CARNEIRO et al., 2001).

A idéia do moderno, do progresso, do controle técnico do governo pode até está presente nos discursos dos ribeirinhos de Livramento alheios certamente às convenções e aos acordos sobre os direitos de populações tradicionais em reserva de uso direto.

Em outra perspectiva, tentamos entender as recentes mobilizações, por parte de grupos da Calha do Rio Negro, tanto do Alto como do Baixo Rio Negro que inovam ao reivindicarem articulação de suas culturas ao conhecimento dos ecossistemas, estimulando laços de solidariedade entre as comunidades locais pela politização de aspectos específicos que lhes são comuns. Essas relações de solidariedade mobilizam piaçabeiro, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas (do arumã, do tucum, dos cipós ambé e titica) e artesãos, propiciando as circunstâncias necessárias para a formação de inúmeras associações e entidades representativas destas referidas categorias sociais (ALMEIDA, 2010).

A trajetória recente destas lutas tem mostrado certas conquistas e o reconhecimento de direitos, o que nos permite concluir pela existência de um processo no qual esses grupos estão garantindo apresentarem-se, com aval de sua história, perante a sociedade moderna ocidental, com experiências de conservação da natureza, sem prejudicar, muito pelo contrário, a sua reprodução social e cultural.

7. PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE LIVRAMENTO SOBRE OS SEUS TERRITÓRIOS DE VIDA E TRABALHO.

7.1 Olhares alternativos sobre a realidade

A cada reinvenção da Amazônia, através de políticas públicas com projetos, programas, investidas de grupos e governos, quem arca com as consequências são justamente aqueles que não tiveram a chance de participar desse processo. Para transformar essa situação, precisamos conhecer e envolver esses atores para mudar o *status quo* que perdura nesse cenário. Os agentes sociais de Livramento são pessoas deixadas de lado nos processos decisórios de criação e gestão da reserva onde estão vivendo e tentando se reproduzir. Sempre tem alguém que decide por eles e sabe o que é melhor para eles. Nunca alguém parou para perguntar-lhes o que querem, quais suas aspirações, anseios, enfim quais seu valores subjetivos capazes de influenciar na conservação do lugar onde vivem.

Tentamos mostrar que a vida tranquila, que o observador imagina, não é tão fácil quanto se pensa. As lutas políticas vêm fazendo parte do cotidiano das populações amazônicas, em particular, em Livramento já alguns anos. Neste capítulo, tentamos mostrar como isso se processa no cotidiano dessas pessoas.

Para tanto, fez-se necessário conhecer o que estes moradores pensam sobre o lugar que vivem e usam para obter reprodução social levantando-se suas percepções sobre: o que significa a REDES do Tupé para eles, quais as vantagens de morar em uma reserva de uso sustentável, suas atitudes de cuidado com o lugar de abrigo e trabalho, suas afetividades com o lugar, bem como suas expectativas. Considera-se que lugar e cidadania estão interligados e envolvem além dos direitos a uma vida digna, o respeito ao modo de vida e a identidade cultural (FURLAN, 2000).

A percepção do ambiente acontece pela interação dos estímulos sensoriais e pela estruturação cognitiva da informação. Engloba, portanto, o aparato físico dos sentidos e o olhar subjetivo da mente. Ou seja, a percepção é a maneira como olhamos o mundo e como os valores são projetados sobre ele. A percepção também carrega um forte componente cultural, pois depende de crenças, experiências, tradições, ideias e contextos socioeconômicos (TUAN, 1983; YOUNÉS; GARAY, 2006).

Portanto, conhecer o significado dado ao lugar pelos moradores nos permite determinar configurações da inter-relação pessoas-ambiente, na medida em que possibilita desvelar os valores atribuídos ao espaço em que vivem. Tais valores podem nos indicar aspectos fundamentais do comportamento relativo à conservação dos recursos naturais e de convivência social. As entrevistas realizadas com os moradores de Livramento demonstram que suas respostas partem de valores e atitudes que não se explicam apenas pelas relações de trabalho, tendo fundamentos simbólicos e no imaginário social. Denotando que o território como lugar e a identidade, não podem ser compreendidos em si mesmos, há sempre uma mediação com os objetos ou a materialidade e a possibilidade de seu uso.

7.2 Significado da REDES do Tupé para os moradores

A nomenclatura dada a um determinado lugar não é função léxica, mas incorpora significado que são transmitidos culturalmente e permitem uma unidade e identidade daqueles que o habitam. Para Mello (2011), a formação da identidade do lugar e a relação entre a pessoa e toda aura que a envolve é essencial. Experiências, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. Por símbolo entende-se a parte representativa do todo (TUAN, 1980).

O Significado dado à localidade como REDES do Tupé é particularmente revelador das práticas cotidianas dos moradores e daqueles que ali desenvolvem alguma atividade social. Como o status “REDES do Tupe é uma determinação que veio de fora, portanto, estranha aos moradores, é comum que haja uma incerteza, mais sobre o nome e seu status do que o lugar em si representa às pessoas que lá vivem.

Quando indagados sobre o que representa para eles viver em uma reserva de desenvolvimento sustentável com o fito de se verificar o entendimento deles sobre área de conservação, obteve-se as seguintes falas:

“Para mim e para maioria dos moradores, a reserva serve como exemplo de conservação e como manter a natureza estável. Isso baseado na nossa cultura”. (Sra. Maria Silva, 59 anos, agricultora aposentada).

“É uma coisa que considero muito, porque a gente pode contar com ela, por exemplo: Fartura de caça, peixe se a gente não deixar os outros tirarem” (Sueli, 55 anos, presidente do Clube de Mães de Livramento).

“Aqui é um lugar de sossego, onde a gente escolheu pra viver porque a gente não suporta a cidade. A vida agitada não nos atrai. Aqui a gente vive...” (Astéro, 52 anos, presidente da UPILTA).

“A reserva pra mim significa que a gente pode tirar daqui mesmo para comer e beber, sem fazer extravagância. Se matar, comer sem deixar apodrecer. Também não pegar aqui e vender lá em Manaus, isso não pode. Só pode vender aqui pra vizinhança”. (Sra. Maria, 69 anos, artesã).

“Antes a gente podia trabalhar – fazer carvão, caçar, pescar, fazer roça pra nossa farinha, hoje temos que nos ajoelhar para os homens de lá. (Naval, 83 anos, agricultor).

“A reserva significa um momento de desespero, desemprego, e muita humilhação pro povo indígena. Reserva pra mim era onde a gente morava, onde outras pessoas não podiam destruir a mata, não podiam tirar coisas de lá, só o índio” (Diana, 36 anos, artesã).

“Eu não sei o significa essa tal de reserva sustentável, que não sustenta nada. Onde não se pode fazer nada, agente não pode viver de vento. (Dilaura, 19 anos, artesã).

Nessa forma de entendimento, os moradores se referem ao lugar como um território com novas formas de uso social, de modo que sobressai o olhar e a sensibilização ao cuidado das espécies da biodiversidade que compõem o ambiente, juntos com as pessoas que lá convivem. Na proposta de sua criação, a REDES do Tupé veio carregada de expectativas, mesmo que isso tenha causado algumas decepções e insatisfações, ora ela é vista como uma extensão do território de produção do trabalho e garantia de subsistência, bem como lugar de abrigo seguro para viver e se reproduzir, ora ela é entendida como esperança de vida cerceada pelas contradições das políticas públicas que *“prometem melhorias, mas estas nunca chegam ou quando se pede permissão para se fazer roça, estas demoram e quando chegam já passou o tempo de plantar”*, o que acaba promovendo impactos negativos nas práticas e costumes destas populações o que faz criar um clima de animosidade entre os grupos sociais .

Sobre estas percepções, Infield (2001) pontua que as pessoas vivem imersas em um ambiente pleno de significados simbólicos. Logo, indivíduos diferentes percebem a natureza por meio de um conjunto de valores que influenciam sua maneira de interpretá-la. Assim, o conhecimento desses valores mutáveis e subjetivos por parte dos gestores de UCs permite o desenvolvimento de um pensamento mais flexível sobre o manejo de áreas protegidas.

Levando-se em conta seus valores subjetivos, dentro de uma perspectiva ideal, a REDES do Tupé é percebida pelos moradores em quatro tipos de territórios: a) território de

trabalho e abrigo seguro; b) território de preservação; c) território de libertação e d) território de incertezas.

Como território de trabalho e moradia segura se caracteriza pela REDES do Tupé ser percebida como uma solução ao problema de uso dos recursos necessários às suas práticas culturais e como um lugar de morada sem a possibilidade de ser retirado a qualquer momento pelo órgão gestor. Quanto ao território de preservação, este se caracteriza pela REDES do Tupé ser entendida como uma solução para o problema de proteção dos recursos visando seu uso no futuro. Já o território de libertação se caracteriza pela possibilidade de vir resolver os constantes conflitos e ameaças inerentes aos interesses de grupos externos. O território de incertezas emerge, pela REDES do Tupé ser entendida como uma incógnita na vida dos moradores e suas famílias, ou seja, os moradores não sabem se ela vai ser boa ou ruim agora e no futuro.

Nesta perspectiva, entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e apropriação de espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (como seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (como seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc. (Haesbaert, 2011).

Essas multiterritorialidade empreendidas pelos moradores de Livramento confirma que o território ultrapassa o uso que fazem dele. A articulação e a organização dos lugares em territórios geram um fluxo de informações, significados e afetividades. O sentimento de estar em casa é relativo à sensação de se estar no seu território. A territorialidade é o conjunto de representações nos quais vai desembocar em toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos (GUATTARI E ROLNIK, 2000).

Pode-se dizer que o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, se forma em um lugar que resulta da apropriação e controle por parte dos moradores que vivem em Livramento. As formas de territorialidades vão se mostrar diferentes em relação aos tipos de uso do solo (lugar) e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso.

Portanto, reconhecer os valores subjetivos das populações que historicamente ocupam territórios de proteção, em particular, da REDES do Tupé, democratiza o debate da conservação, porém as tensões advêm quando estes territórios são manejados em termos de

valores do mundo científico, desconsiderando os saberes e fazeres locais. Na realidade, o que se deseja é chamar a atenção para a necessidade do envolvimento das populações ribeirinhas de Livramento na formulação de políticas de manejo da reserva na qual estão inseridos.

7.3 Atitudes de proteção e cuidado com o lugar

O saber e o fazer tradicional representa um enorme, porém, subvalorizado capital humano para a construção do desenvolvimento sustentável da Amazônia. O conhecimento dos índios, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, varzeiros, piaçabeiro, arumãzeiros, quebradeiras-de-coco em geral é a chave para a proteção e utilização sustentável dos ecossistemas naturais. Esses saberes são fundamentais para a construção de sistemas de bom manejo florestal.

O cuidado necessário para a proteção das florestas tem sido amplamente divulgado e enfatizado como uma prática entre todas as sociedades e por isso vem fazendo parte das agendas ambientais no mundo.

Para Gerharddt e Almeida (2005), a sensibilidade ambiental representa um produto e um processo de reelaboração de valores sociais e individuais. Não obstante, esses valores e conjunto de percepções representam uma parte do patrimônio cultural dos grupos sociais que se relacionam com áreas protegidas. No entanto, como o presente trabalho apresenta olhares e práticas alternativas e também complementares para o manejo e a proteção de uma reserva de desenvolvimento sustentável, amplia-se a importância da compreensão e do respeito a esses parâmetros culturais.

Um dos conflitos enfrentado pelos moradores de Livramento é a questão da retirada clandestina de recursos da reserva como madeiras e a entrada de barcos de pesca comercial por parte de grandes empresas de Manaus. Os moradores também percebem a necessidade de mudança de comportamento ecológico de alguns membros da comunidade com relação a práticas desregradas de uso de recursos, que acabam criando competições e desentendimentos entre os mesmos, conforme relatam:

“Não deixar os outros de fora pescar, caçar e levar tudo e deixar a gente sem nada. Nesse ponto ela ajuda a preservar”. (Sr. Chagas, 67 anos).

“Pra conservar a gente vai cultivar, né. Não deixar os outros acabem com as coisas. Mas isso a gente já vem trazendo de muito tempo, desde nossos pais. A gente faz uma roça onde a gente pode cultivar e colher tudinho. Não derrubar mata e queimar mais de 20 hectares, como já fizeram aqui, derrubando todo o pau que prestava. A gente derruba só onde vai cultivar, porque se estragar tudinho, de onde a gente vai tirar madeira?, de onde a gente vai tirar vara?” (D. Maria, 69 anos).

“Não sei o que é plano de manejo, quando foi pra assinar pra ser reserva, nenhum comunitário sabia” (Diana, 36 anos).

“Muita madeira bonita é roubada daqui, até hoje. Outras pessoas estranhas vem aqui tiraram madeira, mas se um de nós fizer isso, somos denunciados”. “Nossos problemas são com os moradores daqui mesmo da comunidade e com o pessoal de Manaus que vem aqui roubar madeiras” (Sr. Astéro, 52 anos).

“Em tempo de cheia, vem os barcos de luxo de Manaus pra cá, jogam lixo, muito lixo aí mesmo nessa ponta. Nossas canoas ancoradas na beira ficam todas quebradas por causa do banzeiro dos barcos grandes” (Sr. Chagas, 67 anos).

“Naquela mata bruta, não vou mexer, porque ela está perto da trilha do olho d’água de onde minha família pega água para beber, porque quando a gente tira, ela seca a água, aquece a terra e aí se perde” (Sr. Naval, 83 anos).

“Os próprios comunitários devem cuidar da comunidade para não deixar os outros invadirem”. (Dilaura, 22 anos).

“Quando a gente escava aqui, se encontra potes de cerâmicas antigas, aí a gente enterra de novo porque a gente sabe que é proibido por Lei. Mas muitos de fora já vieram tirar as urnas e outros objetos daqui” (Sr. Astéro, 52 anos).

“Nosso objetivo é criar forças para resistir e lutar em favor de nossas terras”. (Sra. Maria, 69 anos).

As percepções que os moradores têm sobre como cuidar da floresta, dos rios e todos os recursos naturais em sua volta é resultado de uma complexa rede de significados que está associada a vários fatores, sejam pelos fatores próprios do ambiente, por exemplo, a abundância ou escassez ou por fatores socioculturais, como os valores dados a determinados recursos. Esses fatores oscilam historicamente e podem ser mais ou menos importantes em certas épocas, como no caso do extrativismo florestal e a pesca respectivamente.

Ampliando esta questão, a fim de se comparar a realidade, estudos sobre as percepções que se tem sobre como cuidar da floresta entre os moradores da Resex do Rio Unini no município de Barcelos, região do alto rio Negro, constatou que está surgindo uma nova tendência comportamental de proteção da floresta entre os residentes. Tais como atitudes

individuais de abandono de comportamento predatório, como evitar desmatamentos, derrubadas, queimadas etc., já estão sendo adotados, inclusive em maior número que a aquisição de comportamentos organizativos, como ter fiscalização, ter programa de educação ambiental, ter plano de manejo, etc.. Tendo-se, portanto, o florescer de uma nova atitude socioambiental, que vem sendo construída ao longo dos anos (HUGUCHI, et al., 2010).

Observa-se que os moradores de Livramento guardam semelhanças com aquelas populações, especialmente no que se refere a atitudes voluntárias de proteção ambiental, no sentido de adotarem formas moderadas de uso de recursos e serem vigilantes a retiradas destes por estranhos que invadem seus espaços. Isso demonstra que em certa medida, estes moradores manifestam uma preocupação ecológica, o que é extremamente positivo, considerando o clima de insatisfação com as restrições sobre suas práticas culturais reinantes em Livramento. Fato que poderia gerar efeito contrário. Tuan (1980) acredita, por exemplo, que os valores construídos pela percepção do lugar têm mais poder em criar uma postura crítica no indivíduo. Isso tem conotações tanto positivas (atitudes de defesa) quanto negativas (antagonismo).

Os relatos pontuam também, que os moradores reconhecem que algumas práticas culturais na comunidade são contrárias à preservação da floresta, como não desmatar onde não vai plantar, não escavar onde tem sítio arqueológico etc., demonstrando o interesse de mudança. Porém, para estes mesmos moradores, a adoção de um novo repertório de práticas sociais, mais ecologicamente orientadas, como um possível plano de manejo, é ainda um campo desconhecido que gera insegurança e de certa forma eles se sentem desamparados. Essa situação se manifesta nos pedidos de licença para fazer roçados, casa de madeira, retirar madeiras e palhas, enfim, usar recursos de suas práticas de costumes. Não obstante, suas atitudes positivas de cuidado e defesa do lugar de abrigo e uso, de certa forma, é uma transformação que requer tempo e um esforço contínuo dos que se acham envolvidos no processo, seja moradores ou gestores.

Chama atenção o fato destes moradores perceberem que, uma forma de proteger e garantir seus territórios pode ser conseguida pela união e mobilização de seus grupos, demonstrando existir uma consciência política entre os mesmos, o que pode em muito, ajudar-lhes em suas intenções. Isso justifica o aumento de formação de grupos de categorias representativas formadas por eles, manifestando-se dessa maneira, um processo de empoderamento capaz de ajudá-los no processo de gestão ambiental desejada.

Vale ressaltar que, na Amazônia um modelo que vem servindo de parâmetro de gestão participativa em unidades de proteção, no caso Reservas Indígenas, é o dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre que, através do mapeamento participativo construíram juntos o Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos Kaxinawá, Ashininka e outros que, em muito vem atendendo as necessidades daquelas populações (GAVAZZI, 2012).

7.4 Expectativas e projeções futuras em Livramento

Criar novas unidades de conservação é um passo importante, mas não suficiente para proteger a Amazônia. Precisamos fazer com que essas áreas sejam bem administradas e cumpram as funções para as quais foram criadas. Infelizmente, a maior parte das unidades de conservação existem apenas no papel, salvo raríssimas exceções.

Segundo O'Brien (2003), existe uma tendência no planejamento ambiental à quantificação dos fenômenos sociais e ecológicos, em detrimento da atenção às vidas privadas e às experiências subjetivas. No entanto, a compreensão de uma determinada ação social depende do olhar sobre os significados que a constituem e da busca das motivações para as pessoas agirem de certa maneira. Na realidade o autor está refletindo sobre a questão da assimetria que há entre o discurso dos agentes sociais políticos e as percepções das sociedades inseridas em territórios protegidos.

Em Livramento, devido a vários conflitos enfrentados pelas proibições, indefinição fundiária, ausência de diálogo entre governo e comunidade, paira entre os moradores uma desconfiança latente e um pessimismo velado sobre o futuro de seus destinos. Isto se agrava, conforme observam o aumento de mobilização por parte de outras comunidades vizinhas do Baixo Rio Negro, reivindicando direitos e melhorias, principalmente o aval do governo para explorar o turismo. Essa situação de insegurança e instabilidade se observa em seus relatos.

“Vejo, que o que a gente pretende de Livramento, a gente não vai conseguir. Essa reserva deve acabar daqui mais um pouco, porque Manaus está crescendo e com certeza pra este lado. Livramento deve estar nos planos de alguns grandes empresários pra ser local de grandes hotéis. Porque eu vi isso faz 30 anos, no começo de tudo, na planta do homem que se dizia dono destas terras” (Astero, 52 anos).

“Todo mundo fala que isso aqui está em estudo... estudo..., então isso gera muita insegurança entre nós”. (Sueli, 55 anos).

“Apesar dos pesares eu quero ficar aqui, porque a idade não me permite mais explorar outro lugar. Quero morrer aqui. Quero passar o resto de minha vida aqui” (Sr. Naval, 83 anos).

“Nós da UPILTA e somos reconhecidos pela SEMMAS e pela Secretaria do turismo. A gente pretende se organizar para trabalhar com turismo”. (Astéro, 52 anos).

“A pessoa que quer vida digna para os filhos, pra não passar fome, andar descalço ou nú, tem que ir pra Manaus, como meu marido que passa a semana todinha trabalhando lá em Manaus, dorme na firma e só vem no sábado pra casa”. (Diana, 36 anos).

“Quero mudar daqui, porque aqui ninguém nos ajuda. Eu vejo a volta dos portugueses na minha visão, porque a SEMMAS está fazendo a mesma coisa que os portugueses fizeram lá atrás... é isso a volta dos portugueses”. (Diana, 36 anos).

“A Associação das Dez Mulheres Indígenas Artesãs está passando por processo de reconhecimento em Manaus. Hoje somos 15 mulheres, mas pode aumentar depende de quem quiser participar. Quando estiver reconhecida vamos puxar pra cá posto de saúde e escola indígena. Porque aqui, muitas crianças indígenas têm sofrido preconceito, “mangam” (caçoam) dela na escola. Os índios que participam são de etnia Baré, Tikuna, Dani, Sateré-Mawé, Miranha e outros. Aqui tem mais de 50 famílias indígenas” (D. Maria, 69 anos)..

“Criamos a UPILTA com o objetivo de unir nossos povos. Mas principalmente para tentar melhorar nossa perspectiva de vida. Também nosso objetivo é criar forças para resistir e lutar em favor de nossas terras”.
“Vamos trabalhar com turismo quando a maloca tiver pronta, eles são trazidos pelos guias dos hotéis Ariaú e Tropical”.

“Aqui estão todos os meus filhos, minha família. Aqui nasceram mais cinco, quero que eles continuem aqui, mas que o governo nos dê condições de vida” (Sr. Chagas, 67 anos).

“Aqui, na atual circunstâncias, o turismo de base comunitária é a saída pra gente sobreviver. Aqui está faltando alguma coisa pra gente galgar um degrau” (Sueli, 55 anos).

Conforme as falas, os moradores enfatizam o turismo como possibilidades de levar benefícios para a comunidade, nessa perspectiva eles pontuam as seguintes situações dentro de suas expectativas: a) o turismo pode ser uma possibilidade de melhoria de vida; b) o turismo pode representar a perda de território para os empresários de Manaus que estão se

expandindo; c) o turismo pode ser uma possibilidade de garantir território e melhoria de vida; d) não há expectativas de futuro em Livramento e por isso o morador vai embora; e e) apesar dos pesares o morador quer permanecer em Livramento.

Para entender as várias formas de suas expectativas em torno do turismo, deve-se considerar o fato de que a REDES do Tupé está inserida na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo coordenado pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), que inclui 14 municípios, dentre eles Manaus (SEMMAS, 2008).

O que justifica a inserção da REDES do Tupé e por conseguinte Livramento na rota oficial do turismo de Manaus, são seus atrativos naturais que atraem visitantes, principalmente para a praia do Tupé, que mesmo fora de Livramento, seus moradores costumam no verão se deslocar para lá afim de comercializar seus produtos, bem como explorar comércio de bebidas e alimentos entre os “banhistas” de Manaus e de outros lugares que para lá se dirigem em busca de lazer. O mesmo discurso serve para as praias do entorno da comunidade como Praia do Livramento, Praia do Luciano, Escondidinho e Praia do Amor que também recebem grandes levadas de visitantes chegados de “barcos de recreio”.

Assim, a possibilidade de obter ganhos extras na época de verão explorando comércio de produtos diversos, inclusive a produção de artesanato, cria uma expectativa de otimismo entre estes moradores pela lógica de seus ganhos. Não existindo, por enquanto, a menor possibilidade por parte destes em abandonar tais atividades.

Por outro ângulo, os moradores percebem que Manaus está se expandindo para aquela direção, principalmente com a facilidade de travessia pela ponte Rio Negro e também pelos novos e luxuosos condomínios que já chegaram e estão chegando próximos da margem do rio Negro, especialmente na área da Ponta Negra, local de acesso ao flutuante-porto de onde saem as voadeiras para Livramento. Portanto, a expansão metropolitana de Manaus é vista pelos moradores como uma ameaça aos seus territórios de vida e reprodução.

Segundo Almeida (2010), as transformações sociais e econômicas em curso no Baixo Rio Negro podem estar lhe tirando a unidade, que como grande rio historicamente estabeleceu. A justificativa para isso, segundo este autor, é o intenso aumento dos empreendimentos e obras de infraestrutura no Baixo Rio Negro que evidenciam um contraste econômico aparente. Isso gera, segundo este autor, outros questionamentos tais como “a construção da ponte Rio Negro, ligação rodoviária com o Rio Solimões, chácaras, áreas de lazer, balneários, hotéis de selva, loteamentos e especulação imobiliária, pesca esportiva e outros empreendimentos

turísticos que se opõem aos extrativismos que prevalecem no Alto, Médio e pode-se dizer, no Baixo Rio Negro. Tais transformações levam este autor a questionar sobre a “vocaço” dessa regio, que seria principalmente, geopoltica ou se trata de uma imensa rea destinada a preservao ambiental, como vem ocorrendo (ALMEIDA, et al., 2010).

Estes relatos nos do argumentos para embasar a terceira percepo dos moradores de Livramento sobre suas expectativas para o futuro, no caso, a possibilidade de na contramo, as novas relaes introduzidas com as empresas de turismo que, esto se ramificando no Baixo Rio Negro serem oportunidades de permanecerem em seus territrios e garantir melhorias de vida, considerando os interesses mesmo antagnicos de ambas as partes. Seria uma reapropriao dos espaos, dito melhor, em que a apropriao prevaleceria sobre a dominao, pois os espaos apropriados por excelncia seria “o espao do prazer” (Lefebvre, 1986).

Finalmente, surgem as duas ltimas categorias de expectativas com projees ambguas, que mostram que os lugares de nossas experincias podem ser transitrios e/ou permanentes. A efemeridade dos lugares seria, em parte, advinda das metamorfoses operacionalizadas pelos homens no incessante monta-e-desmonta e na “destruio criativa” dos mais diversos recantos e, por outro lado, aos nossos valores, ambiguidades e temores. (MELLO, 2011).

Depreende-se assim, que no plano ideal, as expectativas dos moradores de Livramento em trabalhar com o turismo seria na realidade, uma nova forma de reterritorializao posto que, o territrio como base material ou espacial da sociedade no justifica o discurso da desterritorializao, assim como no h desespacializao, como inerente existncia do mundo (POLERE, 1999). O que ocorreria entre os moradores de Livramento, neste caso, seria uma multiterritorialidade ou um processo de permanente movimento e devir, multiterritorializao, considerada pelos autores a mais expressiva forma de se consolidar a permanncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Pelo visto as unidades de conservação na Amazônia, em especial em Manaus, ainda padecem de uma falta de atenção recorrente. Problemas sociais crônicos, graves e urgentes acabam fazendo com que estas áreas percam as funções para a quais foram criadas.

Percebe-se uma singularidade no modo de viver do ribeirinho de Livramento, que se adaptando às condições de ambiente com limitações ecológicas e respeitando os ciclos das águas do Rio Negro, sabe ser agricultor, criador de animais e extrator de produtos vegetais e animais quando praticam caça e pesca.

Diante desse quadro, podemos dizer que a vida destes ribeirinhos se constitui na verdade um sistema. Suas diferentes atividades econômicas e sociais permitem esse grupo ter um bem-sucedido processo adaptativo.

Todos os aspectos da sua vida estão ligados e têm sua razão de ser neste sistema. Pode-se dizer que não se trata de uma cultura formada por crenças ou costumes fora do lugar, mas de pensamentos e práticas coerentes com a natureza (adaptação) e com a sociedade (tradições de vida indígenas) comuns na Amazônia. Alguns elementos podem ter sido influência de outras culturas, mas hoje são partes do sistema cultural dos ribeirinhos de Livramento que compõem o Baixo Rio Negro.

Na invisibilidade social, estes criativos moradores enfrentam conflitos das mais diversas ordens expressas nas proibições sobre suas práticas cotidianas, precária infraestrutura no que tange saneamento, saúde, educação e até ameaças veladas de punições por parte da agência gestora. Tudo por conta da ausência de políticas que contemplem suas inserções nas decisões de suas demandas que deveriam nortear a gestão da reserva, o que acaba gerando um ambiente de inseguranças e animosidades.

Para contornar os impactos das restrições a que vem sofrendo, estes moradores, através de seus saberes e fazeres vem reinventando seus lugares de abrigo e trabalho na tentativa de manterem a reprodução de vida física e social.

Os múltiplos territórios empreendidos por essa população, representados pelos quintais, sítios e roças, dentro da dinâmica espaço-temporal, confere uma rica agrobiodiversidade e mostra que possuem um refinado sistema de cultivo e manejo de recursos baseado no sistema agroflorestal. Além do que, suas formas de relações pessoais e cotidianas expressas em seus rituais e lugares de cosmologias demonstram ter um estoque cultural que lhes garantem poder e resistência à expropriação de seus territórios.

Os sítios, concomitante com as roças, são tidos como espaços de produção característicos do ribeirão de terra firme que não só fornecem alimentos frutíferos aos seus membros, ocupando lugar relevante em sua dieta alimentar, como também podem ser comercializados, dependendo da safra.

Os sítios também são espaços de experimentação, bancos de germoplasma, onde espécies conhecidas e novas são testadas, sempre levando em consideração o ciclo das águas, principalmente, o histórico das cheias quando tudo fica mais próximo e fácil de transportar.

Na Amazônia, o ribeirão de terra firme, em particular o de Livramento tal qual o ribeirão da várzea, também tem o costume de praticar o pousio – tradicional/arbustivo (abandona-se a terra e deixa-se que a natureza faça seu trabalho, formando a chamada vegetação de capoeira) ou manejado, ou seja, o local é semeado com mudas de bananeiras, canas e outras árvores frutíferas, permitindo que espécies florestais espontâneas se misturem as espécies cultivadas.

Como se pode ver, ao contrário do que se imagina, estas populações também adotam uma série de atitudes de manejo baseadas em suas culturas tais como intercâmbio de sementes, aproveitamento de capoeiras, disseminação de sementes através do espalho manual, fazem replantio de sementes de espécies de árvores mortas e caídas na floresta, praticam beneficiamento de palmeiras e cultivam dezenas de variedades de tubérculos como mandiocas e macaxeiras, fazem experiências de espécies de outros ecossistemas como a mandioca “olhodinha” da várzea, que bem se adaptou em solo de margem do rio Negro, mostrando com isso que têm competências para ajudar a conservar o território da reserva onde estão inseridos, sem deixar de retirar seus sustentos.

O trabalho dos agricultores de Livramento enquadra-se na categoria de produtores familiares, cujas condições de trabalho são rudimentares e nenhum deles vive exclusivamente das atividades extrativistas. Provavelmente, devido à natureza sazonal dessa atividade, às muitas dificuldades de com elas auferirem ganhos, mas principalmente pelas restrições impostas na atividade.

A agricultura familiar, por ser uma das principais atividades de subsistência comum entre as comunidades do Baixo Rio Negro, em especial da comunidade de Livramento, pode se converter em serviços ambientais garantindo alimentos tanto para aquela população como também, se for bem planejada e estimulada, abastecer comunidades do entorno e até Manaus através de uma cadeia produtiva florestal garantindo fonte de renda e melhores condições de vida a estas pessoas.

Outro aspecto a se pontuar é a possibilidade de se promover o avanço no manejo da floresta através do inventário florestal com o cadastro das árvores das variedades de interesse, de modo a se trabalhar com o maior número de espécies possível. Além disso, deve ser elaborado um calendário de produção (época de floração, coleta e produção), buscando garantir renda durante todo o ano.

Uma outra possibilidade é se promover conservação aproveitando o saber local das populações da REDES do Tupé, em especial dos moradores de Livramento, inserindo-os no projeto RED (Redução de Emissões do Desmatamento) à exemplo da RDS do Juma já citado, através do mecanismo financeiro de geração de crédito de carbono oriundo da Redução de Emissões do Desmatamento, como já vem sendo planejado pelo Governo do Amazonas e implementado naquela reserva.

A valorização dos serviços ambientais prestados pela floresta manejada pelos moradores de Livramento pode ser uma excelente oportunidade de se angariar recursos financeiros através do mecanismo RED por parte do Governo Municipal, os quais podem ser revertidos em benefícios sociais e ambientais na área dessa comunidade, ensejando programas ou atividades baseados no modelo da RDS do Juma, nas áreas de fortalecimento da fiscalização e controle ambiental; geração de renda através de negócios sustentáveis; desenvolvimento comunitário; pesquisa científica; educação e até pagamento direto por serviços ambientais através do programa bolsa floresta, que é uma política do governo do Amazonas que vem sendo desenvolvido no sentido de desestimular o desmatamento entre os povos da floresta.

Apesar dos impactos negativos da criação da REDES do Tupé sobre suas práticas cotidianas, que estão desestabilizando seus modos de vida, a presença da reserva como mão do Estado, ainda oferece resistência contra a varredura que o capitalismo pode provocar sobre essa área. Isso porque o Estado Nacional se coloca, neste esquema, como a instituição que busca exercer a soberania perante o território e, através do ordenamento territorial público, conciliar a apropriação do espaço e dos recursos entre a diversidade de sujeitos na esteira da sociedade civil e destes com os interesses estatais.

Porém, a presença do Estado por si só, ainda não é suficiente, o ideal é inserir esta comunidade no contexto de gestão participativa de forma integrada aproveitando o potencial de seus conhecimentos, que já deram provas que são compatíveis com os objetivos a que se propõem com a conservação da área, ressaltando-se, que construir territórios efetivamente

significa acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria natureza.

A comunidade demonstra que tem um processo de aprendizagem – o fazer dos mapas mentais de seus lugares pode ser aproveitado como proposta de gestão territorial e ambiental capaz de lhes restaurar suas práticas e levar qualidade de vida para eles. Vários exemplos demonstram que integrar o conhecimento científico e o tradicional ainda é a melhor resposta para garantir sustentabilidade e qualidade de vida com respeito às diferenças.

A experiência do mapeamento participativo dos territórios de usos dos recursos também pode se constituir como uma poderosa ferramenta para subsidiar o empoderamento local e os processos de econegociação, ou seja, envolvimento e mobilização dos comunitários na busca pelas melhorias socioambientais. Os resultados do mapeamento mental participativo podem subsidiar o Plano de Manejo de Livramento e servir de parâmetros para as demais comunidades que integram a reserva, propondo ações para a resolução dos conflitos e ajudar no reordenamento territorial na região.

É importante que se amplie esta experiência em outras comunidades inseridas em UCs para que sejam os protagonistas do trabalho de gestão de suas terras, dando-lhes um passo a mais para autonomia e fortalecimento de suas reivindicações.

Um olhar sobre o passado de Livramento nos ajuda a compreender o presente e a tirar as lições pertinentes que ajudarão a construir, com mais segurança o futuro de seus moradores. O desafio de melhorar a efetividade de gestão das unidades de conservação ainda é um constructo que demanda cooperação entre uma vasta gama de profissionais.

Entende-se que o maior desafio imposto às UCs do baixo Rio Negro, em especial a REDES do Tupé, onde se encontra a comunidade de Livramento, é transformar o cenário de exclusão social por qual passam suas populações, numa oportunidade de se construir um novo modelo de desenvolvimento regional. Para tanto, urge que se reconheçam os aspectos socioculturais dos povos tradicionais que lá habitam, buscar entendê-los e respeitá-los como sistemas legítimos de gestão do território e dos recursos naturais numa perspectiva de diálogo intercultural e de cogestão é um passo significativo no ordenamento territorial e no desenvolvimento de projetos de etnodesenvolvimento e conservação da biodiversidade.

Percebe-se que em meio as suas formas de se organizarem em categorias representativas como Associação das Dez Mulheres Indígenas Artesãs, União dos Povos Indígenas de Livramento e do Tarumã Mirim e Açu, Clube de Mães de Livramento, Clube de Jovens de Livramento, Associação de Moradores de Livramento estas populações

demonstram certo grau de politização para reivindicarem aspectos específicos que lhes são comuns. Dessa maneira, os ribeirinhos de Livramento se aliam às mobilizações e lutas dos piaçabeiro, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas do arumã, do tucum, do cipó ambé e titica e dos artesãos de todo o Rio Negro, por afirmação dos direitos territoriais.

Vale ressaltar, que já existe conforme Almeida (2010), uma mobilização por parte das comunidades tradicionais do Alto e Médio Rio Negro, representadas pela Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), pela Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) para que seus conhecimentos de manejo e modos de cultivo, principalmente da mandioca e outras espécies alimentares cultivadas por estes povos sejam convertidas em “Patrimônio Cultural Brasileiro”. O processo de registro já está tramitando no Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

Isso significa que os saberes e fazeres dos agricultores de Livramento verificados em suas práticas de cultivo e manejo, que lhes rendem alta diversidade de espécies tanto de mandiocas como de outros alimentos dentro do sistema agroflorestal, bem como suas adaptações às próprias limitações do ecossistema onde vivem, lhes permite compartilhar do mesmo benefício dos daqueles do Alto e Médio Rio Negro e assim, perpetuar suas culturas e seus territórios.

A necessária articulação entre biodiversidade e sociodiversidade que permeia a Lei do SNUC para se conseguir desenvolvimento sustentável, só será possível mediante uma compreensão e valorização das experiências das populações amazônicas, em particular, dos ribeirinhos de Livramento na utilização e conservação da biodiversidade, enfatizando-se que esta está sendo desperdiçada pela falta de reconhecimento do potencial econômico das espécies nativas lá encontradas que poderiam ser aproveitadas para alimentos, óleos vegetais brutos, produtos fitoterápicos e cosméticos, fármacos e tanto outros. Nossa preocupação é com a sobrevivência dessas culturas mediante as ameaças do modo de produção capitalista que os rondam e que podem lhes tirar o direito de serem os beneficiados desses serviços ambientais.

Essa preocupação se justifica devido à negligência histórica imposta sobre os conhecimentos das populações amazônicas ao longo de sua ocupação e que se acirraram, sobretudo, no final do século XX pela globalização. É fato, que as relações entre populações tradicionais e seus territórios estão cada vez mais afetadas pelo modo de produção capitalista,

e neste sistema a produção e o consumo estão intrinsicamente relacionados à poluição, à destruição ambiental e principalmente, à desagregação e até extermínio de grupos étnicos.

Não obstante, devemos considerar que as restrições impostas sobre as atividades das populações de Livramento os fazem buscar alternativas econômicas que eles consideram ser de baixo impacto ambiental, como o turismo ecológico, aproveitando o potencial de recursos naturais que integra a paisagem da reserva. Para tanto, eles se mobilizam e reivindicam a ajuda do poder público no sentido de lhes dar apoio na ordenação desta atividade.

A reinvenção dos lugares de turismo, expressa no mapa mental por esta população, é percebida como uma oportunidade de demonstrar poder e controle sobre seus territórios contra possíveis ameaças de expropriação por parte de grupos hegemônicos com interesses na mesma atividade, só que com lógicas diferentes. Enquanto os primeiros pretendem utilizar o espaço como abrigo e uso a fim de manterem reprodução de vida, os segundos pretendem impor poder e explorar a natureza como se fossem mercadorias, além de expropriar o trabalho, as riquezas, os valores e os saberes de quem nela vive.

Aliás, um problema central da Amazônia, em especial da região do Baixo Rio Negro, é a contradição entre os interesses nacionais e internacionais de um lado (proteção do meio ambiente) e os interesses dos ribeirinhos (garantia do próprio sustento) do outro. Essas divergências de interesses vem fazendo com que as populações amazônicas vivam um paradoxo gritante. Estão socioeconomicamente muito pobres, com problemas graves de saúde, educação, nutrição etc., mas são extremamente ricos em recursos florestais e conhecimento que poderiam estar a serviço deles. Se houver políticas apropriadas, as populações tradicionais indígenas e não indígenas da Amazônia, em particular, de Livramento podem caminhar rapidamente para a autosustentabilidade, deixando para trás a dependência de programas assistenciais dos governos e tomando o controle sobre o seu processo de desenvolvimento.

Portanto, ao se criar uma figura territorial como uma RDS sem a participação das comunidades locais, as perspectivas de gestão local das populações envolvidas são postas na invisibilidade ou não são compreendidas pelo estado. O que poderá advir disto é uma quebra sistemática e abrangente de regras e um abandono das responsabilidades tradicionais sobre o espaço. Desta forma, quem era dono se torna invasor ou morador, na perspectiva dos órgãos gestores, e injustiçado na visão local.

Esperamos que a experiência empreendida neste trabalho possa se aprofundar e permitir no futuro, a elaboração de um modelo de gestão territorial e ambiental pautado no

princípio da governança, onde mecanismos de participação se convertam em empoderamento daqueles moradores e forcem o cumprimento de seus objetivos almejados, por parte dos gestores públicos. Fica aqui o convite a outros profissionais para se integrarem nesse esforço.

Precisamos ter a humildade de aprender e ensinar como usar de forma sustentável nossa floresta. Esta luta envolve cientista, seringueiros, ribeirinhos, varzeiros, piaçabeiro, arumãzeiros, pescadores, quebradeiras de cocô, quilombolas, as dez mulheres artesãs de Livramento, donas de casa, políticos etc.. Tal como na floresta, as nossas raízes e os nossos destinos se tocam e se entrelaçam. Os vínculos entre os moradores de Livramento e o lugar se estabelecem através de uma relação de dominância e afeição (TUAN, 1980), onde o meio ambiente é visto como um animal de estimação a ser cuidado e protegido, mas atuando igualmente como uma concha protetora.

Portanto, qualquer tentativa de expropriação entre estas pessoas, implicará em perda de seus lares e, conseqüentemente, perda de suas almas, já que ambas estão entrelaçadas. As mobilizações dos índios, seringueiros, quilombolas, varzeiros, arumãzeiros, piaçabeiro, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, caiçaras, peconheiros, dez mulheres indígenas artesãs de Livramento e outras populações tradicionais, possuem saberes extremamente valiosos para a construção do bom manejo florestal e de toda a biodiversidade em suas voltas, capazes de lhes manter nos seus lugares e com seus sistemas de organização social, cultural e política rumo à utópica mas não impossível, governança ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H; COLI, L.R.. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD,H (Org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: editora UFRJ/IPPUR, 2008. Cap 1, p.13-44.
- ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- AFONSO DA SILVA, J. Direito Ambiental Constitucional. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 161.
- AGUIAR, J. V. S. *et al.* (org.). História e Memória: Comunidade Nossa Senhora do Livramento. Manaus: ACISAM, 2007. 126 p.
- ALCORN, J. B. 1989. Process as resource: the traditional agricultural ideology of Bora and Huastec resource management and it implications for research. *Economic Botany*, 7: 63-77. In: CARDOSO, T. M. Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM).Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. INPA/UFAM, 2008.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. A. (ed.). O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro/Curitiba: Relume-Dumará/Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/Fundação Konrad Adenauer, 1994.
- ALENCAR, E. F. História da ocupação humana e mobilidade de comunidades rurais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Relatório Final. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá / MCT – Sociedade Civil Mamirauá. Tefé, Am. 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. de. (Org.)... [et al.]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais – v.6, n.1, 2004. – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Henri Acselrad: A Associação, 2004.
- AMEND, S.; AMEND. T. 1995. Balance sheert: Inhabitants in national parks – na unsolvable contradiction? In: National parks without people? The South American experience. Quito and Gland: IUCN and Parques Nacionales Y Conservacion Ambiental, p. 449-66. In:
- AMOROZO, M. C. de M. 2002. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Laverger, MT, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, 16 (2): 189-2003.
- ANGELO FURLAN, S. Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de Conservação Ambiental (situação do Parque estadual da Ilhabela na Ilhabela de São

Sebastião- SP). 2000, 469. Tese de doutoramento em Geografia Física. Departamento de Geografia – FFLCH-USP.

ANDREY, R. 1969 (1967). *The Territorial Imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations*. Londres e Glasgow: Collins.

ARAÚJO, André. *Introdução à Sociologia da Amazônia*. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. Anais, v. 1 Curitiba: IAP/ Unilivre / Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997, p.351-67.

ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). *Etnoconservação: Novos rumos para a Conservação da Natureza*. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2000.

AYRES, D.; AYRES, J. M. (1992). A implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: a experiência de Mamirauá. Atas do Congresso: International interdisciplinary approaches to biodiversity conservation and land use dynamics in the New World. Belo Horizonte. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

AZEVEDO, M.; AZEVEDO, A. N. 2003. *Mitologia Sagrada dos Tukano Hausirõ Porã*. São Gabriel da Cachoeira UNIT/FOIRN. 255p.

BALEÉ, W. 1992a. “Indigenous History and Amazonian Biodiversity”. In: DIEGUES, A.C.S.O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

_____. 1988. “Indigenous Adaptation to Amazonian Palm Forest”. In: DIEGUES, A.C.S.O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

BALÉE, W. 1993. Footprints of the florest Ka`apor ethnobotany: the historical Ecology of plant utilization by an Amazonian People. Nova Iorque: Columbia Univ. Press. In: DIEGUES, A.C.S.; VIANA, V. M. (Org.). *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativo de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999*. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro Lisboa: Edições 70, 2002.

BARRETO FILHO, H.T. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 2v.

_____. *Populações Tradicionais: Introdução à crítica da Ecologia Política de uma noção*. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

BARTOLI, E. Mercantilização da natureza, loteamentos fechados e apropriação da terra urbana na cidade de Manaus. In: OLIVEIRA, J. A de. (Org.). *Espaços Urbanos na Amazônia- visões geográficas*. Manaus: Editora Valer, 2011.

BATISTA, D. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro. Conquista, 1976.

BATISTA, V. da S. et. al. The fishing activity of the river people in the floodplain of the Central Amazon". In: JUNK, WOLFGAN. J. et al.(ed.). *The Central Amazon floodplain: Backhuys Publisher*, 2000, p. 417-431.

BEALS, R. L.; HOIJER, H. Cultura. In: SILVA, B. (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1987.

BAYLEY, P. B.; PETRERE JR., M. Amazon fisheries: assessment methods, current status, and management options. In: DODGE, D. P. (Ed.). *Proceedings of the international Large River Symposium*. Canadian Special Publication of Fisheries and Aquatic Sciences, v. 106, p. 385-398, 1989.

BECKER, B. K. 1997. Novos rumos da política regional: por desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: SILVA, M. do P. S. C. da. *Aqui é melhor do que lá: representação social da vida urbana das populações migrantes e seus impactos socioambientais em Manaus*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. "A geografia e o resgate da geopolítica". *Revista Brasileira de Geografia*, 50 pp. 99-125, 1988.

_____. (2001a). Amazônia: construindo o conceito e a conservação da biodiversidade na prática. In: GARAY, I. e DIAS, B. (orgs.). *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Vozes, p. 92-101.

_____. (2001b). Síntese do processo de ocupação da Amazônia. Lições do passado e desafios do presente. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Causas e dinâmica de desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA.

BECKERMANN, S. Hunting and Fishing in Amazonia: Hold the Answers; What are the Question? Trabalho apresentado na Conferência da Fundação Wenner-Gren, Nova Friburgo, RJ, Junho 2-10, 1989.

BERKES, F. *Sacred ecology: traditional ecological Knowledge and resource management*. Philadelfia: Taylor & Francis, 1999.

BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 176p.

BERNAL, R.J. Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BEZERRA VILAÇA, A. A. do N. Habitação e Ação Pública na Contemporaneidade: um estudo de caso na área central de Manaus. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. 1996. Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Culture (Le Territoire), nº 20. Paris: L'Harmattan.

BRANDÃO, C. R.; Pesquisa Participante. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL, 2000. Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.

BRASIL, 2000. Lei Federal nº 9.985. Art. 18 e 20.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seu meio de vida. Rio de Janeiro: José Olympio. 1964.

_____. Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seu meio de vida. 9ª ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

CAMARGO, L. H. A Ruptura do Meio Ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 2008.

CARNEIRO, R. L. Subsistence and social Structure: an ecological study of the kuikuru, 1957. In MORÁN, E. F. A ecologia humana das populações da Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CARDOSO, T. M. Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM). Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. INPA/UFAM, 2008a.

CARDOSO, T. M. e SILVA, C.O. 2006b. Levantamento das principais espécies utilizadas e aspectos relacionados ao manejo dos quintais agroflorestais por famílias ribeirinhas do Rio Cueiras. Relatório Técnico. Novo Airão: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas.

CARDOSO, T. M., MOSQUEIRA, F., SEMEGHINI, M.G. e KURIHARA, L. P, 2008c. Os povos tradicionais e ordenamento territorial no Baixo Rio Negro numa perspectiva da conservação e seu uso sustentável da biodiversidade. Bensuan, N, (org.). In: Do manejo da paisagem a paisagem do manejo. Brasília: IIEB.

CARVALHO, S. M. S. Ecoturismo: desafios dos comunitários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Amazonas, Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, PPGCIFA. 176 pp.

CDB, Agricultural biological diversity: review of phase I of the programme of work and adoption of a multi-year workprogramme. Quinta reunion ordinaria de la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidade Biológica – COP V/5, Nairobi.

CDB, Convenção da Diversidade Biológica. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Rio de Janeiro: 1992.

CLAY, J. W.; JASON, Paulo de T.B; CLEMENTE, C. R. Biodiversidade Amazônica. Exemplos e estratégias de utilização. Manaus: Inpa/Sebrae – AM, 1999.

CLEMENTE, C. R. “À espera de mercados”. *Scientific American (Brazil)*, Série Amazônia, v. 2, 2008, p. 37-43.

CARVALHO, J. BARBOSA de. Desmatamentos, grilagem e conflitos agrários no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2010.

CASTIEL, L.D. 2004. Promoção de saúde e a sensibilidade epistemológica da categoria comunidade. *Revista Saúde Pública*, 38(5): 615-622.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C.S. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo. HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

CASTRO, F. de. Economia Familiar Cabocla na Várzea do Médio –Baixo Amazonas. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTRO JUNIOR, E. de.; COUTINHO, H. B.; FREITAS, L. ESTEVES. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N.(orgs.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe; SDS *et al.*, 2007. *Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas*.

CHATEAUBRIAND, Annunziata Donadio...[et al.]. In: CHATEAUBRIAND. *Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – REDES do Tupé espacialização e informações da comunidade*. Manaus: UFAM, 2009.

CHERNELA, J. M. 1997. Os cultivares de mandioca na área do Uapês (Tukâno). In: RIBEIRO, B. (org.). *Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia*. 3ª edição. Belém: Editora da UFPA.

CLAY, J. W.; SAMPAIO, P. de T. B; CLEMENT, C. “Alguns produtos florestais e iniciativas para agregar-lhes valor”. In: *Biodiversidade amazônica. Exemplos e estratégias de utilização*. Manaus: INPA/Sebrae – AM, 1999, p. 32-41.

CLEMENT, C. R. 2006. Demand for two classes of traditional agroecological knowledge in modern Amazonia. In: Posey, D. e Balik, M. J. (eds). Human impacts on Amazonia: the role of traditional ecological Knowledge in conservation and development. New York: Columbia University Press: 33-50.

CLEMENTS, C. “À espera de mercados”. Scientific American (Brazil), Série Amazônia, v. 2, 2008, p. 37-43.

CREADO, E. S. J. Rio Unini: a transformação de um rio em um ‘não-lugar’. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 4., 2004, Curitiba. Anais. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004. V.1.p. 436-445.

CORBELLINI, L. M. 2004. Manejo e agrobiodiversidade na agricultura indígena em Barcelos, Rio Negro (AM), Brasil. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COLCHESTER, M. (2000). Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C.S. Etnoconservação : Novos Rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo. Hucitec: Nupaub.USP, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, R. L. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p.39-68, 1987.

COSTA NETO, A. R.; TELLO, J. R.. ; COSTA, L. A da. ; VIANA, A. L. ; BUHRING, R. Gestão dos espaços naturais de Manaus: uma interpretação da sensibilização e participação pública na conservação de áreas protegidas. Acta Amaz. vol.40 no.4 Manaus Dec. 2010.

COSTA, R. HAESBAERT da. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, F. de A. Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia. Belém: Cejup, 1998.

COUTINHO, F. S. da N. Os espaços territoriais especialmente protegidos e as zonas de proteção no direito ambiental brasileiro. In: BENJAMIN, Antônio Herman (org.). Paisagem, natureza e direito. São Paulo: Imprensa Oficial, v. 2, 2005.

CUNHA, M.C da; ALMEIDA, M. W. B de. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios.(orgs). João P. R. Capobianco *et al.*, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-93.

CUNHA, L. H. e COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, L. H. e GUERRA. T. (Orgs.) A questão ambiental. Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 45-80.

CUNHA, M. C. da. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. Artigo publicado em Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios., org. CAPOBIANCO, J.P. R. et al., São Paulo. Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.

DAVENPORT, L. E RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafio do futuro. In: SPERGEL, B. E TERBORGH, J. (orgs.) Tornando os parques eficientes: estratégia para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: ed. Da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, 518 p.

DAVIS, S. The victims of the miracle: development and indians of Brazil. Cambridge, Cambridge University Press, 1977. In: BARRETO FILHO, H.T. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 2v.

DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 484p. In: MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

DENEVAN, W. 1966. The Aboriginal Cultural Geography of the Ilanos de Mojos, Bolívia. Berkeley: University of California Publ. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

DESCOLLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, E. e PINTO, F. Faces do Trópico Úmido, Ed. Cejup, Belém. 1997.

DIAS, C. de J. e ALMEIDA, M. B. Boletim Rede Amazônica, ano 3, nº1, Rio de Janeiro, 2004, p 9-19.

DIEGUES, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática. 1983.

DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: Novos rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A de C. C. (Orgs.). Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Nupaub - USP, 2001a.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001b.

DIEGUES, A.C.S.; VIANA, V. M. (Orgs.). Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativo de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC, 2004.

DIEGUES, A.C.S.; NOGARA, P. J. N. O nosso lugar virou parque: estudos socioambientais do Saco de Mamangá – Parati – Rio de Janeiro. 3ª ed. São Paulo: Nupaub, USP, 2005.

DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

_____. 1992. "Sustainable Developing and Peoples's Participation in Wetland Ecosystem Conservation in Brazil: Two Comparative Studies". In: DIEGUES, A.C.S. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIXON, J.A.; SHERMAN, P.B. (1991). Economics of Protected Areas: a new look at benefits and costs. Londres: Earthscan Publications, Ltd. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: Novos rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2000.

DOMINGUES, Beatriz H. Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição. Rio de Janeiro: COPPE, 1996.

DOWIE, M. Refugiados da Conservação. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

ELOY, L. 2005. Entre ville et forêt: Le future de l'agriculture amérindienne em question. Thèse, Institut des Hautes Études d'Amérique Latine, Paris. In: CARDOSO, T. M. Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM). Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. INPA/UFAM, 2008.

EMPERAIRE, L. e PERONI, N. 2007. Traditional management of agrobiodiversity in Brazil: a case study of manioc. Human Ecology, 35: 761 – 768. In: CARDOSO, T. M. Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM). Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. INPA/UFAM, 2008.

EMPERAIRE, L. 2006. História de plantas, história de vida: uma abordagem integrada da diversidade agrícola tradicional na Amazônia. In: Kubo, R. R. et al. (org.). Atualidades em etnobiologia e etnoecologia, 3. Recife: NUPEEA/SBEE: 187 - 197.

_____. 2002. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca na Amazônia Brasileira. In: Capobianco, J. P. R. *et al.* (org.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental.

EIA/RIMA, Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental da RDS do Tupé. Projeto Luz Para Todos. MANAUS ENERGIA S.A. Manaus: SEMMA, 2007.

EVANS, C. 1955. New Archaeological Interpretation in Northeastern South America. Aboriginal Culture History. Washington, D. C. : Anthropological Society of Washington.

FAMURS. Meio Ambiente na Administração Municipal: Diretrizes para Gestão Ambiental Municipal. Porto Alegre: Edição FAMURS, 1998.

FEARNSIDE, P. M. 1989. Extractive Reserves in Brazilian Amazonia: An opportunity to maintain tropical rain forest under sustainable use. *Bio Science*, 39 (6): 387-93. In: MORÁN, E. F. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

FERNDON, E. 1959. Agriculture Potencial and the Development of Cultures. *Southwestern Journal of Antropology*. 15: 1-19. In: MORÁN, E. F. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

FENG, J.; WANG, T.; Qi S., Xie C. 2005. Land degradation in the source region of the Yellow River, northeast Qinghai- Xizang Plateau: classification and evaluation. *Environmental Geology*, 47:459-466.

FITKAU, E. J. ; KLINGE, H. On biomass and tropic structure of the Central Amazonian rain forest ecosystem. *Biotropica*, 5 (1): 2-14. 1973.

FONSECA, G. A. B. ; PINTO, L. P. S. Parcerias entre os setores públicos e privados: o papel das ONGs. In: LOPES, I. V. et al. (eds). *Gestão Ambiental no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 295 – 346.

FORESTA, R. Amazon conservation in the age of development: the limits of providence. Gainesville, University of Florida Press, 1991. In: BARRETO FILHO, H.T. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 2v.

POWERAKER, J. *The Struggler for Land: a Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to The Present Day*. New York: Cambridge University Press. In: MELLO, N. A. DE. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

FRASE, J. A. ; CARDOSO, T. M. ; JUNQUEIRA, A. B. ; FALCÃO, N.; CLEMENT, C. R. 2007. Historical ecology and dark Earth in whitewater and blackwater landscapes: comparing the Middle Madeira and Lower Negro rivers. In: CARDOSO, T. M. *Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM)*. Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. INPA/UFAM, 2008.

FRAXE, T. DE J. P. Os povos amazônicos – identidades e práticas culturais. In: *Pesquisa Interdisciplinar em ciências do meio ambiente*. Org. PEREIRA. H. dos S. *et al.* .Manaus: EDUA. 2009. 320 p.

FREITAS, M. C. da S. Os amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de. (Org.). *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FURLAN, S. A. Lugar e Cidadania: Implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental – situação do Parque Estadual da Ilhabela na Ilha de São Sebastião; Tese de Doutorado. São Paulo; Departamento de Geografia – FFLCH – USP; 2000.

FUTEMA, C.; CASTRO, F. ;SILVA-FORSBERG, M. C.; OSTROM, E. The emergence and outcomes of collective actions: na institucional and ecosystem approach. *Society and Natural*

Resource, 15: 503-22, 2002. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

FVA. (Fundação Vitória Amazônica). Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA/IBAMA, 1998, 246 p.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: proposta e projetos. In: BRANDÃO, C. R. (org.). Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999, 4ª reimpressão, 2010.

GALVÃO, E.; MOREIRA NETO, C. 1974. Introdução. In: FERREIRA, A. R. Viagens Filosóficas pelas capitanias do Grão Pará, Rio, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Cons. Fed. de Cultura, Memória, Antropológica. Rio de Janeiro.

GALVÃO, E. Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GANBINO, R. 1991 I Parchi naturali problemi ed esperienze di pianificazione nel contesto ambientale. Roma: La Nuova Italia Scientifica. In: MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

GARCÍA, J. L. 1996. Antropologia del Territorio. Madri: Taller de Ediciones. In: COSTA, Rogério H. da. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à mutiterritorialidade.

GATTI, Bernadete Angelin. Grupo focal na pesquisa nas ciências sociais e humanas. Brasília: Liber livro, 2005.

GAVAZZI, R. A. Agrofloresta e Cartografia Indígena: gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GENTIL, J. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém – Médio Amazonas. Boletim do Museo Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, 4: 118 – 205, 1988.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*. História de uma polêmica (1750-1900). Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GERMAN, L.A. Ecological praxis and blackwater ecosystems: A case study from the Brazilian Amazon. *Human Ecology*, v.32, n.6, p.653-683, 2004. In: In: CARDOSO, T. M. Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM). Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais. INPA/UFAM, 2008.

GERHARDT, C., ALMEIDA, J (Jul./dez. 2005). A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente e Sociedade*, v. 8, n.2, p. 1-31.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAGLIARDI, J. M. O Inígena e a República. São Paulo: Hucitec/Edusp/SECSP. 1989.

GODELIER, M. 1984. L'idéal et le materiel. Paris: Fayard. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: Novos rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2008.

GÓMEZ – POMPA ; KAUS, A. 1992. “Taming the wilderness mith” . In: DIEGUES, A.C.S.; VIANA, V. M. (Org.). Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativo de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC, 2004.

_____. 1971. “Possible papel de la vegetación de la flora tropical”.In: Biotropica 3(2): 125-35.

GÓMEZ – POMPA, A.; VASQUEZ-YANES & GUEVARA, C. 1972. “The Tropical Rainforest: a Nonrenewable Resource”.In: Science 177: 762-5.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GROSS, D. 1975. “Protein Capture and Cultural development in the Amazon Basin”. American Anthropologist, 77 (3): 526-549. In: MORAN, E. F. 1977. Estratégias de Sobrevivência: o uso de Recursos ao Longo da Rodovia Transamazônica. Acta Amazônica 7 (3): 363-379.

GOLDMAM, I. 1948. Tribes of the Vaupes-Caquetá Region. Handbook of South American Indians. Vol. 3, p. 763-798. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

GOODLAND, R. 1982. Tribal People and Economic Development: Human Ecological Considerations. Washington DC: The World Bank. In: DIEGUES, A.C.S. Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo. Hucitec: Nupaub.USP, 2000.

GORDON, R. J. 1985. Conserving Bushmen to extinction in Southern Africa, in: COLCHESTER, M. (ed.). An End to Laughter? Tribal peoples and economic development. Survival International Review, 44: 28-42, Londres.

GOTTMANN, J. The significance of territory. Charlottesville/United States of America: University Press of Virginia, 1973.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N.(orgs.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUZMÁN, D. de A. Índios Misturados, Caboclos e Curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), século XVIII e XIX. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

GUERRA, A. J. T., COELHO, M. C. N. (Org.). Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUIMARÃES, R. P. The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil. Boulder (CO), Lynn Rienner, 1991. In: BARRETO FILHO, H.T. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 2v.

GUATARRI, F. e ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do desejo. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. da C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

HARRISON, J.; MILLER, K.; MACNEELY, J. 1982. The world coverage of protected areas: development goals and environmental needs In: MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

HARRIS, M. Presente Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Temo. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

HEMMING, John. 1978. Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians. Cambridge: Harvad University Press. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

HIGUCHI, N.; SANTOS, J. ; JARDIM, F.C.S. 1982. Tamanho de parcelas amostrais para inventários florestais. Acta Amazônica, 12 (1): 91 – 103.

_____; PEREIRA, H. dos S.; SANTOS, J.; LIMA, A.J.N.; HIGUCHI, F.G.; HIGUCHI, M.I.G.; AYRES, I.G.S.S. Governos locais amazônicos e as questões climáticas globais. Manaus: Edição dos autores, 2009.

HIGUCHI, M.I.G.; RIBEIRO, M.N.L.; SANTOS, C.H.F., THEODOROVITZ, I.J. Vida Social das comunidades próximas e pertencentes à Flona do Pau Rosa- Maués-AM. Relatório Técnico. Manaus: INPA/IBAMA-ICMBio, 2009b.

HIGUCHI, M.I.G.; RIBEIRO, M.N.L.; THEODOROVITZ, I.J. Vida Social das comunidades da Resex do Baixo Juruá-AM. Relatório Técnico. Manaus: INPA/IBAMA-ICMBio, 2006.

HIGUCHI, M.I.G.; TOLEDO, R.F.; RIBEIRO, M.N.L.; SILVA, K. Vida Social das comunidades da Resex Auati-Paraná, Fonte Boa-AM. Relatório Técnico. Manaus:INPA/IBAMA-ICMBio, 2008a.

HIGUCHI, M.I.G.; BRUNO, A.C.; SILVA, V.R.G.; SANTOS, C.H.F.; SOUZA, I.L.F.; SAMPAIO, C.A.; TOLEDO, R.F.; RIBEIRO, M.N.L. Vida Social das comunidades próximas e pertencentes à Resex Lago do Capanã Grande, Fonte Boa -AM. Relatório Técnico. Manaus:INPA/IBAMA-ICMBio, 2008b.

HIGUCHI, M. I. G. ; THEODOROVITZ, I.J. Agrofloresta e seus recursos: estudo das percepções dos moradores das RESEX do Rio UNINI e entorno. Relatório Final. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA. Manaus – AM, 2010.

HILL, J. and E. F. Morán. 1983. Adaptative Strategies of Wakuenai People of the Rio Negro Basin. R. Hames and W. Vickers (Org.). Adaptive Responses of Native Amazonians. New York Academic Press, p. 113-135.

HOGAN, D. J. 1993. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES, H. & COSTA, H. População e meio ambiente: debates e desafio (org.). São Paulo, Editora SENAC, São Paulo: 2000.

HOLANDA, S.B. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo, 2000. Braziliense/Publifolha. 452p.

HUMBOLDT, A. von 1852. Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Region of America, 1799 – 1804. 3 vols. London: H. G. Bohn.

IANNI, OCTÁVIO. Teoria da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1996, p. 89.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1991).(http: www.ibge.gov.br), acessado em 08/10/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000).(http: www.ibge.gov.br), acessado em 15/12/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil. Rio de Janeiro, 2010. : www.ibge.gov.br), acessado em 11/11/2010.

ICM (Instituto Chico Mendes), 2008. Brazilian Protected Areas. Brasília: MMA. In: DIEGUES, A.C.S.O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

IMAZON: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia Site: [HTTP://www.imazon.org/index.asp](http://www.imazon.org/index.asp). visitado em: 02/04/2011 às 22:44.

IPÊ. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Plano de Gestão do PERN Setor Sul. Manaus , 2007. Disponível em **ipe@ipe.org.br**

IPÊ. 2008. Plano de Gestão do Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul. Relatório Parcial, Volume 1, Versão 2.

IPÊ. 2007. Projeto Etnobotânica e Manejo Agroflorestal. Relatório Técnico Parcial, Novo Airão.

JAZEN, D. H. 1974. Tropical Blackwater river, animals and mast fruiting by the Dipterocarpaceae. Biotropica. 6 (2): 69-103.

JOHNSON, A. 1989. How the Machigenga Manage Resources: Conservation or Exploitation of Nature? Advances in Economic Botany. 7: 213-222. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (Org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: editora UFRJ/IPPUR, 2008. Cap. 2, p.45-70.

KEMF, E. (ed.). 1993. Indigenous People an Protected Areas: the law of mother earth. Londres: Earthscan Publications, Ltd. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: Novos rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2000.

LACOSTE-DUJARDIN, C. (1977) “A relação de inquérito”. In: Revista Hérodote – stratégies géographies idéologies. Paris, nº8.

LARRÈRE, C. e LARRÈRE, R. 1977. Du bon usage de la nature: pour une philosophie de l’environnement. Paris: Aubier. In: DIEGUES, A.C.S.O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

LATHRAP, D. The upper Amazon, 1968. In: MÓRAN, E. F. A ecologia humana das populações da Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

LATOUR, B.1991. Nous n’avons jamais été modernis. Paris: La Découvert.

LEDEC, G. & GOODLAND, R. (1998). Wildlands: their protection and management in economic development. Washigton DC: The World Bank. In: In: DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação : novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo. Hucitec: Nupaub.USP, 2000.

LEFEBVRE, HENRY. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

-----, H. La Producion de L’Espace. Paris: Antropos. 1986.

LEFF, E. Saberes ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: ESTERCI, Neide; LIMA, Débora; LÉNA, Philippe. **Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

LEONARDI, V. 1999.Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Editora UNB: Paralelo 15.

LÈVIS-STRAUSS, C. 1989. O pensamento selvagem. Papyrus Ed. Campinas. In: DIEGUES, A.C.S. Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativo de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC, 2004.

_____. A ciência do concreto. In: O pensamento selvagem. Comp. Ed. Nacional. (1962), 1976. p. 20-55.

LIMA, A.C. S. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, D. M. (2001). Políticas ambientais e populações humanas na Amazônia. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA – AYRES, D. M. The social category caboclo: history, social organization, identity, and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian Region (The Middle Solimões) Ph. D. Dissertation, University of Cambridge, Cambridge, 1992. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, D. M. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (Org.). Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia).

LITTLE, M. A. & R. M. GARRUTO. 2000. Human adaptability research into the beginning of the third millennium, Human Biology. 72: 179 – 99 In: MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LOURENÇO JR., J. B. A pecuária na Amazônia. In: HEBETTE, J. (Org.). Ciência e tecnologia para a Amazônia. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Universidade Federal do Pará, 1983, p. 53-78.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MACHLIS, G. E.; TICHNELL, D. L. 1985. The state of the world's parks. Boulder and London: Westview Press, 131p. In: MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

MACNEELY, J. A. 1994. Protected areas for the 21 century: working to provide benefits to society. Biodiversity and Conservation, v. 3, 390-405. In: MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

MACNEELY, J. A.; MILLER, K. R.; REID, W. V.; WERNER, T. B. 1990^a. The Values of Biological Diversity. In: MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

MACGRATH, D.; CASTRO, F.; CÂMARA, E.; FUTEMA, C. Community management of floodplain lakes and the sustainable development of Amazon fisheries. In: PADOCH, C.; AYRES, J. M.; PINEDO-VASQUES, M.; HENDERSON, A. (Eds.). Várzea: diversity, development, and conservation of Amazon's whitewater floodplains. New York: The New York Botanical Garden Press: 1999. P. 59-82.

MALBERG, T. Human Territoriality: Survey of Behavioural Territorialities in Man with Preliminary Analysis and Discussion of Meaning. Lund: Department of Social Geography, 1980.

MARETTI, C. Conservação e valores: relações entre áreas protegidas e indígenas, possíveis conflitos e soluções. In: RICARDO, Fany (org.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

MARGALEF, R. Ecologia. Barcelona: Ediciones Omega S. A., 1995.

MARTINS, J. de S. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIRO, R. A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2003, 392 p.

MEDINA, E. , et al. 1978. Significance of Leaf Temperature in an Amazonian Solerophyll Vegetation. Radiation and Environmental Biophysics 15: 131- 140.

MEGGERS, B. J. Limites ambientais no desenvolvimento da cultura (1954). In: MEGGERS, B. J. Amazônia, a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. Amazônia: A Ilusão de um Paraíso. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

MEIRA, M. 2006. Índios e brancos nas águas pretas: histórias do rio Negro. In: Forline, L.C., Murrieta, R.S.S. e Vieira, I. C. (orgs.). Amazônia além dos 500 anos. Belém : MPEG: 183-226.

MELLO, J. B. F. de. A humanística Perspectiva do Espaço e do Lugar. Revista ACTA Geográfica, ANO V, Nº 9, jan/jun. de 2011. pp. 07-14.

MELLO, N. A. DE. Políticas Trritoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

MELO, M. L de. ; MOURA, H.A de. Migrações para Manaus. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

MENDES DOS SANTOS, G. A desnaturalização da natureza: esboços de uma teoria ameríndia. Estudos Latinoamericanos, 28: 5-26. 2007.

MILARÉ, E. Direito do Ambiente. 3ª. ed. Ver. e atual. São Paulo: RT, 2004.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.80 p.

MIRANDA NETO, M.J. de. O dilema da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

MYERS, T. 1989. The Expansion and Collapse of the Omagua. Trabalho apresentado na Conferência da Fundação Wenner- Gren em Nova Friburgo, RJ. Junho 2-10, 1989.

MONBEIG, P. Les mouvements pionniers en Amérique Latine In Colloque en l'Honneur de Pierre Monbeig: Les phénomènes de "frontière" dans les pays tropicaux. Paris: IHEAL, n. 34. In: MELLO, N. A. DE. Políticas Trritoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTEIRO, J.M. (1992). “Escravidão Indígena e Despovoamento na América Portuguesa: São Paulo e Maranhão”. In: SANTOS, F. J. dos, História geral da Amazônia. Rio de Janeiro: 3. Ed. MEMVAVMEM, 2009.

MORÁN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

_____.1977. Estratégias de Sobrevivência: o uso de Recursos ao Longo da Rodovia Transamazônica. Acta Amazônica 7 (3): 363-379.

_____.Disaggregating Amazonia: a strategy for understanding biological and cultural diversity. In: SPONSEL, L. E. (Ed.) Indigenous people and the future of Amazonia: an ecological antropology of an endangered world. Tucson: The University of Arizona Press, 1995, p. 72-95.

MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico, São Paulo. 2007.

MOREIRA, D. A.O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA NETO, C. de A. Índios da Amazônia: De Maioria a Minoria (1750-1850). Petrópolis, Vozes. 1988.

MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001

MOURA, H. A.; MOREIRA, M. de M. Análise demográfica da regiãoNorte. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.) Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2000. p. 535-568.

MURRIETA, R. S. S. ; DUFOUR, D. L. ; SIQUEIRA, A. D. Food consumption and subsistence in three caboclo population on Marajó Island, Amazonia, Brazil. Human Ecology, 27: 455-75, 1999.

MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W.; BARRETO FILHO, H.; & ADMS, C. 2006. Política Ambiental, Sustentabilidade e Populações Tradicionais. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

NASCIMENTO, I., et al. (org.) Água e Cidadania: Comunidades Rurais doTarumã-Mirim em Manaus/Amazonas – Manaus: ACISAM, 2007. 257p.

NELSON, Edinaldo, et al. (Orgs) BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural. Manaus: INPA, 2005.

NOGUEIRA PINTO, M.D. Mandioca e farinha: subsistência e tradição cultural. Brasília, 2002. Seminário Alimentação e Cultura. Ministério da Cultura, Série Encontros e Estudos 4.

NODA, S. *et al.* 2001. Agricultura familiar: a organização espacial na produção e no turismo. *Parcerias Estratégicas* (12): 84-110.

NUGENT, S. 1993. Amazon caboclo society: an essay in invisibility and peasant economy. Oxford: Berg. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

NUNES COELHO, M.C.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. *Abordagens da Geografia e da Ecologia Política*. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrnad Brasil, 2009. 296p.

O'BRIEN, W. E. 2004. The nature of shifting cultivation: stories of harmony, degradation, and redemption. *Human Ecology*, 30 (4): 483-502. In: CARDOSO, T. M. *Etnoecologia, Construção da Diversidade Agrícola e Manejo da Dinâmica Espaço-Temporal dos Roçados Indígenas no Rio Cueiras, Baixo Rio Negro (AM)*. Monografia. (Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais). INPA/UFAM, 2008a.

OLIVEIRA, I. A. Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 269f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, R.M. de. Zona Franca Meu Amor. *Amazônia em Cadernos*, n 4, out. 1998. Manaus: EDUA, v. 4, p. 231-256, 1998.

OLIVEIRA, L. A. P de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. In: MOURA, H. A. de (Org.) *A pesquisa social na Amazônia: avanço lacunas e prioridades*. Recife: Massangana, 1996. p. 74-102.

OLIVEIRA, A. E. de. 1988. Amazônia: Modificações Sociais e Culturais Decorrentes do Processo de Ocupação Humana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 4 (1): 65-115.

OLIVEIRA, A. E. 1992. “O homem e a preservação da natureza”. In: DIEGUES, A.C.S.O *mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucítec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. (Org.). *Amazônia Desenvolvimento Integração e Ecologia*. São Paulo: CNPq. 1983.

PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 319 p.

PANTOJA FRANCO, M. C. P. *et al.* 2002. Botar Roçado. In: Carneiro da Cunha, M.; Almeida, M. B. (eds). *Enciclopédia da Floresta, o Alto Juruá: Práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.

PARKER, E. The Amazon caboclo: an introduction and overview. Williamsburg: College of William and Mary, p. xvii-li, 1984. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA, D. B. Paradoxos do papel do Estado nas unidades de conservação. In: ZHOURI, A.(org.). A insustentável leveza da política ambiental.Desenvolvimento e conflitosocioambientais. Belo Horizonte: autêntica, 2005.

PEREIRA, K. J. C. Agricultura tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central: um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Amanã e Mamirauá, Amazonas. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear em Agricultura. 2008.

PERES, S. C. Cultura, Política e Identidade na Amazônia: associativismo indígena no baixo Rio Negro. Tese Doutorado, UNICAMP, Campinas. 2003.

PETRERE JR., M. River fisheries in Brazil: a review, Regulated Rivers Research and Management, v. 4, n. 1, p. 1-16, 1989.

PINTON, F. e EMPERAIRE, L. 1992. L'extractivisme em Amazonie brésilienne: um système em crise d'identité. Cah. Sci. Hum., 28 (4): 685-703.

PIRRÓ, M. S. de A. Práticas de pesquisa de Campo Com Comunidades Tradicionais: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela – SP.2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PNDPA, PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA AMADORA. 1999. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 01 out. 2012.

PONTES FILHO, R.P. Estudos de História do Amazonas. Manaus:Valer, 2000.

PORRO, A. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petropolis: Vozes, 1995.

PORTO GONÇALVES, C. W. A. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006, 462 p.

POSEY, D. A. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. São Paulo: UNESP, 1996. Vol. 1, p. 149-157.

POSEY, D. A. Exploração da Biodiversidade e do conhecimento indígena na América latina: desafios á soberania e á velha ordem. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

_____. Et ali. 1984. Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development. Human Organization, 43 (2): 95 – 107.

PRADO, J. C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – PMM. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIOAMBIENTE – SEMMAS: Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Manaus/AM, outubro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – PMM. Projeto GEO Cidades. Relatório Ambiental Urbano Integrado: informe GEO MANAUS, 2002.

PROAMBIENTE. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia. Diagnóstico Rápido e Participativo do Pólo Pioneiro do PROAMBIENTE no Estado do Amazonas – Município de Manaus (Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim) e Município Rio Preto da Eva. Manaus, 2002. 52p.

PROGRAMA TUPÉ– Inserção da REDES do Tupé no mosaico de unidades de conservação da Região do Rio Negro, 2009.

QUEIROZ, M. I. P. 1973. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis- São Paulo: Vozes – Edusp (Estudos Brasileiros, v. 3).

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAYOL, Keila Cristina de Carvalho. Geoinformação como subsídio para o planejamento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé do Tupé. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – FCA/Ufam, 2007.

RATZEL, F. 1988. Géographie Politique. Paris: Economica.

_____. 1990. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: Moraes, A. (Org.) Ratzel. São Paulo: Ática.

REIS, A. C. F. História do Amazonas. Manaus: 1931.

_____. O Processo Histórico da Economia Amazonense. Belém: 1943.

_____. A política de Portugal no Valle Amazônico. Belém: Secult. 1993.

RIBEIRO, B. G. 1990. Classificação dos solos e horticultura Desâna. In: POSEY, D. e OVERAL, W.L. (orgs.). Ethinobiology: implications and applications. Belém: 27-50.

_____. 1995. Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamentos produtivos. São Paulo: Companhia das Letras/EDUSP.

_____. Amazônia Urgente: cinco séculos de história e ecologia. 2ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1992.

RIBEIRO, F. V. Mobilidade residencial em Manaus: uma análise introdutória. Manaus. EDUA, 1999.

RIVAL, L. 2001. Seed and clone: symbolic and social significance of bitter manioc cultivation. In: RIVAL, L. e WHITEHEAD, N. (ed.). Beyond the visible and the material: the amerindianization of society in the work of peter Rivière. Oxford University Press, Oxford.

ROCHA, J. A. Madeira Caída Como Oportunidade Para o Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação no Amazonas, Brasil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Florestas tropicais – CFT/INPA. Manaus, 2010.

- RODRIGUES, J. E. R. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. São Paulo: RT, 2005.
- RODRIGUES, M. Geoprocessamento: um retrato atual. *Revista Fator GIS*, 1(2):20-23. 1993.
- ROSS, E. 1978. Food Taboos. Diet and Hunting Strategy: The Adaptation to Animal in Amazon Cultural Ecology. *Current Antropology* 19:1-36. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- SACK, R. 1986. Human Territoriality: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANCHES, PEDRO et al. 1982. Amazon Basin Soils: Management for Continuous Crop Production. *Science* 216: 821-827.
- SANFORD, R. L., et al. 1985. Amazon Rain Forest Fires. *Science* 227: 53-55. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- SANTILI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SANTOS, M. et al. 2000. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos.
- SDS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. Indicadores de Efetividade da Implementação de Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas.
- SDS/SEUC, 2009. Efetividade de gestão das unidades de conservação do Amazonas, WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Brasília: WWF- Brasil, 2011, 72p.
- SDS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. –Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 2009.
- SAUER, C. O. As plantas cultivadas na América do Sul Tropical. In: Ribeiro, B. (org.). *Suma Etnológica Brasileira: Etnobiologia*. 3ª ed., Belém: Editora da UFPA, 1997.
- SEABRA, G. F. Fundamentos e Perspectivas da Geografia. João Pessoa: Editora UFPB, 1997. In: *Geografia: Revista da Universidade Federal do Amazonas*, v. 3. n. 1/2 jan./dez. 2001.
- SCHERER, E.; OLIVEIRA, J.A. de. (orgs.). *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- SCHRÖDER, M; HIRATA, M. F. Meio ambiente, agricultura familiar e políticas públicas: os desafios do desenvolvimento rural na Amazônia brasileira. In: VIII Congresso Latino Americano de Sociedade Rural (ALASRU). Recife/PE: 2010.

SCHMINK, M. São Félix do Xingu: a caboclo community in transition. In: PARKER, E. (Ed.). *The Amazon caboclo: historical and contemporary perspectives*. Williamsburg, College of William and Mary, 1985, p. 143-66.

SEEGER, A. 1982. Native American and the Conservation of Flora and Fauna in Brazil. E. G. Hallsworth (Org). *Socio-economic Effects and Constraints in Tropical Forest Management*. New York: Wiley, 177-190. In: MORAN, E. F. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Prefeitura Municipal de Manaus – PMM. *Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé*. Manaus/AM, outubro de 2008.

SILLITOE, P. 1998. Knowing the land: soil and resource evaluation and indigenous knowledge. *Soil Use and Management*, 14: 188-193.

SILVA, J. A. da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994.

SILVA, B. (Coord). *Dicionário de ciências sociais*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, M. C. *A construção da Amazônia Lusitana*. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas; Museu Amazônico, 1992, 52 p.

SILVA, M. P. S. C. da. *Representação social sobre meio ambiente dos moradores das comunidades vizinhas à reserva Ducke*. *Relatório técnico científico*. Manaus: INPA/CNPQ/PCI, 1998.

SILVA, F. M. *Crescimento Populacional da Cidade de Manaus e o seu Impacto Sobre o Meio Ambiente*. Monografia apresentada à Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Curso de Economia. Manaus, 2004.

SILVA, A. L. M. da. *Direito do Meio Ambiente e dos recursos naturais*. V. 2 São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, H. P. *Sócio –Ecologia da Saúde e Doença: os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas da Amazônia*. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. *Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, J. I. A. O. *Florestas e seus recursos naturais: impossibilidades de privatizá-los*. In: Gaia Scientia. *Revista do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PRODEMA)*, out., n. 02, p. 203-210, João Pessoa: UFPB/UEPB, 2007.

SILVA, E. C. S. *A dinâmica das relações comunitárias na amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga-AM*. *Dissertação de mestrado*. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2008.

- SILVA, A. L. da. Entre tradições e modernidades: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo no rio Negro, Brasil. In: Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 141-163, jan. –abr. 2011.
- SILVA, D. M. da. ; TELLO, J. C. R. ; COSTA, L. A. da. A influência dos Projetos Municipais Voltados ao Desenvolvimento do Turismo e das Atividades produtivas Familiares e Comerciais na Comunidade de São João do Lago do Tupé no Município de Manaus, Estado do Amazonas. PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. V. 8 Nª 4 pg. 661-667. 2010.
- SIOLI, H. 1951. Zum Alterungsprozess von Flüssen and Flussrypen in Amazonas gebiet. Archiv fü Hydrobiologie 45 (3): 267 – 284. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- SIQUEIRA, João. Levantamento Sociodemográfico –1ºRelatório Parcial ACISAM. 2005. p.15.
- SIQUEIRA, A. D.1997. Ecology of food and nutrition : patterns of land use nutritional status among caboclo population on Marajó Island, Pará, Brazil. Ph. D. Dissertation – Department of Anthropology, Indiana University, Bloomington. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- SUBIRÁ, R. (2002) Unidade de Conservação Municipal: Sauim-Castanheiras. Manaus: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAS, Prefeitura Municipal de Manaus. 2002.
- SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. art.26. Brasil. Lei nº 9.985/2000.
- SOUSA, I.S. A Ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequação no espaço urbano – regional à reprodução do capital, 2013. Tese de Doutorado, 249f.; Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.
- SOUZA, M.L. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SOUZA, J. A. de A. A espacialidade de uma Amazônia ribeirinha face ao urbano: o exemplo de São Domingos do Capim (PA) e o desenvolvimento do turismo. In: Turismo em Análise, v. 20, n. 1, abril, 2009.
- SZKLAROWSKY, L.F. Medidas Provisórias, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, (1991).
- TEIXEIRA, C. C. O aviamento e o barracão na sociedade do seringal: estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFLCH, 1980.
- TEIXEIRA, A. Biodiversidade e políticas ambientais: renovando conceitos para a promoção do desenvolvimento. In: BECKER, B. K. e GARAY, I. Dimensões humanas da biodiversidade. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 9-19.

TERBORG, J. e VAN SCHAIK, C. Por que o mundo necessita de parques? In: SPERGEL, B. e TERBORG, J. (orgs.) Tornando os parques eficientes: estratégia para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. Da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, 518 p.

TOCANTINS, L. Amazônia – natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Biblioteca do Exército, 1982.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência; Tradução: Livia Oliveira; São Paulo. Difel. 1983.

TUAN, Y.F. Topofilia. São Paulo: Defel, 1980.

TURNBULL, C. 1972. The Mountain People. Londres: Simon and Schuster. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: Novos rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2000.

UHL, Christopher. 1983. You Keep a God Forest Down. Natural History. 92:69-79. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

UNITED NATION DEVELOPEMENT PROGRAMME (UNDP) (1994). Conserving Indigenous Knowledge: Integrating Two Systems of Innovation. Estudo independente da Rural Advancement Foundation International, encomendado pelo UNDP. New York: ONU. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

VAN SCHAIK, C. e RIJKSEN, H. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: SPERGEL, B. e TERBORGH, J. (orgs.) Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. Da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, 518 p.

VAZ, F. A. Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta. Rio de Janeiro: Vozes, Revista Cultura Vozes, n. 2, março, 1996.

VERÍSSIMO, J. A pesca na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: DIEGUES, A.C.S.; VIANA, V. M. (Orgs.). Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativo de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado entre 15 e 19 de junho de 1999. São Paulo: Hucitec: Nupaub: CEC, 2004.

VICKERS, W. 1984. The Faunal Components of Lowland South American Hunting Kills. Interciencia 9 (6): 366-376.

VEDERMAN, S.; GARY, K. M e CARROLL, C. R. "The role of institutions and policymaking in conservation". In: MEFFE, G. K.; CARROL, C. R *et al* Principles of conservation biology. Sunderland (Mass), Sinauer Associates, 1994, pp. 466-490.

ZEINAD, A. K. Pesca esportiva no município de Barcelos. FUNBIO, 2003 (Relatório não publicado); e Mourão, R. M. F. Análise da pesca esportiva no Médio Rio Negro. Brasília: Ministério do Turismo/Albatroz Planejamento, 2007.

WCMC. 1998. Protected Areas.

In: http://www.wcmc.org.uk/protected_areas/data/summstat.html/ (17/03/1998). In:

MORSELO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

WEISTEIN, B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (Estudos históricos; 20).

WERNER, D, et al. 1979. Subsistence Productivity and Hunting Effort in Native South American. *Human Ecology* 7: 303-315. In: MORAN, E. F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

WETTERBERG, G. B.; JORGE-PÁDUA, M. T.; QUINTÃO, A. T. B.; PRADO, C. F. P. D. Decade of progress for South american National Parks: 1974-1984. Washington, International Affairs of the National Park Service, U. S. Department of Interior, 1985. In: BARRETO FILHO, H.T. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 2v.

_____. The history and status of South american National Park and na evaluation of selected management options. Michigan, University Microfilms, Ann Arbor, Phd Dissertation, University of Michigan, 1974. In: BARRETO FILHO, H.T. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001. 2v.

WITKOSKI, A. C. Terras, Florestas e as águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

_____; SOUZA, D. S. RIBEIRO de.; FRAXE, T. de J. P. As Unidades de Conservação no Amazonas: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus. In: WOOD, D. 1994. Conserved to death. *Land Use Policy*, v. 11, nº 1. In: GUERRA, A. J. T. , COELHO, M. C. N. (Org.). Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

WORLD BANK. 1982. The Relocation in Connection with the Sardar Sarovar (Narmada) Project. Washington DC: The World Bank, mimeo. In: COLCHESTER, M. (2000). Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo. Hucitec: Nupaub.USP, 2000.

WORLD BANK. 1993. Mid – Term Progress Report of Projects Involving Resettlement. Washington DC: The World Bank, agosto. In: COLCHESTER, M. (2000). Resgatando a

natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza nos trópicos. São Paulo. Hu

WRIGHT, R. M. 1991. Indian slavery in the Northwest Amazon. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 7: 149-79. In: ADAMS, C. Ed.; MURRIETA, R. Ed.; NEVES, W, Ed. Sociedade cabocla amazônica: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

WWW – BRASIL; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Brasília, 2011. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas.

APÊNDICE A

Nome do entrevistado:

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

Naturalidade:

Tempo de moradia:

- **Roteiro de entrevistas abertas para conhecer a percepção ambiental dos moradores:**

- 1) Significado que dão a REDES do Tupé (que objetiva verificar como as pessoas a identificam);
- 2) Atitudes diante da comunidade de Livramento (procura identificar atitudes de cuidado/proteção para com a comunidade);
- 3) Expectativas dos moradores com relação a Livramento (que objetiva verificar o que os moradores esperam da reserva);
- 4) Valoração ambiental (que objetiva verificar o sentimento pelo lugar)

ANEXO 1

Decreto de criação da REDES do Tupé

Diário Oficial do Município de

MANAUS

Manaus, terça-feira, 30 de agosto de 2005.

Número 1313 ANO VI R\$ 1,00

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MANAUS - PMM

DECRETO N.º 8044 DE 25 DE AGOSTO DE 2005.

**CRIA a RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TUPÉ (REDES
do Tupé), localizada na Bacia do Rio
Negro e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS** no uso da competência que lhe confere o artigo 80, IV, C/C 128, I da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**;

CONSIDERANDO que por determinação do inciso III do § 1.º do artigo 225 da Constituição Federal, combinado com o *caput* do artigo 283 da LOMAN, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e que para assegurar a efetividade desse direito, incumbe-lhe definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei n.º 605, de 24 de julho de 2001, que institui o Código Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências, especialmente nos Arts. 33 e ss;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei n.º 671, de 04 de novembro de 2002, que regulamenta o Plano Diretor Urbano e Ambiental, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade de Manaus e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do Município;

CONSIDERANDO os pressupostos da Lei n.º 9.985, de 18 de junho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e o Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

CONSIDERANDO que esta iniciativa estabelece área de conectividade do Corredor Central da Amazônia, sendo este um dos instrumentos de proteção em larga escala para a região;

DECRETA:

Art. 1º- Fica criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé) com área total de 11.973 ha (onze mil, novecentos e setenta e três hectares) e perímetro de 47.056 m (quarenta e sete mil e cinquenta e seis metros), com o objetivo básico de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por estas populações.

Parágrafo Único - Para efeito deste Decreto, considera-se como população tradicional beneficiária, o conjunto de pessoas residentes e domiciliadas nos limites da REDES, no ato de criação dessa reserva, cujas práticas estejam de acordo com os objetivos de conservação.

Art. 2º- A REDES do Tupé apresenta os seguintes limites: começa na confluência do Rio Negro com margem direita do Igarapé Tatu (P1: Lat. -03° 03' 02, 241" e Long. -60° 17' 46,121") e segue por esta até a sua nascente (P2: Lat. -03° 01' 18, 293" e Long. -60° 19' 10, 903"); desse ponto, segue por uma linha reta no sentido sul/norte até o Igarapé Acácia; P3 (Lat. -02° 58' 03,139" e Long. -60° 19' 10, 405") daí, por uma linha mediana, até a confluência com o Igarapé Tarumá-Mirim; P4 (Lat. -02° 57' 25, 023" e Long. -60° 12' 45,624"); em seguida pela margem direita do Igarapé Tarumá-Mirim, até a sua foz com o Rio Negro, P5 (Lat. -03° 01' 42, 851" e Long. -60° 10' 30, 770") seguindo, pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do Igarapé Tatu.

Art. 3º- Constituem objetivos da REDES do Tupé:

I. promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da Reserva, com prioridade para o combate à pobreza e à melhoria das suas condições de vida.

II. garantir a proteção dos atributos ambientais e sócio-culturais existentes na área da Reserva, especialmente através da prática de atividades que não comprometem a integridade dos atributos que justificaram a sua criação e que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico existente;

III. promover a realização de estudos e projetos-piloto, relativos a modelos de desenvolvimento sustentável que possam ser adotados no Município de Manaus, bem como a biodiversidade existente na área da Reserva, para melhor aproveitamento dos resultados em benefício das comunidades locais e regionais;

IV. estabelecer mecanismos que viabilizem à própria comunidade o exercício das atividades de fiscalização e proteção dos recursos da flora, fauna, hídricos, do solo e subsolo, inclusive a extração, produção, transporte, consumo e comercialização dos produtos e subprodutos da Reserva.

V. permitir e incentivar o manejo econômico dos recursos ambientais na área da Reserva, quando estudos técnico-científicos comprovarem sua sustentabilidade e viabilidade ecológica e econômica, obedecendo ao plano da reserva e às demais recomendações e exigências julgadas necessárias, respeitada legislação em vigor.

Art. 4º- A Administração da REDES do Tupé caberá diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, que se servirá do apoio de um Conselho Deliberativo, composto por 03 (três) membros, que serão nomeados por meio de ato do Prefeito Municipal de Manaus e cujas atribuições constarão de Regulamento da REDES do Tupé.

Art. 5º - A política de gestão da REDES do Tupé será estabelecida em Plano de Manejo próprio a ser elaborado pela SEDEMA e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Reserva.

§ 1.º - O Plano de Manejo estabelecerá, dentre outras diretrizes, a regulamentação das atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional para a área da Reserva.

§ 2.º - Até que o Plano de Manejo seja aprovado, a gestão da reserva será pautada nas diretrizes estabelecidas no Regulamento da REDES do Tupé, a ser elaborado pela SEDEMA no prazo de até 06 (seis) meses a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 25 de agosto de 2005.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO N.º 8046, DE 29 DE AGOSTO DE 2005.

RETIFICA O DECRETO N.º 8023, DE 11 DE AGOSTO DE 2005, QUE COMPÕE A COMISSÃO PROVISÓRIA DE ATIVAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DO "FOME ZERO" E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.128, inciso I da Lei orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a edição dos Decretos Municipais ns. 8018/05, 8019/2005, 8020/05, 8022/05 e 8023/05, e

CONSIDERANDO o prazo ativo para que a sociedade civil organizada, as entidades ou instituições que atuem e prestem serviços na área de combate a fome, à desnutrição, à segurança alimentar e nutricional e representantes da indústria e comércio para indicarem representantes para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Manaus – COMSEAN-MAO;

CONSIDERANDO a necessidade de deliberar matérias de relevante interesse público com a participação do controle social,

RESOLVE:

Art. 1º - **RETIFICAR** a composição da Comissão Provisória Especial de Ativação do Controle social do "FOME ZERO", disposta no Decreto n. 8023, de 11 de agosto de 2005, mantida a representação indicada pelo I Seminário "PROGRAMA FOME ZERO – Gestão Municipal", para 16 (dezesesseis) membros, dentre 08 (oito) membros do Governo Municipal e 08 membros Não-Governamental, da seguinte forma:

I - Representantes governamentais, dentre titulares e suplentes das seguintes Secretarias:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC
FABIANA PACÍFICO SEABRA - TITULAR
SAMANTHA KELLY MARCZYNSKI - SUPLENTE

b) Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
DIRCELIA MAIA ORTIZ - TITULAR
ANTONIA MIRTEZ FARIAS PINTO - SUPLENTE

c) Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda - SEMTRA;
ABEL DE FRANÇA PEDRAÇA FILHO - TITULAR
RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA - SUPLENTE

d) Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA
ISMAR LIMAS DOS SANTOS - TITULAR
MARIA JOSÉ SEIXAS DE OLIVEIRA - SUPLENTE

e) Secretaria Municipal de Abastecimento, Mercados e Feiras - SEMAF
GRISelda LEONARDO AMORIM DA SILVA - TITULAR
MARIA REGINA DOS SANTOS - SUPLENTE

f) Secretaria Municipal de Defesa Civil - SEMDEC
GUTEMBERG S. DE QUEIROZ JUNIOR - TITULAR
TONY GRAY DA SILVA FERREIRA - SUPLENTE

g) Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico e Serviços Públicos - SEMOSB
MARIA DAS GRAÇAS SOARES FEITOSA - TITULAR
INÊS MARIA PEREIRA DE CASTRO - SUPLENTE

h) Secretaria Municipal de Infância e Juventude - SEMINF
DOMÍCIO MATEUS GARMENHA - TITULAR
CÉLIO AUGUSTO COSTA DO NASCIMENTO - SUPLENTE

II - Representantes não governamentais, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante sindical – CUT
MARIA DO SOCORRO RODRIGUES CARIOCA

b) 01 (um) representante indígena – COIAB
MARIA MIQUELINA BARRETO MACHADO

c) 02 (dois) representantes comunitários, escolhidos dentre representantes da FAC, FECOAM e CUC
FÁBIO GOMES MORAES
RONALDO MOREIRA DOS SANTOS]

d) 01 (um) representante da Arquidiocese de Manaus, dentre titular e suplente
CAMILO GOMES DE ASSUNÇÃO
MARIA AUXILIADORA G. DO NASCIMENTO

e) (01) representante evangélico, dentre titular e suplente
HELENA ALVES DIAS

f) 03 (três) representantes do TALHER
FRANCISCO DOS SANTOS
SEBASTIÃO PINHEIRO MAGALHÃES
MARFELY FARIAS FRIETAS

Art. 2º - A duração dos trabalhos da Comissão Provisória Especial encerra-se com a instalação definitiva do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Manaus – COMSEAN/MAO, ativado através do 8018, de 11 de agosto de 2005.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Manaus, 29 de agosto de 2005.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

ANEXO 2

carta ao então secretário da SEMMAS solicitando o consentimento para se realizar a pesquisa

Governo do Estado do Amazonas

Of. Nº 01/2012 – UEA/MDGEO/COORD

Data: 05/11/2012

Da: Coordenação do MINTER e DINTER de Geografia Humana e Geografia Física – Convênio USP-UEA

Para: Ilmo. Sr. Secretário de Educação Municipal
MD. Dr. Mauro Lippi

Prezado Senhor:

Servimo-nos do presente para solicitar o consentimento de V.Sa. para uso de uma sala da Escola Municipal São José, comunidade do Livramento, no dia 10/11/2012 a partir das 10h, com a finalidade de realização de um mapa mental participativo, para fins de pesquisa do doutorado intitulado ESPAÇO DE VIDA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO DA REDES do TUPÉ/MANAUS – AM, sob a responsabilidade da pesquisadora EDILENE DA SILVA MADURO, aluna do doutorado em Geografia Física do convênio USP/UEA.

Assim, colocamo-nos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos, nos telefones de contato da pesquisadora responsável – (92) 99851035.

Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Maria de Nazaré de Souza Ribeiro

Coordenadora do Doutorado em Geografia Física – DO MINTER e DINTER de Geografia Humana e Geografia Física – Convênio USP-UEA

Sub Se
3632 2456
Mux.

3632-2065

RECEBIDO	SEMED/PROTO
	E-DOC: 142383
	DATA: 05/11/12
	HORA: 16:00
	ASS: [assinatura]

Universidade do estado do Amazonas
Av. Djalma Batista, 3578 – Chapada
CEP: 69050-010 /Manaus – AM
www.uea.edu.br

ANEXO 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE a líder comunitária

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado (a) a participar de um estudo científico denominado **“Espaço de Vida Numa Unidade de Conservação: um estudo com uma comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – REDES do TUPÉ – Manaus - AM”**. A pesquisa tem como objetivo Investigar as implicações da criação da REDES do Tupé no modo de vida dos moradores da comunidade de Livramento.

A sua participação no estudo acontecerá por meio de permissão para coleta de informações feita por uma pesquisadora, aluna do curso de Doutorado em Geografia Física da Universidade de São Paulo – USP, Programa DINTER entre UEA/USP. A pesquisa coletará informações sobre as REDES no Tupé. Os Riscos da sua participação no estudo são mínimos ou inexistentes sejam eles físicos ou emocionais. O principal benefício esperado caso o (a) Sr. (a). participe do estudo é que o(a) Sr(a) estará possibilitando a todos os moradores da circunvizinhança sua participação na gestão e tomadas de decisão que tragam benefícios aos moradores da reserva do Tupé. Durante todo o período do estudo o(a) Sr(a) será acompanhado pela coordenadora da pesquisa que ficará à sua disposição para qualquer tipo de esclarecimentos que o(a) Sr.(a) necessite envolvendo informações mais aprofundadas do que está sendo estudado e do modo (metodologia) de como está sendo feito o estudo. Há qualquer momento o(a) Sr.(a) poderá se recusar a participar da pesquisa ou retirar o seu consentimento de uso das informações coletadas sem que lhe ocorra nenhum tipo de prejuízo.

Todas as informações coletadas serão sigilosas e privativas. Por este motivo o(a) Sr(a) receberá um número de identificação que impedirá a associação entre as informações e a sua pessoa. Para participar da pesquisa o(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa financeira. No caso o(a) Sr.(a) sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, será indenizado pela pesquisadora responsável. Para participar desta pesquisa, o(a) Sr.(a) deverá assinar este documento dando seu consentimento para participar da mesma. O documento também será assinado pela pesquisadora responsável – assinaturas ao final do documento.

Eu, _____, documento de identidade (RG) 130.6667-6, declaro que concordo em participar do estudo denominado, **“Espaço de Vida Numa Unidade de Conservação: um estudo com uma comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – REDES do TUPÉ – Manaus - AM”**, e que quando fui convidado a participar do mesmo me foi explicado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do qual me foi fornecida uma cópia. Neste termo me foi explicado que: (1) as informações que forneci serão sigilosas e privadas; (2); os riscos da minha participação no estudo são mínimos ou inexistentes (3) que a qualquer momento poderei questionar ou pedir informações adicionais sobre o estudo; (4) que a qualquer momento poderei me retirar do estudo sem que ocorra nenhum prejuízo à minha pessoa; (5) que não terei nenhuma despesa financeira relacionada com o estudo. (6) No caso de eu sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, serei indenizado pela pesquisadora responsável. (7) que a pesquisadora responsável Edilene da Silva Maduro estará à minha disposição, através do endereço: Rua .12., Nº 3, Q. 13, bairro .de Santo Agostinho, CEP 69035-001, Manaus – AM e-mail: esmaduro_8@hotmail.com; Telefone: ..(92) 9985-1035.

Manaus, 12 / 05 / 2012

Assinatura do voluntário

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Universidade do Estado do Amazonas/Universidade de São Paulo
Prof. Msc. Edilene da Silva Maduro (Coordenadora do Projeto de Pesquisa)

ANEXO 4

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE dos moradores participantes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado (a) a participar de um estudo científico denominado **“ESPAÇOS DE VIDA NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO COM UMA COMUNIDADE DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - REDES DO TUPÉ/MANAUS – AM”**.

A pesquisa tem como objetivo analisar os impactos socioambientais e seus efeitos no modo de vida dos moradores de Livramento a partir da criação da REDES do Tupé.

A sua participação no estudo acontecerá por meio de permissão para coleta de informações feita por uma pesquisadora, aluna do curso de Doutorado em Geografia Física da Universidade de São Paulo – USP, Programa DINTER entre UEA/USP. A pesquisa coletará informações sobre as REDES no Tupé. Os **Riscos da sua participação no estudo são mínimos ou inexistentes** sejam eles físicos ou emocionais. O principal **benefício esperado** caso o (a) Sr(a). participe do estudo é que o(a) Sr(a) **estará possibilitando a todos os moradores da circunvizinhança sua participação na gestão e tomadas de decisão que tragam benefícios aos moradores da reserva do Tupé. Durante todo o período do estudo o(a) Sr(a) será acompanhado pela coordenadora da pesquisa** que ficará à sua disposição para qualquer tipo de **esclarecimentos** que o(a) Sr.(a) **necessite envolvendo informações mais aprofundadas do que está sendo estudado e do modo (metodologia) de como está sendo feito o estudo. Há qualquer momento o(a) Sr.(a) poderá se recusar a participar da pesquisa ou retirar o seu consentimento** de uso das informações coletadas sem que lhe ocorra nenhum tipo de prejuízo.

Todas as informações coletadas serão **sigilosas e privativas**. Por este motivo o(a) Sr(a) receberá um número de identificação que impedirá a associação entre as informações e a sua pessoa. **Para participar da pesquisa o(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa financeira. No caso o(a) Sr.(a) sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, será indenizado pela pesquisadora responsável.** Para participar desta pesquisa, o(a) Sr.(a) deverá assinar este documento dando seu consentimento para participar da mesma. O documento também será assinado pela pesquisadora responsável – assinaturas ao final do documento.

Eu, Francisca Cavalcante de Carvalho, documento de identidade (RG) 130.6667-6, declaro que concordo em participar do estudo denominado, **“ESPAÇOS DE VIDA NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO COM UMA COMUNIDADE DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - REDES DO TUPÉ/MANAUS – AM”**, e que quando fui convidado a participar do mesmo me foi explicado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do qual me foi fornecida uma cópia. Neste termo me foi explicado que: (1) as informações que forneci serão sigilosas e privadas; (2); os riscos da minha participação no estudo são mínimos ou inexistentes (3) que a qualquer momento poderei questionar ou pedir informações adicionais sobre o estudo; (4) que a qualquer momento poderei me retirar do estudo sem que ocorra nenhum prejuízo à minha pessoa; (5) que não terei nenhuma despesa financeira relacionada com o estudo. (6) **No caso de eu sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, serei indenizado pela pesquisadora responsável.** (7) que a pesquisadora responsável Edilene da Silva Maduro estará à minha disposição, através do endereço: Rua .12., Nº 3, Q. 13, bairro .de Santo Agostinho, CEP 69035-001, Manaus – AM e-mail: esmaduro_8@hotmail.com; Telefone: ..(92) 9985-1035.

Manaus, 12/05/2012

Assinatura do voluntário

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Universidade do Estado do Amazonas/Universidade de São Paulo

Prof. Msc. Edilene da Silva Maduro (Coordenadora do Projeto de Pesquisa)